

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA

**MULHERES MIGRANTES NA
TRANSAMAZÔNICA:
CONSTRUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO FAZER
POLÍTICA**

BELÉM (PA), 2008

MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA

**MULHERES MIGRANTES NA
TRANSAMAZÔNICA: CONSTRUÇÃO DA
OCUPAÇÃO E DO FAZER POLÍTICA**



Foto 1: Primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Baixo Amazonas. Santarém-PA, 13-15 de julho de 1990. (Fonte: cedida pela informante Ana Bloem, ao centro, 2006).

Belém (PA), 2008

MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA

**MULHERES MIGRANTES NA
TRANSAMAZÔNICA:
CONSTRUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO FAZER
POLÍTICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Pará como pré-requisito para obtenção do grau de doutor(a) em Antropologia Social.

Orientação: Profa. Dra. Diana Antonaz.

BELÉM (PA), 2008

MARIA IVONETE COUTINHO DA SILVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Pará como pré-requisito para obtenção do grau de doutor(a) em Antropologia Social.

MULHERES MIGRANTES NA TRANSAMAZÔNICA: CONSTRUÇÃO DA OCUPAÇÃO E DO FAZER POLÍTICA

Data de entrega ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

1. _____
Prof^a Dra. Diana Antonaz (orientadora) – UFPA/PPGCS

2. _____
Prof^a. Dr.^a Angélica Motta-Mauês (examinadora) UFPA/PPGSC

3. _____
Profa. Dra. Marie-France Claudine Garcia (examinadora) – INRA/EHESS
(Institut de Recherches Agronomiques/ École des Hautes Études em Science
Sociales)

4. _____
Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro (examinadora) UFPA/NAEA

5. _____
Prof. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa (examinadora) MPEG/UFPA

6 _____
Prof. Dr. Jean Hébette (examinador) - UFPA/PPGCS

7. _____
Prof. Drº. Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior (suplente) MPEG

8. _____
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno dos Santos (suplente)

Avaliada em: 23 / 08 / 2008

Conceito geral _____

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Maria Ivonete Coutinho da

Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política / Maria Ivonete Coutinho da Silva ; orientadora, Diana Antonaz. - Belém, 2008

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

1. Trabalhadoras rurais - Pará - Condições sociais. 2. Mulheres - Pará - Condições sociais. 3. Rodovia Transamazônica (Brasil) - Colonização. 4. Migração interna - Pará. I. Título.

CDD - 22. ed.331.483098115

Dedico

In memoriam, ao meu pai, seiva da árvore que hoje sou.
Aos meus amores Artur, Heitor e Eduardo, sem modéstia.
À minha mãe, presença fiel e amiga.

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de agradecer pela ajuda e apoio recebidos é sempre um momento de muita alegria, que se mescla ao receio de não fazer jus a todos que foram solidários e colocaram nesta tese uma parte do seu tempo, do seu conhecimento, do seu trabalho, enfim de suas vidas. Ainda que correndo esse risco, não posso deixar de mencionar algumas pessoas e instituições que estiveram efetivamente ligadas a esta pesquisa, acompanhado de perto seus percalços e desafios. Espero que aqueles que por nosso lapso não estiverem especificamente mencionados a seguir, compreendam que a omissão não foi deliberada, nem significa ingratidão.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família que de perto ou de longe, esteve sempre presente dando-me seu apoio incondicional e calorosa afetividade para que eu continuasse firme neste propósito. Em especial ao meu esposo Eduardo e aos meus filhos Artur e Heitor por terem suportado a ausência no período que tive de fixar residência na França e nos constantes deslocamentos que tive de fazer em função da pesquisa.

À minha orientadora, professora Dra. Diana Antonaz que acreditou neste projeto e apostou na minha capacidade de realizá-lo. Agradeço não apenas pela amizade com que me distinguiu, mas, sobretudo pela franca abertura ao diálogo e ao entendimento. Dispondo de seu conhecimento e experiência ajudou-me a superar os muitos obstáculos que se impuseram ao longo desta pesquisa.

Ao professor Gutemberg Armando Diniz Guerra que me proporcionou a oportunidade de realizar um estágio de doutorado na França, através do convênio Capes/Cofecub.

Ao professor Pierre Teisserenc, diretor do Centre d'Etudes et Recherche sur l'Action Locale (CERAL), de l'Université Paris 13, por ter me acolhido nesta universidade para um estágio doutoral.

À CAPES que me concedeu uma bolsa de estudo através da qual pude desenvolver esta pesquisa com maior tranquilidade e segurança. Meu reconhecimento deve se conformar com a qualidade do trabalho que ora apresento.

Aos núcleos sindicais de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará que me abriram suas portas para as informações e diálogos necessários.

À Prelazia do Xingu através de alguns religiosos e religiosas, os quais se prontificaram a contribuir com esta pesquisa, e em especial a Dom Erwin Krautler que reservou parte do seu exíguo e precioso tempo para prestar valiosas informações ao capítulo que se refere à Igreja do Xingu, na Transamazônica.

À Sonia Santos, Raquel Lopes, Ana Claudia Moraes, Socorro Barreto e Conceição Solano pela amizade e ajuda inestimável.

Ao Paulo e Rosângela da secretaria do PPGSC pela atenção e presteza concedidas sempre que precisei e, sobretudo, pela amizade construída no decorrer do curso.

Meus agradecimentos finais aos quais quero dar particular ênfase são dirigidos a todas as famílias da região da Transamazônica, foco deste estudo, sobretudo, às mulheres que me permitiram não somente entrevistá-las, como também me proporcionaram a alegria de participar de seu cotidiano, hospedando-me em suas casas, mostrando de forma aberta e sincera as várias dimensões de sua existência.

“A história oral pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (Paul Thompson, 2002).

“Eu pensei que nunca ninguém ia se interessar por isso, e achei até que tinha esquecido de tudo que nós vivenciamos, mas é engraçado, agora que comecei a contar, vejo que está mais vivo do que nunca, parece que a gente quis esquecer, até mesmo para ter força e enfrentar as dificuldades que foram muitas”. (Neiva Ribeiro, Km 90).

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sócio-antropológica sobre as mulheres migrantes da região da Transamazônica que integraram junto com suas famílias um projeto de colonização e de desenvolvimento nacional, empreendido pelo Governo Federal na década de setenta. Este projeto de ocupação se efetivou com abertura da Rodovia Transamazônica (BR 230) no sentido Altamira/Itaituba do Estado Pará e a migração de milhares de famílias para essa região, que foram impelidas, pelos órgãos governamentais, a ocuparem as terras situadas ao longo dessa Rodovia e de suas estradas transversais. Neste contexto, esta pesquisa faz uma releitura da história de ocupação e organização social da Transamazônica através das trajetórias individuais e coletivas das mulheres migrantes, assinalando que a construção dos diversos espaços sociais nesta região foi/é marcada pela presença da mulher. É, portanto, a efetiva contribuição feminina na construção e manutenção da vida, seja no âmbito familiar, seja na esfera mais coletiva, como, por exemplo, sua atuação nas Comunidades Eclesiais de Base, nos movimentos sociais e nas instâncias governamentais, a questão que atravessa e orienta este trabalho.

Palavras-chave: Mulheres Migrantes; Ocupação; Organização Social.

RÉSUMÉ

Cette recherche propose une analyse socio-anthropologique des femmes qui ont migré vers la région Transamazonienne et qui ont intégré avec leur familles un projet de colonisation et développement national, entrepris par le Gouvernement Fédéral dans les années 1970. Le projet d'occupation à la suite de la construction de la route transamazonienne (BR230), direction Altamira/Itaituba, a mené au déplacement quelques milliers de familles, poussées à occuper les terres situées au long de la route et des ses transversales par les organes gouvernementales. Dans ce cadre, cette recherche propose une relecture de l'histoire de l'occupation et de l'organisation sociale de la Transamazonienne par le biais des trajectoires individuelles et collectives des femme migrantes, et signale que la construction de nombreux espaces sociaux dans cette région a été/est marqué par la présence de la femme. Le regard qui tranverse cette recherche se pose sur l'effective contribution féminine dans le maintien de la vie, soit dans le doimaine familiale, soit dans la sphère collective, où elle a joué/joue un rôle déterminant dans les communautés ecclésiales de base, les mouvements sociaux et les organismes gouvernementales.

Mots-clé: Femmes Migrantes; Occupation; Organization Sociale.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Foto 1: Primeiro encontro de mulheres trabalhadoras rurais do Baixo Amazônia. p. 2.
- Foto 2: Máquinas da construtora Queiroz Galvão na abertura da Rodovia Transamazônica, 1970. p. 40.
- Foto 3: Acampamentos construídos para alojar as famílias migrantes que iam chegando, 1970-1972. p. 49
- Foto 4: Placa encontrada no almoxarifado do INCRA de Altamira. p. 51
- Foto 5: Entrada do travessão do km 75 Sul. p. 63
- Foto 6: A professora Miriam e mulheres do km 95 Sul. p. 81 .
- Foto 7: Km 130 Norte, ponte da divisa entre o município de Medicilândia e Uruará. p. 83.
- Foto 8: O carro da linha do km 130 Norte. p. 84.
- Foto 9: Km 130 Norte - Maria Carneiro em sua cozinha moendo café para as visitas. p. 87
- Foto 10: Estrada que leva à escola Eronildes Torres. p. 90.
- Foto 11: Francisca Moraes. p. 106.
- Foto 12: Maria José Medeiros. p. 106.
- Foto 13: Francisca Coutinho. p. 109.
- Foto 14: Zita Pifs no (centro), em companhia de suas conterrâneas. p. 115.
- Foto 15: Maria Pereira, conhecida como Puti. p. 115.
- Foto 16: Ferro à brasa. p. 116.
- Foto 17: Nerzi com os dois filhos menores que nasceram na Transamazônica. p. 117.

Foto 18: Maria José. p. 117.

Foto 19: Zenária mostra também a bacia que trouxe há trinta e cinco anos. p. 118.

Foto 20: Dona Osária. p. 121.

Foto 21: Trabalho feminino em grupo na preparação do porco para a festa comunitária. p. 150.

Foto 22: Casamento realizado em Medicilândia, 1974. p. 152.

Foto 23: Encontro das comunidades da gleba 23 e gleba 21 na mata, na divisa entre os dois travessões. p. 156

Foto 24: Lançamento do Livro TENOTÂ-MÕ, organizado por Oswaldo Sevá. p. 182

Foto 25: Encontro de CEBs em Medicilândia, 1981. p. 188.

Foto 26: Cartaz da sede do clube de mães da agrovila Nova Fronteira – km 80. p. 199.

Foto 27: Dia de reunião da associação de pais e mestres na escola Abraham Lincoln agosto de 2006. p. 206

Foto 28: Almoço comunitário da Assembléia do STR de Brasil Novo .p. 219.

Foto 29: km 95 Sul – local onde estava sendo realizado o mutirão – doma Domingas amarrando ferro para a construção. p. 222.

Foto 30: Almoço comunitário após a missa-195 Sul. p. 226

Foto 31: Placas indicativas da Rodovia Transamazônica no sentido Altamira-Itaituba. p. 249 .

Foto 32: Placa utilizada pelo INCRA para demarcação de lotes. p. 249.

Foto 33: Título simbólico dos cem mil títulos de terras entregues pelo INCRA. p. 250.

Foto 34: Prédio da CONAB no Brasil Novo. p. 250.

Foto 35: Recepção da população de Altamira ao Presidente Médice. p. 251.

Foto 36: Presidente Médice faz descerramento da placa de inauguração da rodovia Transamazônica. p. 251.

Foto 37 Placa de inauguração da Rodovia Transamazônica. p. 252.

Foto 38: Placa situada próximo ao prédio da antiga prefeitura de Altamira. p. 252.

Foto 39: Placa situada na entrada do DNER de Altamira. p. 253.

Foto 40: Primeira agrovila construída na Transamazônica. p. 253

Foto 41: Capela de Brasil Novo construída em 1971. p. 254

Foto 42: Foto histórica da primeira missa celebrada na Transamazônica em 1971. p.255.

Foto 43: Filhas de João Pezinho em um dos poucos veículos na Transamazônica. p. 256.

Foto 44: Irmã de João Pezinho, agricultor migrante do estado do Piauí. p. 256.

Foto 45: Típica casa de colonos construída pelo INCRA-1972. p. 257.

Foto 46: Transamazônica no inverno de 1975. p. 257

Foto 47: Cemitérios improvisados pelas famílias nas áreas em que estavam assentadas. p. 258.

Foto 48: Km 80, foto da máquina beneficiadora de arroz da família Trevisan. p. 258.

Foto 49: Francisco Batista, meu pai, na lavoura de pimenta, 1974. p. 259

Foto 50: Dona Neiva e família na colheita de pimenta-do-reino em Medicilândia. p. 259

Foto 51: Primeira feira comercial em Brasil Novo, 1974. p. 260.

Foto 52: Sr. José Curioso Pioneiro colono de Brasil Novo. p. 260.

Foto 53: Família de migrantes cearenses assentados na gleba 15, Brasil Novo. p. 261.

Foto 54: Agrupamentos de famílias migrantes de origens culturais diferentes. p. 261

Foto 55: Casal de colonos mostra registro de casamento realizado na Transamazônica. p. 262

Foto 56: Discurso de Leonilda Trevisan na inauguração do centro comunitário. p. 262

Foto 57: Escola construída pelas famílias migrantes no período inicial de ocupação. p. 263.

Foto 58: Escola pólo de Medicilândia. p. 263.

Foto 59: grupo de mulheres do curso de magistério em Medicilândia. p. 264.

Foto 60: Salão comunitário construído pelas famílias migrantes do km 70. p. 264.

Foto 61: Encontro de CEBs em Medicilândia, 1978. p. 265.

Foto 62: Movimento contra a proposta de construção da Barragem no rio Xingu. p. 265

Foto 63: Passeata em prol de melhorias para a região da Transamazônica. p. 266

Foto 64: Caravana organizada para ir a Brasília reivindicar melhorias sociais e investimentos agrícolas para a Transamazônica. p. 266.

Foto 65: Agricultora e agricultor da área de Medicilândia em dia de encontro sindical. p. 267.

Foto 66: Jiovanna - Presidente do STR de Brasil Novo. p. 267.

Foto 67: Assembléia de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo. p. 268.

Foto 68: comemoração ao dia Internacional da Mulher em Medicilândia. p. 268

Foto 69: Escola construída pela comunidade do km 75 Sul. p. 269.

Foto 70: Travessão do km 195 Sul. p. 269

Foto 71: Unidade de produção no km 75 Sul. p. 270.

Foto 72: Raimundo Viana, nordestino-RN. Colono do km 75 Sul. p. 270.

Foto 73: Km 75 Barcaça para secagem do cacau. p. 271.

Foto 74: Dona Julia km 75 Sul. p. 271.

- Foto 75: Trabalho artesanal em equipe no clube de mães “As Pioneiras”. p. 272.
- Foto 76: I Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica. p. 272.
- Foto 77: Participação do I Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica, 2006. p. 273.
- Foto 78: II Encontro de Mulheres Migrantes realizado em Brasil Novo, março-2008. p. 273.
- Foto 79: Participação no II Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica. p. 274

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Transamazônica, área de pesquisa. p. 39.
- Figura 2: Mapa dos Municípios incluídos na pesquisa. p. 56.
- Figura 3: Localizada do município do Brasil Novo no mapa do Pará. p. 57.
- Figura 4: Transamazônica atravessando o município de Brasil Novo e os travessões em espinha de peixe. p. 57.
- Figura 5: Município de Brasil Novo e pequenas propriedades destinadas à pecuária nos travessões ao Norte Transamazônica. p. 58.
- Figura 6: Município de Brasil Novo e pequenas propriedades destinadas à pecuária nos travessões ao Sul da Transamazônica. p. 58.
- Figura 7: Localização do Município de Medicilândia no mapa do estado do Pará. p. 59.
- Figura 8: Transamazônica e seus travessões na área de Medicilândia. p. 59.
- Figura 9: localização do Município de Uruará no mapa do estado do Pará. p. 60
- Figuras 10: Município de Uruará: observa-se a existência de grandes áreas desmatadas destinadas à pecuária e praticamente a ausência de plantações. p. 60.
- Gravura 1: Agrovila Abraham Lincoln, km 90, Altamira-Itaituba trecho da Transamazônica. p. 254
- Gravura 2: Alunas de um curso primário, em Altamira no interior do Pará. p. 255.
- Tabela 1: Tabela elaborada pela autora, com os dados do IBGE e PNUD. p. 61.

LISTA DE SIGLAS

- ABRASP - Associação Brasileira da Saúde Popular e Bionegética.
- AMTBRAN - Associação de Mulheres de Brasil Novo.
- ANDOR - Associação de Mulheres Dom Oscar Romero
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- ASAM - Associação dos Agricultores de Medicilândia
- ASFORT - Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica
- ASPA - Associação dos Servidores do Pacal
- ASSEDUR - Associação dos Educadores de Uruará
- BASA - Banco da Amazônia
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM - Conferência Geral Episcopal Latino-americana
- CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.
- CFR - Casa Familiar Rural da Transamazônica
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CIRA - Cooperativa Integral de Reforma Agrária
- CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos

- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONAN - Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda
- COOPERFRON - Cooperativa Nova Fronteira
- COTRIJUI - Cooperativa Regional Triticola Serrana
- CPT - Comissão Pastoral da Terra.
- DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAO - Food Administration Organization
- FETAGRI - Federação dos Trabalhadores em Agricultura
- FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- FVPP - Fundação Viver Produzir e Preservar
- GAU - Grupo dos Amigos de Uruará
- INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
- MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
- MPST - Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
- MMTC/C - Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Campo e Cidade
- PACAL - Projeto Canavieiro Abranhan Lincoln
- PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
- PGDT - Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica
- PIC - Projeto Integrado de Colonização
- PIN - Projeto de Integração Nacional
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SEBRAI – Serviço Brasileiro de Industrialização
- SDS - Secretaria de Defesa Social
- SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

- SEMAT - Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
- SEPLAM - Secretaria de Estado de Planejamento
- SEPOF - Secretaria Executiva de Estado e Planejamento Orçamento e Finanças
- SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
- STRP - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1. ALTAMIRA E A INVENÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA	32
1.1 A INVENÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA: IDEOLOGIA E POLÍTICA	33
1.2 A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA	38
1.3 DESPOVOAR, POVOAR, REPOVOAR	41
1.4 DUAS MODALIDADES DE DESLOCAMENTO.....	45
1.4.1 Alojamentos e Assentamentos: de um lado o projeto, de outro as experiências das famílias migrantes.....	48
1.5 COLONIZAÇÃO SEXUADA.....	53
1.6 TRANSAMAZÔNICA: O ESPAÇO DA PESQUISA	55
2. PESQUISA NA TRANSAMAZÔNICA: FAMILIARIEDADE E OBJETIVAÇÃO	64
2.1 HISTÓRIA DE VIDA E DE PESQUISA: CAMINHOS QUE SE CRUZAM...	65
2.2 SAÍDAS E RETORNOS À TRANSAMAZÔNICA.....	72
2.3 O TRABALHO DE CAMPO E O PERCURSO ETNOGRÁFICO	75
2.4 PERCORRENDO OS TRAVESSÕES DA TRANSAMAZÔNICA	79
2.4.1 Visita ao Travessão do km 95 Sul – Agrovila Verde Florestas	80
2.4.2 Visita ao Travessão do km 130 Norte	82
2.4.3 km 75 Sul: A Emigrante que Retorna.....	90
3. MULHERES MIGRANTES NA TRANSAMAZÔNICA: MOTIVAÇÕES, PARTIDAS E CHEGADAS.....	96
3.1 DUAS HISTÓRIAS DE VIDA EXEMPLARES	97
3.1.1 Miriam Freitas moradora do km 95 Sul.....	97
3.1.2 Maria da Paz Santos, moradora do km 130 Norte.....	101
3.2 MULHERES NORDESTINAS NA TRANSAMAZÔNICA: OS FATOS E OS RELATOS	104
3.2.1 Francisca Moraes migrou do Jardim do Seridó-RN pelo projeto de colonização oficial.....	105
3.2.2 Maria José de Medeiros migrou do Sertão do Seridó-RN pelo projeto de colonização oficial.....	106

3.2.3 Francisca Coutinho migrou da cidade de Ipaumirim-CE pelo projeto de colonização oficial.....	109
3.3 ESTRATÉGIAS DE VIAGEM E MOTIVAÇÕES DE PARTIDA	112
3.3.1 O que vem na bagagem do viajante/migrante	114
3.3.2 Arranjos e providências para a viagem – a saída.....	118
4. TRÊS ETAPAS DE CHEGADA: ALTAMIRA, O ACAMPAMENTO E O ASSENTAMENTO NO LOTE.....	122
4.1 ALTAMIRA – A PRIMEIRA IMPRESSÃO DA CHEGADA.....	123
4.1.1 Passagem pelos acampamentos	126
4.1.2 O Lote-Assentamento e o Trabalho Familiar	131
5. ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA E RELAÇÃO SOCIAL DE PARENTESCO: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO FAMILIAR.....	142
5.1 ALIANÇAS MATRIMONIAIS E FORMAS DE “PARENTESCO PRATICÁVEL” NO CONTEXTO DA TRANSAMAZÔNICA	147
5.2 TRABALHO FEMININO E ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA: PODER E NEGOCIAÇÃO	157
6. A TRANSFORMAÇÃO DA IGREJA, AS ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	169
6.1 BREVE HISTÓRICO DA PRELAZIA DO XINGU: DA CRIAÇÃO AO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA.....	169
6.2 A IGREJA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO....	173
6.3 A IGREJA CATÓLICA NA TRANSAMAZÔNICA: EVANGELIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	175
6.4 GRUPOS DE VIZINHOS: ORAÇÃO E AÇÃO EM FAMÍLIA E LIDERANÇA FEMININA.....	185
6.4.1 Os Grupos de Vizinhos	186
7. FORMAS DE COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA: O PAPEL DAS MULHERES.....	192
7.1 AS PRIMEIRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA	193
7.1.1 Adjuntos ou Mutirões.....	193
7.1.2 Os clubes de mães – Primeira Iniciativa de Agrupamento Feminino.....	196
7.1.3 Educação na Transamazônica – Construção e Iniciativa Feminina	200
7.1.4 A Associação de Pais e Mestres na Área de Medicilândia	205
8. O PAPEL DAS MULHERES NO REDIMENSIONAMENTO DE ANTIGAS FORMAS DE COOPERAÇÃO: MUTIRÕES, ALMOÇOS COMUNITÁRIOS E SEUS DESMEMBRAMENTOS	210
8.1 O ALMOÇO COMUNITÁRIO E SEUS DESMEMBRAMENTOS	214
8.1.1 Assembléia do STR de Brasil Novo e Almoço Comunitário: espaço de comunicação	214

8.1.2 Mutirão e Almoço Comunitário no Travessão do km 95 Sul/Agrovila Verdes Florestas: homens e mulheres – cooperação e redistribuição de papéis	220
8.1.3 Missa e Almoço Comunitário no km 195 Sul: ritual religioso e espaço de sociabilidade	224
9. RECONFIGURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ESFERA SOCIOPOLÍTICA: MOVIMENTOS DE MULHERES E LIDERANÇA NOS ESPAÇOS POLITICOS E SOCIAL	229
9.1 LIDERANÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: OCUPANDO OS ESPAÇOS EM CONSTRUÇÃO	233
9.1.1 Breve histórico do movimento de mulheres de Altamira: embate contra a violência	238
9.1.2 Duas Configurações do Movimento de Mulheres em Uruará: concepções distintas e percursos similares	242
10. HISTÓRIA VISUAL DA OCUPAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA TRANSAMAZÔNICA-OESTE, (1970-1990)	249
10.1 CONFIGURAÇÕES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA NA DÉCADA DE SETENTA	249
10.2 AS ESTRUTURAS INICIAIS DE OCUPAÇÃO, DE PRODUÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA	257
10.3 AS CONFORMAÇÕES ORGANIZATIVAS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E DE TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, 1980-1990	266
A GUIA DE CONCLUSÃO	275
REFERÊNCIAS	278

INTRODUÇÃO

A maioria dos colonos da Transamazônica confessa com orgulho o enternecimento a admiração que sentem diante da coragem das companheiras que os seguiram na grande aventura. Essas mulheres admiráveis enfrentam com destemor os desconfortos e os perigos da selva, garantindo aos maridos segurança emocional indispensável, uma colaboração integral cuja importância é praticamente impossível de se avaliar. Quando se escrever mais tarde a história dessa colonização heróica, as mulheres da Transamazônica merecerão um capítulo. (Ateneia Feijó, 1972)

A jornalista Ateneia Feijó, já em 1972, registrava a significativa presença das mulheres no contexto da Transamazônica. Também não esqueceu de alertar para que, futuramente, quando fossem registrar em linguagem escrita a prodigiosa narrativa de ocupação e organização social da Transamazônica, que dessem conta das trajetórias femininas nessa região, reservando-lhe um capítulo específico.

Mais de trinta anos se passaram e muito já foi comentado sobre a região da Transamazônica e sua conjuntura histórica e social: as perspectivas de produção e desenvolvimento da região; as dificuldades de escoamentos dos produtos agrícolas e o isolamento devido à interdição da rodovia em período de chuvas; a força da mobilização social, reivindicando políticas agrícolas e sociais; a qualidade do solo e o potencial de reprodução entre outros assuntos polêmicos que acabaram dando visibilidade a essa região.

Enfim, a Transamazônica sempre esteve em pauta nas discussões e projetos políticos governamentais, nos noticiários jornalísticos, nos periódicos e panfletos produzidos pelos movimentos populares, e em alguns trabalhos de pesquisadores e estudantes do Brasil e, sobretudo, de fora do país. Escritores e poetas também escolheram alguns temas que revelaram sentimentos e experiências vividas e aprendidas no contexto da Transamazônica¹, muitos destes não publicaram seus textos, mas eles existem.

1 CALVACANTI, Arivaneide da Marta. *Memórias da Transamazônica*. Altamira-Pa: 2005; MIRANDA, José Pereira de. *Transamazônica: Sonhos e Realidades*. São Paulo : Casa do Editor, 2000; TREVISAN, Inês; TREVISAN, Maria Lenir & Solange HENCHEN (orgs.). *Vidas Vividas: 50 anos de casamento e 29 de Transamazônica*. Altamira-PA: Edição: Charlynton da S. e Silva, 2001. PEREIRA, Nedy, Margarida. *Bodas de Pratas – 25 anos, Belém - PA: CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO, 2002.*

Os textos hoje clássicos de Velho (1972 e 1979), versando sobre o processo migratório, o campesinato e o avanço da fronteira, e Ianni (1979), a respeito do processo de colonização e a questão agrária. Sobre o processo de migração e colonização podemos citar os trabalhos de Almeida A.W.B. (1974), Hébette, J. e Acevedo, R.M. (1978), e sobre as formas de ocupação do espaço: Valverde, O. e Vergolino Dias, C. (1967) e Valverde (1989). Menciono igualmente os ensaios que analisam a Transamazônica à luz dos interesses nacionais e internacionais, como os de Pereira, O.D. (1971) e Reis A.C.F. (org., 1976 ?) ; o livro do jornalista Flávio Alcaraz Gomes (1972), descreve os discursos e as estratégias da colonização ponto de vista governamental. Este documentário oficial é ampliado no livro de Rebelo, Castro Darino, 1973, editado pelo Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes-DF. Cerca de duas dezenas de teses e dissertações discutem a organização social e econômica do campesinato, o desflorestamento, a urbanização e a ação das organizações sociais. Dentre estas a de SANTOS, Ana Paula e de NASCIMENTO, T.T, citadas neste trabalho.

Contudo, nenhum desses autores dedicou um só capítulo à mulher migrante da Transamazônica, protagonista dessa narrativa de colonização marcada por lutas, sacrifícios, renúncias, coragem, ousadia, conquistas e muito trabalho. Se a elas fizeram referência foi através de uma lembrança passageira inscrita numa página ou em um simples parágrafo. As particularidades da atuação feminina não são enfrentadas nesses textos, e nem mesmo a produção acadêmica tem voltado sua atenção para as personagens de construção do cotidiano na Transamazônica.

Michelle Perrot em *“As mulheres e os silêncios da história”* (2005, p. 31) mostra através de diversas abordagens, que a dificuldade de se construir uma história de mulheres deve-se ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados; acrescentando que, “entre a fugacidade dos traços e o oceano de esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos”. Inicia a introdução deste livro lembrando que no início era o Verbo, mas o verbo era Deus, e Homem. Na mesma direção, Sueli Kofes (2001: 21) argumenta que não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los metaforicamente como “mortos”, e que nesse jogo da memória, entre lembranças e esquecimentos, devem-se considerar os embates políticos que permeiam as narrativas.

Tendo em vista esta realidade e para não mais se correr o risco de total esquecimento das trajetórias de vida das mulheres da Transamazônica me proponho neste trabalho a registrar as memórias dessas mulheres a partir de seus relatos comparando-os

com outros textos e contextos que permeiam esta história da colonização. A categoria “colonização”, amplamente utilizada por todos os autores remete à ocupação de vazios ou a processos civilizatórios. Nenhum desses casos foi o da Transamazônica².

Este desafio levou-me a mergulhar nesta pesquisa de forma intimista, uma vez que também sou originária deste meio, buscando em cada texto e contexto réstias, resquícios, marcas visíveis e simbólicas que revelassem as trajetórias vividas pelas mulheres na Transamazônica. Esta busca, num campo vasto, mas pouco explorado cientificamente, consistiu em trabalho de garimpagem, de seleção, de cuidadosa filtragem, para que o acúmulo de dados apurados e de emoções suscitadas nos encontros entre pesquisadora e interlocutoras não se tornasse um campo minado. Preocupava-me em não me deixar levar pela relevante atuação das mulheres dessa região, relegando a um plano secundário suas emoções, os choros emudecidos, o não-dito, a resignação dessas mulheres por não encontrarem eco daquilo que exprimiam e sentiam nos recônditos lugares em que se encontravam ao longo da rodovia Transamazônica.

Nesta perspectiva, não procuro analisar objetivamente as estruturas econômicas, políticas e ideológicas, operantes na narrativa histórica e social da Transamazônica, impondo-se estas leituras quando tratamos dos diversos contextos, nos quais, as mulheres e suas famílias estiveram inseridas. No entanto, busco descrever e interpretar as lacunas textuais, discursivas e representativas que não mostram a mulher trabalhadora rural, professora, catequista, agente de saúde, líder comunitária, vereadora, sindicalista, entre outras funções assumidas e desempenhadas pelas mulheres nos diversos espaços sociais que foram construídos nesta região.

Através de suas histórias de vida, de um intenso trabalho de campo e da interlocução com outros agentes (representantes da igreja, escola, sindicatos, movimentos populares, organizações não governamentais, setores públicos governamentais etc.) que fazem parte dessa conjuntura histórica e social, me proponho a descrever e analisar o processo de ocupação e organização social da Transamazônica a partir das mulheres; colocando em pauta as redes de sociabilidade, de solidariedade, de parentesco e de produção instituídas por elas e suas famílias no contexto da Transamazônica³. Dessa forma este trabalho não só institui as mulheres da Transamazônica enquanto sujeito

² Esta questão será tratada em profundidade no capítulo 1.

³ Nesta análise, a família constitui-se parte integrante fundamental, uma vez que a condição de assentamento e desenvolvimento da unidade produtiva implementada pelo Projeto de colonização oficial está pautada na família como referência primordial de reprodução econômica e social. Nesta concepção, a família é formada pelo marido a mulher e os filhos, configurando-se uma visível estratégia de garantia de força de trabalho estruturada.

histórico dessa conjuntura, como proporciona um acervo de leitura e de pesquisa para outros estudiosos que queiram trabalhar neste campo.

Infelizmente, essas mulheres, protagonistas do processo de ocupação e organização da Transamazônica, quase nada escreveram sobre esta narrativa de colonização, de que elas e suas famílias fizeram parte. A maioria detinha baixa escolaridade, sobretudo as nordestinas, enquanto que, entre as sulistas, apenas algumas haviam concluído o ensino médio. Tanto umas, quanto outras, diziam estar empenhadas em garantir a sobrevivência e bem-estar da família, não lhes sobrando tempo para pensar e escrever aquilo que sentiram, viveram e sonharam nos primeiros anos de Transamazônica. O panorama e as cenas cotidianas eram suficientemente ricos em aventuras, desafios e acontecimentos prosaicos que encheriam centenas de folhas escritas. A percepção da necessidade de registro se constitui numa percepção a posteriori: as mulheres que dizem isso presentemente se reconstruíram durante mais de três décadas. Nos anos 1970 eram apenas camponesas que seguiam seu percurso em busca de terra e não havia qualquer consciência de que viriam a ser personagens de um processo histórico de ampliação da fronteira⁴. Para a sua construção enquanto sujeitos históricos contribuíram intermediários, como representantes da igreja, sindicatos e outras organizações sociais. Releve-se igualmente a cultura da oralidade, embora pesquisadores tenham resgatado com certa frequência documentos epistolares e fotográficos nas famílias de colonos de ascendência européia no sul do país.

Referem que haveria muito para narrar, pois conviviam diariamente com situações e fatos que teriam merecido serem registrados. O cotidiano dessas mulheres se desenrolava no interior das matas, embaixo de barracos cobertos de palha, roçando, capinando, colhendo, lavando roupas nos igarapés, carregando pesadas bacias na cabeça com roupas ou alimentação que levavam para a roça, andando quilômetros a pé, em busca de assistência médica para os filhos ou para elas mesmas.

Seus trajés eram incompatíveis com o calor tropical e a constante umidade decorrente do intenso período chuvoso. Por causa do pium⁵ que não lhes dava sossego, vestiam-se com blusas de mangas compridas, calças, meias, botas, lenços no pescoço para enfrentar os trabalhos diários tanto no espaço doméstico quanto no agrícola. Estes fatos foram tão marcantes na vida das mulheres da Transamazônica, - que elas lembram

⁴ A respeito da noção de “fronteira em movimento” consultar Velho, O. (1979)

⁵ Pium é um pequeno mosquito também conhecido em outras regiões como borrachudo. Ele se alimenta de sangue humano e se reproduz em áreas próximas aos rios e igarapés da região Amazônica.

como se fosse hoje -, dizem quando são interpeladas a narrarem suas trajetórias individuais e familiares na Transamazônica.

Neste contexto, essas mulheres vivenciaram situações limites que ficaram marcadas em suas memórias. Entretanto, no desenvolvimento dessa narrativa de colonização da Transamazônica essa memória feminina raramente aparece. Em geral, ainda predomina o relato masculino, considerado o principal empreendedor da colonização e do discurso. Ao imiscuir a fala e o registro da participação feminina neste contexto, sua história deixa de ser memorizada. Algumas mulheres ainda rabiscaram algumas linhas, cheias de saudades, de expressões de medo e de expectativas de melhoria de vida com o passar dos anos. Dizem que escreviam como forma de compensar a solidão, mas não guardaram nada do que escreveram, nem mesmo as cartas recebidas dos familiares e amigos que ficaram para trás, nem aquelas que escreveram e nunca levaram ao correio devido à distância e as dificuldades das estradas e transportes.

Esta predisposição em destruir aquilo que registraram por escrito se revela como uma forma de reconhecimento da pouca importância que dariam aos seus registros. Esta iniciativa de apagamento da escrita pessoal decorre do entendimento de que a sua história não vai ter a atenção merecida e que a sua memória é por demais subjetiva, de cunho familiar, afetivo e maternal, que não interessaria à memória oficial. Daí a importância em reintroduzir as mulheres na história, identificando-as nos inúmeros momentos onde estiveram presentes, sua importância e o papel que exerceram. A este respeito, Bourdieu (1998, p. 90) adverte que “é *necessário reconstruir a história do trabalho histórico de deshistoricização*”⁶, Trata-se de ouvir essas mulheres, como os homens são ouvidos, no sindicato, no partido, na rua, em casa, assim suas histórias podem revelar outras facetas dos acontecimentos desta saga de colonização, além de reconstruir as histórias das instituições (as políticas de

⁶ “(...) ou se preferirmos, a história da recriação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina que é realizada em permanência, desde quando há homens e mulheres, e por meio da qual a ordem masculina é reproduzida a cada época histórica. Em outras palavras, uma história de mulheres, que revela, apesar dela mesma, permanência e constância, deve, ao se querer conseqüente, abrir espaço prioritariamente para a história de agentes e instituições: Igreja, Estado, Escola, que podem ser diferentes em diferentes épocas, quanto ao seu peso relativo e suas funções.”

colonização do Estado, o papel particular da igreja, sindicatos e partidos políticos), entendendo que a dominação masculina é interiorizada pela própria mulher.

É lamentável que suas ricas trajetórias tenham poucos registros escritos e fotográficos. “*Naquela época era difícil ver por aqui uma máquina fotográfica, só quando o padre vinha de mês em mês celebrar a missa*” explicam. A falta desse instrumento de registro visual deixou de captar quadros sociais cuja percepção e sentido escapam à descrição, à narração e a outros métodos de rememoração oral ou escrita. Para Pierre Bourdieu⁷ (1965), a prática fotográfica ao mesmo tempo em que apreende momentos de solenidade familiar tem a função de integração social. A prática fotográfica está comumente associada aos tempos fortes da vida familiar (casamento, aniversários, despedidas por viagem ou morte); a fotografia fornece o meio de solenizar esses momentos culminantes da vida social, onde o grupo familiar reafirma solenemente sua unidade. Desta forma, o álbum de família exprime a verdade da memória social. A análise fotográfica retomaria uma verdade constituída pela objetivação da subjetividade que escapa tanto aqueles que a vivem e quanto aqueles que a observam de fora. Nesta perspectiva, busquei nos álbuns das famílias, imagens que me ajudassem a reconstituir os quadros sociais da memória da ocupação e organização social da Transamazônica. O material encontrado não foi suficiente para uma reconstituição cronológica e elucidativa dessa conjuntura histórica e social.

Considerando essa realidade, o presente trabalho tem como base fundamental de investigação as histórias de vida das mulheres migrantes da Transamazônica. Suas histórias apontam para os diversos atores coletivos e individuais que compuseram e constituíram esse projeto de colonização, conforme exposto anteriormente neste texto. Para situá-los nesta discussão trabalhei com documentos dos órgãos governamentais que atuaram diretamente neste processo, como o INCRA, ACAR e EMATER-PA, DNER⁸, Ministérios de Agricultura e do Transporte, entre outros. Outras fontes importantes foram os textos da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais e

⁷ Une photographie se prête fortement au moins en apparence à l'étude proprement sociologique, elle fournit l'occasion de rêver, de faire la preuve que le sociologue attaché à déchiffrer, ce qui n'est jamais que sens commun, peut traiter de l'image sans devenir visionnaire. P. 28. **UN ART MOYEN**- Essai sur les usages de la photographie. Paris: les éditions de Minuit, 1965.

⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER

das grandes Assembléias da Prelazia do Xingu. Além de panfletos e documentos produzidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Professores – (SINTEPP), Comissão Pastoral da Terra – (CPT), assembléias e movimentos populares que mais tarde se conformaram em Organizações não Governamentais – (ONGs).

Esse quadro de referência mostra como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, como as diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados. Assim as mulheres, bem como os homens que compuseram a história de colonização da Transamazônica, construíram de forma diferenciada suas histórias e memórias sobre o que viram e vivenciaram nessa região.

Dessa forma se percebe que os significados que os migrantes atribuem a sua experiência passada, e às maneiras pelas quais as histórias de vida são lembradas e contadas, mudam com o passar do tempo e de acordo com a posição que a pessoa ocupa no momento do relato. Por exemplo, uma mulher agricultora que está diretamente vinculada à unidade de produção e outra mulher igualmente agricultora, mas que ocupa algum cargo de liderança no espaço sindical ou político, apresentam memórias diferentes sobre o mesmo projeto de colonização do qual fizeram parte. O relato desta última é mais detalhado, rico em comentários que revelam um maior entendimento dos fatos vividos.

Ecléa Bosí (1994) em seu estudo sobre memórias de velhos explica que, em relação à política, a informação dos militantes é sem dúvida mais rica e pormenorizada, em comparação a dos simples espectadores. Isto também se pôde perceber nos relatos das mulheres que compuseram este trabalho. Aquelas que tinham maior envolvimento social e/ou político se mostravam mais interessadas em registrar suas histórias, acrescentando-lhes pormenores que consideravam importantes de serem registrados, o contrário de outras mulheres que estavam mais centradas no espaço doméstico e familiar.

Pude constatar isso no decorrer da pesquisa de campo, no entanto, logo percebi que os relatos das mulheres militantes estavam impregnados de substratos ideológicos subsidiados pela Igreja Católica na esteira da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de bases, da Educação Libertadora – paulofreiriana e sobretudo, nos ideários que moviam os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda nos quais estavam integradas. Assim, seu discurso era redutor, com respeito àquilo que sentiam e viviam no interior de sua vida familiar e afetiva. Seus relatos não estabeleciam conexão entre público e o privado e quando interrogadas de tal forma se surpreendiam, muitas vezes se esquivavam na resposta ou ficavam muito constrangidas em falarem de sua

subjetividade, preferindo retomar ao discurso generalizado, do coletivo, que diziam acreditar e defender.

Em vista disso, achei conveniente procurar primeiro as mulheres que estavam mais ligadas à unidade de produção e à unidade doméstica e conversar com elas em suas residências, um lugar em que se sentiam mais próximas de sua realidade familiar e do trabalho cotidiano. Queria saber de suas trajetórias de migração, das motivações que as levaram ao deslocamento, das condições de partida, do percurso da viagem, das expectativas de chegada, das privações, do medo e frustrações ao chegarem em Altamira, do processo de adaptação e de assentamento, das dificuldades que enfrentaram para a produção na terra adquirida, enfim saber de seus desafios, fracassos e conquistas na Transamazônica.

Munida de um vasto acervo de informações, enriquecido pela subjetividade, captada mais por meio dos gestos, do nervosismo, dos sorrisos contidos, das expressões irônicas e confidenciais, do que por densos relatos, senti-me mais preparada para observar os espaços coletivos considerados representativos para o propósito desta pesquisa: associações, sindicatos, movimentos de mulheres e eventos de caráter religioso ou político sindical e/ou partidário.

Observo que estes procedimentos de observação do espaço particular e coletivo, não ocorreram de forma estanque, separadamente, pois, ao mesmo tempo em que estava em contato com as mulheres em suas residências, era convidada para um evento religioso, cultural, sindical, ou político que estava acontecendo em suas comunidades. Assim, o processo de observação dos dois quadros sociais se dava paralelamente, mas por questões metodológicas, ordenei-os em duas partes conforme será apresentado neste texto.

Assim, no primeiro capítulo descrevo o processo de ocupação da rodovia Transamazônica impelida pelo projeto de colonização governamental que motivou milhares de famílias a migrarem para essa região com a oferta da distribuição de terras ao longo dessa rodovia. Neste contexto procuro mostrar como se encontrava a cidade de Altamira, na década de setenta, quando esta cidade foi arrebatada pelo fluxo de pessoas e de maquinarias que vinham trabalhar na abertura da estrada. Análise ainda qual era a conjuntura sócio-histórica e política brasileira nessa época, que norteada pela ideologia de ocupação das fronteiras, de integração e desenvolvimento nacional conduziu à concepção e implementação desse projeto de colonização.

No segundo capítulo procuro me situar no contexto da pesquisa, analisando a minha condição de sujeito/participante do processo de ocupação e organização social dessa região da Transamazônica, pelo fato de minha família ter participado do projeto de colonização governamental, assim como milhares de famílias que migraram para essa região. Ao me colocar como testemunha da realidade a ser estudada, explico as dificuldades enfrentadas para realizar o exercício de objetivação por meio dos dados empíricos. Este foi um caminho difícil, em muitos momentos revalei nas pré-noções concebidas na minha experiência na Transamazônica e precipitei a análise com base em sentimentos e intuições. O retorno à análise de forma relacional e comparativa custava a tomar seu rumo, o que por vezes me dava a terrível sensação de incapacidade e de fracasso. Mas o fato de acreditar que esta discussão era/é extremamente necessária do ponto de vista social e individual, por me sentir profundamente vinculada ao objeto de pesquisa, não admitia a idéia da desistência ou mesmo de um trabalho sem rigor. Por isso, desafiei meus limites físicos e psicológicos ao me afastar por algum tempo da minha família e, sobretudo dos meus filhos, ainda crianças, para buscar maior aprofundamento teórico e analisar o meu objeto de pesquisa com o distanciamento necessário, a partir de estudos etnográficos similares, mas em contextos geográficos e sociais diferentes. Esta experiência proporcionou-me elementos fundamentais de análise e fortaleceu minhas convicções de que poderia realizar um bom trabalho etnográfico. Este efeito está inscrito na descrição do percurso de campo realizado em diversas localidades ao longo da Transamazônica, especificamente nas suas estradas transversais, conhecidas por travessões. O terceiro capítulo concentra a principal substância da pesquisa etnográfica. Nele, estão as mulheres migrantes com suas histórias, suas memórias pessoais e coletivas, seus sonhos, suas frustrações e fracassos, bem como, suas expectativas e conquista na Transamazônica. As fotos que ilustram este capítulo representam o cotidiano dessas mulheres no trabalho doméstico ou em atividades sociais. A maioria dessas fotos foi tirada na ocasião da visita do trabalho campo. Outras foram cedidas pelas próprias mulheres que se prontificavam em me repassar a fotografia para ser reproduzida, mostrando-se interessadas em verem suas histórias com o devido registro visual.

O capítulo 4 segue nessa direção de situar as personagens principais desta pesquisa. Neste sentido descrevo as três etapas de chegada pelas quais passaram para finalmente chegar ao lugar de destino – o lote; começando por Altamira, à passagem pelos acampamentos ao tão esperado assentamento no lote. Este percurso é narrado em

grande parte, pelas próprias mulheres, são suas falas e suas impressões de viagem e de chegada que iremos visualizar neste capítulo.

O capítulo 5 amplia esta discussão ao mostrar a expressiva contribuição feminina no âmbito da organização familiar e do espaço doméstico. Neste sentido as mulheres serão analisadas a partir de sua atuação e experiências no espaço privado, no qual elas desempenham importantes papéis no processo de reprodução social e econômica do grupo familiar. Estes capítulos compõem a primeira parte da tese.

A partir dessa leitura contextual, situando o campo de pesquisa e as personagens foco desse estudo, ingresso no que acredito ser a essência do propósito desta pesquisa. Esta segunda parte é constituída por quatro capítulos que tratam da presença feminina além da fronteira do privado, colocando-a num espaço de discussão amplo e intersticial, abrindo caminhos para outras formas de posicionamento e de concepção sobre suas relações sociais e suas práticas cotidianas. Os capítulos seguintes constituem a segunda parte e abordam as discussões que permeiam sua inserção e efetiva participação no espaço público.

O capítulo 6, que trata da atuação da Igreja católica na Transamazônica, é relevante nesta discussão, pois foi através das organizações da Igreja que as mulheres encontraram espaço para reconstruírem suas trajetórias individuais e para projetarem a sua inserção e participação em outros campos sociais.

No capítulo 7, que mostra as primeiras formas de cooperação no contexto da Transamazônica, pode-se visualizar com mais clareza esta relação das organizações católicas com a participação feminina. Nele, se configuram as primeiras iniciativas de cooperação, as quais foram incentivadas em grande medida, pelas pastorais da Igreja. Através destas pastorais as mulheres conseguiram penetrar em alguns espaços públicos, instituídos prioritariamente pelos e para os homens, como por exemplo, os cargos de lideranças de comunidade e de associações.

O capítulo 8 analisa como no decorrer dos anos, as antigas formas de cooperação foram ganhando outras dimensões e significados de acordo com as experiências já vivenciadas e as exigências das novas situações que emergiam naquele contexto. As mulheres nele inseridas conseguiram perceber as exigências de redimensionamento de antigas práticas organizativas e a necessidade de constituir outras organizações de cunho mais institucional e legalizado, como se filiar aos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e/ou empreender a regulamentação do Movimento de Mulheres.

Na esteira dessa discussão o nono capítulo vem ratificar a significativa contribuição feminina no processo de ocupação e organização social da Transamazônica. Nesta perspectiva este capítulo discorre sobre a expressiva presença feminina no âmbito societário e, sobretudo, a inserção da mulher na esfera política- partidária. Esta discussão se estende para o campo da organização dos movimentos de mulheres, os quais nasceram do seio de outras organizações coletivas, mas com o diferencial de que através desses movimentos se permitia a singularização das subjetividades femininas, a discussão e valorização das políticas voltadas para a condição social da mulher e as questões de gênero.

Para melhor visualizar a trajetória de ocupação e organização social da Transamazônica nas décadas de 1970 a 1990, elaborei um capítulo composto por fotos e descrições dos fatos e personagens que participaram dessa conjuntura histórica. Este, faz parte do corpo do texto, constituindo o décimo capítulo da pesquisa.

Considerando que as trajetórias das mulheres migrantes da Transamazônica estão submersas nos discursos e ações imperativas que forjaram o projeto de colonização dessa região, neste trabalho são as vozes dessas mulheres que estarão em evidência, contando a história de ocupação e organização da Transamazônica a partir de suas memórias, de suas experiências e dos fatos vivenciados por elas e suas famílias nessa conjuntura de migração, de ocupação e de (re) construção de outros espaços sociais.

Espero que este trabalho cumpra a meta proposta, e assim, possa inscrever as mulheres migrantes da Transamazônica num contexto de discussão mais amplo, restituindo os diversos campos de ação que fomentaram o processo de ocupação e organização social dessa região através de fatos e experiências concretas, narradas e vividas pelas personagens que construíram esta história.

CAPITULO 1

1 ALTAMIRA E A INVENÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA

A Transamazônica, vista a mais de trinta anos de distância desde sua instalação, oferece múltiplos caminhos de análise. As interpretações da época de sua construção denotavam pertencimentos políticos,

interesses nacionais e internacionais, paixões, projetos para a Amazônia, derivados de múltiplas concepções de nação. Por outro lado, aqueles que efetivamente construíram a estrada e os que posteriormente a ocuparam, deixaram poucos vestígios: cartas, fotos, documentos, enquanto abundam documentos oficiais, embora por vezes, sua consulta seja dificultada pelos seus guardiões. O resultado do processo de instalação e ocupação, concretamente observável hoje, exclui a experiência daqueles que chegaram e retornaram ao ponto de origem, e que, por isso mesmo, teriam muito a dizer. Os que morreram ficaram por vezes na memória de parentes, amigos e vizinhos, mas a memória de sua experiência e vivência vai sendo simplificada com o decorrer do tempo e ganha fragmentos de outras vidas e experiências.

Tecer o pano de fundo que contém vidas de mulheres da Transamazônica implica considerar que há perdas de conteúdo e que nem todos os

possíveis históricos podem ser detectados. Por isso, traçar o contexto histórico da Transamazônica implica em aproximações e perdas.

Acrescente-se a isso que a Transamazônica foi instalada em um território povoado por índios, seringueiros, pequenos e grandes comerciantes, marreteiros, fazendeiros, sendo no entanto tratada, no momento de sua construção como uma estrada que cortava um vazio de homens e mulheres, terra a ser conquistada e colonizada. Conquista e colonização do centro contra a Amazônia - uma variante de colonialismo -, em uma época em que se multiplicavam as críticas a esta forma de dominação. Ainda hoje, ouvem-se fragmentos de relatos sussurrados a respeito do genocídio cometido contra os índios que povoavam o antigo município de Altamira: dizem que os índios Araras que defendiam seu território, foram amarrados a tratores que avançavam sobre a selva.

Altamira tem uma longa história de embates e sangue, principalmente de nordestinos em busca de trabalho nos seringais. Esta saga foi magistralmente relatada por André da Costa Nunes em seu livro “A batalha do Riozinho do Anfrísio: uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros”. Trata-se, principalmente, de homens que ao longo dos séculos vieram para a Amazônia na expectativa de fazer fortuna e, que sucessivamente, foram se integrando ao território, adaptando-se à floresta e estabelecendo famílias com outros seringueiros, índios, ribeirinhos e até com estrangeiros de além-mar atraídos pela aventura e pela possibilidade de fazer fortuna. Estes foram processos lentos e, de certa forma localizados; enquanto a Transamazônica com seus 3746 km planejados desde Recife e João Pessoa até Boqueirão da Esperança, no Acre, na fronteira com o Peru, foi agilizada através de projetos contínuos de implantação. O trecho Marabá-Altamira-Itaituba

foi praticamente construído em dois anos e seu (re)povoamento, realizado às pressas, segundo o PIN – Projeto de Integração Nacional anunciado pelo Governo do General Médici em 1970. Considerem-se, no entanto que muitas foram as aproximações, adaptações e negociações locais no processo da chamada colonização.

1. 1 A INVENÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA: IDEOLOGIA E POLÍTICA

A Operação Amazônia, instaurada em 1966, se propunha a inaugurar uma nova política desenvolvimentista para esta região, e para este fim lançou mão de uma série de instrumentos legais e medidas administrativas, tendo como carro chefe a política de incentivos fiscais, associada ao binômio governo/setor privado, (PANDOLFO, 1994). Em consonância com essa política também foram criados a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA). A SUDAM, além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais atuando na região, “(...) criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros, enquanto o BASA se encarregaria de repassar o dinheiro provindo dos incentivos fiscais que se reverteriam em empreendimentos empresariais” (IANNI, 1979).

A idéia de construção da Transamazônica surgiu em 1969, em trabalho publicado por Eliseu

Resende, então diretor do DNER onde defende a tese da criação de uma infra-estrutura de transporte, a fim de oferecer apoio ao crescimento de atividades econômicas, sugerindo a construção de uma Rodovia Transamazônica. Sugeriu ainda a elaboração de estudos a serem realizados por organizações nacionais e internacionais.

Embora seja difícil restituir a complexidade de interesses dos mais diversos agentes, que autores como Ianni (1979) e Velho (1972 e 1979) procuram dar conta com sucesso, os objetivos da construção da Transamazônica eram simples e esquemáticos, obedecendo a um tipo de racionalidade freqüente entre os planejadores. Os ingredientes da receita eram os seguintes: “integrar” a Amazônia (atrasada) ao resto do país (ao centro sul desenvolvido); retirar pessoas de áreas superpovoadas e transferi-las em massa a Amazônia vista como um grande vazio, processo este sintetizado no bordão do governo Médici:

“Terra sem gente, para gente sem terra”. Esta, em resumo, era a essência do Plano de Integração Nacional (PIN). Reis revela que foram realizados estudos, como levantamentos geológicos na calha sul do rio Amazonas, pela Petrobrás e sobre essências florestais, pela Food Administration Organization (FAO), em conjunto com o Ministério da Agricultura, entre outros. A rigorosa seca de 1969 no nordeste teria alavancado o projeto, que veio a ser anunciado em 16 de junho de 1970 (decreto-lei no. 1.106).

Com propriedade, Velho (1979, pp. 212-213) chama atenção para o fato de que a discussão a respeito da Transamazônica foi deslanchada como efeito de uma luta de bastidores a respeito do plano idealizado pelo Instituto Hudson e apoiado por Roberto Campos. Pretendia-se a formação de um imenso lago através do represamento do rio Amazonas, que seria destinado à produção de energia elétrica e serviria igualmente como

caminho para as áreas minerais da Amazônia. Uma aliança entre setores do governo e outros nacionalistas contrapunha a este projeto a abertura da Transamazônica. O projeto Hudson teria como consequência o despovoamento de uma das partes mais povoadas da Amazônia, retirando, com a formação do lago, os ribeirinhos que vivem ao longo do Amazonas e seus afluentes. Além disso, constituir-se-ia em espaço aberto aos interesses econômicos internacionais, em particular dos americanos, autores da proposta. A solução proposta para o Nordeste envolvia o controle demográfico, por meio de planos de controle da natalidade, tema este que foi objeto de acesos debates nas décadas de 1970 e 1980.

Os estudos realizados anteriormente à abertura da Transamazônica deixam entrever que a abertura da exploração a não nacionais não estaria prescrita. Neste caso, o governo disporia de um aparente controle sobre o território e eventuais

explorações econômicas. A frase de efeito “integrar para não entregar” manifesta uma clara posição de oposição aos defensores do grande lago amazônico.

Não apenas os partidários do grande lago se opunham ao projeto de colonização. Os governadores e representantes no Congresso viam com preocupação o deslocamento em massa de famílias nordestinas, por um lado porque o esvaziamento populacional interferiria nas relações sociais de trabalho, marcadas pela patronagem, e por outro, porque uma fatia importante dos recursos a serem alocados na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) seria desviada para a Amazônia. Igualmente alguns intelectuais nacionalistas, como Arthur Cezar Ferreira Reis, apoiavam a iniciativa de construção da Transamazônica, vendo-a como um instrumento de redistribuição de terras e de renda, como parte de um projeto de construção da nação por meio da integração da Amazônia, que teria também como

resultado o controle contra a exploração da Amazônia por outros países. Outros, como Osny Duarte Pereira (1972), mostravam-se mais céticos quanto ao projeto, em virtude do seu cunho autoritário, por não fixar os nordestinos na sua terra de origem e por provocar o êxodo de milhares de pessoas, empobrecendo o nordeste de sua “maior riqueza”: seus homens e suas mulheres.

A ideologia subjacente ao PIN (1970) é bem explicitada no trecho seguinte que define os objetivos da estrada:

-Construir essas estradas de forma a propiciar a ocupação dos vales úmidos e espaços vazios existentes em larga faixa inexplorada do território nacional, ensejando a utilização ordenada e racional; de mão de obra excedente na região semiárida, mediante vigoroso plano de colonização que haverá de contribuir decisivamente para a conquista da Amazônia e para a sua incorporação econômica e social ao patrimônio da Nação. A Transamazônica e a Cuiabá-Santarém constituíram verdadeira espinha dorsal de um vasto programa de deslocamento de trabalhadores rurais dos sertões semi-áridos, visando sua adequada fixação em extensas e férteis áreas situadas nos estados do Maranhão, Pará e do Planalto Central, de modo de modificar a médio e longo prazos, a face das duas regiões.

- Acautelar o eventual desvirtuamento da função colonizadora da importante ligação terrestre, prevenindo a ocupação desordenada de suas margens e o desempenho das atividades econômicas especulativas ou predatórias da terra. Para tanto reservar para a colonização, faixa de terra de cerca 10 km, à esquerda e à direita do eixo da estrada, em toda a sua extensão, de modo que nessa larga faixa de 20 km possam os setores competentes do Governo Federal e dos Governos locais, coordenadamente planejar e executar racional programa de ocupação humana da terra e sua adequada e produtiva exploração econômica.

-Promover o aproveitamento – tão amplo quanto as condições técnicas de construção das obras rodoviárias permitissem e as condições sanitárias das frentes de serviço admitissem – de mão de obra nordestina, recrutando-se trabalhadores especializados e não especializados nas áreas mais afetadas pelas secas, para aproveitamento nas variadas tarefas de construção de estradas e criando estímulos para a fixação familiar na região pelo oferecimento de terras agriculturáveis, sob garantia e assistência adequadas.

- Projetar e implantar os acampamentos necessários à execução dos serviços nas duas estradas, de modo que de imediato se constituíssem em núcleos pioneiros de colonização para ali permanecerem, mesmo após o término das obras. (...)

O trecho acima, pinçado do PIN, mostra bem o espírito que dominava no projeto de construção da transamazônica. A Amazônia é descrita como um grande vazio, terra a ser “conquistada” e “anexada” (incorporada, no projeto e integrada segundo a propaganda do governo), na melhor forma do colonialismo do século XIX, tanto que se trata de um projeto de colonização. O substrato heróico, passível de ser lido mesmo em documento técnico, contribuía para forjar a imagem do governo militar.

O programa de colonização proclamado na década de 1970, pouco tinha de inovador se comparado à política de colonização do governo imperial brasileiro no século XVIII. Nesta época o fato da colonização, também ser percebida como processo de povoamento e desenvolvimento agrícola, combinava com a perspectiva de fixação dos colonos estrangeiros, em áreas não exploradas e cobertas de florestas, para torná-las

produtivas e ocupar as suas fronteiras. Dessa forma, povoamento, colonização e defesa do território eram coisas inter-relacionadas.⁹

Antes de abordar a conjuntura histórica e social na qual se desenvolveu o processo de abertura da rodovia Transamazônica e de seu subsequente povoamento, faz-se necessário reportar as primeiras iniciativas de concessão de terras subsidiadas pelo governo imperial, no período anterior a promulgação da Lei de Terras de 1850. Entender a questão fundiária subjacente à colonização com imigrantes e analisar os processo de concessão e legitimação dos lotes coloniais na longa distância temporal, subsidia a análise a respeito do programa de ocupação da Amazônia, promulgado pelo Governo na década de sessenta, como a representação de um modelo de colonização obsoleto.

No início do século XIX, com a proibição de utilizar a mão-de-obra escrava, o governo imperial passa a incentivar a migração de estrangeiros para o Brasil. Mediante a concessão de terras, o interesse na diversificação da agricultura e na fixação de famílias estrangeiras nas zonas de fronteira, bem como, a responsabilidade de subsidiar o processo de aquisição e regulamentação dos lotes, dava ao Estado o poder de controlar o processo de colonização, fosse esta subsidiada pelo Governo ou por empresas privadas.

Proposta similar norteou o plano de ocupação da Amazônia, que em sua fase inicial estava voltado para o oeste do Pará. Este programa foi inaugurado com a abertura de uma rodovia de 'Integração Nacional', a Transamazônica, ou BR-230, cuja construção foi inscrita no Decreto-lei n. 1106, de 16 de Junho de 1970, instrumento legal que criou o Projeto de Integração Nacional (PIN) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁰ - órgão responsável pela distribuição e ocupação das terras situadas ao longo do eixo da Transamazônica.

Para Jean Hébette (2004), a atuação do Governo central no processo de ocupação da Transamazônica, é uma estratégia de intervenção do Estado na distribuição de excedentes de terra de acordo com um modelo pré-estabelecido, o qual visava a fixar

⁹ A distribuição de colônias mostra os interesses mais amplos da colonização. Trata-se da noção de fronteiras combinando desenvolvimento agrícola e povoamento. Giralda Seyfeth. **Imigração, colonização e estrutura agrária. In: Significados da Terra.** Organizadora – Ellen F. Woortmann. Brasília: Editora Universidade de Brasília-UNB, 2004.

¹⁰ Com suporte nos Decretos ns. 65.557, de 12 de novembro de 1970, e 68.443, de março de 1971¹⁰, o INCRA, deflagrou o processo de ocupação das terras situadas ao longo da estrada. REBELO, Castro Darino. **Transamazônica Integração em Marcha.** Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes. DF: 1973, p. 87.

o homem na terra e assegurar a penetração capitalista através das fronteiras¹¹. Com o lema Integrar para não Entregar se construía todo um discurso de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia que não mostrava o substrato ideológico da economia americana que o alimentava. A construção da ideologia da segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, fundamentada na tese “pior do que não se entregar aos Estados Unidos é entregar-se à União Soviética”, conforme explica Umbelino de Oliveira (1988, p. 29).

Um exemplo concreto da presença americana no contexto sócio-econômico da Transamazônica foi a instalação de projetos agroindustriais na região, como serrarias, mineradoras, e principalmente, a construção da Usina Abraham Lincoln, situada na área de Medicilândia. Em 1974 esta usina foi instalada sob a coordenação do INCRA, mas em 1981 o empreendimento foi repassado para uma empresa privada, a CONAN (Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega) de empresários pernambucanos, que passaram a comprar lotes de terras férteis próximos à usina para plantação exclusiva da cana-de-

¹¹. Outra vez ia-se utilizar o mito da colonização por pequenas propriedades, criando o slogan “Terras sem homens para homens sem terra”, para legitimar a expansão do capitalismo, sob a égide do Estado. HEBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean., MAGALHÃES, Sônia B. & MANESCHY, Maria C. (Orgs.) *No mar, nos rios e na fronteira: Faces do Campesinato no Pará*. Belém - PA: EDUFPA, 2002, p. 86.

açúcar, incentivando os colonos à destruição de outras lavouras em proveito dessa monocultura. Com a decadência da usina a partir de 1985 estes trabalhadores sofreram danos por terem priorizado a cana-de-açúcar em detrimento de outras culturas e, sem outra fonte de renda, ficaram sujeitos aos desmandos dos usineiros e à mercê de créditos bancários.

Merece, igualmente, referência no extrato do PIN reproduzido acima a forma como são mencionados os camponeses sem terra: nada mais do que mercadoria, conforme podemos deduzir das expressões “mão-de-obra excedente na região do semi-árido; um vasto deslocamento de trabalhadores rurais dos sertões semiáridos; executar racional programa de ocupação humana da terra; mão-de-obra nordestina”. Destaco a dificuldade de nomeação inerente ao PIN, que denomina inadequadamente camponeses como trabalhadores rurais, em virtude do interdito

aplicado pelos governos militares aos termos: camponês e campesinato. Com efeito, o Governo via na ocupação das terras da Amazônia uma forma de minimizar as situações de tensão decorrentes da injusta distribuição de terra e evitar os conflitos agrários que se desenhavam tanto no sul, como no nordeste brasileiro.

Além das categorias integração e colonização, aqui brevemente discutidas, o PIN introduziu um léxico particular na Transamazônica, detalhadamente relacionado por Thais Nascimento (2005, p. 9-12), do qual ressalto os termos: faixa (trecho da Transamazônica), travessão (transversais da Transamazônica), lote (módulo rural), colono ou colonizador (o migrante que ocupou terras na Transamazônica). Estas categorias são de uso corrente na Transamazônica, sendo que foram traduzidas e retraduzidas, ganharam novos sentidos. Por exemplo, lote não é apenas um pedaço de terra, agrega todos os sentidos simbólicos que

foram sendo construídos, e toda a vida da família camponesa. Colono ou colonizador é o que chegou primeiro, a ser diferenciado dos que vieram depois, agregando ainda ideário transformado do PIN, como o pioneiro, o desbravador de terras.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA

A Transamazônica, no trecho Altamira-Itaituba, espaço onde se insere esta pesquisa, tem seu traçado em espinha de peixe: a estrada cortada a cada 10 km por estradas secundárias transversais. Esse conjunto, que é entendido como Transamazônica, é constituído pelo que é denominado, localmente, de faixa e travessões, ao longo dos quais se distribuem os lotes que variam de 100 a 3.000 hectares, destinados à colonização e para os quais eram propostas utilizações diferenciadas, conforme descrito a seguir. O projeto previa a implantação de aglomerações hierarquizadas, incluindo agrovilas, agrópolis e rurópolis, onde haveria escolas, postos de saúde, comércio e infra-estrutura de armazenamento e comercialização da produção. O projeto previa inicialmente a transferência de cem mil famílias. Este mesmo projeto de colonização visava também à destinação de áreas para empreendimentos agroindustriais e agropecuários que, com o apoio de incentivos fiscais, de infra-estrutura e financiamentos governamentais, deveriam ser instalados na região. Estas áreas foram inicialmente devastadas e preparadas pelos migrantes

nordestinos ou pelos trabalhadores rurais descapitalizados das regiões sul e sudeste do país.

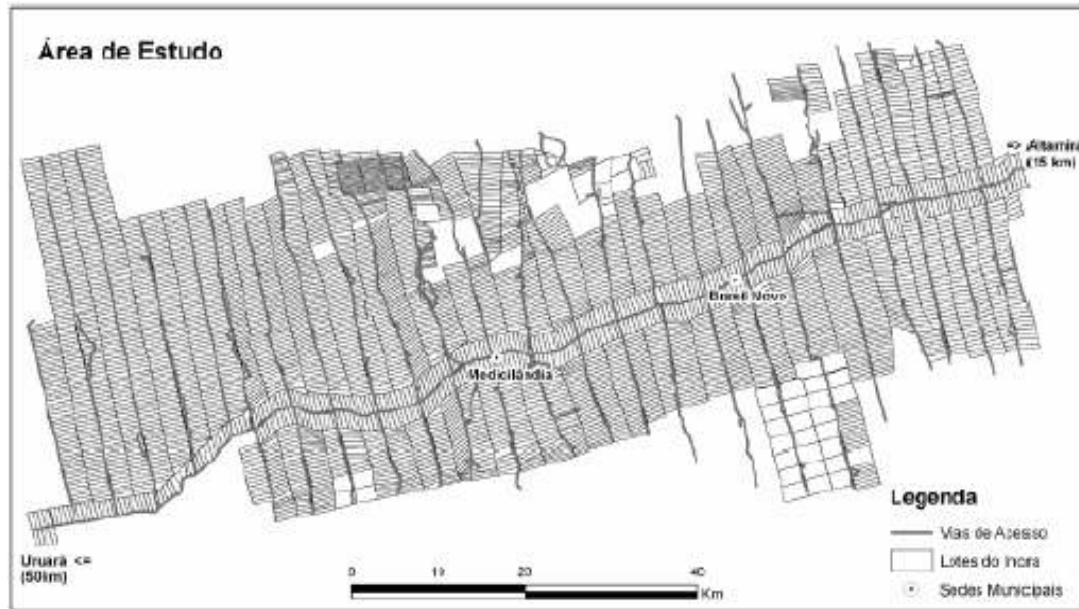


Figura 1: disposição e formato dos lotes ao longo da Transamazônica a partir do projeto inicial de colonização da década de 70. Esta figura representa também a abrangência da área de estudo. Fonte: NASCIMENTO, 2005 (Monografia).

Em setembro de 1970 as máquinas para construir a Rodovia Transamazônica aportavam em Vitória da Xingu, trazendo o rótulo de duas grandes empresas de pavimentação, Mendes Junior e Queiroz Galvão, que ganharam a concorrência aberta pelo Ministério da Agricultura para contratação da pavimentação de vários trechos da Rodovia Transamazônica. O Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - (DNER) atuaria como entidade oficial que, representando o Ministério, fiscalizaria a atuação das empreiteiras.



Foto 2: Máquinas da construtora Queiroz Galvão na abertura da Rodovia Transamazônica, 1970. (Fonte: cedida pela SEMAT de Altamira, 2007).

Para a construção foram atraídos milhares de trabalhadores nordestinos, que viajaram sozinhos, prevendo que quando a estrada estivesse concluída, mandariam buscar as famílias e se assentariam na Transamazônica, em um lote ou como comerciantes, ainda contratados pelo governo para algum serviço.

Tudo acontecia num ritmo acelerado. Era setembro quando as máquinas chegaram e em novembro o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici veio com sua comitiva, ministros da Agricultura e do Transporte e repórteres para inaugurar a abertura da Rodovia Transamazônica em Altamira. Em um ponto a sete km deste município cerrou a placa de inauguração acompanhada de discursos de autoridades locais, dos ministros dos transportes – Mário Andreazza, e da Agricultura - Francisco Cirne Lima e do bispo da Prelazia do Xingu - Dom Eurico Krautler.

Se a propaganda oficial mostrava a heróica conquista do território, a realidade daqueles meses de construção provocou efeitos intensos na vida dos que lá viviam antes da estrada e daqueles que foram trabalhar na sua construção.

Maria Niza, 50 anos, natural de Altamira, pertencente à família Moreira, que atuava na agricultura e na exploração de borracha¹² lembra dos efeitos da construção da estrada:

¹² Maria Niza Moreira Leite é funcionária do Inbra há 22 anos, filha de Manoel de Oliveira Moreira e Teodora Souza Moreira, ambos nascidos no município em Altamira. Acompanharam as diversas vicissitudes, históricas e sociais pelas quais passou este município.

Era um montão de gente que ia chegando. Faltava tudo: gás, até os alimentos que eram de fácil acesso e baratos. Ficou difícil e subiram os preços. Até o pessoal da funerária enlouqueceu, pois, não conseguia atender a demanda de caixões. Uma loja de Altamira, “Mundo dos Tecidos”, se preocupou em encomendar bastante pano para cobrir caixão, pois também faltava... O hospital do SESP ficava cheio de doentes, quase sem atendimento, pois, só tinha dois clínicos gerais, e morria muita gente por acidente de carro ou máquinas, nas derrubadas embaixo de árvores, por causa do pium que causava hemorragias em algumas pessoas e de doenças como malária, leishmaniose e outras. Além disso, a violência que antes era uma raridade se tornou cotidiana. Pessoas que atiravam nas ruas e bebedeiras. Os barzinhos nem davam conta de vender tanta bebida. E a instalação de prostíbulos contribuiu para aumentar as brigas e conseqüentemente as mortes. O cemitério da cidade ficou cheio de covas desconhecidas, as pessoas que morriam na Transamazônica eram enterradas em Altamira porque não havia cemitério na estrada, e alguns eram enterrados como indigentes, quando não se encontrava a referência familiar, como era o caso de alguns peões que vieram trabalhar na Transamazônica e morreram. Antes a gente sabia exatamente quem estava enterrado ali, depois misturou, com nomes desconhecidos que não diziam nada para nós. (Entrevista, 2007).

1.3 DESPOVOAR, POVOAR, REPOVOAR

Altamira os viu chegar apreensiva. Nenhum deles parecia atentar para o lado doméstico da cidadezinha alvoroçada. Não viam os anciãos sentados à calçada, os vetustos balcões de comércio antigo, as venerandas casas dos desbravadores. Não ouviram o sino antigo chamando às missas de sempre, não perguntaram quem casou, quem nasceu, não souberam das saudades ou das lembranças queridas. Era bem mais importante o Presente e, desta forma, a gente de longe começou a pensar que Altamira nascia ali, com a estrada... (Vânia Figueiredo, 1976)

É relativamente comum encontrar, inclusive entre pessoas mais informadas, a idéia de que Altamira começa a existir com a abertura da BR 230. É como se antes disso nada houvesse. De fato, o processo de urbanização foi acelerado com a abertura da Transamazônica, cuja construção proporcionou um fluxo considerável de veículos, máquinas, pessoas e equipamentos antes desconhecidos na região. Porém, apesar de ser

reconhecível, esse fator não pode ser considerado como uma referência absolutamente inaugural na história dessa cidade. Lá já se encontravam estabelecidas, e em fluxo de funcionamento, diversas redes de relações sociais, econômicas, políticas e de trabalho.

Estas relações sociais se davam entre conhecidos e tudo era familiar. Os grupos eram representados pelos clãs de linhagens patrilineares, que se instituíram ao longo da história de Altamira. Eram os Frizans, os Meireles, os Soares, os Moreira, os Umbuzeiros e outros poucos que marcaram suas trajetórias neste município, atuando no comércio da borracha, na agropecuária, na política e em outras variedades de comércios locais.

Maria Niza diz que naquela época, (referindo-se ao período anterior à abertura da Transamazônica) todos se conheciam e ninguém era capaz de se apossar de algo que não fosse seu. Niza conta que pela manhã, o padeiro e o leiteiro deixavam o pão e o leite na porta da casa das famílias, e ninguém os pegava. Também lembra que bem cedo as pessoas iam ao mercado municipal comprar carne. Levavam as vasilhas e iam colocando uma atrás da outra conforme a ordem de chegada. Podiam até sair da fila que seu lugar era respeitado pelos demais, logo que a carne chegava ia sendo distribuída de acordo com a ordem dos vasilhames.

O empreendimento para construção desta extensa rodovia transversal, de leste a oeste do país, trazia em seu bojo um projeto de ocupação e desenvolvimento regional pensado por outros, sem qualquer consulta aos habitantes da cidade e das colônias vizinhas.

Por isso considero importante, ainda que de forma breve, situar a história de Altamira na cadeia dos acontecimentos históricos em que se localiza o meu objeto de pesquisa, inclusive porque sem isso, qualquer pessoa que queira entender o que aconteceu depois da Transamazônica pode correr o risco de ter uma leitura enviesada da realidade, visto que esse conjunto não pode ser considerado sem o elemento local, peça importante para se montar o mosaico pluricultural que caracteriza, de forma tão marcante, esse município.

Em 6 de novembro de 1911 foi criado o Município de Altamira e em janeiro do ano seguinte tornava-se definitiva a instalação do novo município com sede na Vila que lhe dava o nome, Altamira. O núcleo urbano, propriamente dito, tem seu marco na transferência da sede do município, que se localizava em Porto de Moz, e começa a ganhar densidade depois com os fluxos oriundos da exploração do comércio e da borracha.

Neste período se registra a expressiva migração masculina nordestina. Os homens, fugindo da seca e da falta de trabalho, deixavam suas famílias e vinham para Amazônia, em busca de recursos que lhes permitissem sustentar a família e voltar para o Nordeste em melhores condições financeiras, embora isso tenha se dado muito raramente. Muitos não conseguiram se libertar das amarras dos donos dos seringais que os mantinham sempre em débito, outros por terem adoecido de malária ou outra doença tropical, que os impedia de trabalhar e se não morriam, acabavam se habituando à região e por vezes constituindo outra família, visto que a solidão e a carência de apoio afetivo era mais forte do que a saudade e o compromisso com a família que deixara no Nordeste.

Nos fins dos anos 20 e início da década de 30 o êxodo rural atingiu Altamira com o desarrimo provocado pela queda do preço da borracha e da castanha do Pará, em consequência da crise financeira mundial de 1929. Esta crise atingiu os mais variados produtos. Os castanheiros e os seringalistas conheceram a miséria e aos comerciantes restaram o desespero e a falência. Fonte de riqueza e tragédias, o extrativismo foi durante muito tempo a principal veia econômica desse município, ao lado da agricultura e da pesca de subsistência.

No início da década de sessenta, Altamira vivia sob a sombra do passado cheio de percalços, breves avanços e repentinos declínios econômicos e sociais. Esta trajetória ensinou ao povo altamirense a prudência e a desconfiança diante de qualquer euforia de desenvolvimento repentino. A gente daquela pequenina cidade de ruas empoeiradas, de anciões sentados às calçadas, de comércios antigos, de casas abertas com cortinas nos quartos servindo de porta, do peixe fresco comparado à beira do rio, se via invadida pelo barulho das máquinas e moto-serras, pela desenfreada chegada de aviões com pessoas de todos os lugares do Brasil. Os altamirenses se sentiam como se sua casa estivesse sendo invadida, sem antes terem sido sequer informados.

Para Niza que ainda era criança apesar de ter treze anos, a chegada dos aparatos tecnológicos e de muitos homens para abertura da Transamazônica, se irrompeu na cidade causando pânico, principalmente nas crianças e nas pessoas idosas:

Ninguém nos avisou, as escolas não disseram nada, não tinha canal de televisão em Altamira e a única estação de rádio que funcionava também não informou a população, fomos pegos de surpresa, tínhamos medo de sair às ruas, por causa do movimento de pessoas e de máquinas, era um barulho infernal. Não podíamos mais brincar nas ruas, nem banhar no rio livremente, tinha muita gente estranha na cidade. (Entrevista, 2007).

Foi assim que a população de Altamira se comportou quando surgiu a notícia da abertura de uma estrada, que cortaria este município no sentido leste/Marabá e oeste/Itaituba. A característica mais promissora dessa rodovia era a de ligar os terminais navegáveis dos grandes afluentes da margem direita do Amazonas¹³.

Não era mais uma notícia que corria por jornais que chegavam da capital, não era conversa de político em época de eleições, era uma realidade que em pouco tempo transformou os ares da cidade de Altamira. Os aluguéis das casas modestas subiam vertiginosamente. Cada casa da cidade se arvorou em loja, com mercadorias penduradas na janela tornadas vitrinas ou balcões. Os antigos comerciantes viam surgir ao lado de sua taberna pequenas lojas com mercadorias vindas de fora, mas sabiam que a procura era maior que a oferta e havia a promessa de lucro de sobra para todos. Vendia-se tudo: a fruta do quintal, o peixe do rio, o ovo caipira, o produto da roça, coisas que antes eram trocadas ou presenteadas ao vizinho ou compadre ganharam valor comercial.

Constata-se que o fluxo de pessoas de outros estados e países sempre existiu naquela região do Xingu. O que ocorreu com a abertura da estrada, no entanto, estava sendo experimentado pela primeira vez. Tratava-se de um projeto que despejava levas de pessoas, em curto período. Com isso não havia tempo para acomodações. A intensidade e a magnitude da invasão fizeram a diferença.

Antes da abertura da rodovia Transamazônica, já havia a iniciativa de outros empreendimentos rodoviários na região. Eram estradas, oriundas de empreendimentos individuais, ou motivadas por interesses políticos ou por idealismo e crença profética no futuro desenvolvimento da região. Por exemplo, até o km 23, o que seria futuramente a rodovia Transamazônica, já havia uma estrada, que fora construída pela iniciativa do piauiense João Batista da Silva, o João Pezinho - que era conhecido por esse nome devido a uma deficiência na perna. Ele chegou a Altamira em 1953, adquiriu terra e recursos suficientes para incentivar seus conterrâneos a migrarem para a região, garantindo-lhes que a terra era boa e farta.

Assim, conseguiu arrebanhar em torno de três mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, todos se situaram na área da estrada que João Pezinho iniciara. Daí, deu continuidade ao seu projeto de abrir uma estrada que interligasse esta região à cidade

¹³ Deveria passar por Marabá entre o Tocantins e o Araguaia, por Altamira no Xingu e por Itaituba no Tapajós. Dali para frente prosseguiria em linha quase reta para atingir Cruzeiro do Sul no Acre, onde poderia estabelecer ligação com a rede rodoviária do Peru, para atingir o Oceano pacífico. (FIGUEIREDO, V. Altamira: latitude esperança. Belém: Gráfica Editora Falangola, 1976).

de Santarém. Com a ajuda de seus conterrâneos, contando apenas com a força dos braços e o impulso do idealismo, eles abriram mata adentro, 29 quilômetros de estrada, construída precisamente no traçado que a Transamazônica iria seguir.

1.4 DUAS MODALIDADES DE DESLOCAMENTO

As formas de deslocamento que predominaram no processo migratório, para Transamazônica, no trecho estudado, são denominadas localmente como *colonização oficial e colonização espontânea*¹⁴, distinguem-se quanto aos mecanismos e aos recursos que viabilizaram as saídas, e ao mesmo tempo, se aproximam no que se referem às expectativas e aos propósitos da migração: a busca de terra para trabalhar e, com isso, melhorar as condições de vida.

A *colonização oficial* implementada pelo governo federal foi denominada nos projetos de *colonização dirigida*, porque se encarregava da arregimentação de famílias para a Transamazônica e também coordenava o processo de deslocamento e assentamento nas terras loteadas pelo INCRA. A denominada *colonização espontânea* se caracteriza pela forma de deslocamento efetivada com recursos e mecanismos das próprias famílias. Ressalta-se que esse tipo de deslocamento para essa região é anterior a construção da Rodovia Transamazônica, sendo de fato, estimulada e reforçada por esta.

Contudo, as duas formas de migração são impelidas pelas necessidades de sobrevivência, pelo desejo de terra, por motivações individuais e pela expectativa de melhores condições de existência. A tese da colonização espontânea se desfaz frente à realidade concreta das pessoas que vivenciaram esse processo migratório. Este grupo revela diversos fatores que motivaram a saída, mesmo que esta tenha sido provida por recursos próprios. Dentre estes fatores destacam-se as expulsões do campo, o desemprego e a reduzida possibilidade de reprodução e desenvolvimento social do grupo familiar. Sob

¹⁴ As famílias que migravam segundo essa modalidade eram geralmente, do Sul e Sudeste do País, e trabalhavam na terra de outros, ou moravam e plantavam numa terra fruto de herança, que não permitia mais a divisão nem a reprodução do grupo familiar. Elas traziam alguns recursos técnicos e financeiros que possibilitaram a aquisição da terra e melhor desempenho no trabalho agrícola.

esse ponto de vista, o mais adequado seria o uso da expressão 'migração forçada', conforme observa Almeida, A.W. (1974).

Na Transamazônica, desde a década de setenta, a ideologia de modernização capitalista no campo já se refletia nos discursos e práticas governamentais. Integração e Desenvolvimento eram palavras chaves, quando se propunha a explicar o processo de povoamento e assentamento em terras públicas sob a titulação do Incra. Ao se apropriar de um lote de 100 ou 500 hectares a unidade familiar era incentivada ao cultivo de produtos agrícolas e agropecuários para a exportação.

O programa de seleção das famílias que fora implementado pelo projeto de colonização oficial visava fazer com que os requisitos do projeto viessem a ser atendidos. Como já mostrei em outra parte deste trabalho, no processo de escolha das famílias que seriam arregimentadas pelo programa governamental, pesaram como critérios importantes: as famílias numerosas, com maior

capital e força de trabalho, além daquelas que detinham conhecimento técnico mais ‘desenvolvido’, nas quais se projetava maior possibilidade de desenvolvimento agrícola e crescimento econômico.

De acordo com as premissas do projeto oficial, as características do primeiro grupo se concentravam prioritariamente, na região nordestina e as do segundo, nas regiões sul e sudeste do país. Através das famílias sulistas, que portavam experiências no campo da agricultura, voltadas para o mercado, o Governo vislumbrava formar uma frente de trabalho agrícola que serviria como “efeito demonstração”¹⁵, possibilitando a rápida assimilação de processos produtivos mais avançados, por aqueles que não detinham esses conhecimentos.

¹⁵ Para esse efeito, cerca de 25% dos colonos deveriam ser oriundos de áreas mais desenvolvidas e 75% de áreas menos desenvolvidas, notadamente o Nordeste, conforme se ler no texto do PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTAMIRA-I, REPÚBLICA FEDRATIVA DO BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Neste sentido, o Sr. José Curioso¹⁶ registra a presença marcante de nordestinos, principalmente de riograndenses do Norte, lembrado daqueles que povoaram Brasil Novo no início de sua ocupação.

O primeiro pessoal que entrou aqui no Brasil Novo era tudo do Rio Grande do Norte. Era de Natal, era de Pedro Avelino, era de Caicó, de Florânia, Sertão do Seridó. Ai nós ficamos, mais desse pessoal mais velho que pegou o primeiro e lote e estamos aqui. É a família do João Barach, do Antonio Jose, do Zé melado e do Zé Paulista.

Era família assim de oito, dez ou 6 filhos, e sempre quando a gente fez a ficha lá em Natal, - ele queria que o pessoal que tivesse família-, e pra gente vir, tinha que responder a 75 perguntas e tinha que ser selecionado pelo banco do Brasil. O governo viu que não podia colonizar a Transamazônica, sem trazer as famílias. Então arranhou um avião e falou “pega ai, soca esse monte de gente soca lá na Transamazônica” e cansou de vim de Natal pra cá três vôos desse Boeing 237 da Varig. Ele chegava aqui e desciam 300 colonos. Ele dava duas viagens por dia. (Entrevista, 2006).

Por outro lado, destacam-se os pequenos trabalhadores rurais da região Sul que enfrentavam o problema do minifúndio que os forçava a migrarem para outras regiões, em busca de terra que possibilitasse a reprodução do grupo familiar.

Assim foi o caso da família de Zita Pifs, 61 anos, que veio para a Transamazônica com recursos próprios, mas com intenção de adquirir uma área de terra de 3.000 hectares, a ser licitada pelo INCRA.

Zita: Eu vim de uma cidadezinha chamada Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, e nós saímos de lá, de Santa Rosa com a última mudança, dia 1 de Abril de 1974, mais meu marido, meu pai e as irmãs e um irmão, já vieram pra cá antes em Outubro de 73. Nós viemos pelo INCRA, mas não do projeto de colonização, nós viemos naquelas áreas de fazenda, áreas de 3.000 hectares de terra que eram conseguidas através de licitação. Nossa família era grande e não tínhamos terra para trabalhar. (Entrevista, 2005).

Como se percebe, tanto no sul quanto no nordeste, o que estava em questão era a terra e seus significados para as famílias camponesas. Embora se trate de duas realidades sociais geograficamente distintas, ambas têm em comum o problema da concentração e da má distribuição de terras. No sul, o problema se intensifica com o processo de minifundização da agricultura, caracterizado pela limitação de terras para uma família extensa, que não tem mais como dividi-la entre seus novos membros, e cuja solução é a

¹⁶ O senhor José Curioso veio do Jardim do Seridó – RN em março de 1971, foi um dos primeiro a conseguir o lote do INCRA. Sua esposa morreu em 1998. Seu Curioso continua trabalhando no lote e estima muito o INCRA pelo apoio que recebeu.

migração para outras regiões em busca de terra para a produção e o desenvolvimento familiar. No nordeste, além da seca que devasta e expulsa o homem da terra, o maior problema é o latifúndio que expropria e monopoliza a produção agrícola, priorizando a agroindústria canavieira.

Com o programa de colonização e desenvolvimento da Amazônia, o governo militar juntava e controlava duas tendências aparentemente contraditórias: de um lado, uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo e, de outro, uma política de redistribuição de terras, onde as tensões sociais pudessem se apresentar como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar. (MARTINS, 1995 p. 31).

De acordo com os depoimentos e documentos consultados, verifica-se que o processo de colonização da Transamazônica ocorreu em duas frentes distintas, mas praticamente paralelas. Enquanto o governo federal, até meados de 1970, conduzia a denominada colonização dirigida, organizada de acordo com as premissas e estratégias governamentais¹⁷, ocorriam também outras formas de colonização que, a priori, não estavam nos critérios de seleção do projeto de colonização oficial.

Estas formas de ocupação eram realizadas por famílias que vinham com recursos próprios,

¹⁷ O INCRA responsável pela efetivação do projeto de colonização governamental até maio de 1972, tinha assentado mil e trezentos colonos com suas respectivas famílias em lotes de cem hectares, no trecho localizado entre as cidades de Marabá e Altamira, cidades pólos do estado do Pará.

geralmente, oriundas de uma mesma região, as quais se organizavam em grupos para dividir os custos da viagem e as dificuldades decorrentes no percurso migratório. Vendiam o pouco que tinham e traziam apenas o necessário para recomeçar a vida na Transamazônica. Mesmo com poucos recursos para enfrentar uma viagem tão longa, as famílias vinham preparadas com alguns utensílios domésticos e agrícolas que muito serviram numa região onde esses objetos ainda eram escassos e extremamente necessários.

Com exceção dos que vieram com o objetivo de ampliar seu capital econômico e social, as duas formas de migração, seja ela subsidiada pelo Estado ou por iniciativa particular ou de grupos organizados, é uma estratégia de mascarar uma face da realidade social brasileira marcada pela necessidade de sobrevivência, pela busca de trabalho, de estabilidade e de terra. Este último elemento é o principal fator desses deslocamentos, e

cujo problema se evidencia nas suas formas de ocupação e uso: entre a propriedade e a posse, entre a exploração da terra para fins capitalistas e o trabalho na terra para a produção da sobrevivência, como lembra José de Souza Martins, (1995).

1.4.1 Alojamentos e assentamento: de um lado o projeto, de outro as experiências das famílias migrantes

São muitas as histórias relacionadas à estada das famílias migrantes nos acampamentos no início da colonização da Transamazônica. Havia dois ou mais acampamentos. O mais comentado foi aquele situado no Km 23, conhecido como arraial do João Pezinho, por ser próximo ao lote de antigo colonizador que chegou nessa região em 1954. Este senhor ajudava a equipe do Inca a organizar as famílias que iam chegando, dando-lhes apoio e incentivo para ficarem na Transamazônica.

Ele era uma espécie de modelo do colono da Transamazônica, trabalhador e bem sucedido, sendo utilizado como exemplo em matérias de jornais e revistas que divulgavam o Projeto de colonização na época, por exemplo, como a revista Manchete que, em 1972, realizou uma grande reportagem sobre a história de João Pezinho e sua família nesta região. O arraial do João Pezinho foi construído pela empreiteira Queiroz Galvão, responsável pela implantação das agrovilas, pontes e outras estruturas. As casas eram feitas de madeira e cobertas de telhas de amianto, chamadas comumente de brasilites, mas em alguns acampamentos mais provisórios as barracas eram cobertas por lonas pretas.



Foto 3: Acampamentos construídos para alojar as famílias migrantes que iam chegando, 1970-1972. (Fonte: cedida pela SEMAT de Altamira, 2007).

Um outro acampamento foi construído no Km 40, próximo à agrovila de Brasil Novo. As casas eram cercadas e cobertas de palhas de palmeira de coco babaçu, árvore que existia em grande quantidade na floresta. No km 40 foi construída a agrovila que passou a se chamar Carlos Pena Filho, mas nesta agrovila só ficaram morando as famílias que receberam lotes correspondentes àquela área de colonização que se estendia até o km 50 da rodovia Transamazônica.

Tomei conhecimento de outro acampamento situado no km 18 da Transamazônica em direção a Itaituba. Este acampamento tinha uma certa estrutura, pois as famílias migrantes ficavam na agrovila construída pelo Incra. Dona Julinda Lazarine, que veio de São Paulo com a família em 1972, conta:

Era uma agrovila que tinha as casas feitas, segundo eles, para colonos que, se porventura tivessem filhos para estudar nas agrovilas que iam ser feitas de 10 em 10 km. Mas isso foi só projeto e não foram feitas todas, só as primeiras agrovilas foram construídas. Nesse acampamento eram 3 famílias em cada casa. Era um quarto onde eu cozinhava e dormia. A gente nunca tinha dormido em rede. Era um sufoco. A gente não sabia nem como esticar a rede, As famílias que ficaram conosco, uma era uns vizinhos nossos e a outra família veio de um município de São Paulo, eram todos de lá. No avião vieram pessoas de São Paulo, de Andradina, de Tupi Paulista e se juntaram todos em São Paulo. Pegaram o avião e vieram. Era um avião grande, da Vasp.

Depois nós ficamos em outro acampamento da Queiroz Galvão no 173 em direção a Itaituba, e hoje ainda temos um lote lá que nós compramos depois de um amigo nosso que veio junto com a gente de outra região e vendeu, como muitos que vieram depois, venderam e foram embora. A imagem que tínhamos daqui era de que se vinha para um paraíso, que ia ter comida e não era preciso trabalhar, mas não foi isso que nós encontramos.
(Entrevista, 2005)

O projeto Altamira I destaca que a chegada de colonos não poderia se dar no período chuvoso (dezembro a abril), e que o fluxo migratório deveria se iniciar a partir de maio até agosto, período de tempo suficiente para o desmatamento, queima e preparo do solo. Dessa forma, evitaria a concentração de famílias nos acampamentos, acarretando despesas e frustrações em decorrência da demora na alocação da família. O processo de assentamento deveria ser quase imediato. Os alojamentos serviriam de parada provisória para redirecionamento das famílias aos lotes demarcados e às respectivas agrovilas ou agrópoles previstas para cada trecho da rodovia.

No entanto, o que realmente aconteceu foi bem diferente do planejado, uma vez que a implantação do trecho que corresponde ao PIC - Altamira I começou em setembro, restando apenas três meses para o início do período intenso do inverno, visto que na época as chuvas não cessavam por completo. Os primeiros trabalhos consistiam em desmatamento, terraplenagem dos cortes, construção de bueiros e pontes de madeira. Retardando a construção das agrovilas e a demarcação dos lotes conforme o período previsto pelo Projeto, as famílias que vinham chegando pelo programa de colonização dirigida iam se acumulando nos acampamentos, que eram previstos para uma estada provisória - de no máximo uma semana -, até se regularizar o assentamento das famílias nos seus respectivos lotes.

Assim, os acampamentos ficaram lotados e os pequenos barracos de palha, também denominados de tapiris, recebiam de duas até três famílias em cada um. Esta junção de grupos familiares num mesmo recinto não obedecia a nenhum critério de escolha; eram pessoas de lugares e comportamentos diferentes, sem nenhuma relação de afinidade ou parentesco entre si, que passavam a conviver num espaço restrito, onde não havia nem privacidade, nem comodidade.

Para algumas famílias, sobretudo as nordestinas, que foram arregimentadas pelo projeto oficial, tudo parecia inusitado, não havia muito tempo para pensar e se organizar.

A oportunidade de sair da difícil situação em que viviam vinha pelas mãos do governo, em quem geralmente costumavam confiar. Tanto é que ainda repetem com certo entusiasmo os slogans propagados pelo governo para justificar o projeto de colonização que estava sendo implantado: frases como “terra sem homens para homens sem terra”, ou “integrar para não entregar” são repetidas pelas entrevistadas (os), quando solicitadas para falar sobre o Projeto de colonização do qual fizeram parte. E a placa que indicava o objetivo primordial do programa de ocupação da Amazônia se encontrava visível em todas as frentes de trabalhos ao longo da rodovia Transamazônica.



Foto 4: Placa encontrada no almoxarifado do INCRA de Altamira e era usada como referência oficial da colonização da Transamazônica. (Ivonete Coutinho, 2006).

O senhor José Curioso, 74 anos rememora o período de implantação da agrovila do Brasil Novo, onde também foi instalada a sede do INCRA¹⁸.

Aqui era a sede do INCRA e praticamente tudo se concentrava em Brasil Novo, a feira da Integração, o clube dos colonos que o INCRA construiu no tempo do Médici. Logo no início de construção da agrovila o presidente do INCRA falou e agora eu quero saber como deve ser colocado o nome desse lugar aqui onde vocês vão ter as suas residências, aí todo mundo disse “Brasil Novo”, porque isso aqui foi quase descoberto e nós descobrimos aqui a Transamazônica, nos viemos integrar essa região, então vamos colocar o nome de Brasil Novo. (Entrevista 2006)

¹⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pela distribuição e ocupação das terras situadas ao longo do eixo da Transamazônica, com suporte nos Decretos 65.557, de 12 de nov. de 1970 e 69.443, de 29 de março de 1971.

Estas imagens ficaram marcadas nas memórias das famílias migrantes, visto que elas representam o projeto ainda sob forma de expressões empregadas na época pelos órgãos do governo que atuavam na região. Quando relembrem da “Feira da Integração” que trazia produtos variados, como roupas, alimentos brinquedos e outros acessórios, que eram vendidos por um preço simbólico, também falam da importância da carteira de colono e do posto do Incra, para onde iam freqüentemente para resolver problemas relacionados ao assentamento e para buscar suporte técnico ou financeiro.

No curso da colonização as propostas e estratégias prescritas no Projeto Altamira I se mostraram inadequadas, senão inviáveis por conta das condições climáticas, e principalmente, por causa da falta de investimento mais ordenado que priorizasse a concretização da infra-estrutura básica (estrada, escolas, postos de saúde etc.) que possibilitasse a continuidade do projeto e o desenvolvimento da região.

As famílias migrantes se depararam com uma dura realidade que lhes exigia esforço, coragem e persistência para permanecer na terra apossada. A partir de 1974, o projeto de colonização oficial da Transamazônica foi praticamente abandonado. O governo retirou quase todos os órgãos de apoio aos colonos, deixando-os à mercê da própria sorte: as estradas intransitáveis, sem incentivo agrícola, sem escolas para os filhos, distantes de postos de saúde e dos estabelecimentos comerciais. Encontravam-se totalmente isolados, principalmente no período chuvoso que se estendia por mais de seis meses.

O relatório “Análise da Realidade” apresentado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, em 1982 e o documento elaborado pelos sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Transamazônica, para ser apresentado ao Governo Federal pela caravana de trabalhadores que foi a Brasília em julho de 1985, descrevem a conjuntura da Transamazônica após os anos de 1973/74 quando esta região se encontra em sérias dificuldades de desenvolvimento, carente de equipamentos públicos. Parte das famílias, abandonadas a própria sorte, acabam vendendo suas terras por baixo preço para fazendeiros e especuladores de terra que penetram nesta região. É o que podemos conferir neste trecho do documento apresentado ao Presidente da República e seus ministros na ocasião citada.

Considerando que nosso povo vive sem nenhuma assistência médico-hospitalar, odontológica e sanitária por parte do Governo;

Que todas as vicinais que foram construídas estão hoje abandonadas e/ou intransitáveis;

Que a educação na Transamazônica até agora não vem recebendo a devida atenção dos órgãos públicos

Que a nossa agricultura é tão rudimentar por falta de recursos e créditos, e que as famílias vivem sem estrutura para produzir e morar na terra;

Que os órgão que atuam na área não tem feito nada para resolver os problemas dos trabalhadores do campo (...). (CPT, 1982, p.2).

Neste contexto, as pessoas começam a se dar conta de que para permanecer na ‘nova terra’ teriam que resistir e enfrentar as inúmeras dificuldades em conjunto, pois muitos não tinham mais condições de voltar para seus lugares de origem.

Assim, não havia alternativa, a não ser buscar soluções para os problemas. A despeito da conjuntura pressuposta pelo modelo oficial de colonização, as famílias que resistiram às dificuldades de um processo de migração e adaptação numa área em curso de desenvolvimento souberam modificar essa *ordem do discurso* e subverteram a proposta governamental através dos seus próprios mecanismos de organização e socialização.

1.5 COLONIZAÇÃO SEXUADA

Vale lembrar que o projeto de colonização oficial dava a prioridade da terra às famílias numerosas, com representativa força de trabalho, neste caso as mulheres e as crianças eram fortes indicadores de fixação na terra e de rápida socialização da área ocupada. Dessa maneira o governo projetava na migração familiar além da força de trabalho, um forte referencial do campo cultural e simbólico que se acomodaria na região e que contribuíram para o processo de enraizamento, de desenvolvimento e ainda de formação de uma região intercultural.

Os projetos de migração de homens sós ou de famílias carregam sentidos diferenciados. Os estados procuram planejar o deslocamento de pessoas segundo os seus propósitos. A presença de homens solteiros implica transitoriedade, embora os homens por vezes acabam mandando buscar suas famílias ou casando-se no novo destino. A migração familiar, como no caso da Transamazônica, tem um sentido específico. A presença da família marcava a instalação permanente, com casa e terra, sendo a mulher responsável pela organização da esfera doméstica. Mas a mulher tinha outro papel - o de reprodutora. Contava-se com a mulher para povoar a Transamazônica nos anos que iriam seguir a ocupação. Seu papel, no entanto, jamais fora explicitado. Sua presença confundia-se com a da família.

Diante de tal problemática a questão que se impõe quando me proponho a enfocar a mulher como protagonista do Projeto de Colonização da Transamazônica é: como posso pensar a mulher inserida neste contexto se, de forma geral, toda ação colonizadora é concebida como uma superestrutura política e ideológica comandada por métodos e ações masculinas? Por que dificilmente a figura feminina é vista como

elemento fundamental no campo da agricultura, embora se saiba que a sua presença é significativa e determinante para a permanência da família na terra.

Nesta discussão pretendo mostrar a atuação da mulher na Transamazônica no decorrer desses trinta anos de povoamento e de organização social dessa região. É, então, sua efetiva contribuição na manutenção da vida, seja no âmbito familiar, seja na esfera extra-doméstica e mais coletiva, demarcando sua efetiva participação nos movimentos sociais, a problemática que atravessa e orienta o presente trabalho.

Num contexto marcado pela omissão do Estado, por condições materiais desfavoráveis, pelo desconhecimento da geografia, entre outras adversidades, foram as mulheres que se dispuseram, quase sempre, com muito mais boa vontade e desenvoltura do que seus irmãos, maridos e filhos a construir o novo; foram elas que – enfrentando o trabalho duplo na esfera da casa e da roça – organizaram e deram vida aos encontros, às reuniões de vizinhos, aos almoços comunitários, aos mutirões e outros eventos coletivos.

Ainda que os homens estivessem envolvidos nestes mesmos eventos, eram as mulheres que, via de regra, desenvolviam as atividades necessárias à operacionalização de tais momentos. Eram elas que com seu trabalho diário, quase sempre invisível, tornavam possível a organização dessa esfera da vida coletiva: limpando e arrumando os barracões, recolhendo os alimentos para o almoço, cozinhando, organizando as filas de distribuição da comida, lavando as louças. Sua presença nas práticas e rituais simbólicos é igualmente inegável: desde a promoção de bingos e rifas de produtos por elas fabricados (toalhas bordadas, jogos de crochê, artesanatos) para ajudar na aquisição de objetos de uso coletivo (como filtros, livros de cânticos, velas, cadeiras e bancos para a igreja, entre outros) até a animação das celebrações, assim como na organização de rituais de nascimento, casamento e morte.

Nessa conjuntura de mobilização, de reafirmação de práticas e estilos de viver e de se relacionar, seja intra ou intergrupos familiares, a participação das mulheres foi um componente de extrema importância para o fortalecimento de laços de sociabilidade sem os quais dificilmente as famílias migrantes conseguiriam manter-se na ‘nova’ área.

1.6 TRANSAMAZÔNICA: O ESPAÇO DA PESQUISA

A região da Transamazônica no sentido Altamira-Itaituba é o principal cenário desta pesquisa. Neste trecho foi implementado o primeiro projeto de ocupação da Amazônia, denominado Projeto Integrado de Colonização - PIC Altamira- I, o qual foi elaborado simultaneamente com o Plano Regional da Amazônia, constituindo-se, na época, a principal expressão da política de ocupação nacional.

O PIC Altamira - I correspondia a uma área de 350.000 ha., cobrindo uma faixa de 20 a 24 km de largura ao longo de 150 km da rodovia Transamazônica, a partir do seu km 20. O programa de ocupação se caracterizava pelo assentamento em lotes de 500 hectares situados às margens da Transamazônica e de 100 hectares em suas estradas transversais, até dez quilômetros mata adentro. Compreendia também a construção de agrovilas¹⁹ e agrópolis²⁰ que seriam ocupadas pelas famílias migrantes.

As áreas destinadas à construção de agrópolis se tornaram pólos de referência para formação dos municípios que se constituíram após 15 anos de ocupação. No trecho Altamira-Itaituba estava prevista a construção de três agrópolis: uma no km 46 - Brasil Novo, no km 90 - Medicilândia e no km 180 - Uruará. Porém, apenas uma agrópolis foi implementada, a de Brasil Novo, onde foi instalada a sede o Projeto Integrado de Colonização Altamira-I, contando com uma boa infra-estrutura, se comparada com as outras áreas de ocupação: serraria, hotel e outros serviços sociais básicos.

No decorrer do processo de povoamento e de organização social, essas áreas de assentamento foram ganhando outras dimensões e classificações distintas. Pela necessidade intrínseca ao processo de estruturação e de organização social, política e econômica da região, alguns trechos da rodovia Transamazônica foram subdivididos em grandes áreas (Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas) que formaram posteriormente os municípios. Nestas áreas ou municípios foram subdivididas em diversas paragens denominadas: faixa, travessão, fundos, glebas, setores, paróquias e/ou comunidades, de acordo com o interesse político social e religioso que as envolviam.

A área de abrangência dessa pesquisa compreende, além do Município de Altamira, ponto de referência cultural e econômica dessa região, os municípios de Brasil

¹⁹ A agrovila é a menor unidade urbana essencialmente residencial e tem por objetivo integrar socialmente o meio rural oferecendo condições sociais às famílias dos que trabalham no campo. Projeto Integrado de Colonização - Altamira I 1972.

²⁰ A agrópolis é um pequeno centro urbano agro-industrial e administrativo destinado que daria apoio à integração social no meio rural, compreendendo uma área em que podem estar situadas até 22 agrovilas. PIC Altamira I, 1972, Op. Cit.

Novo - km 46; Medicilândia - km 90, e Uruará - km 180, trechos geograficamente delimitados pelo INCRA no processo de povoamento e assentamento e que foram constituídos municípios a partir da década de oitenta.

Na mesorregião do Sudoeste Paraense se situam as microrregiões dos Municípios de Altamira e Itaituba. Mas, é na microrregião de Altamira que se encontram os municípios que fazem parte desta pesquisa, conforme mostrado abaixo:



Escolhi estes três municípios da Transamazônica-oeste como espaço da pesquisa, porque, apesar deste trecho estar incluso num mesmo programa de colonização - o PIC Altamira I - observo que o processo de ocupação e de desenvolvimento de cada parte deste trecho da Transamazônica obedeceu a critérios e interesses diversificados, tanto por parte do Governo como por parte das famílias que se instalaram nessas áreas. Portanto, uma pesquisa indiferenciada ao longo da Transamazônica teria como resultado a indistinção.

Em Brasil Novo, onde se iniciou o processo de assentamento e de estruturação do programa de ocupação (construção de estradas, agrovilas, escolas, postos de saúde, entre outros), registro a presença predominante de nordestinos, sobretudo do Rio Grande Norte, que foram arregimentados pelo Governo logo nos primeiros anos do Projeto de Colonização da Transamazônica. Estes foram utilizados na linha de frente dos trabalhos de desmatamento, abertura da estrada, construção de pontes e agrovilas. Os nordestinos adquiriram os lotes, mas poucos conseguiram levar adiante a produção agrícola, e grande número dessas famílias desistiu de suas terras. Ressalta-se que Brasil Novo apresenta

incidência de solo arenoso/argiloso, pouco apropriado para lavoura branca (arroz, feijão, milho) menos ainda, para lavouras de extensão como a pimenta e o cacau.

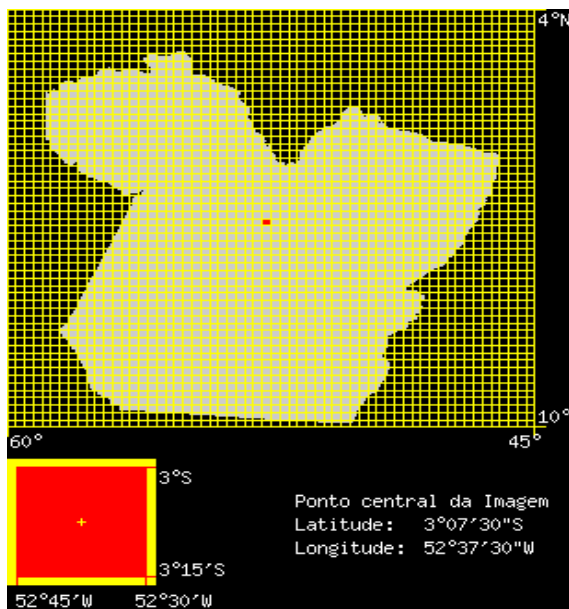


Figura 3: localização do Município de Brasil Novo no mapa do estado do Pará. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). escala 1 : 50.000

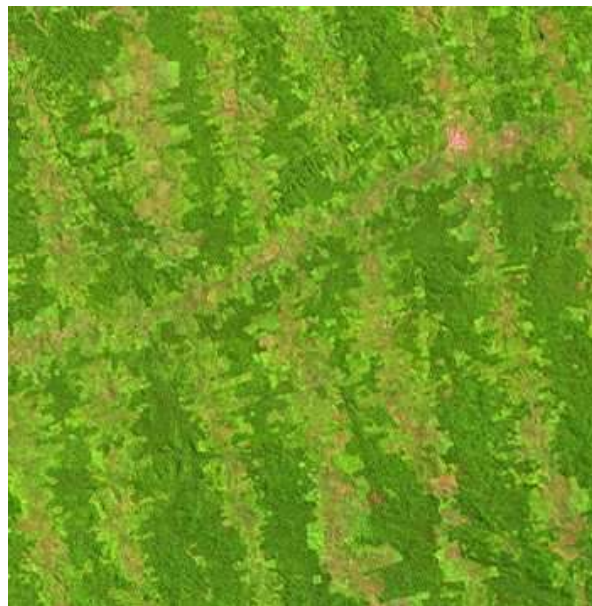


Figura 4: Mostra a Transamazônica atravessando o município de Brasil Novo e os travessões em espinha de peixe. Junto à Transamazônica estão os lotes de produção agrícola. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). Escala 1: 50.000.

Registra-se que nos anos seguintes os lotes dentro dos travessões foram sendo ocupados por imigrantes do centro-sul/centro-oeste que se dedicaram principalmente à pecuária, em base familiar, ou com número reduzido de empregados.

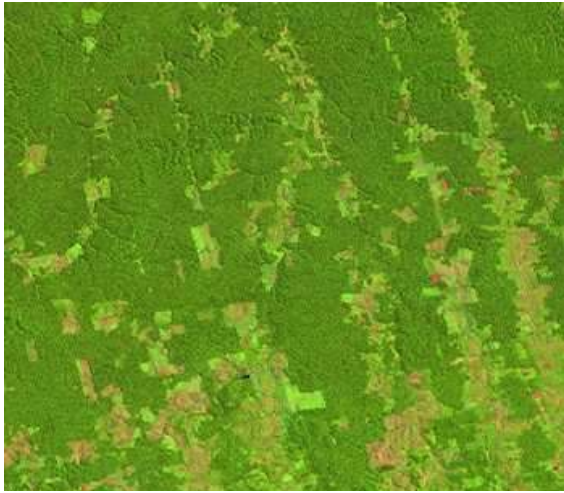


Figura 5: Município de Brasil Novo: pequenas propriedades destinadas à pecuária nos travessões ao norte (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). escala 1 : 50.000



Figura 6: Município de Brasil Novo: pequenas propriedades destinadas à pecuária nos travessões ao sul da Transamazônica: (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). escala 1 : 50.000.

O município de Medicilândia apresenta a maior superfície de terra roxa da Transamazônica, a terra mais fértil, que se traduz em uma rica produção agrícola, sendo a base de sustentação econômica deste município. Ressalta-se que em Medicilândia foram assentadas numerosas famílias do sul e sudeste do País. O governo contava com a experiência dessas famílias na agricultura industrializada e vislumbrava o melhor aproveitamento deste trecho da Transamazônica para a produção agrícola de grande extensão comercial - cacau, pimenta, cana-de-açúcar etc. Note-se que no km 92-Vila Pacal, foi instalada uma usina – Abraham Lincoln²¹, com o propósito de atender a demanda de açúcar e álcool em níveis nacional e internacional.

²¹ Esta usina foi implantada em 1974 pelo Ministério da Agricultura, através do Inbra que depois a repassou à Cooperativa Integral de Reforma Agrária – CIRA, que, por sua vez, a vendeu em 1981 a uma empresa privada, CONAN- Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda, que acabou levando o projeto a falência.

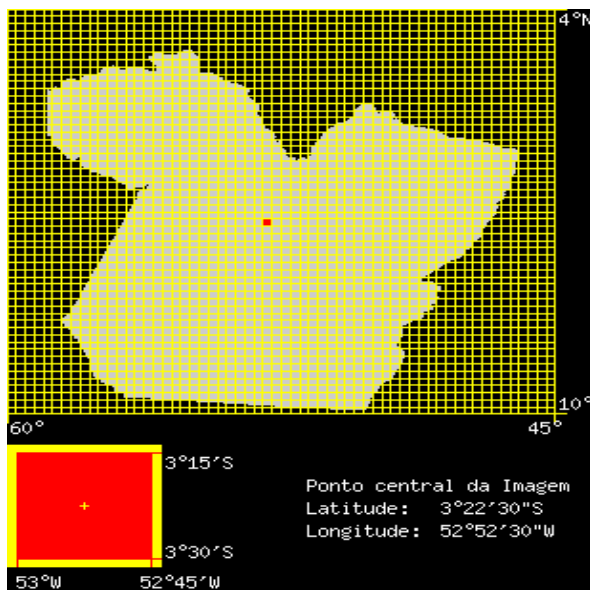


Figura 7: localização do Município de Medicilândia no mapa do estado do Pará. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). escala 1 : 50.000



Figura 8: A Transamazônica e seus travessões no trecho de Medicilândia: Observa-se a predominância de pequenas propriedades com plantações em verde claro e manchas de mata em verde escuro. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). Escala 1: 50.000.

O trecho de Uruará estava destinado, já no Projeto de colonização oficial, à implantação de grandes projetos agropecuários e agroindustriais. Isto se confirma pela concentração de fazendas e madeireiras que se expandem por todo o município e pelos relatos que mostram que o processo de distribuição de terras em Uruará se diferenciava do programa voltado para a exploração familiar, que destinava cem hectares para cada família. Um expressivo número de famílias que integraram o projeto de ocupação da área de Uruará recebeu do Governo glebas de 500 hectares para serem exploradas. Esta outra faceta do projeto de colonização oficial revela os interesses diversos que permearam o projeto de colonização da Transamazônica. Em Uruará se concentrou grande parte dos gaúchos que vieram para Transamazônica, característica predominante no contexto atual, apesar de também se notar a presença de nordestinos, mas sem grande expressão nos setores econômicos e sociais deste município.

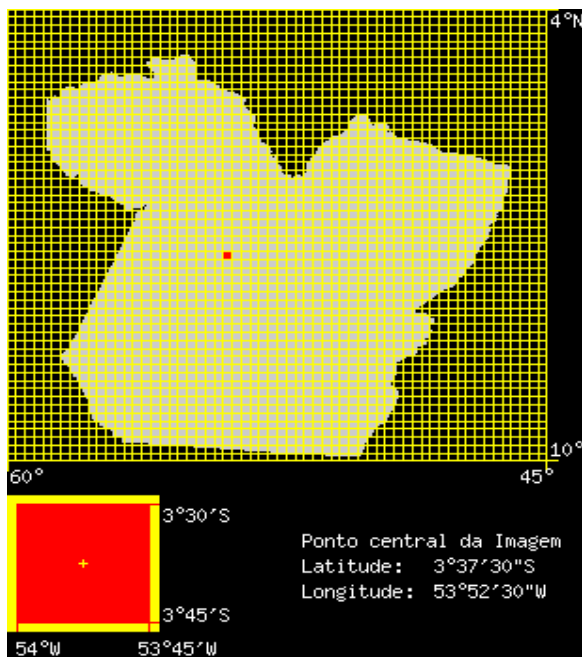


Figura 9: localização do Município de Uruará no mapa do estado do Pará. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). escala 1 : 50.000



Figuras 10: Município de Uruará: observa-se a existência de grandes áreas desmatadas destinadas à pecuária e praticamente a ausência de plantações. (fonte: www.cdbrasil.cpnm.embrapa.br, em 18.05.2008). Escala 1: 50.000.

Esta breve descrição do contexto em que se deu o processo de ocupação e desenvolvimento de cada município tem por objetivo explicitar a extensão do espaço da pesquisa e justificar sua inclusão. Considere-se igualmente, que as famílias que se instalaram nestas áreas criaram mecanismos de organização social e de produção pautados nas experiências que traziam de seus lugares de origem e de acordo com o contexto político e social no qual foram/estavam inseridos. Daí, a importância de considerar a diversidade de experiências e dos arranjos familiares que se instituíram no processo de colonização dessa região da Transamazônica.

Estas três áreas se tornaram municípios a partir da década de oitenta, Uruará e Medicilândia em 1988, de acordo, respectivamente, com as Leis estaduais nº. 5435/88 e 5438/88 e Brasil Novo em 1991, por desmembramento de Medicilândia pela Lei nº5.692 de 13/09/91. Nesse processo de emancipação, as organizações sociais da Transamazônica participaram ativamente das discussões. E para definir o trecho da rodovia Transamazônica no qual estavam situados, passaram a denominar essa região de Transamazônica-oeste, em oposição a Transamazônica-leste no sentido Altamira-

Marabá. Na tabela abaixo mostro alguns dados recentes referentes aos três municípios, a fim de melhor delinear suas configurações.

	Brasil Novo	Medicilândia	Uruara
Área do município (1)	6.368,30 km2	8.272,70 km2	10.791,20 km2
População (2000) (1)	17.193 hab.	21.379 hab.	45.201 hab.
População (2005) (2)	20.747 hab.	22.438 hab.	57.643 hab.
População urbana (2000) (1)	4.367 hab.	6.744 hab.	13.131 hab.
População urbana (2005) (2)	5.275 hab.	7.094 hab.	16.790 hab.
População rural (2000) (1)	12.862 hab.	14.679 hab.	31.697 hab.
População rural (2005) (2)	15.472 hab.	15.344 hab.	40.853 hab.
Numero de domicílios (2000) (1)	4.190	6.267	10.493
Habitantes/unidade domiciliar (2000) (1)	4,11	3,42	4,30
Índice de desenvolvimento humano IDH (1991) (3)	0,591	0,508	0,497
Índice de desenvolvimento humano IDH (2000) (3)	0,674	0,710	0,742

Tabela 1: elaborada pela autora. Fontes: (1) IBGE, 2.000; (2) IBGE, 2005 dados preliminares; (3) PNUD

Seria efetivamente oportuno reproduzir toda a série histórica desde os anos 1970, mas isso apresentaria dificuldades, visto que não seria possível desmembrar os dados dos municípios antes que esses viessem a ser constituídos. Além disso, indico os

dados recentes, como indicativos de um processo de diferenciação produzido desde a época da construção da Transamazônica e de sua ocupação via processo migratório.

Na tabela acima, verificamos tratar-se de municípios cuja população é majoritariamente rural (75% em Brasil Novo, 69% em Medicilândia e 71% em Uruará). Observa-se que Uruará, embora sendo o município de maior área, é o que apresenta maior densidade populacional (5,34 habitantes/km², contra 3,26 em Brasil Novo e 2,71 em Medicilândia). Os dados estatísticos aqui apresentados podem ser cotejados com os resultados da pesquisa. Nesta mostro que Uruará concentra os grandes projetos agropecuários e, desta feita, vem nos últimos anos servindo de pólo de atração de trabalhadores, apresentando, igualmente o maior incremento populacional (27,5% no período 2000-2005, contra 20,0% de Brasil Novo e apenas 5% de Medicilândia). Conforme os dados da pesquisa, Brasil Novo vem sendo ocupado por pequenas e médias fazendas de criação de gado, enquanto Medicilândia permanece essencialmente agrícola. Cabe registrar que o acréscimo populacional se distribui de forma semelhante entre os segmentos urbano e rural. Constatei na pesquisa a existência de um êxodo feminino, principalmente em Brasil Novo e Medicilândia, uma vez que as mulheres saem para estudar e trabalhar, casando-se frequentemente com homens da cidade, enquanto os homens de suas famílias permanecem na terra. Os dados estatísticos mostram que a população masculina ultrapassa a feminina em aproximadamente 17% em Brasil Novo e Medicilândia, e 10% em Uruará. A sede do município de Uruará é igualmente a que apresenta melhores equipamentos urbanos, além de maior oferta de empregos. Os IDHs – Índices de Desenvolvimento Humano - dos três municípios avançaram consideravelmente entre 1991 e 2000, e em particular o de Uruará. De certo modo, seguem a tendência do Brasil como um todo e do estado do Para.²² A elevação dos índices se deve principalmente ao melhor acesso à educação e ao aumento da longevidade, o que significa melhores condições de vida como um todo. Por outro lado, os baixos níveis de renda comprometem o IDH médio. Apesar da melhora do IDH a escolaridade ainda não atinge níveis adequados: nos três municípios cerca de 20% estudaram menos de um ano e apenas cerca de 0,3% mais de 15 anos.

Cada município ao longo da Transamazônica é cortado por dezenas de estradas transversais, no sentido norte/sul, que são denominados travessões ou glebas, onde

²² IDH Brasil: 0,696 (1991), 0,766 (2000); IDH Para: 0,65 (1991) e 0,723 (2000)

residem centenas de famílias. Alguns dessas localidades foram objeto da pesquisa de campo, a saber: gleba 15 – km 50, km 75 Sul, km 95 sul, km 130 Norte, km 195 Sul.



Foto 5. Entrada do travessão do km 75 Sul. (Fonte: Ivonete Coutinho, 2007).

Assim, configuram-se as demais estradas que cortam a rodovia Transamazônica no sentido norte e sul.

Neste contexto geográfico, político e social as famílias migrantes de diversos estados brasileiros, integraram o Projeto de Colonização da Transamazônica por via governamental ou por recursos próprios, procurando melhores de condições de vida ventiladas pela promessa da propriedade da terra, em uma região inóspita em que tudo se impunha como novo e em processo de construção.

Na textura deste campo de ação encontra-se a mulher migrante: mãe, esposa, trabalhadora rural, ‘dona de casa, professora, catequista, agente de pastoral, coordenadora de grupos e associações, sindicalista entre outras categorias que designam a sua atuação no processo de ocupação e organização social da Transamazônica. É portanto, a configuração e visualização feminina na esfera do privado e do público as discussões que fundamentam os próximos capítulos.

CAPITULO 2

2 PESQUISA NA TRANSAMAZÔNICA: FAMILIARIDADE E OBJETIVAÇÃO

Neste capítulo procuro restituir as condições particulares em que se deu a pesquisa, em um espaço onde cresci e vivi e com o qual ainda mantenho conexões estreitas, apesar dos sucessivos afastamentos durante os quais busquei qualificação acadêmica. Mantenho ainda relações com antigos vizinhos, alunos e lideranças de organizações sociais, nas quais já militei. Além disso, a trajetória da minha família aproxima-se a de muitas outras que migraram nos anos setenta para onde diziam haver terra em abundância para todos. Procuro igualmente explicitar as escolhas operadas, os materiais coletados, as variantes selecionadas e a constituição do corpus de pesquisa.

Início este capítulo, percorrendo a minha trajetória de vida familiar e social, no sentido de mostrar como me situo no contexto da pesquisa, uma vez que o *locus* da pesquisa é o lugar onde vivenciei importantes acontecimentos e experiências individuais que me serviram de base para a escolha do objeto em estudo. O fato de minha família também ter participado do “projeto de colonização da Transamazônica”, assim como milhares de famílias que migraram para essa região nas décadas de setenta a oitenta, me aproxima das trajetórias das personagens principais deste trabalho - as mulheres migrantes da Transamazônica. Esta aproximação se dá principalmente por meio das memórias da minha mãe, no momento da chegada, uma vez que aqui cheguei aos seis anos de idade.

No entanto, essa relação intensa com os personagens da pesquisa se configura como campo minado e movediço. Ao mesmo tempo em que me sentia intimamente ligada ao contexto da pesquisa, esta proximidade me deixava por vezes desarmada para aprofundar a análise, exigindo-me um esforço dobrado no sentido de escapar às armadilhas do senso comum.

Por isso, neste capítulo procuro fazer uma auto-análise de minha posição enquanto pesquisadora e das relações sociais e afetivas, constitutivas do meu mundo.

Esta reflexão é sugerida pela análise realizada por Florence Weber (1989) que passou por uma experiência similar de pesquisa em campo familiar. Ela pondera que neste caso, não existe exterioridade absoluta do pesquisador (a), pois, ao mesmo tempo em que se observam e estudam os outros, é-se também observada e analisada por estes.

Assim, procuro objetivar as condições sociais e individuais que contribuíram para a escolha do tema e para a realização da investigação, a fim de emprestar visibilidade à relação que se estabeleceu entre a pesquisadora e seus interlocutores no decorrer do trabalho, no qual personagens e situações concretas apresentadas são parte de meu universo.

Relato minha experiência para deixar claro o contexto no qual se realizou a pesquisa de campo e também no sentido de tratar a minha memória familiar não como material pronto para a pesquisa, mas como material bruto para também ser trabalhado e problematizado. Assim, como Ivette Dessault²³ que partiu de uma memória familiar apreendida pelos sentidos, as memórias domésticas e do cotidiano de minha família, entre emoção e objetivação, constituem material muito particular no âmbito desta pesquisa.

Portanto, este texto passa por diversos caminhos, desde a construção social do meu universo familiar, as motivações de migração para a Transamazônica até o processo de formação e de experiências vivenciadas nesta região as quais foram fundamentais para o desenvolvimento do percurso de pesquisa.

2.1 HISTÓRIA DE VIDA E PESQUISA: CAMINHOS QUE SE CRUZAM

A importância de mostrar a minha trajetória e de minha família, antes, durante e após a saída da Transamazônica, fundamenta-se na tentativa de explicar o quanto foi difícil assumir o papel de pesquisadora em um campo, em que muitos referentes sociais e simbólicos fazem parte de meu universo concreto e da minha formação cultural. A retomada das trajetórias vivenciadas pelas mulheres migrantes se confundia em alguns momentos com a minha trajetória pessoal e familiar, ambas caracterizadas pela migração

²³ DESSAUT, Ivette. Carnets de socioanalyse – I. **L'inforjetable**. ARRSS n° 74 p. 83-88. s/d.

e pela necessidade de partir em busca de melhores condições de vida em outras terras. A Transamazônica apresentava-se, na época, como o destino mais seguro, em virtude das facilidades propaladas pelos agentes do governo federal.

Chegamos à Transamazônica em 1972²⁴, vindo de uma pequena cidade no interior do Estado do Ceará, onde morávamos há uns cinco anos. Estávamos sempre mudando de uma cidade para outra no próprio estado. Meu pai procurava meios de trabalho que garantissem o sustento da família, quer fossem na agricultura ou em outra atividade na cidade, uma vez que já havia trabalhado como empregado na construção de açudes no Estado da Paraíba, onde nasceu e viveu até mudar-se para o Ceará na década de cinquenta.

Ele viera para Ipaumirim - CE, onde moravam alguns parentes à procura de trabalho e de apoio familiar. Nesta cidade não encontrou emprego, por isso seus parentes sugeriram que viajasse para o “Sítio Velho”, onde morava uma prima de meu pai, filha do irmão de sua mãe, a quem ele chamava tia por consideração e que, acabou tornando-se mais tarde sua sogra. Foi recebido na casa desta “tia”, onde conheceu minha mãe. Lá ficou trabalhando na colheita de algodão e em outras atividades agrícolas.

O “Sítio Velho”²⁵ era parte de uma antiga grande propriedade que, com o passar dos anos, foi sendo dividida em pequenos sítios, resultantes de processo de partilha. Assim, o terreno acanhado que minha avó possuía foi herdado de seu pai, que pertencia a uma família proprietária de grandes extensões de terra, que foram divididas entre os doze filhos. Meu avô materno fora tropeiro de confiança do coronel Raimundo Augusto, grande proprietário de terras e de engenho, respeitado e conhecido naquela redondeza por sua riqueza e influência na sociedade e na política local. Como o “respeito” de que o coronel era objeto se estendia aos empregados e agregados, meu avô conseguiu casar com minha avó que era “moça velha”²⁶ e herdeira de um pedaço de terra. Um explícito caso de troca matrimonial: de um lado a reputação, de outro, a propriedade.

Foi neste sítio que minha mãe nasceu e viveu até seus primeiros anos de casada. Depois, meu pai resolveu procurar outras terras para trabalhar porque aquele sítio não

²⁴ Além de minhas próprias memórias, utilizo neste capítulo relatos de minha mãe, que foram obtidos durante nossas muitas conversas.

²⁵ Afranio Garcia Júnior caracteriza o sítio em oposição a engenho e fazenda. O sítio designa um estabelecimento menor do que o engenho ou fazenda, e cujas dimensões são compatíveis como o cultivo mediante o uso da força de trabalho familiar. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 21.

²⁶ No Nordeste brasileiro a moça que não consegue um casamento até os trinta anos, recebe a classificação de moça velha, sendo vista com certo despeito pela sociedade, que a considera sem sorte e sem competência para conquistar um marido.

dava para sustentar sua família e ainda os dois irmãos de minha mãe. Saiu para trabalhar como meeiro nas plantações de algodão, mas ali se sentia explorado e tratado como forasteiro. Afinal, meu pai não vinha de nenhuma família tradicional daquela região, sendo, portanto, um estranho naquela localidade onde havia uma forte coesão entre as famílias. Apesar de ter casado com uma mulher que mantinha uma vasta rede de relações de parentesco, que se caracterizava por acúmulo de capital social e simbólico, e ele próprio estar vinculado a esse universo tanto pelo ritual do casamento, quanto pela consangüinidade, por ser primo em segundo grau da esposa, o seu capital social era limitado. Por isso não se sentia suficientemente seguro e estável no espaço de trabalho e nas relações de produção e de sociabilidade.

Com efeito, era obrigado a plantar na terra dos outros, não tinha sua própria casa, entregava metade da colheita ao dono da terra e, por vezes, era forçado a partir a qualquer momento. Essa insegurança que o circundava atingia sua honra e de outros chefes de família camponeses, repercutindo sobre as relações familiares e sociais. Significava não poder mandar, decidir, planejar, porque não estavam no que era seu. A situação do meu pai, em particular, era agravada pela condição de isolamento, em que solidariedade e coesão social deixavam de operar. O caso particular de minha família tem implicações mais gerais e mostra que a detenção da propriedade da terra não é apenas de ordem material, mas também de ordem simbólica, envolvendo sentimentos como honra e dignidade, além de significar a possibilidade de ter expectativas em relação ao futuro. Desta forma, a probabilidade de conseguir um lote na Transamazônica ganha múltiplos significados: o chefe de família camponês tem perspectiva de reconstruir sua honra e sua dignidade, além de passar a ter novas expectativas de um projeto de vida para si e sua família.

Não apenas a necessidade de sobrevivência e a fome explicam a migração de milhares de famílias rumo a uma Amazônia desconhecida e imaginada como selva cheia de perigos. Não se pode deixar de considerar que a migração de nordestinos para a Amazônia data do século XIX: seringueiros e mesmo seringalistas foram principalmente nordestinos, assim como as levas sucessivas de camponeses, que para lá se dirigiam a cada anúncio de expansão da fronteira. A Amazônia apresentava-se assim como destino trilhado historicamente.

Minha mãe não queria vir para a Transamazônica, pois nunca tinha viajado para um lugar tão afastado deixando para trás seus parentes e amigos. Mas, sentia-se na obrigação de acompanhar o marido, com seis filhos pequenos para criar e sem

perspectivas de crescimento econômico e social ali onde moravam. Ela estava no oitavo mês de gravidez quando meu pai foi se inscrever no escritório do Incra local, para integrar o projeto oficial de colonização da Transamazônica. Mas, só após dois meses do nascimento da criança, se dispôs a viajar, mesmo triste e chorando muito na partida.

Segundo relato de minha mãe, meu pai estava muito ansioso para sair daquela cidade, onde o dinheiro que ganhava como “barbeiro”²⁷ não era suficiente nem para a alimentação da família, menos ainda para o aluguel e o estudo dos filhos que estavam crescendo e necessitando cada vez mais de assistência. Assim, a migração para a Transamazônica se apresentava como a melhor solução naquele momento. Partimos, então, da cidade de Ipaumirim-CE no mês de novembro, período de eleições municipais. A disputa nesta cidade se concentrava entre dois representantes de classes sociais distintas, mas provenientes das oligarquias locais, que chefiavam as facções: “o anel” e o “chapéu”. A primeira – o anel - representava a classe dos médicos e advogados, filhos de antigos coronéis de engenho que tinham formado sua geração de ditos “doutores”, enquanto o chapéu representava o lado estritamente rural, aliado aos proprietários de terras e de engenhos, que ainda insistiam nas antigas formas de trabalho e de dominação no campo.

Meus pais acharam oportuno sair da cidade antes das eleições. Desta forma evitariam os constrangimentos e a possível sujeição²⁸, bem freqüentes no Nordeste em época de disputas eleitorais, quando os políticos pressionavam as famílias pobres em busca de votos, cobrando favores e ajudas concedidas em tempos anteriores ou recentes. Esta sujeição, como diz minha mãe, era inevitável, pois os pobres sempre estavam precisando dos que detinham mais recursos e que estavam à frente das disputas políticas.

Na caravana em que saímos do Ceará vieram famílias de diversas cidades. Minha mãe lembra que era muita gente, em torno de cinquenta famílias, sendo necessários vários ônibus para conduzir todo o pessoal até Fortaleza, de onde pegou o avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para Belém do Pará. A maioria dessas famílias tinha de cinco a dez filhos, sendo carente de recursos materiais. Os candidatos aos lotes

²⁷ Termo utilizado no Nordeste para um homem que corta cabelo masculino e faz barbas em um pequeno salão popular.

²⁸ Para Afrânio Garcia Jr. A sujeição se configura na forma mais codificada da dominação que se impõe sobre o trabalhador/morador. A relação de dependência ao patrão, se desdobra na obrigação de lhe prestar serviços sempre que o requerer, e de estar à sua disposição submetendo-se aos seus interesses econômicos e políticos. **Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste**. Paris: Collection Brasília- Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989. 176p.

possuíam, via de regra, baixa escolaridade, sendo que a maioria era analfabeta ou mal sabia assinar o nome.

Quando chegamos a Altamira, juntamente com as famílias que vieram na mesma leva, fomos encaminhados para o acampamento do João Pezinho²⁹, a 23 quilômetros de Altamira. O acampamento era composto de barracos feitos de palha ou de madeira coberta de telha de amianto, que se destinavam a alojar as famílias e um barracão que servia de cozinha comum para preparar as refeições. Lá encontramos muitas pessoas, sobretudo mulheres e crianças. Eram famílias que estavam aguardando para serem alocadas nas agrovilas que ainda estavam sendo construídas. Este acampamento é rememorado pela maioria das pessoas que chegaram à Transamazônica no início da colonização. Elas lembram com detalhes dos barracos pequenos para duas ou três famílias, do feijão preto com charque, das confusões provocadas pela confluência de gente de estados diferentes, do sarampo que acometeu as crianças, levando muitas à morte, e até de dois partos realizados no chão dos barracos, pela mão de uma parteira que também estava no acampamento.

As imagens mais próximas que tenho desse lugar vêm de minha mãe que lembra o quanto foi difícil morar num mesmo barraco com pessoas desconhecidas, conviver com muitas crianças e com homens que bebiam cachaça, o que causava constrangimentos diários. As mulheres ficavam atordoadas em meio a tanta gente e diante de situações a que elas não estavam acostumadas, como não poder fazer a sua própria comida, não ter um espaço privativo, não ter como controlar as crianças, nem se sentir à vontade para repreendê-las.

Além disso, elas eram obrigadas a conviver com pessoas de lugares diferentes e ficar sozinhas com a responsabilidade dos filhos num lugar estranho, enquanto os homens estavam fora procurando a terra para serem assentados. Este quadro remete às descrições dos acampamentos de refugiados descritos por Bourdieu & Sayad (1964) em *Le déracinement*, nos quais as pessoas eram controladas e privadas de qualquer intimidade, além de se verem limitadas por uma organização de espaço rígida e em completa dependência - no caso argelino, do exército francês. Neste caso, os autores mostram que *agrupar* significa manter sob controle e desorganizar as formas de pensar pela imposição de organização, disciplina, e ocupação espacial homogêneas.

²⁹. O arraial do João Pezinho foi construído pela empreiteira Queiroz Galvão, responsável pela construção das agrovilas e pontes na Transamazônica. As casas eram feitas de madeira e cobertas de telhas de cimento amianto, chamadas comumente de telhas de brasilites, na extremidade da terra ocupada desde 1953 por João Pezinho e seus seguidores piauienses.

Nós ficamos durante um mês nesse acampamento, mas algumas famílias permaneciam de dois a três meses, pois não conseguiam ser assentadas nos lotes. Meu pai se apressou e adquiriu um lote no travessão do km 75 sul, em Medicilândia, a sete quilômetros da faixa, ou seja, da margem da rodovia Transamazônica. Nesses primeiros anos de colonização ainda existiam lotes para serem ocupados mais próximos da rodovia e com solo de boa qualidade, mas por falta de experiência e induzido pelo Incra, meu pai ficou com este lote, na urgência de ser assentado com a família e por fim ao constrangimento freqüente sofrido no acampamento. Geralmente as famílias que vieram do sul e sudeste do país nesta mesma época adquiriram lotes mais próximos da rodovia, com terra roxa, que na classificação do solo é considerada mais produtiva. Constatamos, desta forma, que o capital social anterior dos candidatos aos lotes era determinante para as condições em que se dava o assentamento.

Foi no lote que aprendi a trabalhar na roça: capinar, encoivarar³⁰, plantar e colher (arroz, milho, pimenta, cacau), convivendo diariamente com diversas situações e problemas pelos quais passou a maioria das pessoas que permaneceram na Transamazônica. Pelo fato de ir para a roça em vez de ficar em casa, como minhas irmãs mais velhas, eu tinha mais liberdade para percorrer alguns espaços considerados de trânsito masculino e de conviver com situações que normalmente não seriam possíveis se estivesse em casa. Por exemplo, visitava com mais freqüência os vizinhos e acompanhava meu pai quando ele era chamado para prestar ajuda. Assim, pude ver, com espanto, o Sr. Zequinha, nosso vizinho, sendo retirado morto debaixo de uma árvore; vi a esposa de um outro vizinho sendo carregada numa rede até a faixa em trabalho de parto; vi pilhas de arroz se estragarem porque não havia como escoar a produção até o comércio; vi caminhões carregados de arroz sendo levados para a CIBRAZEM³¹ e meu pai voltar aborrecido dizendo que toda produção só serviu para pagar o Banco. Acompanhei também as senhoras Lurdes Abreu e Maria das Graças, com vários meses de gravidez, percorrendo dez quilômetros a pé para tomarem vacina no posto de saúde mais próximo. Enfim, presenciei e vivenciei muitas situações que são retomadas pelas interlocutoras desta pesquisa quando relatam suas histórias de vida na Transamazônica.

Faço essa exposição para mostrar como o trajeto percorrido durante o tempo em que morei nesse travessão se entrecruza com as trajetórias das mulheres dessa pesquisa.

³⁰ Encoivarar significa limpar o terreno, juntando os galhos das árvores que restaram da queimada, os quais são amontoados para serem queimados novamente.

³¹ A Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM é uma empresa pública federal constituída com fundamento na Lei Delegada n° 7, de 26 de setembro de 1962, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Um olhar mais acurado vai revelar que apesar das histórias de vida estarem inseridas num mesmo contexto, cada trajetória tem seus meandros e suas especificidades, revelando que muitas mulheres traçaram caminhos diferentes, que *a priori* não estavam dentro de suas perspectivas quando migraram para a Transamazônica, como por exemplo, o engajamento político e social.

Embora minha trajetória na Transamazônica – e principalmente a de minha mãe - tenha muito da história dessas mulheres, eu acabei saindo de lá, assim como alguns de seus filhos, em busca de formação acadêmica e profissional, enquanto elas continuaram vivendo na Transamazônica, trabalhando e buscando mecanismos de organização para enfrentar os problemas e não sucumbir diante das dificuldades.

O Travessão do km 75 Sul, assim como tantos outros ao longo da Rodovia Transamazônica, carecia de praticamente toda infra-estrutura, mas o que mais afetava as famílias era a falta de escola para as crianças, que eram obrigadas a enfrentar longos percursos. Estudei quatro anos em Medicilândia, de 1978 a 1982. Todos os dias eu, meus dois irmãos, juntamente com outros alunos, percorríamos sete quilômetros a pé até a faixa para pegar o caminhão escolar, “bate-bunda,³²” que nos levaria à escola Abraham Lincoln.. Nem sempre conseguíamos chegar a tempo de apanhar o caminhão. Então ficávamos na estrada pedindo carona, e todos os que ali passavam nos conheciam: *eram os alunos do km 90*.

A escola Abraham Lincoln estava sempre à frente dos movimentos sociais dessa região e dos eventos e atividades pastorais da igreja católica, uma vez que as freiras franciscanas³³ que coordenavam a escola manifestavam preocupação com as questões sociais, em consonância com as diretrizes assumidas pela prelazia do Xingu, orientadas pela teologia da libertação. Os alunos eram motivados a participar das mobilizações sociais, dos movimentos religiosos e de outros eventos voltados à formação política. Quanto a mim, mais particularmente, por ter morado um ano com essas freiras, com o pretexto de seguir a vida religiosa, era convidada a participar com mais frequência dos trabalhos pastorais. Isto me levou a integrar muitos eventos e encontros de formação promovidos pela Igreja, que tanto contribuíram para meu crescimento pessoal, quanto

³² O carro dos alunos ganhou esse nome jocoso por ser um caminhão com bancos de madeira atravessados na carroceria e que pulava muito na estrada esburacada.

³³ Em 1976 as Irmãs Franciscanas da Penitencia e Caridade Cristã - PCC foram trabalhar em Medicilândia com o objetivo de ajudar na educação e nos trabalhos pastorais daquela região. Data dos anos 70 a ênfase dada por parte da igreja católica aos problemas sociais. Os padres e freiras dessa época atuaram intensamente na Amazônia na formação e apoio das organizações sociais (ALMEIDA, A.W.B, 1992)

para que eu estabelecesse contatos com pessoas e organizações locais e de outros municípios.

Retomo este caminho com a intenção de mostrar mais à frente o quanto foi difícil ter um olhar de estranhamento diante de pessoas com quem havia convivido e de situações por mim experimentadas no cotidiano da Transamazônica. O meu olhar se confundia diante das situações e dos ambientes que me eram familiares. Além disso, os laços afetivos que mantenho com as mulheres desta pesquisa se estreitaram ao longo do trabalho de campo, e estes vínculos adensados são inerentes e integrantes desta análise.

2.2 SAÍDAS E RETORNOS À TRANSAMAZÔNICA

Em 1984 saí da Transamazônica para morar em Altamira com o objetivo de continuar os estudos e me formar profissionalmente. Nesta década essa região vivenciava um período de constantes mobilizações de diversas representações sociais, que fomentaram o surgimento das organizações de classe, que foram se instituindo legalmente para reivindicar seus direitos, enquanto grupos organizados (sindicatos de trabalhadores rurais, de professores, associações de pais e mestres, de artistas, de mulheres, cooperativas, entre outros).

Nesses anos em que estive ausente da Transamazônica retornei algumas vezes ao lote de meus pais. Em 1992 voltei a Medicilândia para dar aula no curso de magistério³⁴ da escola Abraham Lincoln, onde havia estudado. Mas, apesar do pouco tempo que permaneci em Medicilândia, este foi suficiente para que eu pudesse verificar a emergência de uma geração mais jovem com valores distintos daqueles que haviam chegado à Transamazônica nos anos 70, que em virtude da experiência comum de enfrentamento de dificuldades haviam desenvolvido fortes relações de coesão e solidariedade.

Nesse curso, a maioria da turma era composta por jovens, filhas ou netas das mulheres que haviam chegado no período inicial de colonização da Transamazônica,

³⁴ Este curso fazia parte do Projeto Gavião, resultado da reivindicação dos movimentos sociais na década de 1990, nas Caravanas a Brasília e Gritos do Campo, durante os quais os militantes demandavam além de incentivos agrícolas, escolas, hospital, asfaltamento da Transamazônica. (FVPP - FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR – PDA: Projetos Demonstrativos: A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/PDA/PPG Brasília: MMA, 2006).

mas, elas pouco sabiam a respeito da história de suas famílias no processo de ocupação e organização social dessa região e dos mecanismos que seus pais e avós criaram para enfrentar os problemas que dificultavam suas vidas. Em 1992 Medicilândia já havia se tornado município, e a agrovila do km 90³⁵, àquelas alturas ganhara novos ares, um misto de cidade e de campo, que em nada lembrava o clima de efervescência das organizações sociais que eu havia presenciado dez anos antes.

Em sala de aula procurei relembrar um pouco os fatos e as mobilizações sociais que marcaram a história dessa região, apontando algumas conquistas como o curso que estavam freqüentando, fruto da ação de diversas organizações sociais que reivindicaram dos poderes públicos melhores condições de vida para as pessoas da Transamazônica. Esta discussão não suscitou a resposta esperada, mas apenas alguns comentários avulsos, sem o devido registro de pessoas, nomes, datas e fatos importantes que haviam construído essa história.

Naquele momento o que estava em pauta eram outras discussões referentes à conjuntura sócio política local e o campo de ação se direcionava para a esfera político-partidária. As lideranças dos movimentos sociais disputavam cargos eletivos para prefeitura e câmara municipal. O Partido dos Trabalhadores (PT) que representava o campo de ação política dessas lideranças se fortalecia com o apoio de um grupo político regional formado para participar das eleições proporcionais. Em 1994, os movimentos sociais elegeram José Geraldo Torres³⁶, então coordenador do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica - MPST, para deputado estadual.

Essa lacuna na memória histórica da experiência migratória e de organização social da Transamazônica me fez pensar num eminente esquecimento de toda a trajetória de ocupação e de construção dos espaços sociais e simbólicos que foram instituídos nessa região pelas famílias migrantes. E motivou-me a resgatar os primeiros movimentos e seu percurso, de forma a dar conta daquilo que eu via como uma transformação e empreender um trabalho de revificação da memória a partir da coleta das histórias de vida das pessoas que participaram desse processo de ocupação da terra.

³⁵ Agrupamento de 48 casas construídas pelo INCRA, para receber as famílias que foram assentadas em lotes, referentes àquela área geográfica. As agrovilas às margens da rodovia Transamazônica eram construídas de dez em dez quilômetros uma da outra.

³⁶ José Geraldo é filho de colonos sulistas que migraram para a Transamazônica na década de setenta. Este se tornou uma liderança nesta região, saindo das bases da Igreja Católica, se projetando posteriormente para o campo sindical e político-partidário. Foi deputado estadual por dois mandatos e atualmente exerce o cargo de deputado federal pelo PT.

Uma experiência similar a esta foi vivenciada e analisada pelo pesquisador David Lepoutre (2005) no contexto francês. Ele inicia seu inquérito numa escola que atende jovens, a maioria filhos de famílias imigrantes, os quais também apresentavam dificuldades em lembrar ou restituir as histórias de migração de seus pais, avós ou bisavós.

Para este pesquisador o marcante desconhecimento ou ocultação da história familiar de migração se caracteriza como uma “amnésia coletiva” que se instala no seio das famílias imigrantes. A experiência migratória não é escondida aos filhos, mas, jamais é dito em que condições sociais e históricas migraram e em que projetos estavam/foram inseridos, e, sobretudo, quais as conseqüências que esta experiência migratória teve sobre a vida familiar. Assim, a migração como fenômeno coletivo, ou diáspora histórica é totalmente esvaziada e relegada ao silêncio.

Esta leitura nos ajuda a pensar a questão da memória da migração de forma mais contextualizada e relacional. As lembranças da experiência migratória antecedem o processo de migração e perpassam não somente os quadros materiais ou demográficos, mas também, as condições psicológicas e afetivas que foram interpeladas pelo processo migratório.

Nesta perspectiva, já como professora no curso de Letras da UFPA, formulei uma proposta de pesquisa, visando recontar a história da colonização a partir da ótica das famílias que dela participaram. Este trabalho, que contou com a participação de três alunas do curso de Letras que moravam nessa região, tinha como principal objetivo recolher as histórias de vida de pessoas que ali moravam desde o início da colonização. Acabamos por reunir principalmente histórias de mulheres. Este primeiro ensaio motivou-me a prosseguir na pesquisa a respeito da trajetória das mulheres da Transamazônica, sua atuação na esfera doméstica e na unidade de produção, além de analisar suas vivências de atuação e de inserção nos movimentos sociais dessa região.

Só pude levar adiante este projeto em 2004 quando ingressei no curso de doutorado em Ciências Sociais, na área de concentração em Antropologia. Além disso, essa experiência de pesquisa me moveu a reorientar minha formação para a antropologia, uma vez que esta disciplina poderia me proporcionar as ferramentas de análise adequadas, para a pesquisa que me propunha a realizar.

De fato, as discussões de que participei durante o curso me instigaram ainda mais ao aprofundamento da temática proposta e também me fizeram perceber que iria trabalhar com uma metodologia que não fazia parte da minha formação acadêmica

anterior. Tive, então que enfrentar um duro aprendizado para apropriar-me do instrumental metodológico que me permitiria avançar na investigação. Fazia-se necessário reaprender a ver, a escutar e escrever sobre uma realidade dada, de forma densa, objetivada e relacional.

2.3 O TRABALHO DE CAMPO E O PERCURSO ETNOGRÁFICO

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada. (BOURDIEU, p. 2001, p. 15).

A minha maior preocupação ao iniciar o trabalho de campo era a de não conseguir articular as teorias e métodos antropológicos com os dados etnográficos apreendidos no decorrer da pesquisa, visto que eu vinha de outra área de formação. Então me debrucei sobre as leituras de trabalhos sociológicos e antropológicos que poderiam vir em meu socorro neste início de percurso.

No entanto, por mais que essas leituras me proporcionassem elementos fundamentais para observação e análise, descobri forçosamente que um trabalho de campo não se faz apenas com teorias e manuais etnográficos. A organização do material de campo e do tempo é imprescindível para uma substancial análise etnográfica, além de disponibilidade para estar em campo e, sobretudo, de sensibilidade e de predisposição para observar, ouvir e aprender a descobrir o que está além do aparentemente visível.

Este processo de descoberta foi lento e doloroso, porque entrei na pesquisa de campo orientada por pré-noções³⁷ adquiridas nas experiências vivenciadas na Transamazônica. Ao preconceber um conhecimento dessa realidade social eu estava longe de capturar a profundidade das relações que permeavam as experiências individuais e coletivas das mulheres no curso de colonização da Transamazônica.

Tendo em vista que as histórias das mulheres migrantes estão submersas nos discursos e nas ações imperativas que forjaram o projeto de colonização dessa

³⁷ Emile Durkheim, alerta que a construção de um conceito sociológico deve passar pela crítica das pré - noções. **As regras do método sociológica**. Tradução Maria Isaura Pereira Queiroz. 10ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982. p. 23.

região, recorro à história de vida, através da qual a pessoa descreve, não somente a sua vida interior e suas ações, mas também os contextos interpessoais e sociais, conforme explica Daniel Bertaux³⁸ (1997).

Assim, a história de ocupação e organização social da Transamazônica será recontada a partir das trajetórias individuais e das experiências concretas vivenciadas no contexto de colonização dessa região. Deve-se considerar, entretanto, que a maior parte dessas histórias de vida são narradas a *posteriori* e que cada pessoa tende a se representar conforme a posição e o filtro dos acontecimentos do presente. Neste sentido, Pierre Bourdieu adverte para a “ilusão biográfica” lembrando que é indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age cada indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante.³⁹

No início do trabalho de campo adotei a entrevista dirigida, com o intuito de objetivar ao máximo a proposta da pesquisa. Mas, pelo fato de minhas interlocutoras serem, em sua maioria, minhas conhecidas de muito tempo (vizinhas, companheiras dos movimentos sociais, da escola ou da igreja), logo percebi que era quase impossível estabelecer um diálogo direcionado, visto que em nossos encontros elas falavam espontaneamente e até me interrogavam sobre minha família ou sobre algum fato que vivenciamos na Transamazônica.

Em vista disso, a entrevista de pesquisa dirigida ou semidirigida não se tornou a melhor forma de captar a realidade das mulheres migrantes, através de suas histórias de vida nesta região. Então, procurei conversar com elas, preferencialmente em suas casas (na cozinha, no quintal, na varanda e até nos quartos), de modo que elas se sentissem à vontade. Mas, a conversação dificilmente se iniciava pelas informações atinentes ao primeiro contato, como nome, idade, profissão, estado civil, número de filhos e outros dados importantes quando trabalhamos com histórias de vida.

Se eu começasse perguntando às mulheres o nome, a idade, ou o estado civil, era como se eu as houvesse esquecido, não as reconhecesse mais, quebrando

³⁸ Este autor relaciona a história de vida à forma narrativa, pois o sujeito reconta sua história à outra pessoa, pesquisador ou não, recorrendo às explicações, descrições e comparações fazendo-as interagir com as suas experiências individuais. BERTAUX, Daniel: *Les Récites de Vie: perspective ethnosociologique*. Nathan. 1997. p. 31 a 50

³⁹ BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, (62, 63) 69, 72, juin 1986.

assim, o clima de amizade e a alegria do reencontro que havia se estabelecido entre nós. Por conta disso, grande parte das entrevistas consiste de longas conversas, às vezes interrompidas pelo marido, pelos filhos ou pela chegada de uma vizinha que por curiosidade se aproximava. Eu aproveitava essas pausas para retomar o direcionamento da entrevista e para fazer algumas anotações no caderno de campo.

Esta facilidade em estabelecer um diálogo espontâneo com minhas interlocutoras, me ajudava a transpor a possível “ilusão biográfica” - a história arrumada a posteriori - no sentido dado por Bourdieu (1986) Mas, por outro lado, implicava na falta de dados importantes para a composição das histórias de vida, e por isso precisei que reencontrá-las outras vezes com o objetivo de preencher estas lacunas.

No segundo semestre de 2004 iniciei a pesquisa de campo em Altamira, pelo fato de residir nesta cidade, e principalmente porque esta foi, durante muito tempo, o ponto de referência geopolítica do PIC Altamira I⁴⁰. Além disso, em Altamira se encontra grande parte dos órgãos executivos e judiciários, concentrando assim as principais discussões econômicas e políticas que envolvem a região da Transamazônica, a oeste e a leste.

Foi também possível encontrar nesta cidade, muitas das mulheres migrantes, personagens desta pesquisa. Algumas já moravam em Altamira há alguns anos, outras vinham estudar nos cursos intervalares⁴¹ da UFPA - Campus de Altamira, ou resolver alguma questão sindical, agrícola, ou ainda, visitar parentes, geralmente filhos (as) que moravam em Altamira.

No ano seguinte, entrei no que eu considerava o núcleo da minha pesquisa, a Transamazônica. Comecei pelas agrovilas pólos do PIC Altamira I: Medicilândia, Brasil Novo e Uruará, que são atualmente pequenas cidades e sedes dos municípios de mesma denominação. Nestas localidades procurava as mulheres indicadas como referência no campo da educação, da saúde, das pastorais da Igreja, das organizações sociais, das políticas sindicais ou partidárias.

Eu esperava registrar narrativas que reconstituíssem a conjuntura da Transamazônica no período inicial de ocupação e de organização social. No entanto, deparei-me com uma história fragmentada pela memória e pela força dos

⁴⁰ O PIC - Projeto Integrado de Colonização Altamira I é o primeiro de uma série de projetos voltados para a ocupação da Amazônia e tinha como ponto de partida a cidade Altamira em direção a Itaituba.

⁴¹ Os cursos de graduação são oferecidos pelo UFPA em períodos de férias, com o objetivo de atender uma demanda de alunos, a maioria professores, que trabalham e residem nos municípios circunvizinhos.

acontecimentos presentes. Acreditei, no entanto, que poderia reconstituir esta história se me inserisse nas instituições públicas e setores não-governamentais, participando dos eventos sociais, políticos e religiosos que ocorreriam durante a minha estada nessa região.

Nesta perspectiva, participei de assembléias de trabalhadores rurais, de seminários, de encontros de mulheres, de reuniões de câmaras de vereadores, de celebrações religiosas, de mutirões, de passeatas no dia internacional da mulher, de eventos promovidos pela escola ou pelas pastorais da igreja. Enfim, eu procurava estar presente nas ocasiões em que as mulheres participavam ou assumiam a liderança do evento.

Este retorno à Transamazônica era para mim uma volta ao lugar das minhas memórias e das minhas referências pessoais. Esperava encontrar pessoas amigas e conhecidas que haviam temporariamente seguido o mesmo percurso que eu. Em cada instituição, órgão público, Organização Não Governamental (ONG) e setor da igreja, eu sabia que poderia encontrar uma dessas pessoas, que certamente facilitaria meu acesso aos espaços em que atuava.

E foi o que realmente aconteceu: os antigos laços de amizade e de companheirismo⁴² com as mulheres da Transamazônica, que eu ainda mantinha facilitaram a minha entrada em quase todas as organizações. Participei inclusive de eventos restritos por questão de segurança, como assembléias de trabalhadores rurais e a assembléia da Prelazia do Xingu, que é realizada de cinco em cinco anos no município de Altamira, sede da Prelazia.

Muitas vezes, em assembléias, reuniões, seminários e outros eventos eu era convidada a assumir a função de secretária ou a dar minha opinião sobre o tema em pauta. Confesso que ficava tentada a participar, mas me continha pensando na neutralidade da observação. Porém, posso agora concluir, que apesar de não ter assumido algumas tarefas que me propunham e de me conter para não participar efetivamente das discussões, esta pretensa imparcialidade passou “batida” nesta

⁴² Na região da Transamazônica o termo companheiro (a) é utilizado entre as pessoas que se unem nas lutas de organizações sociais e de movimentos políticos e sindicais. Na época, o partido dos trabalhadores, PT, era a referência de partido de esquerda, que comungava com as lutas das organizações sociais e os militantes eram referidos como companheiros.

pesquisa. Por isso recorro apropriadamente à expressão de Darcy Ribeiro: “Não procure em minha obra, análises isentas”⁴³ apud (ANDRIGHETTI 1998).

Considerando essa peculiaridade de *l'émigrée-qui-revient* analisada por Florence Weber, (1989), ratifico que a minha experiência de campo foi um retorno não somente ao espaço físico e geográfico, mas, às emoções, aos valores e referências sociais e simbólicas que subsidiaram a minha trajetória durante o tempo em que estive ausente do contexto da Transamazônica.

2.4 PERCORRENDO OS TRAVESSÕES DA TRANSAMAZÔNICA

Durante o trabalho de campo visitei cinco travessões selecionados para a pesquisa. A primeira incursão ocorreu em setembro de 2005, no km 130 Norte, conforme houvera combinado com Maria da Paz⁴⁴, quando a encontrara em Medicilândia, em um evento sindical no mês de julho. Em outubro de 2005 estive no travessão do km 95 Sul, onde mora a professora Mirian Freitas⁴⁵ desde 1972. Havíamos nos encontrado em julho de 2004 no campus de Altamira, onde freqüentava o curso de geografia intervalar. Em abril de 2006, dirigi-me ao travessão do km 195 Sul, conseguindo chegar graças à providencial carona de um padre e uma freira num dia de missa naquela comunidade⁴⁶. E por último, já em setembro de 2007, fui ao km 75 Sul e à Gleba 15 - Brasil Novo, onde entrevistei algumas mulheres que haviam participado do processo de ocupação nos primeiros anos.

As trajetórias das mulheres que moram nos travessões ao longo da Transamazônica serão

⁴³ Para este autor o objetivo de seu livro é “ser participante, que aspira influir as pessoas que aspira ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo”. In: ANDRIGHETTI. Yná. **NORDESTE: Mito e Realidade**. São Paulo, Moderna. 1998. p. 175.

⁴⁴ Maria da Paz migrou com a família do estado do Tocantins para a Transamazônica em 1982. Ela mora no km 130 Norte, no lote onde trabalha com a família e participa ativamente das lutas sindicais e das pastorais da Igreja Católica.

⁴⁵ Mirian Freitas veio da cidade de Fortaleza-Ce para a Transamazônica em 1972 com a idade de 26 anos, já com três filhos. Trabalha como professora desde que chegou, assumindo também cargos de liderança em vários trabalhos comunitários.

⁴⁶ A concepção de comunidade utilizada pelas pessoas desta região está inicialmente associada à Igreja Católica que a define como um grupo de famílias que se reúne em determinado espaço, capela ou escola, para rezar, celebrar, festejar e resolver alguns problemas coletivos. Posteriormente esta categoria extrapola para os espaços político, religioso e geográfico, refletindo os interesses dos agentes envolvidos.

analisadas a partir da descrição mais detalhada do trabalho de campo realizado nos travessões do km 130 Norte, do km 95 Sul e posteriormente do km 75 Sul, onde vivi com minha família durante quinze anos. Só retornei a este travessão no final da investigação, porque não me sentia em condições de fazer aflorar a lembrança das experiências compartilhadas com meu pai, que falecera no início desta pesquisa.

Entre o material colhido durante o trabalho de campo destaco as trajetórias exemplares de Maria da Paz (130 Norte), e de Miriam Freitas (95 Sul), em virtude do longo tempo de assentamento na Transamazônica e de sua experiência, tanto na esfera doméstica e da produção, quanto nas atividades comunitárias e pastorais.

2.4.1 Visita ao Travessão do km 95 Sul - Agrovila Verdes Florestas

Contatos posteriores com D. Miriam, ainda em Altamira, foram bastante produtivos, em termos de

novas informações e pistas a seguir. Desta forma, tomei conhecimento de que a agrovila Verdes Florestas, construída pelo Incra na década de setenta, e ocupada inicialmente pelas primeiras famílias que adquiriram lotes nessa área, foi praticamente 'abandonada' logo nos primeiros anos. Porque essas famílias construíram seus barracos nos lotes e para lá se mudaram para ficar mais perto do trabalho agrícola. Em 1975, a agrovila foi reocupada por famílias que vieram para trabalhar na usina de açúcar Abraham Lincoln, situada no km 92, área de Medicilândia. Também vieram muitos homens solteiros para trabalhar no corte da cana de açúcar e dadas às circunstâncias acabaram se casando com as filhas dos antigos colonos, permanecendo na agrovila, mesmo depois do fechamento da usina, o que ocorreu por três vezes - a última no ano de 2000.

Segundo dona Miriam Freitas, após o último fechamento da usina, algumas famílias foram

embora, mas a maioria permaneceu nas proximidades da agrovila, trabalhando como meeiros nos lotes de antigos assentados, ou comprando um pedaço de terra pertencente aos loteamentos da agrovila, e lá se estabelecendo em pequenos sítios⁴⁷.

Cheguei a Medicilândia no final da tarde para encontrar D. Miriam, na saída da escola Abraham Lincoln, onde lecionava. Fomos juntas ao supermercado fazer umas comprinhas para abastecer a casa e, em seguida, tomamos o ônibus da prefeitura que todos os dias conduz os alunos e professores do 95 Sul para Medicilândia. Ao me acomodar no ônibus, lembrei-me das dificuldades de transporte da minha época de estudante. Um carro como aquele significava que, apesar das dificuldades sociais, econômicas e estruturais enfrentadas pela região, resultados significativos haviam sido alcançados. As políticas públicas,

⁴⁷ Cada colono recebia um lote de 100 hectares onde desenvolvia suas atividades agrícolas e um lote residencial nas agrovilas de 1.500 a 3.000 m². In: BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INCRA. PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTMIRA I. DF, 1971.

sobretudo no campo da educação, haviam avançado devido à presença das prefeituras e das ações impelidas pelas reivindicações das entidades organizativas. O ônibus era fruto de reivindicações da associação de pais e mestres da escola Abraham Lincoln, que acumulava outros ganhos, como a melhoria da estrutura da escola e cursos de qualificação para os professores.

Naquele dia o ônibus estava lotado de pessoas e sacolas. A associação de pais e mestres havia se reunido e as mães aproveitavam a oportunidade de viajar no carro da escola para fazer algumas compras.



Foto 6: A professora Miriam e mulheres do km 95 Sul, entrando no ônibus em Medicilândia, após uma reunião de pais e mestres - outubro de 2005. (Ivone Coutinho, 2005).

Quando chegamos à casa de dona Miriam já estava anoitecendo. Fomos recebidas por seu cachorro Negão, que vigia a casa, especialmente na ausência da dona. Os vizinhos se encarregam de alimentá-lo, enquanto a dona estava fora, principalmente quando ia para Altamira estudar, passando mais de um mês longe de casa.

Fiquei três dias seguidos em sua casa e depois voltei em outras ocasiões. Esses poucos dias de convivência me permitiram perceber o quanto ela se preocupa com as pessoas à sua volta. Sua vida está voltada para o estudo, o trabalho, os filhos e os netos.

Pela manhã prepara o café, encaminha o almoço e sai para a escola Flores da Amazônia onde dá aula. Ao chegar em casa conclui rapidamente o almoço, e vai para a Escola Abraham Lincoln, onde trabalha três dias por semana. O tempo restante é dedicado ao estudo e à preparação das aulas.

No período em que estive no km 95 visitei seis famílias que vieram para aquela área no início do processo de colonização, conforme a indicação de dona Miriam. Em cada residência eu não passava mais do que uma hora, durante os dias da semana, porque as pessoas estavam ocupadas com seus afazeres e quase não podiam parar para conversar. As mulheres me recebiam inicialmente com certa desconfiança ou se mostravam reticentes, mas depois de explicar-lhes o objetivo da pesquisa, acabavam se animando e falavam de suas vidas na Transamazônica, enfatizando as dificuldades, concluindo que, apesar dos problemas, se sentiam realizadas e não sentiam vontade de retornar para os lugares de origem⁴⁸.

Observei que apesar de muitas dessas mulheres não terem integrado as organizações sociais legalmente instituídas (sindicatos, associações, movimentos de mulheres, etc.) participaram da vida coletiva, sobretudo das atividades ligadas à Igreja, cujos discursos e práticas, voltados para a realidade social, influenciavam sua forma de pensar e de se comportar. Esta visão pastoral da Igreja se manifestava em expressões como: *“somos os empobrecidos do reino de Deus; o povo de Deus não desanima; a união faz a força, o povo vai construir; levanta povo, a terra é de todos”* e outras frases de teor semelhante.

⁴⁸ Cabe ressaltar que muitas retornaram e nada sabemos a respeito de seus destinos.

As mulheres internalizam essas crenças como se fossem concebidas por elas próprias, mesmo aquelas que freqüentam templos religiosos não-católicos, como dona Antonia Rodrigues, que atualmente é da igreja adventista. Pode-se perceber que suas concepções de vida e de terra na Transamazônica ainda estão fundamentadas no discurso da igreja católica, que motivava o povo a permanecer na terra e a se organizar em busca de melhorias para a região.

As mulheres do travessão do km 95 Sul não estiveram à frente das grandes mobilizações sociais que ocorreram na Transamazônica, mas nem por isso sua ação foi menos relevante, pois contribuíram significativamente no processo de ocupação e organização social da localidade em que viviam com suas famílias. As mulheres como dona Osária, Oneide, Maria José, Maria Luisa, Antonia Rodrigues, Domingas e outras, com as quais não tive oportunidade de conversar, mesmo sem estarem vinculadas a um setor institucionalizado, continuam atuando no espaço doméstico, agrícola e comunitário, tendo em vista o bem-estar de suas famílias e o da coletividade local.

4.1.2 Visita ao Travessão do km 130 Norte

A visita ao travessão do km 130 Norte foi motivada pela disponibilidade de Maria da Paz em me receber em sua casa, e principalmente, pela perspectiva de que sua história de vida contribuiria de forma substantiva para a minha pesquisa. Trata-se de uma trabalhadora rural sindicalizada, integrante de movimentos sociais, agente de pastoral, e líder comunitária. Além de ser uma mulher que vive do trabalho agrícola no lote onde mora, administrando a produção com os filhos, desde a separação do marido. Estas características me chamaram a atenção, uma vez que a maioria das entrevistadas, até então, eram mulheres que não trabalhavam mais na roça, não moravam mais no lote do assentamento e haviam assumido outra profissão (professoras, serventes, secretárias).



Foto 7: Km 130 Norte, ponte da divisa entre o município de Medicilândia e Uruará. Maria da Paz e Ivonete Coutinho. (Laina Coutinho, 2005).

Dois meses após visitar Medicilândia, fui conhecer a comunidade de Maria da Paz, no Km 130 Norte. Ela explicou-me como chegar até sua casa, que se localiza a doze quilômetros para dentro do travessão. Em Medicilândia eu embarcaria no “carro da linha”, que adentrava o travessão até o quilômetro 40.

Viajei de micro-ônibus de Altamira até o km 90-Medicilândia, numa sexta-feira de manhã. A estrada estava boa - isso para quem a tinha visto em condições bem piores. Por ser mês de setembro, período seco, a poeira estava intensa e incomodava

muito, principalmente devido ao forte calor nesta época do ano. Por volta de meio-dia cheguei a Medicilândia e fui procurar o “carro da linha” que sairia para o km 130.

Após varias informações, finalmente encontrei um caminhão Ford velho, estilo pau-de-arara, que já estava cheio de pessoas e objetos. Perguntei ao motorista se ainda havia uma vaga e ele respondeu: “- sobe aí!” Então procurei um lugar para me sentar e fiquei esperando a hora da partida que estava prevista para as quatorze horas. Mas a condução só saiu efetivamente às quinze. O caminhão estava superlotado: crianças, mulheres, duas com bebês de colo, e muitos homens, dois bêbados, um evangélico querendo um espaço para pregar a Palavra, e tantos outros falando alto, entre sacos de arroz, de cacau, de farinha, caixas de alimentação e bebidas, botijões de gás, “garotes” de gasolina e um refrigerador. Durante toda a viagem

foram brincando e conversando animadamente sem reclamar da poeira, nem da superlotação.



Foto 8: O carro da linha do km 130 Norte, às 20:00, deixando mercadorias e passageiros em suas residências. (Ivone Coutinho, 2005).

Apesar do calor, do amontoado de gente e de coisas, as pessoas estavam muito animadas. Era uma alegria quase inexplicável para quem não compreende o significado daquele carro. Até poucos anos atrás, teriam percorrido o travessão a pé, carregando suas mercadorias nos ombros. Esse carro vai até o final do travessão, aproximadamente 40 km de distância da faixa, representando para as

famílias que aí moram uma garantia de que podem sair para cidade quando precisarem.

Maria José Pereira (65 anos), que mora no travessão do km 130 há mais de 20 anos, explica que o “carro da linha” mudou a vida para melhor:

Agora aqui está é bom, tem esse carro que ajuda a gente. De primeiro quando era para ir pra cidade, tinha que sair à uma hora da manhã, para ver se pegava o ônibus das cinco horas, que vinha de Itaituba ou de Santarém, e quando voltava era pior porque a gente entrava no travessão e andava de cinco a dez quilômetros, até mais, com as coisas nas costas. E quando tinha encontro da comunidade lá no km 123, todo mundo ia a pé. Dava bem uns 30 a 40 quilômetros, mas a gente ia, com a maior alegria.
(Entrevista, 2005)

Durante o percurso o carro parou diversas vezes atendendo ao sinal de pessoas que aguardavam à beira da estrada, ou ainda para deixar outras em seus lotes. Também tivemos que descer do carro por três vezes nos trechos mais íngremes para que o caminhão conseguisse transpor a ladeira. Enquanto subíamos a pé, as mulheres com crianças ficavam dentro do carro, assustadas e quase sempre chorando por medo que ocorresse algum acidente.

Por volta das nove horas da noite cheguei à casa de Maria da Paz. Por coincidência seu filho também vinha neste carro, retornando de uma etapa de estudo na Casa Familiar Rural situada no km 100. Ela nos esperava à beira da estrada com uma lamparina⁴⁹ na mão e logo me conduziu até sua casa, há uns cem metros da estrada.

Eu estava cansada, empoeirada e com fome, pois ainda não tinha almoçado. Levou-me para tomar banho em uma fonte pouco distante da sua casa, dentro do cacau. Neste lote há três casas de morada, a dela e as dos dois filhos casados que aí trabalham e têm as suas próprias plantações de cacau e suas cabeças de gado, de onde tiram o sustento. A fonte d'água serve para o consumo das três famílias.

Apesar do cansaço e de ter que tomar banho 'de cuia' com a água muito fria, logo me senti aliviada, principalmente com a "jantinha" que

⁴⁹ Tipo de iluminação feita artesanalmente com lata e fio de algodão que é embebido em óleo diesel ou querosene, muito comum nas áreas rurais onde não há rede de luz elétrica.

Dona Maria me ofereceu: arroz, feijão e carne de sol. Após a refeição, mostrou-me o quarto onde iria dormir: uma cama simples, mas confortável. Organizei um pouco minhas coisas no quarto e fui conversar com Maria da Paz, que estava arrumando a cozinha para o dia seguinte. O sono e o cansaço não permitiram que eu ficasse ali por muito tempo. Então fui dormir, visto que pela manhã estava combinado que iríamos visitar as famílias daquele setor⁵⁰.

Na manhã seguinte saímos a pé para o trabalho de campo. Caminhamos uns dois quilômetros e encontramos duas mulheres sentadas embaixo de uma mangueira conversando. Maria Nilza e Maria das Graças eram moradoras daquela localidade desde crianças, quando os pais para ali vieram na época da colonização.

⁵⁰ O km 130 Norte é denominado Setor Renascer, estando dividido em três referências comunitárias: comunidade Nossa Senhora Aparecida, a do meio, Padre Josimo e a comunidade Santa Cecília que fica nos fundos do travessão.

A minha anfitriã as conhecia bem: uma delas era sua comadre e suas famílias participavam do grupo da Comunidade Eclesial de Base (CEB), coordenado por Maria da Paz. Achei que deveria aproveitar a oportunidade para conversar com elas ali mesmo, pois estavam descontraídas e o lugar era conveniente e agradável. Conversamos mais de uma hora. Falaram-me da satisfação de morar ali, onde todos se conheciam e eram solidários. Mas se queixavam da estrada, das dificuldades que enfrentavam, principalmente quando alguém da família adoecia.

Nesta mesma ocasião, uma mulher vinha chegando com uma bacia cheia de roupa na cabeça. Vinha do igarapé, parecia cansada e aborrecida. Sua casa ficava em frente à mangueira sob a qual estávamos acomodadas, mas ao passar por nós não nos cumprimentou e seguiu direto para sua casa.

Achei que valeria a pena tentar falar com ela, escapando, assim à rede de relações estabelecida a

partir de uma pessoa. Fui até a casa da mulher que parecia não querer conversa; com o pretexto de pedir um copo d'água. Tentei começar um diálogo. Maria José (esse era seu nome) resistiu de início, mas depois foi cedendo e contando-me sua vida, que segundo ela era muito sofrida.

Aqui tudo é difícil, eu quase morro de trabalhar. Tenho dois filhos homens em casa e o marido. Eles trabalham na roça, mas em casa sou eu que faço tudo. O marido só vive no mundo com essa história de comunidade. Já passou até dois meses fora de casa nesse tal de movimentos. Ele não se interessa mais para produzir nada, só eu e os filhos trabalhando. Eu só não fui embora daqui por causa da terra e dos meninos que precisam cuidar do que é deles. (Entrevista, 2005)

A história de Maria José Santos revela a insatisfação por trabalhar muito e não alcançar o bem-estar que esperava quando adquiriram a terra. Reclama do engajamento do marido nos trabalhos pastorais e nas mobilizações sindicais, por ele ficar muito tempo fora de casa e não demonstrar mais interesse e disponibilidade para investir nos trabalhos agrícolas, deixando o lote sob sua responsabilidade e a dos filhos. Há em sua expressão um ar de fadiga e de aborrecimento com

a vida que leva, carregada de trabalho e pouco encanto pelo que faz.

Maria José só vai à Igreja nos dias de missa, uma vez por mês, e não participa dos grupos de CEBs, pois acha que é perda de tempo. Assim, em sua comunidade ela é vista como uma pessoa sofrida e insatisfeita, ao contrário de outras mulheres que vivem no mesmo travessão e realizam praticamente as mesmas atividades domésticas e agrícolas, mas, participam dos grupos de vizinhos, dos eventos religiosos e das atividades comunitárias. Essas mulheres demonstram mais motivação para continuar trabalhando na terra, vislumbrando dias melhores na região da Transamazônica.

Esta realidade eu pude constatar nas várias conversas que tive com as mulheres no decorrer dos seis dias em que permaneci nesse travessão, quando visitei dez famílias em suas residências. Os contatos eram demorados, com tempo para esperar o cafezinho e após uma prolongada conversa,

almoçar com a família e até participar de um aniversário. Geralmente, eu acompanhava as mulheres até a cozinha enquanto elas cuidavam do almoço, lavavam as vasilhas, ou moíam o café, então, eu aproveitava o espaço em que o marido não estava presente e ia ouvindo suas histórias de vida. Apesar de falarem das dificuldades que enfrentavam, também, relatavam as conquistas alcançadas através da organização e união das pessoas que ali moravam.



Foto 9: Km 130 Norte - Maria Carneiro em sua cozinha moendo café para as visitas. (Ivone Coutinho, 2007).

As comunidades eclesiais de base são lembradas pelas mulheres como uma forte referência de organização e de união entre as famílias. No km 130 o grupo de oração se reúne uma vez por semana, às sete horas da noite. Estes grupos de oração, que congregam vizinhanças são denominados pela pastoral da Igreja Católica de “grupos de vizinhos”. Maria da Paz vai às reuniões de oração acompanhada por um filho, ou por seu amigo João Santos, que também faz parte da coordenação dos grupos de pastorais desse travessão. Ele é casado com Maria José, aquela senhora citada anteriormente que reclamava do marido por se ocupar em demasia com os movimentos sociais e com as pastorais da Igreja e não se empenhando mais com a produção e o desenvolvimento do lote. João Santos sempre acompanha Maria da Paz nos trabalhos pastorais, despertando assim, certo ciúme na esposa, e um perceptível constrangimento entre elas. Somente

então, entendi o comportamento de Maria José ao passar direto, sem falar, naquele dia em que nos encontramos sob a árvore em frente de sua casa.

No domingo que passei nesse travessão, o Sr. João Santos nos acompanhou durante todo o dia. Saímos pela manhã (eu, Maria da Paz e seu João) para visitar a comunidade Pe. Josimo que fica a seis quilômetros da casa de Maria da Paz. Lá assistimos ao culto dominical, almoçamos na casa do Chico Ceará e Maria Carneiro e participamos de uma reunião para decidir onde seria realizado o encontro sindical daquele mês. No lote do Chico Ceará, localizam-se a capela e um salão para encontros comunitários, o que gera com certa frequência uma disputa velada entre alguns colonos, que também desejam concentrar em suas propriedades esses espaços simbólicos, os quais representam, além de extensa rede de sociabilidade, relações de poder potenciais.

Após o almoço e uma prolongada conversa, retomamos o caminho, parando em algumas residências indicadas por Maria da Paz, onde encontraríamos mulheres que poderiam colaborar com a pesquisa.

Apesar dessa visita ter sido breve, foi possível observar as condições das residências, as formas de produção e apreender as expectativas de algumas famílias com relação à Transamazônica. As mulheres que conversaram comigo, demonstraram estar acostumadas àquela vida tranqüila, com períodos alternados de trabalho intenso, quando é época de colheita, e outros em que não há quase nada a fazer. Os colonos não investem mais na lavoura de subsistência, conhecida como lavoura branca (arroz, feijão, milho), cuja produção exige mais dedicação e frequência na atividade agrícola. Plantam apenas para o consumo familiar, havendo inclusive aqueles que preferem comprar esses

alimentos com o dinheiro do cacau, considerado a principal fonte de renda.

Assim, as mulheres que vivem nesses travessões levam uma vida simples, sem muitas preocupações de sobrevivência imediata, embora carecendo de alguns recursos e equipamentos públicos que proporcionariam melhores condições de existência. A maioria se mostra disposta e motivada a trabalhar junto com a família, visando progredir. Apesar do acúmulo de atividades, muitas mulheres aparentam levar uma vida saudável e mostram-se satisfeitas com o trabalho na agricultura. Lavar roupas no igarapé, carregar lata d'água na cabeça ou nos braços, colher e quebrar cacau, ordenhar os animais, levar comida para os trabalhadores na roça, cuidar da casa e dos filhos⁵¹, são atividades que realizam como uma obrigação comum às trabalhadoras rurais.

⁵¹ Observa-se que as mulheres rurais não têm mais um número elevado de filhos, variando de dois a quatro, no máximo. A laqueadura já é uma prática comum entre essas mulheres.

Mesmo que reclamem do cansaço e do desgaste físico, essas mulheres realizam as tarefas cotidianas com disposição e certa independência, apesar de seu trabalho - tanto na unidade de produção, como na unidade de consumo – ainda que esteja subordinado às regras e imposições masculinas que instituem o homem como o provedor e o chefe de família. Bourdieu (1998) explica essa interiorização da exploração e da dominação como um sistema de violência simbólica que se introduz no corpo e no cérebro das pessoas, por meio das estruturas sociais dominantes, androcêntricas e patriarcais. No entanto, registra-se que as mulheres da Transamazônica administram estas relações de poder, com habilidade e astúcia, de modo que a pretensa dominação masculina não se manifesta nas atividades e negociações cotidianas conduzidas por elas.

Esta análise será aprofundada no capítulo IV, onde são abordadas as relações de produção e de

organização social, apontando para a coexistência de elementos tradicionais e de rupturas na construção dos espaços de sociabilidade, tanto no plano doméstico, quanto na esfera pública.

2.4.2 *Km 75 Sul: a emigrante que retorna*



Foto 10: Estrada que leva à escola Eronildes Torres e à casa de Dona Geni no Km 75 Sul. Pesquisadora, Maria e D. Geni (Ana C. Moraes auxiliar de pesquisa, 2007).

Após um longo percurso de campo e de estudo, tomei coragem e retornei ao travessão do km 75 Sul, onde morei com minha família. Apesar de já ter contactado antigas moradoras desse travessão, que residem atualmente em Altamira, eu sabia que era necessário ir até lá.

Acompanhada de minha mãe e do meu irmão mais velho que ainda trabalha no lote que fora adquirido por meu pai na época da colonização, entrei no

caminhão da linha até o final de rota, 30 quilômetros da margem da rodovia principal. Minha mãe preferiu não me acompanhar até o final do travessão por não agüentar os solavancos do carro na estrada esburacada e desceu no nosso lote situado a 7 km da faixa. Eu segui viagem acompanhada de uma comadre de minha mãe, também antiga moradora deste travessão, que me convidou para ficar em sua casa durante o tempo de pesquisa.

O carro não ia até o lote de dona Geni⁵², restando ainda dois quilômetros para chegarmos a sua residência, percurso que fizemos a pé, conforme mostra a foto acima. Este é o segundo lote de propriedade da família, pois seu marido Benedito Carlos, 60 anos, aproveitou uma demanda de terras invadidas e adquiriu mais um lote, com solo melhor para a cultura do cacau. No primeiro lote adquirido através do Incra, mora uma família aparentada, que também veio do Paraná na mesma época. Seu Dito como é conhecido, já quis vender este lote, mas não efetivou a venda porque Dona Geni não concordava com isso. Embora saiba que a última decisão será do marido, ela argumenta e se coloca contrária à negociação da propriedade, conseguindo manter o lote até agora.

Ao chegarmos a sua casa, por volta das 18 horas estávamos cansadas e famintas, visto que ainda não havíamos almoçado naquele dia. Dona Geni disse que iria aquecer algo para jantarmos e me indicou logo o banheiro, que, por sinal, muito me alegrou ao constatar que lá havia um bom chuveiro.

Ela me explicou, o quanto sofreu por falta de água para consumo, e sobretudo, para lavar grandes quantidades de roupa. Os cinco homens da casa, quatro filhos e o marido, não a ajudavam nestas tarefas, recaindo sobre ela todo o trabalho doméstico. Mas, quando adoeceu, tendo que passar seis meses em Belém em tratamento, *eles tiveram que se virar*, e a partir daí passaram a fazer algum trabalho em casa. Foi também nesse período que o marido providenciou a água encanada.

O marido de Dona Geni chegou por volta das oito horas e ainda não tínhamos jantado. Ela estava constrangida, pois o esperava para servir o jantar, o que foi feito, logo após sua chegada. Seu Dito falou que estava dando umas voltas e que sempre passeia um pouco todos os dias, principalmente depois que adquiriu

⁵² Geni Alves Carlos, 53 anos veio para Transamazônica em 1977, do município de Campina de Alagoa Paraná, onde ela e o marido trabalhavam na agricultura como meeiros em terras de outros.

uma moto. A família possui três motos: duas para os rapazes e uma exclusiva para o chefe da casa.

Este transporte - a moto - se tornou comum para a maioria das famílias que mora nos travessões e facilitou o intercâmbio e os encontros entre as comunidades ou mesmo entre as pessoas de um mesmo travessão. São principalmente os homens que possuem e dirigem as motos, embora algumas mulheres jovens, consideradas mais corajosas, também transitem comodamente neste veículo.

Em um evento de que participei, promovido pela escola do setor onde estava alojada, chamado setor dos fundos, tive a oportunidade de ver e analisar como a posse de uma moto sugere status mais elevado, facilitando a sociabilidade. Neste evento contei em torno de dez motos, sendo que as pessoas se reuniam para conversar em torno delas, ou melhor, do dono que estava por perto.

Se alguém necessita de alguma assistência imediata, como em caso de doença, um daqueles 'motoqueiros' tem a obrigação⁵³ moral e social de ajudar no deslocamento para uma unidade de saúde, mesmo que essa ajuda seja paga posteriormente, em dinheiro, ou de outras formas (produtos agrícolas, caças ou prestação de serviços e favores). Foi o que pude constatar, quando uma criança se sentiu mal e foi levada de moto junto com a mãe em busca de assistência médica, a Medicilândia. O pai veio posteriormente agradecer ao senhor que havia conduzido seu filho, dizendo que depois passaria na casa deste para acertar a dívida, e mesmo ouvindo que não havia necessidade de pagamento, ficou subentendido neste ato, que havia se estabelecido entre eles um vínculo.

Entende-se que neste ato prevalece o princípio da troca discutido por Marcel Mauss (2003, p. 200).

[...] o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem alma, é alma. Donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si. Compreende-se nesse sistema de idéias que em tudo isso há uma série de direitos e deveres de retribuir e consumir, correspondendo a direitos e deveres de dar e receber.

A oportunidade de participar de um evento na escola, ponto de referência social daquela comunidade, permitiu-me observar diversas representações sociais

⁵³ Marcel Mauss mostra que alguns fatos contribuem para uma teoria geral da obrigação, esta se orienta pela relação social de troca, consistindo na obrigatoriedade de dar e receber. ENSAIO SOBRE A DÁVIDA. IN: ANTRPOLOGIA E SOCIOLOGIA. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

que compunham o cenário físico e simbólico daquele ambiente coletivo. A família na sua concepção mais tradicional⁵⁴ foi o principal objeto de observação e análise, visto que a temática do encontro era: a importância da família para si e para a comunidade.

Ali estavam presentes filhos e filhas das antigas famílias que ocuparam e desenvolveram o travessão do km 75 Sul nas décadas de setenta e oitenta. Agora, casados, com suas famílias, com perspectivas e objetivos análogos aos de seus pais quando vieram para essa região, em busca de terra e de melhores condições de vida. Esta área ocupada a partir de 1980, também é caracterizada pelo Incra de “nova colonização”, uma vez que se estende além do limite previsto por esse órgão no período da colonização oficial⁵⁵.

Assim, as famílias que adquiriram terra nesta área, ainda estão motivadas pela perspectiva de desenvolvimento, por meio da produção e reprodução da agricultura familiar. Esta concepção reafirma a caracterização de colônia discutida por Giralda Seyferth (1995) que define a característica fundamental da colônia, ser justamente manter um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família. Neste contexto, a colônia é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço familiar.

Mesmo diante das dificuldades, como a falta de assistência médica e de escolas de ensino fundamental maior e de ensino médio para seus filhos, os moradores dessa localidade dizem que agora estão bem melhor do que na época em que seus pais chegaram neste travessão. Na primeira colonização, nas décadas de setenta e oitenta, as famílias migrantes almejavam prioritariamente, a posse da terra como meio de produção e reprodução social e econômica do grupo familiar. A ausência de escolas, de postos médicos, e de infra-estrutura básica poderia ser sublimada por meio da garantia de manutenção da família e o fortalecimento da unidade de produção. Nesta perspectiva o trabalho familiar era indispensável, envolvendo todos os membros.

Esta forma de realidade se redimensiona na concepção das famílias da nova colonização. Para elas, não basta desenvolver a unidade de produção e garantir a

⁵⁴ Para Giralda Seyferth a família camponesa considerada tradicional não é uma familiar nuclear e nem uma família extensa, mas, a família-tronco que se caracteriza pelo padrão de residência patrilocal para o herdeiro e neolocal para os demais filhos. (1995, p. 9).

⁵⁵ O Projeto Integrado de Colonização - PIC Altamira I previa nos Módulos de Colonização que as estradas vicinais seriam abertas a cada cinco quilômetros, ao longo da rodovia Transamazônica, com profundidade de dez a doze quilômetros nas estradas transversais. Projeto Integrado de Colonização Altamira I, Op. Cit.

manutenção da unidade doméstica: almejam também que seus filhos estudem em escolas de boa qualidade, tenham mais oportunidades profissionais e que possam participar efetivamente de outros espaços sociais.

Um momento especial para esta análise durante o evento na escola foi quando o professor solicitou que cada casal ali presente viesse à frente com seus respectivos filhos, explicar qual a importância da família em suas vidas. Esta apresentação era feita através de um gesto simbólico no qual, os filhos ofereciam uma flor aos pais. Em seguida o pai e a mãe falavam e expunham seus sentimentos e os valores que defendiam no seio da unidade familiar.

Oportunamente pude perceber que a mulher, quase sempre, falava antes do homem, revelando a intrínseca relação que a figura feminina mantém com a vida familiar: *“minha família é minha vida”*; *“sem minha família eu não sou nada”*; *“quero agradecer a Deus pela família que tenho, sou feliz por isso”*. São frases como estas que indicam que a identidade feminina, ainda está nos dias atuais, vinculada aos valores morais e sociais institucionalizados pela família. Os homens se pronunciavam, geralmente complementando o que fora dito pela esposa, reforçando a ideia de que a família é a base fundamental da vida em sociedade. *“As famílias unidas também formam uma comunidade unida e próspera”*, diz o Sr. José Conrado, conhecido como Zé cearense, um morador antigo nesse travessão.⁵⁶

Com relação à família, Martine Segalen (1980, p. 45) ressalta que os estudos etnológicos mostram que os habitantes das comunidades rurais estão unidos por um tecido de relações familiares, mais ou menos fechadas que subentendem toda a vida social. Esta concepção compreende todos os agrupamentos inseridos nas comunidades rurais, incluindo as personalidades políticas locais e as associações religiosas ou civis. Esta realidade pode ser apreendida quando se observa que as lideranças locais são autênticas representantes de famílias numerosas ou de grupos familiares que detêm certo capital econômico ou social. São os membros destes grupos que ocupam os espaços sociais e os campos de poder subjacentes a essas localidades (BOURDIEU, 2001).

Ressalto que enquanto estava naquele espaço permeado por um tecido de representações sociais e simbólicas, quase não me dava conta da rede de significados

⁵⁶ José Conrado chegou neste travessão ainda jovem, acompanhado de um irmão e da irmã. Eles trabalharam durante muito tempo nos lotes de outros colonos, considerados peões, mas quando surgiu a oportunidade de adquirirem terra, souberam aproveitá-la e agora por possuírem um lote são reconhecidos como colonos.

que se revelavam naquele evento. Eu estava envolvida demais com tudo o que se passava a meu redor para perceber a profundidade das relações sociais, políticas e de parentesco que ali se manifestavam.

Consciente desse possível envolvimento e de suas implicações para a produção e análise dos dados, havia me predisposto a trabalhar neste travessão de forma mais objetiva, se comparado aos outros trabalhos de campo realizados para esta pesquisa. Esta posição se apoiava no fato de que eu conhecia grande parte das histórias das antigas famílias que povoaram esse travessão. Por isso fazia-se necessário estabelecer algumas diretrizes para não submergir nas relações interpessoais e sociais que me eram tão familiares.

Assim, deixei para fazer o trabalho de campo neste travessão quando me sentia mais segura com o trabalho etnográfico e também com as minhas próprias emoções, conforme expus anteriormente. Antes de enfrentar este desafio fundamentei-me na literatura pertinente e preparei os planos de trabalho, de forma a objetivar a pesquisa e construir a análise mais isenta possível.

Inicialmente, consegui estabelecer uma relação distanciada com as mulheres entrevistadas, as quais eram, em grande parte, filhas dos antigos moradores. No entanto, fui surpreendida com o referido evento da escola - Eronildes Torres⁵⁷. Uma comemoração que reunia os filhos, os pais e as lideranças locais. Nesta ocasião reencontrei muitas pessoas que chegaram naquele travessão ainda crianças, com as quais havia estudado, brincado, trabalhado e, porque não dizer, aprontado muitas molecagens.

Naquele momento, as lembranças afloraram e acabei esquecendo o meu propósito. Passei a conversar e brincar com as pessoas de modo intrínseco as práticas daquele grupo, o que acusava a minha familiaridade entre elas. Quando tentei estabelecer certo distanciamento, já estava envolvida naquele ambiente de sociabilidade parental, uma vez que todos pareciam pertencer a uma mesma família, incluindo-me como parte integrante daquele quadro familiar.

Esta realidade me fez repensar as teorias que fervilhavam em minha cabeça, após um período de intensas leituras. Foi com o apoio delas que pude compreender a pluralidade de situações que interagiam no emaranhado de relações presentes naquele contexto social e refletir sobre a minha posição de

⁵⁷ Nome de um antigo colono que muito contribuiu com essa comunidade e foi assassinado em decorrência de bebedeira entre amigos e parentes.

pesquisadora/parente, num campo de ação que desafiava tanto as minhas referências individuais, quanto as refinadas discussões sociológicas.

Neste contexto aprendi que também é possível realizar um exercício de objetivação, mesmo quando nos sentimos tomados pelas emoções. Apesar do inevitável envolvimento e do entrelaçamento das imagens que se desdobravam diante de mim, pude compreender como essas famílias procuram reforçar as redes de parentesco através de alianças matrimônias, laços de compadrio e vizinhança. Também percebi como se processa a organização doméstica no interior das residências, onde o marido é tido como o chefe de família, mesmo que, na maioria das vezes, a mulher concentre as atividades de auto produção (artesanato, costura, horta, fabricação de doces, queijos e condimentos caseiros) e gerencie grande parte dos trabalhos que proporcionam a base da economia doméstica.

Esta leitura foi aprofundada após uma auto-análise, refletindo sobre minha posição de sujeito integrante do contexto estudado e o papel que desempenhava no âmbito desta pesquisa. Esta avaliação me levou a reconhecer que o meu olhar e o do outro se entrecruzam num mesmo espaço de ação e que, enquanto eu estava tentando observar e apreender os dados relevantes para a produção científica; também estava sendo avaliada pelos meus interlocutores. Muitos deles, por se sentirem tão próximos, se incomodavam ao serem tratados como “informantes”, preferindo que fossem vistos como verdadeiros aliados, fora do campo de observação, tal como ressaltou Florence Weber, (1989) ao relatar sua experiência etnográfica realizada na pequena cidade onde passara sua infância.

CAPÍTULO 3

3 MULHERES MIGRANTES NA TRANSAMAZÔNICA: MOTIVAÇÕES, PARTIDAS E CHEGADAS.

*(...) o fenômeno migratório inteiro, é não sem razão
sinônimo de pobreza. É produto da pobreza: Emigra-se e
imigra-se por pobreza. Pois os deslocamentos, à procura de
solução para pobreza ou à procura de uma pobreza menor,
pela mediação de um trabalho mais estável e mais
remunerador cobrem o mundo inteiro.
(SAYAD 2003 p.16).*

Neste capítulo procuro mostrar em que condições sociais e econômicas se encontravam as mulheres e suas famílias quando migraram para a Transamazônica, nas décadas de setenta e oitenta, assim como suas motivações particulares e as necessidades concretas que forjaram o processo de migração para essa região.

Aldemalek Sayad (1991-1999), em seu estudo sobre os migrantes que vinham da Argélia para a França, adverte que do ponto de vista metodológico há a necessidade de reconstituir integralmente as trajetórias dos emigrados. A análise destas trajetórias permite distinguir as variáveis e as implicações das condições de migração no país de

origem e no país de chegada. Dessa forma, evita-se reproduzir uma visão parcial e etnocêntrica do processo migratório.

Por esta via, as histórias de vida das mulheres personagens dessa pesquisa nos permitem reconstituir o tempo histórico da migração familiar – que envolve a época de chegada à Transamazônica - as trajetórias familiares e individuais, antes de virem para essa região. Seus relatos transpõem os espaços e tempos cronológicos e revelam uma realidade multifacetada que ultrapassa a ordem seqüencial e sistemática do projeto oficial de colonização. As formas de organização familiar, de trabalho e de socialização adotadas pelas famílias migrantes apontam para a criação de diferentes estratégias de produção e de reprodução social; mostrando que apesar de todas as famílias estarem inseridas num mesmo programa de colonização, suas trajetórias se diversificam abrindo espaços para a diversidade de experiências e de posicionamentos individuais e coletivos.

Assim, ao abordar as duas alternativas de migração, seja pelo projeto oficial ou por recursos próprios, pretendo mostrar as sinuosidades do processo de ocupação da Transamazônica, uma vez que as duas formas de deslocamento e de assentamento ocorreram simultaneamente⁵⁸. Enquanto o INCRA selecionava dez ou mais famílias em determinada região, outras tantas vinham conforme suas possibilidades, trazendo na bagagem os instrumentos que consideravam importantes para estabelecer uma nova morada.

Esta realidade se evidencia nas histórias narradas pelas mulheres, sobretudo, quando relembram minuciosamente o percurso da migração, desde o momento em que tomaram conhecimento da Transamazônica, os arranjos familiares e as interrogações sobre uma viagem, cujo itinerário era totalmente ignorado. Suas narrativas também mostram quais foram os mecanismos utilizados no processo de deslocamento, ocupação e desenvolvimento da área assentada.

Serão evidenciadas, portanto, as narrativas de algumas dessas personagens, cujas trajetórias são paradigmáticas do processo que me proponho a analisar. A apresentação das suas trajetórias serve para visualizar o quadro de migração que se

⁵⁸ Documentos oficiais do INCRA de Altamira apontam essas diferenças nas formas de migração em períodos seqüenciais, no transcorrer dos anos 1970 a 1975, quando registram o assentamento de famílias que vieram pelo Projeto Governamental e daquelas que migraram por conta própria, mas que também receberam terras e foram assentadas. Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional do Pará – SR/01 Unidade de Altamira 1970-1975.

processou nesse período, dando enfoque para os pontos de partida e as formas de chegada à Transamazônica.

3.1 DUAS HISTÓRIAS DE VIDA EXEMPLARES.

3.1.1 Miriam Freitas, moradora do km 95 Sul

Miriam Freitas veio da cidade de Fortaleza-Ce para a Transamazônica em 1972, com 26 anos de idade e três filhos. Na época estava cursando o ensino fundamental. Por isso seu marido viajou sozinho, juntando-se a ele após a conclusão do ano letivo. Somente concluiu o nível fundamental em Altamira, através do sistema de ensino - CTRH, Centro de Treinamento de Recursos Humanos, um curso oferecido pela secretaria de educação do Estado, visando à formação de professores para atuarem na região da Transamazônica. Assim como dona Miriam, que foi contratada como professora logo após a conclusão do curso, outras mulheres foram contratadas para atuarem como professoras na Transamazônica e posteriormente completavam sua formação profissional: a maioria não possuía o ensino fundamental completo e iniciava dando aulas apenas com a 4ª série primária.

A história de dona Miriam se difere, em alguns aspectos, de outras histórias de mulheres nordestinas que vieram para a Transamazônica, impelidas pela necessidade de sobrevivência, porque não vislumbravam outras alternativas para melhorar as condições econômica e social da família.

Ao contrário de outras mulheres nordestinas, ela - além de deter um nível de formação escolar - também portava relevante capital material em termos de equipamentos domésticos. Mesmo estando incluída no projeto de colonização governamental, dona Miriam trouxe na bagagem diversos apetrechos: “*era cada malona cheia de panelas, pratos, talheres lençóis e outros utensílios domésticos que me ajudaram muito aqui*”. Isto revela que dona Miriam detinha capital cultural e econômico que muito contribuíram no percurso inicial de adaptação e de construção dos novos espaços sociais.

Dona Miriam relatou que seu marido pertence a uma família que possui bens em Fortaleza, e que antes de mudar-se para a Transamazônica morava nas terras dos sogros. Então, por conta do prestígio econômico e social da família do marido sua família gozava de certo conforto e status social. No entanto, ela não se sentia confortável nessa situação, especialmente quando via pessoas pobres sendo humilhadas e expulsas das plantações, quando entravam para apanhar alguma fruta ou, até mesmo para buscar água. A mobilidade ascendente resultante de seu casamento, não apagara a memória de suas origens. Filha de pequenos agricultores, não esquecera as humilhações sofridas, e as dificuldades enfrentadas, para galgar uma nova posição no espaço social, na fechada aristocracia rural nordestina.

Dona Miriam incentivou o marido a mudar-se para a Transamazônica, onde teriam a possibilidade de adquirir muita terra e progredir socialmente. Quando chegou em Altamira, ele já havia sido assentado pelo INCRA, num lote com solo de boa qualidade - terra roxa- mas, isso não bastava para fazê-lo produzir com eficácia, resultando em vantagens econômicas. Tantas dificuldades se impunham que acabaram sufocando o precoce entusiasmo de quem chegava com urgência de ascender economicamente. O clima, o pium, as estradas interditadas pelas chuvas, os financiamentos bancários com juros altíssimos, o isolamento, a ausência de infraestrutura básica levaram as pessoas a perceberem que a realidade na Transamazônica era diferente daquela anunciada pelo governo, mesmo para aqueles que traziam algum recurso.

Elas se deparavam com situações difíceis que muitas vezes só poderiam ser resolvidas se estivessem organizadas. Assim, entenderam que através do trabalho coletivo poderiam superar as dificuldades com maior facilidade. O individualismo e o isolamento, daqueles que almejavam o crescimento particular do grupo familiar, dissolveram-se em meio às organizações coletivas que emergiam perante as necessidades cotidianas.

Esta concepção de estilo de vida e de organização social contagiou dona Miriam, levando-a a assumir uma postura de vida voltada prioritariamente para o interesse sócio-comunitário. Mas, em meados de 1980 seu marido já andava desmotivado com as expectativas de enriquecimento na Transamazônica e decidiu voltar para o Nordeste, preferindo o bem-estar proporcionado pelo capital familiar. Naquela época, dona Miriam estava envolvida com a escola do km 95-Sul onde dava aulas e com as demandas daquela comunidade. Esse envolvimento pesou na hora da decisão entre voltar

com o marido para o Ceará, onde não se adaptava à família do marido, ou permanecer na Transamazônica, trabalhando como professora, reconstruindo os seus referentes individuais e ajudando a construir as necessárias estruturas sociais daquela comunidade. Para dona Miriam, a decisão de permanecer na Transamazônica significava firmar-se como sujeito ativo de um espaço em construção, que oferecia possibilidades para o crescimento individual e coletivo.

Na Transamazônica praticamente tudo estava por se fazer. Por isso, cada ação coletiva significava um passo à frente rumo ao desenvolvimento e, de fato, à ocupação dessa região. Assim, a conquista de algo refletia nas pessoas que dela participavam, produzindo sentimentos de revitalização pessoal, espírito de solidariedade, de união e de resistência às barreiras que surgiam emperrando os projetos pessoais e coletivos.

Esta intensa motivação para a participação social se reflete na história de dona Miriam, na Transamazônica. Ela lembra de momentos ou de quadros sociais, como diria Maurice Halbwachs (1994)⁵⁹, que marcaram a sua memória coletiva. Estes quadros sociais são compostos pelos mutirões para limpar a área da escola, pelos festejos promovidos para angariar recursos a fim de comprar algo para escola ou igreja, pelas reuniões das famílias para discutirem algum problema comunitário. Ela também lembra das vezes em que todos se juntavam – a professora, os alunos e a servente - para ir a pé buscar a merenda na faixa da Transamazônica, pois o carro não entrava no travessão e era preciso trazer as mercadorias nos ombros.

Dona Miriam começou a trabalhar na escola do km 95 Sul logo que esta foi construída. Assim, participou de diversas reuniões para discutir e decidir sobre estruturas físicas da escola, bem como a respeito dos nomes da escola e da agrovila, que foram escolhidos em reuniões animadas pelas opiniões e sugestões diversas que surgiam. Finalmente chegaram a um consenso: Flores da Amazônia para o nome da escola e Verdes Florestas para a agrovila.

Durante muitos anos, trabalhou (e ainda trabalha) neste travessão como professora e já assumiu a liderança de vários trabalhos comunitários, uma vez que a escola é o principal ponto de referência para as reuniões da comunidade. Enfim, a história deste lugar está intimamente ligada à trajetória de dona Miriam. Sua memória familiar na Transamazônica contém emoções e acontecimentos que também fazem parte

⁵⁹ HALBAWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: éditions Albin Michel, 1994.

da história dessa região. Lembra, com lágrimas nos olhos, o nascimento de seu quarto filho, um fato que marcou a sua vida e a história daquele travessão, uma vez que foi a primeira criança a nascer no km 95 Sul. Chovia muito, quando entrou em trabalho de parto. Não havia nenhuma parteira por perto, mas recebeu ajuda de um vizinho que já havia feito alguns partos e a assistiu nesse dia. Também recebeu a solidariedade e apoio de outras mulheres da agrovila. O temor que sentia de parir nessa região, sem assistência médica, longe de parentes e de sua mãe, se dissipou diante da solidariedade manifestada pelos vizinhos. Conta que foi muita bem tratada e confessa que não sentiu tanto a falta da mãe e dos parentes que ficaram no Ceará.

A professora Miriam, como é conhecida, mantém uma extensa rede de relações sociais, alimentadas por forte circuito de amizade construído ao longo dos anos naquela comunidade. Refere que mesmo não encontrando tempo para visitar os amigos, sabe que as pessoas ali a respeitam e a consideram muito. Esta estima é fruto do trabalho que já desenvolveu, e, sobretudo, de sua postura ética e moral, pois mora sozinha, “*e nunca deu brechas para estarem falando dela*”. Diz isso para reafirmar sua integridade, sabendo que num lugar pequeno o fato de uma mulher morar sozinha é motivo de especulação e fofocas.

A espontânea prontidão da mulher migrante para articular redes de parentesco se justifica, não somente por causa de obrigações e do imperativo moral, mas também dos benefícios reais e percebidos, que esta espera e necessita alcançar em dada situação (RIDLEY-LEIGH, 1979). Na Transamazônica esta rede de solidariedade e de parentesco entre as mulheres migrantes é visivelmente forte e ampla. Isto se caracteriza justamente, como uma estratégia de sobrevivência, para não se deixar confinar no espaço doméstico, o que forçosamente lhe é imposto e que, via de regra, reduz a possibilidade de participação feminina no espaço público.

3.1.2 Maria da Paz Santos, moradora do km 130 Norte

Maria da Paz migrou com a família do estado do Tocantins para a Transamazônica em 1982, período em que o projeto de colonização oficial havia concluído seu programa de assentamento e não estava mais distribuindo terras às famílias que chegavam. Por isso, sua família teve que trabalhar mais de um ano em terras de

outros colonos, até obter recursos e surgir a oportunidade de comprar um lote que um rapaz estava vendendo a preço condizente com as poucas benfeitorias nele existentes. Conta que tinha muita vontade de possuir terra, pois sempre trabalhara na roça, mas em terra de outros. Maria da Paz é capixaba e havia se mudado para o estado de Goiás em busca de trabalho e de terra. Foi este mesmo motivo que levou a família a migrar para a Transamazônica.

A história de Maria da Paz se distingue, em alguns aspectos, da história de Dona Miriam. Primeiro, porque ela viajou por seus próprios meios, em um contexto diferente da década de setenta, período de maior fluxo de migração e do assentamento em terras distribuídas pelo Incra. Na década de oitenta, a Transamazônica atravessava uma forte crise econômica e social, em decorrência da retirada dos investimentos e órgãos governamentais da região, deixando as famílias agricultoras sem apoio técnico nem financeiro.

A rodovia se encontrava em péssimas condições, as escolas desestruturadas, o quadro de professores defasados e sem qualificação profissional. Essa situação desoladora provocou a organização de movimentos populares, com o apoio da Igreja, os quais construíram uma expressiva rede de organização social nessa região. Era este o contexto da Transamazônica quando Maria da Paz lá chegou. Nesta época, diz ela, muitas famílias estavam vendendo os seus lotes a baixo preço, para irem embora, porém, outras tantas chegavam à procura de terra barata e de melhores condições de vida.

Mesmo após dez anos de abertura e povoamento da rodovia Transamazônica, as famílias que ali chegaram, na década de oitenta também enfrentaram muitas dificuldades para permanecer em seus lotes e fazê-los produzir. As famílias que moravam nos travessões sentiam com maior intensidade o descaso e a falta de investimento governamental. Se a carência de estruturas sociais (escola, posto de saúde, comércio, estrada etc.) era grande ao longo da rodovia, se acentuava para quem morava nos travessões. Esta problemática foi sentida e vivenciada concretamente por Maria da Paz quando passou a morar no travessão 130 Norte, a doze quilômetros da faixa da rodovia Transamazônica.

Acredito que ao descrever a jornada da agricultora Maria da Paz, demonstrarei as condições sociais e o cotidiano da maioria das

mulheres que vivem nos travessões, visto que as estruturas físicas, agrícolas e sociais, nesses travessões são semelhantes: o trabalho na roça, os cuidados da casa - que geralmente é desprovida de energia elétrica e água encanada -, as distâncias dos postos de saúde, de escolas e de transportes, as dificuldades de acesso à cidade, principalmente no período do inverno.

Pela manhã, logo cedo, Maria da Paz faz o café e dá comida para as galinhas. Em seguida vai pegar água na fonte que fica a uns cem metros de sua casa, numa baixada, tendo que subir a ladeira com os vasilhames cheios. Para abastecer a casa é preciso carregar uns cinco a seis baldes de dez litros. Por isso, quando as pessoas vão tomar banho na fonte, levam um balde e trazem-no cheio. Observei esta prática e, sempre que descia até a fonte, trazia um vasilhame com água, embora Maria da Paz argumentasse que não precisava, mas

era uma forma de contribuir para os afazeres domésticos.

Na segunda-feira, Maria da Paz acompanhou o filho até a roça para colher um pouco de cacau. Segundo ela, o cacau não tinha dado uma boa produção naquele ano e o preço estava ruim, por isso não haviam podido comprar quase nada com o dinheiro dessa cultura, cobrindo apenas as despesas da casa. Sua casa fica no meio da plantação de cacau, assim, ela está sempre por perto, mesmo que esteja colhendo cacau.

Maria da Paz diz que se acostumou a ir para roça todos os dias, senão não teria nada para fazer, pois a limpeza da casa não exige muitos cuidados, visto que o piso é de cimento queimado, bastando varrer. Na roça, planta milho, arroz, e feijão, o necessário para o consumo familiar, pois a renda principal vem do cacau e da criação de gado. Apesar da plantação não ser extensa, diz que dá para “sair de um aperreio”, como por exemplo, em

caso de doença. Se for preciso vende uma ou duas cabeças de gado para solucionar o problema.

Desde 1985, quando seu marido foi embora, ela administra o lote com a ajuda dos filhos. Ao partir, seu marido exigiu seu quinhão da terra. Então, para não vender o lote, Maria da Paz se esforçou para comprar a parte dele e assim, não precisar abrir mão da terra, mesmo ficando responsável por pagar o financiamento feito por ele para o cultivo do cacau.

A partir de então, filiou-se ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), de Medicilândia, visto que não era mais considerada dependente do marido e sim, trabalhadora rural, com os mesmos direitos do homem. Neste sindicato, ela compõe a equipe responsável pela fiscalização e participa ativamente das mobilizações sociais promovidas pelo STR, tendo inclusive ido a Brasília por duas vezes nas caravanas organizadas para buscar, junto aos poderes públicos, melhorias para região.

Com exceção da sua atuante participação nas organizações sociais e pastorais da igreja, a rotina de Maria da Paz não difere do cotidiano da maioria das mulheres que residem e trabalham nos travessões. A labuta começa cedo. Às seis horas da manhã as mulheres já estão trabalhando, mas, também dormem cedo, por volta das oito horas da noite. Suas histórias também se assemelham no que se refere às dificuldades do trabalho doméstico e ao desenvolvimento dos trabalhos agrícolas.

Quando selecionei as trajetórias de Miriam Freitas e de Maria da Paz como relatos exemplares, foi no sentido de mostrar as polaridades existentes em um mesmo contexto de migração, de ocupação e de organização social. Os caminhos que percorreram na Transamazônica desde a chegada até a estruturação de suas vidas doméstica e social se deram em momentos e espaços diferentes: colonização oficial/colonização com recursos próprios; 1972/1982; aquisição de terra através do INCRA/ aquisição de terra via recursos próprios; atuação no espaço doméstico e escolar/ atuação no espaço doméstico, agrícola e sindical. Estes dois pólos mostram quadros individuais e sociais distintos que se situam num mesmo campo de ação - a Transamazônica - onde essas mulheres comungam dificuldades e desafios análogos, para enfim, (re) conquistar seus espaços, seja na esfera pública ou doméstica.

Ressalto que as suas trajetórias não se distanciam das demais histórias das mulheres migrantes que compuseram a história de colonização da Transamazônica. Quando falam do projeto de colonização e das dificuldades que tiveram de enfrentar para permanecer nessa região, suas narrativas revelam discursos análogos e convergem para um mesmo cenário social. No entanto, deve-se considerar nesta análise, o fato de que as suas trajetórias e experiências são filtradas pelos acontecimentos atuais e pelas condições sociais e individuais em que elas estão inseridas no momento presente.

Desse modo, suas narrativas não podem ser analisadas somente a partir do que elas expressam ou comentam a respeito do que viveram na Transamazônica, sem antes compará-las com outros discursos e informações a respeito deste projeto de colonização.

As situações difíceis vivenciadas na Transamazônica, vistas à distância - trinta anos depois - são lembradas pelas mulheres como um sofrimento indispensável para quem almejava melhores condições de vida. Lembram dos obstáculos que foram obrigadas a enfrentar como se tudo fosse uma experiência necessária para o crescimento social e econômico almejado, apesar de ressaltarem os momentos de medo, de solidão e as privações que passaram logo nos primeiros anos de colonização.

Neste sentido, Ecléa Bosi (1998) observa que o processo de rememoração consiste em refazer, reconstruir, repensar e re-elaborar os fatos à luz do presente, e neste exercício, há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa⁶⁰. Lembrar não é apenas reviver, pois, neste momento, colocam-se em evidência os fatos selecionados e articulados com o contexto histórico em que estes ocorreram.

Esta reconstituição se dá de forma intencional e seletiva. Bourdieu (2001, p.51) observa que a história de vida constitui um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva de um projeto. Pude perceber essa construção nas conversas mantidas com mais de trinta mulheres que migraram para a Transamazônica no período inicial de ocupação dessa região. São mulheres provenientes das regiões sul, sudeste, centro-oeste e, sobretudo, do nordeste do país. Daí a importância de continuar este percurso pelas histórias das mulheres nordestinas.

3.2 MULHERES NORDESTINAS NA TRANSAMAZÔNICA: OS FATOS E OS RELATOS.

Nós viemos do Nordeste, do Ceará, lá meu marido trabalhava de agregado na terra dos outros, por isso quando soube que o governo estava dando terra no Pará se animou e resolveu que a gente vinha para a Transamazônica. Mas, depois que eu me casei, mudei várias vezes. Primeiro eu sai da Paraíba e vim para o Rio Grande do Norte e depois nós mudamos para Fortaleza. No Rio Grande eu morei em uns três lugares: Caipó, Ruranólis e Florânia ou 4 lugares. Aqui nós paramos por causa da terra, apesar de não ser muito boa, deu para gente viver e garantir um futuro melhor para os filhos. (Francisca Araújo, 68 anos)⁶¹.

Neste capítulo apresento os relatos (casos) de algumas mulheres nordestinas que vieram com suas famílias para a Transamazônica e que, não por acaso, integraram o projeto de colonização oficial implementado pelo governo na década de setenta. O não-acaso evidencia-se no fato de que a maioria das famílias nordestinas que vieram para a Transamazônica nesta época foi arrematada pelos órgãos governamentais, os quais viam o Nordeste, sobretudo o sertão, como um grande palco de conflitos e tensões que

⁶⁰ *Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, é quase sempre, uma tarefa empenhada com uma paciente reconstituição. BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.*

⁶¹ Francisca Araújo migrou com a família de Fortaleza-CE e chegou a Transamazônica em 29 de outubro de 1971.

poderiam ser minimizados com a retirada de milhares de famílias para integrarem o projeto de ocupação da Transamazônica.

As famílias nordestinas não tinham conhecimento dessa realidade, mas estavam cômnicas de que a vida no Nordeste estava cada vez mais difícil com a ameaça de mais uma seca prolongada, conforme já acontecera em outras épocas⁶². Esta leitura se notifica nos casos contados pelas mulheres nordestinas integrantes deste trabalho. Elas revelam em poucas palavras as condições em que se encontravam e como o projeto de colonização do governo foi providencial naquele momento de crise e de luta pela sobrevivência. No entanto, é importante lembrar nesta análise, que essas famílias fizeram parte de um mesmo projeto de colonização oficial, mas construíram trajetórias individuais e coletivas diversificadas no contexto da Transamazônica, conforme se pode observar a partir das histórias da cearense Miriam Freitas e de outras mulheres nordestinas aqui apresentadas.

3.2.1 Francisca Moraes migrou do Jardim do Seridó pelo projeto de colonização oficial

Francisca Moraes tem 78 anos, veio com a família do Jardim do - Rio Grande do Norte, e chegou à área de Brasil Novo no dia 15 de março de 1971. Os dados mostram que sua chegada corresponde à primeira leva de nordestinos arregimentados pelo projeto de colonização oficial os quais foram assentados na área de Brasil Novo. Sua família possuía um pedaço de terra No Rio Grande do Norte e vivia numa situação estável, mas a seca ameaçava o desenvolvimento e a produção. O marido de dona Francisca quis vir para a Transamazônica, pois visava à posse de maior extensão de terra, visto que a família era grande e ele não via mais perspectivas de trabalho e desenvolvimento onde moravam.



[...] quando nós viemos do Rio Grande do Norte, eu trouxe doze filhos. Agora só tenho dez, pois morreram dois de acidente. Nós

or de 'crise' e o detonador de decisões. As grandes secas de 1877/79, 1920/22; 1933; 1952 e de 1970 mostram esse quadro na vida dos de Oliveira. "LA RAGE DE VOULOIR CONCLURE" IN: 6.

viemos pelo Governo, de avião. Nesse tempo, o INCRA mandava trazer os colonos de avião e vinham muitas famílias. Ainda tem gente que veio naquele tempo com a gente, que mora aí ainda, mas muitos foram embora, acho que não se deram.

Agora, eu gosto daqui, porque tenho terra e meus filhos estão aqui. Os que deixei lá no Nordeste não existem mais, só alguns parentes. A casa, o terreno e a criação: tudo, nós vendemos para vir pra cá. Agora é aqui que vou ficar até morrer. Meu marido morreu faz cinco anos e eu continuo no mesmo lote que nós ganhamos do Incra. O que tenho está bom para viver. (Entrevista, 2006).

3.2.2. Maria José de Medeiros veio do Sertão do Seridó-RN pelo projeto de colonização oficial.

Dona Maria José tinha onze filhos e achava que devia procurar uma terra onde todos pudessem trabalhar. O sítio que possuíam era pequeno e não dava para distribuir entre todos os filhos. Assim, incentivou o marido a se inscrever no projeto de colonização da Transamazônica. Diz que não teve medo de enfrentar o desconhecido mesmo tendo ouvido notícias de que nessa região morria gente por causa do piúm e das doenças tropicais.



[...] Quem trouxe a gente foi o Governo. Nós chegamos aqui em época de inverno muito forte, só lama e chovia muito. Eu estranhei muito o clima e os piúns, mas não morreu ninguém. Hoje me orgulho de ver meus filhos todos formados: tem professores, bancário, uma economista e outros têm lotes próprios e estão bem. Eu nunca tive vontade de voltar porque eu quis vir, mas teve muita gente que voltou e não conseguiu nada. Nossa família era grande e precisava de terra para trabalhar. Lá no Nordeste a gente tinha um pedaço de terra e criação, mas não dava pra família se desenvolver, melhorar a vida. Aqui meus filhos conseguiram se desenvolver bem e estão todos arranjados. Eu nunca participei de movimentos sociais, só da igreja, mas meus filhos sempre participaram. (Entrevista, 2006).

**Foto 12: Maria José Medeiros, 78 anos.
(Ivonete Coutinho, 2006).**

As trajetórias das nordestinas, Francisca Moraes e de Maria José de Medeiros, ambas do sertão do Rio Grande do Norte se situam em

contextos sociais e econômicos análogos. Suas famílias eram proprietárias de sítios, produtores e criadores de animais para o consumo e o comércio, o que lhes garantia melhor qualidade de vida, comparada com a maioria das famílias nordestinas desprovidas de recursos, sobretudo, de terra - um bem muito valioso no Nordeste. As duas famílias possuíam um número expressivo de filhos, sendo este um dos principais motivos que as levaram a procurar um lugar que oferecesse maior possibilidade de reprodução social e econômica do grupo familiar.

Elas vieram para Transamazônica quando se iniciava a abertura da rodovia, em março de 1971, período de inverno intenso. Nesta mesma caravana, vieram dezenas de famílias riograndenses do Norte, de diversas localidades: Natal, Pedro Avelino, São Gonçalo, Santana do Mato, Jardim do Seridó, Pátria Amada, Jacareú, conforme lembra o Sr. José Curioso que também chegou nessa época, tornando-se um personagem conhecido na região pela peculiaridade do seu nome e pelo modo hospitaleiro com que recebia as pessoas em sua casa. Este se orgulha de ter recebido por duas vezes a visita do presidente Médici e de outras autoridades que vinham visitar Brasil Novo, a primeira área da colonização, onde o INCRA promoveu assentamentos.

Como se pode observar, as primeiras famílias que foram assentadas na área de Brasil Novo migraram do Rio Grande do Norte. Tanto dona Francisca quanto dona Maria José ressaltam que muitas famílias voltaram, porém não sabem precisar o número, lembram-se apenas dos nomes dos “chefes das famílias”: José Costa, Cícero Aureliano, Zé Neto, Aderaldo e outros. Afirmam que: *“só ficou quem foi corajoso porque a vida aqui não foi fácil, mas quem ficou conseguiu melhorar de vida”*.

Estas duas senhoras ainda moram nos lotes da colonização, os quais são próximos de Brasil Novo. Nessa terra plantaram cacau e investiram na criação de gado, contando com o trabalho conjunto de toda a família. Dona Maria José fabrica queijo e outros produtos derivados do leite. O seu queijo é considerado “o melhor da região”, e ela sente-se lisonjeada com esse reconhecimento. Segundo Maria José, sua família está bem estabilizada: os filhos estão todos formados e desfrutam de boas condições sociais e econômicas, mas ressalta que trabalharam muito para isso.

Dona Francisca ficou viúva em 1993, mas diz que não se sente sozinha, pois sua família está sempre por perto. Referindo-se aos filhos, genros, noras e netos. Ao lembrar do marido comenta que não sente muito a sua falta. Conta que era muito enjoado e exigente com as tarefas doméstica. Queixa-se, dizendo que casou muito jovem, aos quinze anos, e desde esse tempo vinha agüentando as ‘presepadas’ do marido. Agora diz

sentir-se tranqüila no seu lugar, não pretendendo sair do lote, apesar de alguns filhos insistirem em levá-la para cidade. Ela enfatiza: *“aqui é meu canto, onde tenho minhas coisas e ninguém manda, quem quiser me ver que venha aqui e eles vem sempre, fazem churrasco, fazem festa, tudo por aqui”*.

Seu filho mais velho foi eleito vereador para o segundo mandato no município de Brasil Novo. De acordo com dona Francisca, ele começou a fazer política por incentivo do pai, que desde a época do Nordeste se envolvia em política, e achava que o filho poderia progredir nesse campo de atuação. Refere, no entanto, que preferiria que não tivesse entrado para a política partidária, pois, *“o povo acaba com tudo que a pessoa possui”*. Percebo que este discurso é uma forma de dizer o quanto o filho é honesto e que trabalha para o bem coletivo. No entanto, demonstra-se orgulhosa com relação ao cargo de presidente que o mesmo ocupa na Câmara de Vereadores.

A ascensão social e econômica das duas famílias se deu por caminhos similares, tendo como principal força de produção o trabalho e organização familiar. Porém, os campos de atuação social e econômica de ambas as famílias se distinguem. Enquanto boa parte dos filhos de Maria José se dedicou à formação profissional, tornando-se professores, bancários, engenheiro, ocupando funções públicas; os filhos de dona Francisca se dedicaram mais à produção agrícola em larga escala e um dos membros da família contribuiu com essa ascensão social ao entrar para a esfera política partidária. Dessa forma, todo o grupo doméstico se beneficiava dos privilégios e prestígios políticos. Trata-se de estratégias diferenciadas de mobilidade social ascendente.

Neste contexto é importante ressaltar que as estratégias familiares, quanto aos espaços de atuação não ocorrem de forma planejada, mas se baseiam em experiências e representações familiares anteriores à trajetória de migração. Como bem lembra dona Francisca Moraes, seu marido sempre esteve envolvido com questões políticas e por isso projetou o filho nesse campo de atuação.

A análise das trajetórias de migração das mulheres desta pesquisa revela que as famílias que conseguiram se estabelecer e ascender sócio-economicamente foram aquelas que portavam algum capital cultural, intelectual, ou financeiro. Assim, a expressão *“só ficou quem teve coragem para enfrentar as dificuldades”* oferece outra leitura, quando se analisam as condições sociais e as experiências particulares de cada família no contexto da Transamazônica. Esta observação é confirmada pelo relato da cearense Francisca Coutinho, 71 anos, que migrou para a Transamazônica com a família em 1972 em busca

de algo além da sobrevivência - a dignidade talvez, materializada com relação ao mundo do trabalho e a perspectiva de melhorar as precárias condições de vida.

O relato de dona Francisca também merece destaque por revelar que o processo migratório de sua família representava as condições sociais de milhares de famílias nordestinas que migraram para a Transamazônica em busca da sobrevivência e de melhores condições de vida.

3.2.3 Francisca Coutinho migrou da cidade de Ipaumirim-CE, pelo projeto de colonização oficial.



Meu marido soube da Transamazônica pelo jornal. Ele gostava de ler revista e jornal, sabe? As pessoas levavam para ele, porque ele trabalhava de barbeiro e sempre tinha revista lá no salão e quando ele viu a reportagem da Transamazônica na revista Manchete, ficou doido, pois sempre quis possuir uma terra. Foi logo no escritório do Incra que tinha lá e fez a inscrição, mas eu não podia viajar, pois estava buchuda, na véspera de ganhar nenê, então ele esperou eu passar o resguardo e começamos a nos preparar para a viagem. A gente não tinha quase nada para carregar, só as roupas e os seis filhos.

Foto 13: Francisca Coutinho, 70 anos. (Ivone Coutinho, 2008).

Dona Francisca continua seu relato:

Nós viemos pelo Incra, naquela época o governo trazia as famílias para colonizar essa região. Veio muita gente do Nordeste fugindo da seca, mas também muitos voltaram, pois aqui era tudo difícil. Eu mesma só não voltei porque meu marido não queria voltar e porque a gente também não tinha mesmo nada lá no nordeste e aqui pelo menos tinha perspectiva de melhorar, apesar das dificuldades. E quem não foi embora conseguiu melhorar de vida. (Entrevista, 2006).

A história de dona Francisca revela as difíceis condições sociais e econômicas em que sua família se encontrava no Nordeste. Ao partir, ela não deixou para trás nenhum bem material que garantisse um recomeço de vida caso precisasse voltar. Onde morava nunca havia possuído uma casa própria, nem um pequeno sítio para plantar. Com

isso, seu marido não admitia a idéia de retornar para aquele lugar onde vivia sobressaltado pela ameaça da fome, do desemprego e da humilhação. Na Transamazônica, apesar das inúmeras dificuldades, acreditava ter perspectiva de melhorar de vida, e que, trabalhando com a família em terra própria, garantiria a estabilidade e a reprodução do grupo familiar. Apesar da declaração referente à pobreza da família depreende-se que detinham algum capital cultural, uma vez que o marido tinha uma profissão e se informava lendo revistas.

A grande maioria dessas famílias que vieram pelo projeto de colonização governamental não tinha clareza do que as esperava na Transamazônica e das dificuldades que iriam enfrentar. O que importava naquele momento era fugir do desemprego, da seca e da ameaça de perder a sua dignidade por conta da miséria que se alastrava sobre elas. A posse da terra significava, além da sobrevivência, a garantia de estabilidade social e de dignidade. Essas famílias não viam a terra como um bem econômico. Muitas não conseguiram se estabelecer na região, porque enfrentaram problemas de saúde, mortes de membros da família, perdas completas da lavoura por falta de experiência com o clima, endividamento bancário, entre outros. Desolados, voltaram para o lugar de onde vieram em condições ainda piores do que quando chegaram à Transamazônica.

Dona Francisca, que a princípio não queria deixar sua terra natal e sua extensa rede de parentesco, logo percebeu que nessa região sua família tinha possibilidades concretas de desenvolvimento e de crescimento. Para isto não mediu esforços, trabalhou muito e recorreu a toda sua experiência cultural e à característica nordestina de adaptar-se a novos lugares (em virtude da experiência coletiva de deslocamentos em massa) e estabelecer novas redes de contatos. Com sua disponibilidade e predisposição construiu fortes laços de amizade e de solidariedade com as famílias migrantes que se assentaram naquele travessão. Dessa forma, enfrentou as barreiras impostas pelas diferenças culturais e sociais das pessoas de outras regiões, sobretudo os sulistas, prontificando-se a aprender com elas e também a transmitir os conhecimentos e as experiências que portava.

Embora dona Francisca fosse escolarizada, ela não detinha nem o nível fundamental menor (1ª. a 4ª. Série), diferente de sua conterrânea, dona Miriam que ao deslocar-se para a Transamazônica estava concluindo o ensino fundamental, condição incomum entre as mulheres nordestinas que migraram para essa região. Essa diferença quanto ao nível de educação formal não impediu dona Francisca de ter como perspectiva a ascensão de seus filhos por meio da educação, incentivando-os a estudar e progredir.

Ela também se inseria em diversos espaços sociais (clube de mães, grupos de vizinhos, cursos de formação e oficinas artesanais, oferecidos pelos órgãos governamentais). Assim, ampliava a sua rede de sociabilidade junto às pessoas que portavam maior nível de formação e estabelecia vínculos de amizade fora do ambiente doméstico e comunitário.

A história de vida de dona Francisca e de sua família na Transamazônica revela alguns traços comuns com a história de Dona Miriam. Diante de todos os problemas e desafios que tiveram de enfrentar, ambas demonstram na determinação de continuarem na Transamazônica, a necessidade de resgate e valorização da sua dignidade e de sua honra. Sentimentos que haviam sido abalados e sufocados em contextos familiares e sociais distintos, mas que se situavam no mesmo jogo de poder e assujeitamento, típico das relações sociais entre dominantes e dominados, principalmente, no Nordeste brasileiro.

Retomo a trajetória de dona Miriam, articulando-a com a história de dona Francisca, não somente pelo fato de serem conterrâneas, mas, sobretudo, por se encontrarem em condições morais e psicossociais semelhantes, ao migrarem para a Transamazônica. A migração surgira para elas como uma oportunidade única de sair de um mundo conhecido, porém, delimitado e minguado quanto aos seus direitos, para um outro, onde poderiam transpor fronteiras, ao se afastarem do grupo social de origem e de controle, para conseguir conquistar seus espaços e sua autonomia financeira e moral, livrando-se do assujeitamento e dos muitos vexames que amorteciam suas vidas no Nordeste.

A experiência de viver em um espaço indeterminado e estranho as colocava à prova, buscando aí, sua oportunidade e ocasião. As dificuldades e desafios se constituíam em motivações fundamentais para reforçar as prerrogativas e a determinação de continuarem na Transamazônica.

A situação de opressão e limitações que circundava a vida de dona Miriam e a família de dona Francisca não era uma circunstância ocasional na trajetória dessas personagens, mas um fator recorrente na maioria das famílias pobres nordestinas, as quais integraram o projeto de colonização oficial. Estas famílias foram arregimentadas pelo Governo Federal com o firme propósito, de formar linha de frente do programa de desmatamento, de abertura e povoamento da rodovia Transamazônica.

Esta leitura está subentendida nos relatos apresentados pelas pessoas que participaram do projeto de colonização oficial - funcionários dos órgãos públicos e

principalmente nas narrativas das mulheres nordestinas que referem a participação de seus maridos em trabalhos das empresas construtoras, conforme relata dona Lindalva⁶³: “Meu marido pegou lote, mas ficou trabalhando como empreiteiro do INCRA e ganhava bem, por isso não quis mexer com lote. Ele ajudou construir essas agrovilas todas, agora está com dificuldade pra se aposentar como agricultor porque ele não deu baixa nos documentos dessa firma”.

Assim como relatou dona Lindalva, outras mulheres me contaram que seus maridos saíam para trabalhar nas firmas construtoras, porque ganhavam um dinheiro extra que permitia melhores condições de suprir as necessidades básicas da família. Enquanto isso, elas ficavam nos acampamentos ou já nos lotes tocando o roçado com os filhos.

Após essa abordagem geral do processo migratório, na qual me apoiei em histórias de vidas paradigmáticas, faz-se necessário apresentar sequencialmente a conjuntura de migração em que as mulheres e suas famílias estavam inseridas. Nesta perspectiva destaco parte dos relatos que mostram os caminhos percorridos desde a saída do lugar de origem. Nos capítulos 4 e 5 tratarei da chegada em Altamira, da passagem pelos acampamentos e finalmente, do assentamento e a organização produtiva da terra assentada.

Serão descritos os pontos comuns e os traços distintos que marcaram as trajetórias de migração, ressaltando os percalços e desafios vivenciados pelas famílias migrantes na Transamazônica. O ritual da partida do lugar de onde migraram é um fator relevante nesta análise, tendo em vista os mecanismos e arranjos familiares para que o processo migratório ocorresse conforme as expectativas e a programação do grupo familiar.

3.3 ESTRATÉGIAS DE VIAGEM E MOTIVAÇÕES DE PARTIDA.

“Último Adeus”.
Sei que não esqueço/ Ainda que
conformada padeço/ Último adeus de minha terra/
Despedi em um acenar/ alguém ficou a chorar.

⁶³ Lindalva de Oliveira, 60 anos, veio de Natal Rio G. do Norte pelo projeto oficial em novembro de 1972. Seu marido logo vendeu o lote e ficou trabalhando como empreiteiro na construção da rodovia e agrovilas.

*Distante parti/Para outro
estado/Enxuguei meu rosto molhado
Deixei meu berço/ meus laços. Enfim/
Meu coração em pedaços
Gostaria de novo ser criança/ Onde eu
teria outra infância
Isto nunca,/Nunca mais
As Campinas/ que eu brincava
Saudades/ Do meu Goiás. (Nedy
Margrida, 2002).*

O ritual da partida é um momento valioso tanto para aqueles que viajam, quanto para os que ficam e funciona como uma espécie de catarse, de purificação de sentimentos e emoções que ambos carregam. Na despedida, os conflitos e as mágoas que porventura existam, se diluem no momento da separação. Assim, o viajante partirá fortalecido pelas palavras e gestos de amizade, pela manifestação de solidariedade e afetividade. O resgate desses sentimentos é muito importante para quem migra e vai enfrentar o desconhecido e relacionar-se com estranhos.

Nedy Margarida migrou para a Transamazônica com sua família em busca de melhores condições sociais e econômicas. Mulher trabalhadora rural, com o nível fundamental de estudo, conseguiu externar através da escrita, os sentimentos de quem foi extirpada de suas referências culturais e sociais pelo fluxo da migração. Ela recorda o momento da partida em que se despede da terra natal, dos amigos e dos parentes. Com um acenar ela deixa para trás uma vida, nutrida das pessoas queridas e das paisagens do lugar onde viveu sua infância, sua juventude e os primeiros anos de casamento. Este cenário ela denominou “Último adeus”.

Dona Nedy tinha consciência da distância e das dificuldades que iria enfrentar nessa viagem rumo à Transamazônica. Sua família vinha com poucos recursos e sem nenhum apoio institucional. Por isso, planejaram cuidadosamente cada etapa dessa viagem. Observa-se que este exercício de preparação e organização da viagem se processa como um ritual que coloca em evidência o momento da partida e as expectativas de chegada. O momento da partida é considerado o mais doloroso, visto que a cerimônia de despedida se configura como um rito de separação. O tensionamento da viagem está envolto no sentimento de deixar algo conhecido para ir à busca do desconhecido, do imprevisível, mas também da descoberta e da esperança.

O lugar do migrante é o espaço onde este pode e consegue estabelecer laços de familiaridade e sociabilidade. Portanto, o fortalecimento das referências sociais e afetivas

antes da partida, contribui para que o migrante agregue-se com mais facilidade aos novos espaços sociais em que deverá atuar.

Quando se empreende uma viagem prolongada, que consiste no deslocamento de todo grupo familiar, é comum comunicar às pessoas mais próximas quando será a partida, sobretudo, se esta viagem é para um lugar distante, sem tempo previsto de retorno. Neste caso, a despedida é mais solene e por vezes, demora alguns dias. Durante a semana que antecede a viagem recebem-se visitas dos parentes e amigos. Geralmente, estes se colocam à disposição para ajudar no que for necessário.

Dona Francisca Coutinho lembra que contou com a ajuda de algumas vizinhas e de duas tias para arrumar a bagagem. Ela diz que estava desnorteada com a idéia de que viriam para um lugar distante e desconhecido. Essas mulheres davam palpites, indicavam remédios caseiros, caso houvesse alguma necessidade, e deram-lhe de presente alguns lençóis, visto que desconheciam o clima e achavam que as crianças precisavam se proteger melhor. Todo esse cuidado era acompanhado de conselhos, abraços afetuosos, e muitas lágrimas.

Esta contribuição de amigos e vizinhos é valiosa, mas em dado momento é o próprio viajante quem decide o que deve ou não levar na bagagem. O que levará consigo é cuidadosamente pensado, por vezes sentido. O conteúdo da bagagem deve ser uma resposta aos imprevistos da emigração e também representa um vínculo com os referentes sociais e simbólicos que estão sendo deixados para trás. Neste sentido, a bagagem do migrante, além de utensílios práticos, traz também sentimentos, os quais são incorporados aos objetos, cuja representação e significação se confundem com a própria história de quem os carrega.

3.3.1 O que vem na bagagem do viajante/migrante

Até para os viajantes mais experientes, organizar uma viagem é um processo de muitas etapas. Dificilmente alguém viaja sem antes planejar, sem antes juntar seus pertences e ver o que pode ou não levar na bagagem. As mulheres quase sempre ficam incumbidas de arrumar as malas e de escolher alguns pertences que presumem serem importantes para o recomeço de vida em outro lugar.

Ressalta-se que esta seleção compreende dois aspectos: o prático e o afetivo. Nem tudo que é colocado na bagagem será efetivamente utilizado no cotidiano das famílias migrantes. Elas trazem consigo pequenos objetos de maior valor afetivo que

material: porta-retratos, bibelôs, louças, lençóis bordados etc. São lembranças de alguém querido, são presentes de casamento, são objetos de uso doméstico que portam um pouco de suas histórias. Sem esses objetos a bagagem do migrante estaria incompleta, vazia de sentido, mas cheia de saudades.

As mulheres revelaram com mais frequência, a emoção da perda e o sentimento de desenraizamento, quando tiveram que se desapegar de alguns pertences e deixá-los para trás. Dizem que não dava para trazer tudo que gostariam de carregar na bagagem. Mesmo aquelas que possuíam poucos bens materiais disseram que não puderam trazer alguns objetos de valor afetivo e simbólico para a família: armários, mesas, cadeiras antigos, relativos à memória familiar.

Existem aqueles objetos que compõem a cultura do imigrante, os quais estão vinculados às suas vivências. Por exemplo, as famílias gaúchas não esqueceram a cuia de chimarrão; as nordestinas trouxeram suas redes e suas cuscuzeiras.



Foto 14: Zita Pifs (centro), em companhia de suas conterrâneas, disse que trouxeram várias cuias de chimarrão e muitos quilos de erva-mate. (Ivone Coutinho, 2007).

A riograndense do norte, Maria Pereira trouxe

uma mala cheia de redes, assim como a maioria das famílias nordestinas. Ela trouxe também alguns objetos que portavam valor sentimental, como o retrato do casamento, uma jarra de colocar licor, o ferro de engomar etc.

Tive pena de deixar, parece que também ficava um pedaço de mim, pode não ter importância para outros, mas para mim eram valiosos. A jarra me lembrava o licor de genipapo que eu fazia lá em Caicó e aqui não tinha na época. O ferro de passar roupa não podia deixar, ganhei de minha mãe, que me ajudou muito aqui.

Foto 15: Maria Pereira, conhecida como Puti, 63 anos, veio de Caicó-RN em 1971 (Ivonete Coutinho, 2007).

O ferro a brasa não é mais utilizado, pois sua residência já possui energia elétrica, mas este foi muito utilizado pela família durante muito tempo na Transamazônica.



Foto 16: O ferro à brasa não é mais utilizado, pois sua residência já possui energia elétrica. (Ivonete Coutinho, 2007).

O valor desses objetos não se restringia apenas à utilidade e serventia práticas. Eles traziam significados simbólicos, místicos e afetivos. As estátuas de santos

populares, como a do Padre Cícero, as calças bombachas dos gaúchos, os véus de usar na Igreja, as louças mais refinadas que ganharam de presente de casamento. A maioria ficou na mala por muito tempo, mas sabia-se que estes objetos estavam ali como referências de suas trajetórias individuais e culturais.

A paranaense Nerzi Alves, 46 anos, veio do Estado do Mato-Grosso, mas diz que antes de vir para a Transamazônica em 1982, já tinha feito outras viagens de migração com a família, sempre à procura de terra e de trabalho. Nerzi trouxe a vitrola e seus discos de vinil preferidos, pois segundo ela, sabia que ia sentir saudades e a música ajudaria a dissipá-la.

Mesmo “comendo” muitas pilhas não deixava de escutar suas músicas, preferencialmente à noite. *“Quando eu ouvia as músicas lembrava da minha terra e das pessoas amigas que deixamos lá, eu gostava de ficar lembrando e cantarolando até dormir”*.



Foto 17: Nerzi com os dois filhos menores que nasceram na Transamazônica, área de Brasil Novo. (Ivone Coutinho, 2007).

Há objetos que carregam fortes valores afetivos e mantêm um elo de ligação com parentes ou amigos distantes. São colocados na bagagem com um cuidado especial, em um canto de fácil acesso, mas seguro. Assim serão encontrados com facilidade por quem os guardou.

Dona Maria José de Medeiros trouxe uma lembrança que ganhou da tia no dia do casamento e ressalta que a embalou com todo cuidado, para que não se quebrasse na viagem.

Apesar de ser um presente simples, ela diz que não a poderia deixar para trás, pois essa tia era muito estimada, e este foi um dos poucos presentes de casamento que

recebeu. Ela ainda conserva este objeto: um estojo para armazenar temperos, que fica no seu quarto e serve para guardar pequenos objetos pessoais.



Foto 18: Maria José 78 anos mostra com saudade a lembrança que ganhou da tia no dia do casamento. (Ivone Coutinho, 2007).

A professora Zenária Barbosa Stabenow trouxe muitos utensílios domésticos. Estava recém-casada e tudo tinha muita importância para ela. Como a família veio com



recursos próprios, pôde trazer uma porção de objetos que a ajudaram muito na Transamazônica, dentre estes, a máquina de costura, a respeito da qual declarou: foi *uma mão na roda, até hoje me serve. Costurei muito com esta máquina, até roupa de passeio para meu marido eu fiz.*

Foto 19: Zenária mostra também a bacia que trouxe há trinta e cinco anos quando migrou do Espírito Santo para a Transamazônica. (Ivone Coutinho, 2007).

Estes objetos são mostrados com evidente envaidecimento, revelando uma ponta de saudade e de orgulho pelo caminho que juntos percorreram. Incorporado a esses objetos o migrante carregou todo um quadro de memórias: sua fé, sua sabedoria, suas crenças, suas experiências, ou seja, um capital cultural e simbólico acumulado ao longo da vida.

Neste sentido, a bagagem do migrante é responsável pela construção e (re)construção de territórios no lugar de destino. Re-construindo o que trouxe, tenta recriar parte daquilo que deixou em sua terra natal. Suas raízes podem ser aprendidas através de vestígios deixados na paisagem, atribuindo-lhe características que lhe proporcionam algum tipo de pertencimento, de familiaridade e de identidade.

3.3.2 Arranjos e providências para a viagem - a saída

Para empreender uma viagem, a organização interna da família deve se concentrar na distribuição de tarefas e de competências. Se os filhos ainda são pequenos, o marido e a mulher dão os encaminhamentos práticos. Em outros casos, toda a família participa da organização da viagem. O ritual dos preparativos também foi observado pelas famílias que migraram para a Transamazônica, mesmo que estivessem amparadas, pelo projeto de colonização oficial. Observa-se, no entanto, que as famílias que migraram com recursos próprios necessitaram de maior tempo para fazer um planejamento mais criterioso do percurso e dos gastos da viagem. Geralmente, essas famílias partiam em grupos domésticos. Duas ou mais famílias se reuniam para dividir as despesas da viagem, partilhar as dificuldades e os transtornos que poderiam ocorrer no trajeto.

Para as famílias que foram arrematadas pelo projeto de colonização oficial, os primeiros encaminhamentos para a viagem foram acompanhados pelos técnicos do INCRA. O processo de deslocamento e de assentamento era traçado conforme as diretrizes do programa de colonização oficial, cujas linhas de implementação obedeciam a critérios pré-estabelecidos. Primeiro, a inscrição da família em uma unidade do INCRA instalada na sua cidade ou em uma cidade próxima. Após a inscrição, os técnicos deste órgão faziam a avaliação para certificar se a família estava apta a integrar o projeto de colonização. Entre os critérios observados, o número de filhos e a experiência em trabalho agrícola eram considerados fatores importantes para a escolha, embora muitos dos que vieram não trabalhassem na agricultura há muito tempo.

A família inscrita ficava aguardando posicionamento da equipe técnica do Incra para que pudesse se preparar para viagem. Dona Francisca Coutinho relata com vivacidade o percurso que fizeram até o momento em que seguiram viagem, rumo a Transamazônica.

Chico vendeu os bagulhos que a gente tinha: só a cama, a mesa, sabe, um pouco de coisas, pois a casa era alugada. Ele arrumou umas caixas para trazer as roupas, só mesmo roupa. Eu tinha bastante lençol. Sempre fui prevenida de lençol. Eu tinha muito menino. Tinha que ter muito lençol né? E o povo ainda me ajudou com um pouco de lençol, com medo de frio, e comprei roupa comprida, e ainda pros meninos, tudo, né? A gente se organizou como podia, porque depois tudo ia ser por conta do Incra, como foi mesmo. No dia da saída, foi chororô demais. Todo mundo chorando, todo mundo se despedindo. O pessoal do Incra levou a gente para um hotel, lá mesmo em Ipaumirim, onde almoçamos. Só saímos cedinho estava tudo arrumado à noite. Fomos para uma cidade chamada Rússia de Limoeiro, para terminar de arrumar a documentação e tomar todas as vacinas. Era uma confusão de gente de todo jeito, gente esfomeada que nunca tinha visto comida farta. Eu separava um pouco de comida para meus filhos e ficava de longe só olhando, pois eu quase não conseguia comer de tanto nervoso. Chico aproveitava, passeava e proseava com todo mundo. Em Fortaleza nós pegamos o avião da FAB para Belém. Dizem que vinham mais de trezentas pessoas. Só sei que o avião era grande demais, quase que eu morria de medo, quando vi o avião. (Entrevista, 2006).

Estas imagens estão vivas nas memórias das mulheres migrantes com as quais conversei. Apesar delas revelarem alguns lapsos quanto à precisão do tempo e de quantidades, elas mantêm as lembranças do percurso migratório, como se estivessem sempre presentes em suas memórias, de forma latente, esperando o momento oportuno para expressá-las. Assim, confessou a professora Neiva Ribeiro: "Eu pensei que nunca ninguém ia se interessar por isso, e pensei que tinha até esquecido de tudo que nós vivenciamos naquela viagem. Mas é engraçado, agora que comecei a contar, vejo que está mais vivo do que nunca, até parece que a gente quis esquecer, talvez mesmo para ter força para enfrentar as dificuldades".

Numa leitura unidimensional, a migração geralmente assume a prerrogativa da busca de uma vida melhor. Esta condição primordial se desdobra em diversas situações e experiências particulares: a busca de terra e trabalho, a fuga de mais um período de seca, a libertação de alguma opressão ou intriga, a procura de riqueza, a superação de uma desilusão afetiva/amorosa, a possibilidade de prover a família, enfim, as condições individuais estão intimamente ligadas às motivações de partida.

Portanto, compreender as razões pelas quais as mulheres constroem as suas memórias e explorar os significados subjetivos que elas carregam, consiste em relacionar suas narrativas a uma verdadeira teia de significados, que precisa ser analisada e interpretada. Recordo-me de quando iniciei a pesquisa e pedía às mulheres para lembrar alguns fatos que marcaram suas trajetórias de migração para a Transamazônica, elas diziam: "não tem nada assim tão interessante!" No entanto, à medida que começavam a contar, elas lembravam de fatos que na época pareciam corriqueiros, mas que agora são vistos com outro sentido, com um significado mais amplo e relacionados ao contexto no qual elas estavam ou ainda estão inseridas.

Neste sentido, considero uma falsa representação quando elas dizem que o sofrimento que passaram na Transamazônica valeu a pena, que fariam tudo de novo para conseguir a terra, fazê-la produzir, garantindo a estabilidade social e econômica do grupo familiar. Penso que este discurso está moldado pela condição social e econômica do momento presente e não corresponde realmente, ao que elas passaram e aos sentimentos de desânimo e desejo de voltar ao lugar de onde vieram.

Esta contradição pode ser observada através das palavras de Maria Osária Pereira, ao narrar a sua trajetória na Transamazônica. Ela veio do Mato Grosso do Sul em 1972 e ainda mora no lote adquirido através do INCRA, no km 95 Sul.



viuva, agricultora aposentada.
(Ivone Coutinho, 2007).

Nós viemos do Sul do Mato Grosso. No Natal a gente vinha viajando e no dia de ano eu entrei aqui, passamos muito tempo na viagem. Eu tinha nove filhos. Meu esposo veio na frente tirar o lote e quando havia oito meses que ele estava aqui, foi que eu cheguei com os filhos.

[...] Se eu pudesse, eu tinha saído daqui em cima do rastro porque aqui era pra gente muito pobre ou pra gente que tivesse muito recurso, fizeram até uma musica "venham os enganados, e voltam os arrependidos", e voltou muita gente. Eu fui enganada, mas não podia volta. Eu me arrependi, ele não. Eu reclamava e ele não. Eu sei o que sofri aqui, mas não tinha jeito... Depois ela acrescenta: [...] Mas eu não estou arrependida não; graças a Deus, eu estou morando no que é meu. Eu gosto dessa terra aqui. Se tiver uma proposta para eu sair, só se for melhor do que aqui.

A percepção que as mulheres têm dos fatos e das experiências vividas na Transamazônica é ao mesmo tempo, compreensão do presente e uma reinterpretação do passado. O distanciamento do espaço e do tempo possibilita maior compreensão das experiências vividas. O passado é rememorado sob os olhos do presente, com a profundidade da experiência vivida e do tempo para reflexão. Neste processo de rememoração, as imagens do passado e do presente fluem simultaneamente, gerando contradições a partir das imagens que se aproximam e se afastam da realidade objetiva.

Estas observações nos ajudam a compreender que não existem lembranças puras. Estão envoltas pela percepção atual, formada por imagens e idéias de hoje⁶⁴. Assim, as mulheres começam a contar sua história, inicialmente com certo desinteresse, depois as lembranças afloram dotadas de significados que revelam aspectos relevantes e particularidades dos modos de vida e das experiências de suas famílias. Estas competências culturais e sociais serão evidenciadas, nos relatos de chegada e nas estratégias familiares de reprodução na terra onde foram assentadas.

CAPÍTULO 4

4 TRÊS ETAPAS DE CHEGADA: ALTAMIRA, O ACAMPAMENTO E O ASSENTAMENTO NO LOTE

As mulheres migrantes da Transamazônica quase sempre iniciam suas narrativas pelo momento de chegada, especificando o horário, o dia, o mês e o ano. “Lembro como se fosse hoje”, dizem. Mesmo após trinta e tantos anos de muito trabalho e uma série de experiências que se acumularam no decorrer desse tempo, recordam com detalhes o percurso da migração ao assentamento na terra e enfatizam aquilo que consideram mais importante na construção de suas histórias de vida. Acredita-se que a ausência de referências sociais e simbólicas, no lugar de chegada fez com que elas se apegassem a um referencial possível: o tempo cronológico.

A data de chegada se tornou, então, um importante marco de identificação em uma terra inóspita, em meio a um fluxo de mudanças que exigiam readaptações e novos aprendizados. A chegada em datas festivas e/ou religiosas é lembrada com mais precisão, conforme frisou dona Osária: “No Natal a gente vinha viajando e no dia de ano eu entrei aqui”.

Este apego a um referencial comum às famílias migrantes se reproduz como um mecanismo para demarcar a data de chegada a um lugar desconhecido e se configura como uma forma de acentuar a singularidade e a inevitabilidade do momento pelo qual estavam passando. Geertz (1989) diz que há muitas formas por meio das quais os homens são conscientizados, ou talvez se conscientizem da passagem do tempo: uma delas é pela preparação e programação de projetos e pela avaliação dos

⁶⁴ A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Bosi, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 3^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55.

projetos executados.⁶⁵ A percepção, incutida desde o exterior, de que estavam participando de um projeto programado por outros e norteado por interesses econômicos e políticos que os incluíam, levou-os a delimitar o início de suas participações neste projeto. Neste sentido, a abertura da rodovia Transamazônica, como parte de um amplo programa de ocupação da Amazônia, surgia como um importante referencial de um tempo histórico que modificaria a conjuntura dessa região nos aspectos social, político e econômico. Além dessa conjuntura histórica mais ampla, este projeto marcou também significativamente as trajetórias de vida daquelas pessoas que se deslocaram para a Transamazônica.

⁶⁵ Entre as mais importantes, porém, está certamente o reconhecimento, em si mesmo e em seus companheiros, do processo de envelhecimento biológico, o surgimento, a maturidade, a decadência e o desaparecimento dos indivíduos concretos. GERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A. 1989, p. 255.

4.1 ALTAMIRA - A PRIMEIRA IMPRESSÃO DA CHEGADA

Os outros lugares são espelhos em
negativo.
O viajante reconhece o pouco que é seu,
descobrendo
O muito que não teve e o que nunca terá.
(Ítalo Calvino, 1990)

“Tudo era novo e grande. Havia um misto de susto e prazer em cada olho arregalado, cada boca trêmula, cada batida a mais no coração⁶⁶”. As famílias chegavam fatigadas e barulhentas entre crianças e bagagens. Não sabiam para onde iam, mas demonstravam confiança e calma, escondendo a ansiedade a duras penas. O pessoal do INCRA estava ali. Os técnicos e assistentes sociais procuravam passar tranqüilidade às pessoas, dizendo que iriam encaminhar tudo. Este cenário, no sentido atribuído por Goffman (2004), configura-se como um palco de representações, no qual os atores desempenham determinados papéis objetivando o convencimento do público.

Ao desembarcar no solo de Altamira, aquela multidão de pessoas desnorteadas e ansiosas à procura de seus pertences, buscava reunir forças e sua parca bagagem para continuar a viagem rumo à Transamazônica. Elas traziam consigo um pouco dos valores incorporados e dos objetos queridos para apoiá-las em sua nova vida.

Conta Neiva Oliveira da Luz⁶⁷ que chegou a Altamira no dia 13 de dezembro de 1971, numa manhã de chuva e muita lama avermelhada conforme relata:

Quando eu cheguei tinha chovido muito, e estava tudo enlameado, uma lama vermelha, impressionante! Era devido à terra da região, a terra roxa chamada. E eu vi aquele aeroporto assim de barro, e vi aquelas pessoas descendo... que estava todo mundo descendo. Aquele aviãozinho assim. Cada um foi determinado pra onde ia. Parece que sabia para onde ir, mas eu não sabia para onde eu ia, eu não tinha um telegrama do meu marido, não tinha nada. Quando eu olhei assim, me deu aquele... não foi medo! Foi um desânimo, meu Deus do céu! Será que eu vou começar aqui do nada? Mas eu achei muito bonito o lugar. Foi assim paixão à primeira vista: aquela mata,

⁶⁶ FIGUEIREDO, Vânia. **Altamira**: Latitude Esperança. Belém: Gráfica Editora Falangola, 1976, p.10.

⁶⁷ Neiva e sua família migraram da cidade de Belo Horizonte - MG e foram conduzidas pelo Projeto de Colonização oficial.

aquela terra vermelha. Estava cheia de barro. Eu fiquei esperando o que ia acontecer. Aí decidiram levar a gente para o acampamento do Incra, lá no João Pezinho. Era um caminhão. Só via as pessoas jogando as coisas em cima do carro e subindo. Eu fiquei só olhando aquela arrumação, pois eu estava com duas crianças. Então vi que na cabine do caminhão tinha dois homens, e a mulherada com as crianças em cima do carro. Aí o motorista falou pra mim, vambora! Eu disse: o senhor acha que eu vou em cima com essas duas crianças, enquanto vão dois homens na boléia? De jeito nenhum! Aí, os homens desceram da boléia com a cara feia e eu entrei com as crianças. Era assim. Se a gente não brigasse, não conseguia nada. Acho que foram as necessidades na Transamazônica, que despertaram em mim esse espírito lutador, desafiador das situações. (Entrevista, 2005).

O cenário da chegada não era muito animador: muita gente e olhares perdidos se cruzavam. O palco fora montado sem privilégios para as personagens principais. Mas, alguns atores se destacavam em alguns papéis: os funcionários do alto escalão do Incra que ficavam em gabinetes confortáveis e se encarregavam dos encaminhamentos burocráticos. Os técnicos e assistentes sociais também se destacavam. Estes, apesar de acompanharem as famílias na Transamazônica, gozavam de certas regalias além do merecido salário, como as expressivas gratificações por atuarem numa área de fronteira e de ocupação, conforme me relataram alguns dos antigos funcionários do Incra. As outras personagens eram as famílias migrantes: homens, mulheres e crianças que, fatigados e desmoralizados pela longa viagem, ainda precisavam se impor corajosamente para não se deixar sucumbir pelos condicionamentos do Projeto, e nem pela própria condição de migrante que os fragilizava.

Cada uma daquelas pessoas reagia a sua maneira diante da nova realidade que teria de enfrentar, assim como nos demonstrou dona Neiva. Para aqueles que monitoravam o projeto de colonização oficial, não havia distinção e particularidades a serem observadas entre aquelas famílias que chegavam de diversos lugares. No entanto, eram migrantes que traziam culturas diferentes, impregnadas no corpo, nos gestos, nas representações construídas socialmente, nas visões de mundo. Todos plurais, com experiências culturais e individuais distintas, interagindo com as paisagens, os sujeitos e representações sociais que compunham o ambiente da chegada. Contudo, os procedimentos de deslocamento e assentamento na terra não consideravam as condições sociais e a bagagem sócio-cultural que cada família trazia consigo. Assim, cearense, riograndense, mineira, gaúcha ou de outra naturalidade, passaram pelas mesmas experiências de acolhida, de deslocamento até a Transamazônica e pelos desgastantes procedimentos burocráticos até serem assentadas nos lotes de que tomaram posse.

Maria das Neves Morais de Azevedo⁶⁸ chegou a Altamira no dia 11 de novembro de 1972. Sua família veio do Jardim do Seridó, Rio Grande do Norte. Era solteira e tinha dezesseis anos. Seus pais, pequenos proprietários de terras no Nordeste, também migraram para a Transamazônica em busca de mais terra e melhores possibilidades de crescimento econômico e social para a família.

Na chegada a Altamira, lembra quando desceram no aeroporto de terra batida, ligado ao cemitério da cidade. O que mais a impressionou foi ver um cachorro com um pedaço de osso na boca que parecia ter pertencido a uma pessoa. Esta impressão foi sugestionada pelo estado de destruição de uma parte do cemitério em função da descida mal sucedida de um avião que iniciou seu pouso fora do aeroporto. Este fato a assustou e, logo ali, sentiu que a vida nessa região não seria fácil, “o que não foi mesmo”, diz ela. Maria das Neves conta que sentiu um grande impacto em relação à mudança geográfica e climática: “do sertão nordestino para a imensidão de matas verdes: água em abundância e uma terra muito vermelha. Era tudo diferente, uma beleza que chegava a assustar!”.

A paisagem do migrante é composta das representações dos espaços e experiências vividas no decorrer de sua trajetória. Estas representações interagem com as histórias pessoais e os espaços sociais construídos por cada personagem. Dependendo da posição social e individual de cada um, a paisagem oferece possibilidades de leituras diferentes e simultâneas. Neste sentido a paisagem da chegada a Altamira ganhou significados e leituras plurais, ao mesmo tempo em que recebeu olhares e interpretações bem particulares.

Dona Francisca Coutinho, personagem relevante neste trabalho, descreve o quadro da chegada a Altamira, evidenciando o seu estranhamento diante dos acontecimentos e dos quadros sociais que se apresentavam ao seu olhar de migrante.

A gente veio num avião enorme da FAB. Eu que nunca tinha andado de avião tive muito medo. Aliás, ninguém ali tinha andado de avião. Fiquei mais assustada quando vi a imensidão de águas do rio Xingu, quando o avião estava baixando para aterrisar. Também fiquei impressionada com tanta gente, procurando suas bagagens espalhadas pelo chão. Era uma confusão danada. Lembro-me que chegamos a Altamira no dia 15 de novembro de 1972, pela parte da tarde e que era dia de eleições municipais para prefeito no Nordeste. Mas em Altamira não ouvi nenhum comentário sobre política naquele dia. (Entrevista, 2006).

O relato de dona Francisca aponta para algumas especificidades da conjuntura histórica e social na qual foi implementado o Projeto de Colonização da Transamazônica. Ela observa que naquela época não se ouvia falar em eleições municipais em Altamira. Este quadro se justifica historicamente, porque este município na década de setenta era considerado área de segurança nacional e vivia sob o comando federal, sendo seus administradores nomeados diretamente pelo governo federal.

⁶⁸ Maria das Neves Azevedo é ex-freira da Congregação Franciscana, ela foi uma das primeiras freiras a ser consagrada na Prelazia do Xingu, em 1979. Ela veio do Rio grande do Norte com os pais quando tinha dezesseis anos e cursava a oitava série. Em virtude da dificuldade de encontrar professores na região, foi logo contratada pela Secretaria de Educação para ensinar no travessão da gleba 15 onde sua família foi assentada.

Enfim, outras imagens retomam o contexto da colonização oficial que se propagava através dos órgãos governamentais e de seus funcionários. As mulheres lembram bem desses atores públicos e dos diversos cenários em que eles atuavam, citando-os oportunamente em suas narrativas, como também das expressões utilizadas pelos agentes governamentais para justificar e propagar o Projeto de Colonização: “Terras sem homens para homens sem terras”, “Integrar para não Entregar” entre outras, que ficaram gravadas em suas memórias.

No percurso dessa história, as lembranças se voltam para os acampamentos. Um espaço provisório formado por barracas de palha ou de madeira que abrigava as famílias que ali esperavam para serem assentadas nos lotes. Um alojamento continha em média de vinte a trinta barracas e cada uma delas abrigava duas ou mais famílias, que geralmente não se conheciam e que não tinham, a princípio, nenhuma afinidade cultural ou grau de parentesco. Algumas famílias passaram por mais de dois acampamentos até serem assentadas em seus lotes ou receberem a casa na agrovila.

4.1.1 *Passagem pelos acampamentos*

*Nous sommes tous dans la même situation, nous vivons tous la même chose. - Regroupé de Kerkeza .
(BOURDIEU & SAYAD, 1964, p 124).*

A pesquisa realizada por Abdelmalek Sayad e P. Bourdieu (1964), sobre a crise da agricultura na Argélia e as medidas governamentais de desapropriação dos camponeses de suas terras, mostra como os acampamentos foram implantados como forma de controle e de fragmentação das identidades daquelas comunidades rurais. Diversos grupos culturais são colocados sob um mesmo espaço onde as diferenças e os interesses se acentuam.

Do ponto de vista dos administradores, o agrupamento de pessoas com experiências e tradições culturais diversificadas seria uma forma de acelerar o intercâmbio cultural, enfraquecer a tradição rural argelina e, assim, esmaecer as resistências às estruturas sociais ocidentais. Esta proposta se fundamentava na concepção de que as pessoas se encontravam na mesma situação de desenraizamento e sob um mesmo projeto que condicionava as suas ações e suas perspectivas de vida⁶⁹. Todavia, os acampados conseguiram transpor esses condicionamentos; subvertendo a ordem estabelecida pelas autoridades, reconstruíram seus espaços de modo peculiar às suas tradições culturais.

⁶⁹ No caso argelino, os acampados viviam sob a vigilância de soldados que não permitiam que estes saíssem do alcance de seus olhares e de sua autoridade. (BOURDIEU & SAYAD, 1964, p. 118).

Esta realidade é análoga às experiências vivenciadas pelas centenas de famílias migrantes na Transamazônica que, advindas de diversos estados brasileiros e portadoras de diversas bagagens culturais, foram colocadas nos acampamentos sob a direção do Incra e a orientação dos seus técnicos; no caso argelino, os acampamentos ficavam sob a vigilância do exército, mas quanto à estrutura e às formas de agrupamento das famílias, as condições são semelhantes. As barracas de palha ou de madeira, sem nenhuma estrutura ou aparato doméstico, em nada lembravam uma casa, conforme lhes haviam prometido, ou uma morada no seu sentido simbólico, “[...] a casa recebe reservas de intimidade, é o lugar onde repousa o nosso corpo e os nossos devaneios.” (BACHELARD, 2000, p. 57).

As mulheres lembram dos acampamentos como um lugar sem privacidade, em que não se sentiam à vontade para desempenhar suas tarefas de dona de casa, de mãe, nem de esposa. O mesmo comportamento é descrito por Abdelmalek Sayad e P. Bourdieu, (1964, p.133). “Os acampamentos impedem as mulheres de realizar grande parte de suas tarefas tradicionais”. Elas manifestam esse mal-estar através das expressões: “foi um tempo de apherio, ninguém tinha sossego, todo dia era confusão, não se tinha nenhuma privacidade”.

Os acampamentos da Transamazônica se caracterizavam como um espaço transitório, experimental e em estágio de observação. De lá as famílias poderiam sair direto para a área onde seriam assentadas ou para outro acampamento. As pessoas se encontravam confinadas naquele lugar aguardando os encaminhamentos da equipe técnica do Incra. Todos os dias chegavam caminhões carregados com mais famílias migrantes e outras tantas saíam para morar nas agrovilas que estavam sendo construídas pela firma Queiroz Galvão. Era esta firma que também construía os acampamentos, à medida que a construção da estrada ia avançando.

Nesses acampamentos, os alimentos eram preparados e consumidos no mesmo espaço comum, sem qualquer privacidade para as famílias. Regularmente os técnicos do Incra esclareciam a respeito das condutas que deviam ser seguidas nos acampamentos, sobre os procedimentos necessários para a aquisição do lote, e as assistentes sociais orientavam as mulheres sobre os cuidados com a higiene e com as crianças. Mas muitos não se adequavam a essa organização e procediam de acordo com seus costumes anteriores.

De vez em quando, as assistentes sociais visitavam os acampamentos para orientarem as famílias, pois tinha gente desorganizada e sem princípios. Então com aquele monte de gente amontoada era preciso ter algumas regras. Por exemplo, não era permitido beber cachaça, mas sempre tinha uns que bebiam. (Entrevista, 2006).

Os relatos dessas mulheres são suficientes para mostrar a distância entre as premissas do projeto oficial de colonização da Transamazônica e a realidade concreta. Havia a promessa de que seriam oferecidas às famílias migrantes todas as condições sociais necessárias para viverem nessa região, principalmente no que se referia a terra, casa para morar, escolas e postos de saúde⁷⁰.

Dona Modesta Lima Silveira, 77 anos, veio com sua família de Santa Maria – RS pelo projeto de colonização oficial. Chegaram a Altamira no dia 01 de novembro de 1971 e logo foram levados para o acampamento do João Pezinho, onde passaram dois meses. Dona Modesta trouxe pouca bagagem, alguns instrumentos de trabalho, apetrechos de casa e onze filhos pequenos. Ela diz que era tudo o que traziam para começar a vida nesta região. E fala com certa resignação e humor, descrevendo os aborrecimentos e os constantes estranhamentos, frente à diversidade de culturas em um mesmo espaço coletivo. Suas práticas domésticas e costumes se chocavam com as diferenças de comportamento e hábitos alimentares de outras famílias, sobretudo, com o estilo de vida dos migrantes nordestinos.

Lá no acampamento a miséria era grande. A comida era ruim. Tinha um homem que fazia a comida só de calção e ele ficava bem em cima da comida suando. Eu não comia e ele dizia “eu acho que vocês não têm fome”. Eu arrumei umas varas, pendurava as panelas e fazia a minha comida, do jeito que a gente comia lá no Sul, porque a comida era jabá, arroz, macarrão, e eu não gosto de jabá, eu nem conhecia jabá. As crianças pegaram sarampo. Parecia uma epidemia. Deu até em três dos meus. Morreram varias crianças. Somente numa barraca morreram sete crianças em dois dias. Os meus também adoeceram, mas eu amornava água e lavava com pano. Eu sei que morreram muitas crianças principalmente dos nordestinos que não sabiam cuidar. Daí eles levavam pra enterrar em Altamira. (Entrevista, 2005).

A nordestina Maria Olinta⁷¹ também relata suas experiências de acampamentos, visto que sua família passou por dois destes até chegar ao lugar onde foi assentada. Sua experiência de migração

⁷⁰ PROJETO INTEGRADO ALTAMIRA I, Op. Cit. 1970, p.25.

⁷¹ Maria Olinta da Silva Lima, 65 anos veio pelo projeto de colonização oficial. Sua família chegou a Altamira no dia 11 de maio de 1971. Eles saíram de S. Paulo, do Potegê,- Rio G. do Norte. Seu marido adquiriu terra no km 90 de Medicilândia, mas acabou vendendo o lote anos depois, quando já estavam em boas condições financeiras.

foi mais prolongada que a de outras famílias, porque seu marido, que já havia sido assentado e tomou a iniciativa de ir buscar a família no Nordeste, sem a autorização do Incra, ficando sem recursos para voltar à Transamazônica. Isto passou a ser um problema a mais no percurso de migração, visto que a passagem e as despesas do marido não estavam inclusas no processo de deslocamento da sua família. Por conta disso, ficaram retidos durante um mês no acampamento de Tacajós, próximo a Belém, até o Incra conceder a sua passagem, mas na condição de que esta seria restituída após sua chegada à Transamazônica. Dona Olinta acrescenta que a permanência nos acampamentos gerou sofrimento e angústia, principalmente por não saber quando chegariam ao lugar de destino:

Quando chegamos a Belém nos levaram para um acampamento próximo a Belém, chamado Tacajós, onde ficavam outras famílias que vinham pelo Incra. Após um mês que nós estávamos nesse acampamento, viajamos para Altamira. Só sei que quando nós chegamos a Altamira, levaram a gente para o acampamento de João Pezinho, e lá ficamos dois meses. Os piuns me atacaram, eu fiquei com o corpo todo manchado de sangue e feridas que não fechavam. Até urinava sangue. O médico só aparecia de quinze em quinze dias. O enfermeiro me consultou um remédio que servia era para verme. Eu tomei e nada. Eu estava muito mal, quando o médico chegou, ele disse que aquele remédio era pra verme, e me passou outro, foi como eu melhorei. Ficava angustiada porque a gente não ia logo morar na agrovila do km 90 que ainda estava sendo construída. (Entrevista, 2005).

Após esse sofrimento, Dona Olinta ainda enfrentou mais dois meses de acampamento, enquanto aguardava a construção da sua casa na agrovila. Sua condição física e psicológica a cada dia mostrava sinais de cansaço e de fragilidade, agravando-se pela falta de resistência aos insetos que lhe causavam feridas pelo corpo e outras doenças. Seu relato mostra a deficiência do atendimento médico para as famílias migrantes e revela que, em contradição às premissas inscritas no projeto oficial de colonização, elas viviam uma realidade distante daquela que lhes havia sido proposta como incentivo para ingressarem no programa de colonização da Transamazônica.

Esta incoerência entre discurso e prática também é descrita por Julinda Frego Lazarine, 58 anos, que veio de Tupi Paulista - São Paulo. Estava casada há pouco e trouxe um filho de três anos. Relata que sua família sempre trabalhou na agricultura, mas não possuía terra. Seu marido queria uma terra própria, e por isso vieram para Transamazônica. Julinda lembra que chorava muito, pois não queria se afastar de seus pais e do lugar onde sempre vivera. Conta a respeito do impacto sentido ao chegar a Altamira e das dificuldades imediatas que teve de enfrentar. Apesar de seu pai ter lhe dado algum dinheiro para voltar caso fosse necessário, não o fez. Ao contrário, enfrentou a dura vida na Transamazônica trabalhando na roça, em casa e na escola, como servente e depois como professora, conforme me contou.

Em Altamira fomos despejados no aeroporto, e depois fomos para o km 18 no trecho de Marabá. Ficamos em um acampamento do INCRA e lá tinha muito mosquito. Eu não tinha costume. As minhas pernas incharam. O meu pai tinha dado dinheiro para voltar. Ficamos por duas semanas até que os homens escolhessem o local do lote. Enquanto isso as mulheres ficavam em casa. Era uma agrovila que tinha as casas feitas, segundo eles, para colonos que porventura tivessem filhos para estudar nas agrovilas. Iam ser feitas de 10 em 10 km. Mas isso foi só projeto e só as primeiras agrovilas foram feitas. Eram 3 famílias em cada casa. Era um quarto onde eu cozinhava e dormia. A gente nunca tinha dormido em rede. Era um sufoco. A gente não sabia nem como esticar a rede. As famílias que ficaram conosco, uma era de vizinhos nossos e a outra família era de um município de São Paulo. Eram todos de lá. No avião vieram pessoas de São Paulo, de Andradina, de Tupi Paulista e se juntaram todos em São Paulo. Pegaram o avião e vieram. Era um avião grande, da Vasp e partimos para essa região. (Entrevista, 2005).

Dona Julinda começa seu relato dizendo que foram despejados, no sentido de que não foram recebidos e acolhidos como esperavam. Quanto às dificuldades iniciais, além do pium, esse inseto pequenino que marcou a vida e o corpo de muitas pessoas, ela destaca aquelas decorrentes da falta de conhecimento de algumas práticas culturais, como não saber armar uma rede, prática comum ao nordestino e ao nortista. Neste sentido, o pessoal do Sul e Sudeste do país teve um impacto maior, visto que o Norte e o Nordeste possuem algumas afinidades culturais por conta do clima quente, de alguns costumes comuns e de um histórico de contatos. Dona Modesta, por exemplo, diz que estranhou muito o jeito dos nordestinos e achava absurdo ver um homem sair de casa sem camisa e ainda cozinhar somente de calção, como viu no acampamento.

O relato de Dona Julinda também notifica algumas falhas ou incoerências do projeto modelo de colonização prescrito para a região da Transamazônica. Afirma que não foram feitas todas as agrovilas conforme previsto. Por isso, juntavam duas ou mais famílias em uma mesma casa. E à medida que o Incra ia regulamentando a distribuição dos lotes e repassando para uma família, esta construía logo um barraco no lote e se mudava para ficar mais perto do trabalho e da roça.

O assentamento e a morada no lote significaram, finalmente, a chegada e o começo de uma vida diferente na região da Transamazônica. A partir daí, as famílias traçaram as suas próprias trajetórias de trabalho e de organização da unidade de consumo e de produção. São estas experiências que serão analisadas a seguir.

O momento de mudança para o lote era muito esperado pelas famílias, sobretudo, para aquelas que haviam passado por diversos deslocamentos e aguardavam a posse da terra com ansiedade, para finalmente conquistarem a estabilidade e o crescimento almejado. As famílias que não se deslocaram incentivadas pelo projeto governamental não passaram pelos acampamentos. Quando chegaram de seus lugares de origem, foram logo morar em uma casa, ou em um barraco como elas dizem, ao se referirem às casas construídas de madeira e cobertas de palha de coco babaçu.

Esta nova morada podia ser no lote de um amigo ou parente, que os havia incentivado a migrar, ou o próprio lote adquirido por intermédio de um membro da família que viera na frente. Neste caso, era o filho mais velho ou o marido que tomava as iniciativas necessárias para adquirir a terra, seja por concessão do Incra ou pela compra do direito de posse de outro colono que, por algum motivo (doença, inadaptação, falta de recursos), desistia da terra. Raramente um lote era inscrito no nome da mulher, isto só ocorria quando o marido ou o filho mais velho do casal estava impedido por motivo legais (idade inferior aos 18 ou superior aos 70 anos, processos judiciais, casamento civil com outra mulher) de receber a documentação em seu nome.

Em pesquisa realizada no Incra de Altamira, observei nas fichas de assentamento que um lote havia pertencido a vários donos antes de chegar a um proprietário permanente. Para que outra pessoa pudesse adquirir aquela terra, deveria constar na ficha de assentamento uma nota de abandono ou desistência. Verifiquei em mais de cem fichas que os lotes iam sendo repassados pelo próprio Incra, até chegar àquele que se empenhava em ficar com a terra e encaminhava a retirada do título definitivo. Embora haja casos em que, mesmo após a posse do título definitivo, o proprietário tenha vendido logo para outro.

Esta realidade se verifica na história de Leonilda Henchen Trevisan, 73 anos. Ela veio do Rio Grande do Sul com o marido e nove filhos. Migraram com recursos próprios; organizaram-se sistematicamente para enfrentar a longa viagem. Seu marido já tinha vindo antes à região da Transamazônica para adquirir a terra. Havia conseguido comprar um lote por um bom preço, na faixa da rodovia Transamazônica. Segundo Leonilda, este lote já havia pertencido a três donos. Mas quando seu marido viu a terra, gostou e logo encaminhou a documentação de posse no Incra; depois retornou ao Sul para buscar a família.

A gente vendeu o pouco que tinha lá no Sul, nossas terrinhas e os trecos, aí compramos uma camioneta. O Domingos, meu marido, veio dirigindo. A estrada era muito ruim, esburacada. Quando não era lama, era poeira. Quando a gente estava cansada e com fome, parava onde tinha um igarapé para fazer a comida e descansar. Aí juntava as outras famílias que também vinham para Transamazônica. Foi uma viagem cansativa e desgastante, mas

graças a Deus chegamos a Altamira no dia 15 de julho de 1972 e logo fomos para o Km 80, onde o Domingos tinha conseguido terra. (Entrevista, 2007).

A trajetória de migração de dona Leonilda difere em muitos aspectos daquelas das mulheres que se deslocaram sob o projeto de colonização oficial, sobretudo, porque não passou pela experiência dos acampamentos. Seu deslocamento foi menos desgastante, no sentido que, ao sair de seu lugar de origem, sua família veio diretamente para a área onde estava situado o lote que seu marido já havia adquirido na agrovila Nova Fronteira, no Km 80, trecho Altamira-Itaituba. Ao se organizarem para a viagem puderam planejar o que lhes seria útil nesse novo contexto. Além da bagagem doméstica, trouxeram instrumentos de trabalho que contribuíram significativamente para a execução das tarefas domésticas e agrícolas.

São realidades distintas que se configuram nas causas e estratégias de deslocamento e assentamento na terra, que ao serem descritas e analisadas revelam as condições sociais específicas de cada família no lugar onde moravam. Estes elementos apontam para as motivações e necessidades particulares que impulsionaram a migração para a Transamazônica e revelam as perspectivas de trabalho e de reprodução física e social da unidade familiar.

Retomo a história de dona Francisca Coutinho, minha mãe, que descreve uma típica trajetória da migração nordestina. Sua história se destaca pela riqueza de informações referentes ao cotidiano das famílias migrantes. O fato de esta se sentir num ambiente familiar contribuiu significativamente para que sua narrativa fosse mais completa em termos de dados e informações.

Pode-se dizer que Dona Francisca serviu de informante base, visto que sempre recorria a ela quando necessitava esclarecer algum detalhe da trajetória de migração arregimentada pelo projeto oficial. Sua história também será analisada em confronto com outra trajetória de migração, porém de outra região do País, e que se deu em condições sociais e econômicas privilegiadas.

Por exemplo, as famílias trazidas pelo projeto de colonização dirigida ficavam à mercê das coordenadas do Incra, pois não sabiam onde iam ser assentadas, nem quais os procedimentos que deveriam tomar para se estabelecerem logo. Durante alguns meses ficavam desnorteadas, sem referências sociais e simbólicas, uma vez que permaneciam nos acampamentos sujeitas aos infortúnios, à insegurança e à falta de privacidade familiar. Conforme pode se notificar no relato de dona Francisca Coutinho.

Nós passamos uns quinze dias no acampamento, depois fomos levados para o km 40, agrovila Pena Filho. Acho que passamos dois meses lá. Depois nós mudamos para o km 70 que já ficava na área do nosso lote. Meu marido pegou lote no km 75, no travessão. Sete quilômetros para dentro. A terra não era muito boa, se comparada à terra roxa que as pessoas do Sul pegaram, mas deu para a gente viver e criar nossos filhos. Eu tive mais uma filha na Transamazônica e um aborto natural. Passei muito sufoco com os piuns e as estradas enlameadas e cheias de buraco. Não dava para passar nada no inverno. Era tudo difícil, principalmente no começo, quando a gente deixou de receber ajuda do Governo, mas nunca passamos fome, toda a família trabalhava na roça e dois anos depois a gente tinha era muita fartura. (Entrevista 2006).

Dona Francisca observa que não foram logo assentados no lote quando chegaram à Transamazônica, tendo passado por três processos de deslocamento. Neste período seu marido trabalhava no lote de outros colonos, que já haviam preparado a roça, onde plantava arroz e feijão em sistema de meeiro. Assim, ele conseguiu juntar um pouco de dinheiro e de arroz e feijão que os ajudou muito quando foram morar no seu lote.

Ressalta que somente foram morar na agrovila do km 75, onde seu marido tinha conseguido a posse do lote, seis meses após a chegada à Transamazônica. Esta agrovila ainda estava sendo construída e à medida que as casas iam ficando prontas eram entregues aos colonos assentados.

Apesar das dificuldades e do inevitável estranhamento, havia algo mais que as prendia a essa região, a possibilidade de melhorar de vida e principalmente a certeza da mesa farta, sem a velha ameaça que as perseguia no Nordeste: o medo de ver os filhos passarem fome. A confiança de que se trabalhassem teriam comida abundante suplantava as dificuldades, até mesmo a falta de escola, visto que nos primeiros anos as crianças não puderam estudar. Dona Francisca lembra que ficava com o coração partido ao ver sua filha de oito anos e o filho de dez anos saírem de casa às cinco e meia da manhã, muitas vezes embaixo de chuva, enrolados em lonas plásticas, para irem à escola que ficava na faixa, a sete quilômetros de sua casa. Mas criava coragem e os incentivava para que não perdessem mais um ano de escola. Era assim que as crianças estudavam, e quando voltavam da escola tinham que ir para a roça ajudar os pais.

Sobre o trabalho na roça, conta que todos participavam, inclusive os filhos menores. Só ficava em casa a filha mais velha de doze anos para fazer o almoço e cuidar da casa:

Nos primeiros anos, todo mundo ia pra roça. Eu trabalhava em tudo: encoivarava, capinava, arrancava feijão, milho, tudo, tudo eu fazia. Depois que a gente melhorou, e tinha mais lavoura foi preciso contratar pedes⁷². E quando tinha muito peão eu ficava em casa pra ajudar no almoço e levar a comida pro pessoal na roça. Me lembro, que levava as panelas e pratos dentro de uma bacia grande, botava na cabeça e andava até um quilômetro para dentro do lote. Naquela época chovia o dia inteiro e para secar roupa era um sacrifício e se

⁷² Homens que vinham sem família, geralmente de outro estado, para trabalhar como assalariados, seja em atividades agrícolas, seja em outras atividades relacionadas à vida rural.

quisesse trabalhar mesmo tinha que ter coragem de sair de casa mesmo chovendo porque a lavoura não esperava. Lembro-me que, quando a gente estava na roça, e começava chover, Chico dizia: a gente só vai embora quando molhar os fundos das calças! Mas eu me zangava e vinha embora com os meninos... Era uma luta danada. Às vezes dava vontade de desistir, mas se voltasse era pior. (Entrevista, 2006).

Para o nordestino, a perspectiva de possuir um lote de cem hectares era tentadora, mas, ao mesmo tempo assustadora. As famílias não sabiam como administrar tanta terra, pois ainda estavam arraigadas à cultura da dependência cultivada pelos patrões e coronéis do Nordeste que mantinham o controle da relação de trabalho no campo. A grande maioria dessas famílias não estava acostumada a trabalhar com crédito agrícola, maquinários e lavouras extensivas como o café, o cacau e a pimenta. Tudo isso era novidade, de modo que essas famílias dependiam das orientações do Incra e quando se viram sem esse apoio tiveram dificuldades de enfrentar a nova realidade. Muitos deixaram a terra e migraram para a cidade de Altamira, outros voltaram para os lugares de onde vieram.

Estes contratempos, em geral, não ocorreram com as famílias que migraram com recursos próprios, que já vinham com a mudança planejada e direcionadas para a compra ou posse de um lote, segundo indicação de algum parente ou amigo. A trajetória de migração da família de Zita Pifs⁷³ também é relevante nesta discussão porque expõe outros desdobramentos do projeto oficial de colonização, que emergiram na “região da Transamazônica”.

Zita é uma personagem que se destacou no contexto da Transamazônica por sua expressiva liderança nas organizações sociais da região e, sobretudo, pela efetiva atuação no campo educacional, sendo uma das fundadoras da escola do km 175. Esta escola tinha/tem por nome “Os migrantes” e foi construída pela família Morbah que veio do Paraná, mas quem assumiu o ensino foi a família de Zita, visto que as suas três irmãs também se tornaram professoras e juntas implantaram nesta escola o ensino fundamental completo, inclusive da 5ª à 8ª série. Em 1976, Zita participa da invasão da área reservada para construção da Agrópolis de Uruará. A vila começou a partir da escola, onde foram sendo construídos em seus arredores serrarias, comércios, botecos e casas de moradia.

Mas, para situar essa personagem no processo de construção e organização social da Transamazônica, faz-se necessário retomar a sua história, antes de vir para essa região, assim como as condições sociais e as motivações particulares que levaram sua família a deixar seu lugar de origem. Eu conversei com Zita em diversas ocasiões, em sua

⁷³ Zita e sua família foram assentados na área de Uruará, onde atuou efetivamente na área de Educação, contribuindo significativamente para a sua organização e seu desenvolvimento social. Atualmente reside em Altamira, continua trabalhando no setor educacional apesar de estar aposentada.

casa, no trabalho, no encontro de mulheres e áreas de lazer. Apesar de inicialmente não se sentir à vontade para conversar comigo, aos poucos o mal-estar se desfez, dissipando-se alguns mal-entendidos⁷⁴.

Assim, Zita relata sempre emocionada a sua trajetória de migração, mostrando quais foram os procedimentos necessários para que a sua família conseguisse grandes áreas de terra nessa região.

Nossa viagem foi por conta própria, mas nós conseguimos a terra pelo INCRA, a gente preencheu um formulário que foi fornecido pelo INCRA no escritório de Curitiba. Viemos num caminhãozinho ³/₄. A viagem foi feita em três etapas: na primeira, o caminhão levou o material para construir as casas, depois foi vindo a família, umas duas vezes.. Éramos doze pessoas adultas, três casais, todos da família. Houve um acordo. Nós vendemos tudo o que tínhamos. Minha mãe vendeu sua casinha. Nós vendemos a nossa propriedade na cidade, pois já sabíamos que tínhamos ganhado esta área de terra.

Quando chegamos no km 153, já havia outras famílias que estavam tocando fazendas. Nós trabalhávamos todo mundo junto, e logo compramos também um lote de 100 hectares na faixa ao longo da Transamazônica pra ser nosso ponto de apoio, porque em inverno a gente não entrava com o carro. Esses 10 km se fazia somente a pé.

O choque foi quando eu cheguei a Transamazônica com meus dois filhos pequenos, minha mãe, meu irmão com 16 anos. Eu choro quando me lembro disso (choro., Numa sexta feira de muita chuva, nós tivemos de entrar a pé por 10 km. Quando eu botei os pés naquela casinha com assoalho de tábuas, eu desandei num choro desesperado, e disse que nunca mais iria voltar atrás a pé. Não passou 8 dias, eu voltei pra buscar arroz pra comer.

A minha cunhada, que já estava lá dentro, já tinha plantado uma horta que e tava uma beleza. Tinha couve, tinha salsa. Não era nem coentro Tinha cebola verde tinha tudo. Tinha verdura já pra nós comer. Daí, nós plantamos uma máquina de feijão e colhemos 3 sacas de feijão. Foi nossa primeira colheita, maior colheita de feijão que nós fizemos em toda vida de colono, e nunca mais ela produziu tanto.

Nós demos sorte. Caímos numa área onde só tinha gaúcho, então a comunicação foi fácil, a gente fez logo amizade: na comunidade, na igreja com os padres com tudo. Os padres Oscar, Léo, Alirio eram do Rio Grande do Sul. Então, tivemos essa sorte, nós tivemos uma vida boa. Comunitariamente nossa vida foi maravilhosa.

No primeiro ano, eu morei lá dentro no travessão. Depois, em 1975, por causa da escola das crianças, eu vim para este lote de 100 hectares onde nós criamos uma escola, que até hoje ainda existe. Nós tínhamos uma formação que ajudou muito no início da colonização, eu já tinha o 2º grau e todos meus irmãos tinham concluído o 1º grau.

Esta escola foi construída com o esforço da família, mas através da SEDUC⁷⁵. Eu me sujeitei a passar três meses dormindo em uma rede aqui em Altamira, para conseguir autorização pra abrir essa escola no nosso lote, porque eu não queria andar todo dia 10 km com as crianças.

Em 1976, eu fui pro Uruará. Em 1975 eu trabalhei no km 156, no nosso lote. Em 76, a Celina, o pessoal da SEDUC queria que eu fosse pra lá, porque foi construída aquela escola de 4 salas. Então elas me procuraram, queriam que eu fosse, mas eu não quis ir, por causa da família, do marido, etc. Resolvi ir, pois

⁷⁴ Zita se sentia constrangida em conversar comigo porque tivera alguma desavença com meu marido por ressentimento político partidário. Havia perdido um cargo de confiança, em virtude da eleição de novo governo municipal, do qual meu marido fazia parte. Achava que eu também estava envolvida com a política, mas quando percebeu que meu interesse era outro, conseguimos até estabelecer um clima de amizade.

⁷⁵ Secretaria de Estado de Educação.

ia ser melhor pra nossas crianças e para os nossos filhos. Depois eu fui para Santarém levar os filhos para estudar e aproveitei. Fiz o vestibular para pedagogia e cursei lá. Depois eu adoeci com câncer de mama. Meu marido me ajudou muito, fiquei boa, mas nossa relação estava desgastada e acabamos nos separando. Agora estou aposentada pelo Estado, mas continuo trabalhando no município de Altamira. (Entrevista, 2006).

A ampla história de Zita Pifs mostra que sua família, ao vir para Transamazônica, detinha certo capital intelectual e algum recurso econômico. Ressalta-se que na época da colonização quem detinha uma formação educacional, correspondente atualmente ao ensino fundamental, era visto como um professor ou professora em potencial, visto que a região era carente de profissionais em educação e as famílias migrantes aspiravam a formação escolar para seus filhos.

Assim, Zita e sua família ao chegarem à área em que foram assentadas - travessão do km 156 - encontraram um espaço social desprovido de quase todas as estruturas sociais. A maioria das famílias não era escolarizada e necessitava de assistência técnica e social. A falta de assistência à saúde e de escolas para os filhos eram as principais preocupações das famílias migrantes. Zita disse que ela e o marido tinham firmado um compromisso de não deixarem os filhos sem estudar. Por isso, uma das primeiras coisas que providenciaram, logo ao chegarem, foi uma sala de aula na própria casa.

Esta iniciativa estimulou a construção de um barraco para servir de escola. As famílias que ali residiam também participaram desse processo de construção da estrutura escolar, onde viam a possibilidade de seus filhos terem um lugar para estudar. Ressalta-se que o fato de Zita e suas irmãs terem sido as primeiras professoras dessa área e de a escola haver sido construída no lote da família lhes proporcionou reconhecimento⁷⁶, respeito e uma referência social significativa naquele trecho da Transamazônica.

O impacto das diferenças culturais, climáticas, de moradia e da falta de estruturas sociais, que Zita aponta como motivo de estranhamento é uma invariante no discurso do conjunto das mulheres entrevistadas. Foi, porém, sua condição social em termos da posse de um considerável capital intelectual que permitiu que a mesma realidade objetiva/concreta fosse vivenciada de forma diferente em relação às outras mulheres que não detinham tal capital. De modo que essa condição lhe proporcionou

⁷⁶ Pierre Bourdieu ao discutir a idéia de região fala do reconhecimento como um ato firmado no poder simbólico que produz a existência daquilo que enuncia. (...) existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido como legitimamente diferente (...). **O PODER SIMBÓLICO**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998, p.114-129.

ocupar de imediato certos espaços que, pela própria dinâmica do processo de ocupação, encontravam-se em aberto. A escola foi o ponto de partida para a inserção em outras atividades que se mostraram de importância estratégica para o desenvolvimento e a organização social da Transamazônica.

O acordo que Zita e o marido fizeram ao sair do Rio Grande do Sul, com referência à continuidade dos estudos dos filhos como condição *sine qua non* para permanecerem na Transamazônica, denota um nível de intencionalidade e de planejamento quanto às estratégias de ocupação e apropriação dos espaços sociais e simbólicos a serem construídos na nova área. A compra de mais um lote de cem hectares na faixa, “*para servir de apoio à família*”, revela que as condições econômicas do grupo familiar eram melhores do que a da maioria das famílias que se encontrava na Transamazônica.

O projeto de colonização que a família de Zita integrou diferia do programa inicial de colonização da Transamazônica que investia na distribuição de lotes de cem hectares para a agricultura familiar. A partir de 1974, o Governo deixou de investir nessa forma de ocupação de terras, voltando-se para os projetos agropecuários e agroindustriais cumprindo os objetivos prescritos no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), 1972-1974. Com efeito, foi em uma área predestinada a fazendas e projetos agropecuários que a família de Zita foi assentada, onde também se situaram outros grupos domésticos, pequenos empresários, pecuaristas e empreendedores do agronegócio.

A maioria das famílias que se encontrava nessa área era proveniente do sul e sudeste do País. Essas famílias se deslocaram para a Transamazônica organizadas em grupos domésticos,⁷⁷ com o firme propósito de crescimento econômico, definido e planejado pelo grupo familiar. Diferentemente de quem veio do Nordeste, por exemplo, arregimentado pelo projeto de colonização oficial que não proporcionava às famílias a oportunidade de fazer seu próprio planejamento. Neste caso as famílias eram orientadas a agir de acordo com as prerrogativas e estratégias orquestradas pelos órgãos governamentais.

Assim, as famílias oriundas do Nordeste chegavam à Transamazônica desnorteadas e dependentes das promessas anunciadas pelo governo. Até se darem conta

⁷⁷ Elementar, composta ou extensa, a família deve ser claramente distinguida do grupo doméstico, cuja característica essencial é ser uma unidade de residência e consumo. O grupo doméstico pode ser composto de pessoas entre as quais não existe nenhum laço de parentesco ou, pelo contrário, pode reunir várias unidades familiares. AUGÊ, Marc. **Os Domínios do Parentesco**. Ed. 70, Lisboa, 1975.

do contexto no qual estavam inseridas e se livrarem da dependência a que estavam habituadas, na região de origem, pela cultura secular de atrelamento aos “patrões”, levou um bom tempo. Esta situação atrasou o processo de adaptação à nova realidade de trabalho, mingando a possibilidade de produção e reprodução física daquelas famílias. Muitos não conseguiram reagir e enfrentar as dificuldades, então se viram obrigados a abandonar a terra e retornar para os lugares de onde vieram.

A trajetória de Zita difere em muitos aspectos da história de dona Francisca Coutinho, mesmo que ambas as famílias tenham participado do mesmo projeto de colonização oficial. Elas migraram para a Transamazônica em busca de terra, porém provenientes de contextos sociais distintos e com motivações e interesses individuais específicos. Enquanto uma família queria alargar seu capital econômico, a outra queria sobreviver e sair de uma situação limite. Lembramos que Dona Francisca quando migrou com sua família para a Transamazônica tinha seis filhos pequenos, não possuía nenhum recurso financeiro e menos ainda formação educacional, isto, é, não detinha o capital intelectual demonstrado por Zita. A migração para a Transamazônica não foi uma escolha dentre um conjunto de possibilidades, mas uma necessidade urgente de sobrevivência, conforme se pode ver em seu relato.

Ah! Eu vim para Transamazônica porque foi o jeito [...] me lembro que Chico tinha um sonho de um dia ter uma terra própria. Nós vivíamos no aperreio não tinha casa própria e o emprego dele mal dava para a alimentação. As crianças estavam crescendo e não tínhamos nenhuma perspectiva de oferecer algo melhor para eles. Um dia Chico chegou com uma revista, que tinha a reportagem da Transamazônica, mais era tudo bonito, tinha até asfalto, mostrava as agrovilas, e prometia terra para quem fosse pra lá. Ele não pensou duas vezes. Mandou eu arrumar as coisas e os meninos, que ele ia se informar melhor. Eu tinha seis filhos, a mais nova estava com um mês de nascida. Eu ainda estava de resguardo. Então eu disse: desse jeito eu num posso viajar. Daí a gente esperou mais um mês, mas mesmo assim eu não queria vir. Eu chorava muito. Teve um tio meu que disse: minha filha você tem que acompanhar seu marido. Ainda mais, ele vai procurar melhorar de vida, atrás dessa terra. Eu sabia que não tinha como eu ficar no Ceará, sem emprego e com seis filhos para criar. (Entrevista, 2006).

Estas variações, quanto às experiências e aos mecanismos e motivações que levaram à migração, não se caracterizavam como elementos de fragmentação e de ruptura da unidade familiar e social no contexto da Transamazônica. Estas diferenças se conformaram em um mesmo campo de ação, o qual era movido por uma força comum: a propriedade da terra e a perspectiva de melhores condições de vida. Dessa forma, a condição distintiva de cada imigrante esmaecia diante dos desafios e das dificuldades que foram levados a enfrentar em conjunto. Os motivos particulares que levaram à

migração para Transamazônica convergem para objetivos comuns, propulsores de ações coletivas. Estas ações coletivas são, em grande medida, marcadas pela presença feminina.

A comparação dos fatos e de experiências particulares, relacionadas às propriedades gerais inscritas na conjuntura social que fomentou as duas formas de colonização, possibilita o *pensar relacionalmente*⁷⁸, e a construção de um sistema coerente de dados que permite interrogar o objeto desta pesquisa: as mulheres no contexto de colonização da Transamazônica e a sua participação nas organizações sociais dessa região.

Nesta análise foram evidenciadas algumas mulheres que migraram para a Transamazônica, e cujas trajetórias se aproximam e se diversificam, embora tenham vindo à sombra do mesmo projeto de colonização oficial. As diferentes motivações que levaram à migração são demonstradas a partir dos fatos e das experiências narradas por essas mulheres. Seus relatos explicitam com detalhes, as formas de deslocamento, o momento de da partida, as estadas nos acampamentos, os processos de assentamento, as estratégias de produção e organização familiar, os arranjos e as relações de parentesco estabelecidas, bem como os mecanismos utilizados para formação e organização social das comunidades.

As distintas trajetórias de vida descritas acima revelam os desdobramentos do modelo de colonização oficial, tanto aqueles previstos no Projeto de Colonização, quanto aqueles inventados pelas famílias que se estabeleceram na Transamazônica. Estes desdobramentos também podem ser visualizados nas trajetórias de vida das famílias que migraram com seus próprios recursos e ocuparam essa região sem a orientação assumida/explicita dos órgãos governamentais, pois a ação do governo se dava no nível legal da aquisição da terra.

A despeito da conjuntura pressuposta pelo modelo oficial de colonização, as famílias que migraram para a Transamazônica e resistiram às dificuldades de um processo de adaptação numa área em curso de desenvolvimento, souberam modificar a ordem do discurso, subvertendo a proposta governamental através dos seus próprios mecanismos de organização e socialização.

⁷⁸ Trata-se de construir um sistema coerente de relações que deve ser posto à prova sistematicamente. BOURDIEU, Pierre. Op., Cit., p. 32-33.

Neste contexto de mobilização e organização social da Transamazônica, as mulheres merecem destaque, tanto pela efetiva participação nos trabalhos comunitários e pastorais da Igreja, quanto pela significativa contribuição para a educação escolar e para formação de categorias de classes, (STRs, associações de professores, movimentos de mulheres e outros) que aos poucos foram ganhando espaço nos universos social e político locais.

No entanto, essa expressiva participação feminina ainda se encontra submersa nos discursos e nas narrativas androcêntricas que discorrem sobre a colonização da Transamazônica. Por conta disso, a memória coletiva sobre essa trajetória de participação social feminina é muito limitada, para não dizer inexistente. Mal aparece em documentos, relatórios, jornais, fotos, depoimentos e outros dados que mostram a mulher como uma personagem ativa do processo de construção e organização social dessa região. Esta análise será feita nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 5

5 ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA E RELAÇÕES SOCIAIS DE PARENTESCO: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO FAMILIAR

Neste capítulo tratarei das relações de parentesco e de produção no processo de ocupação e de organização social da região da Transamazônica, destacando a atuação proeminente das mulheres, especialmente no que concerne às relações de trabalho e aos modos de organização doméstica – aspectos da vida estreitamente relacionados às posições que cada sujeito ocupa no universo espacial e simbólico das relações intrafamiliares e extrafamiliares.

O reconhecimento das formas de organização domésticas, no contexto da Transamazônica, torna-se importante para mostrar como as relações de produção e o crescimento social e econômico das famílias agricultoras estão intimamente ligados à trajetória de migração e às experiências culturais que cada família trouxe consigo. Assim, para compreender as relações sociais produtivas no processo de colonização da Transamazônica, é necessário considerar as estratégias de ocupação implementadas tanto pelo governo, quanto pelas famílias migrantes, incluindo aquelas que vieram dentro do projeto governamental e as que lá chegaram lançando mão de recursos próprios.

Já mencionei em outro momento deste trabalho que há diferenças marcantes nas formas de produção familiar decorrentes do modelo de colonização de que fizeram parte as famílias migrantes, conforme tenham sido tuteladas pelo Estado (*a colonização*

dirigida), ou por mecanismos próprios (*a colonização espontânea*)⁷⁹. Embora não se trate de traços diferenciais inflexíveis, cuja suposta inexorabilidade se possa mensurar quantitativamente ou apontar como o único fator responsável pelos diferentes destinos dos grupos familiares, há de se reconhecer que no processo de assentamento, de organização e de produção agrícola, progrediram mais rapidamente as famílias que tinham maior conhecimento agrícola e que traziam considerável suporte financeiro ou técnico. Este capital cultural e econômico foi determinante para a escolha de solo mais fértil (terras roxas) e para subsidiar as iniciativas do cultivo de lavouras extensivas, como o cacau e a pimenta.

Vale lembrar que muitas dessas famílias vieram de outras histórias de deslocamentos e exploração, seguindo uma trajetória de migração sempre em terras alheias. Então, quando se depararam com a possibilidade de finalmente serem proprietários de terra não mediram esforços para se manter nessa região, onde tinham a expectativa de fazer fortuna. Aqueles que permaneceram na terra, mesmo em situações adversas, como solo menos fértil do que esperavam e sem apoio técnico, nem financeiro, dizem que não tinham outra alternativa, vieram para ficar e assegurar a terra almejada.

No entanto, a retirada dos investimentos governamentais para agricultura de produção familiar levou muitas famílias a abandonarem suas terras, principalmente os nordestinos, que vieram motivados pela euforia das políticas governamentais, sem a devida experiência e a organização familiar necessária para se apropriar de grande extensão de terra e fazê-la produzir.

⁷⁹ Essas denominações, conforme já mencionado, foram instituídas no PIC ALTAMIRA I. Tanto colonização, quanto as qualificações diferenciais “dirigida” e “espontânea” são categorias inerentes aos projetos e passíveis de crítica. No entanto, autores, como Ianni, O. (1979) fazem amplo uso destas, além de serem de uso corrente na Transamazônica, embora reinterpretadas e traduzidas dentro do contexto específico de cada grupo.

Quando chegaram aqui se depararam com situações às quais não estavam acostumados: clima quente e úmido acentuado por um longo inverno, estradas intrafegáveis que reforçavam a sensação de isolamento, a grande distância das escolas, dos postos médicos e de qualquer assistência, além do piúm que atormentava, causando coceiras e feridas pelo corpo.

Tais fatores fizeram com que eles repassassem suas terras por um preço baixo, aos “novos colonos” que estavam chegando, com certo poder aquisitivo e que tinham experiência de trabalho e de produção em grandes áreas de terra. Eram os “sulistas”: paranaenses, mineiros, paulistas, gaúchos, além dos baianos que, como o pessoal do sul e sudeste brasileiro, vislumbravam a propriedade da terra como bem econômico e capital social e tinham experiência em tecnologia agrícola, além do conhecimento dos trâmites necessários para encaminhar os financiamentos bancários.

A partir de 1975 aumentou significativamente o fluxo migratório de famílias que vinham com recursos próprios, principalmente do sul e sudeste do país. Eram famílias que buscavam grandes extensões de terra, com baixo preço e que proporcionassem condições adequadas para a extensa produção agrícola e agropecuária. A maioria das mulheres “sulistas” trazia em suas bagagens alguns utensílios que as ajudavam no processo de autoprodução e de manutenção doméstica, como máquinas de costura cilindros para fazer pão e tortas, jogos de panelas, fogão industrial, máquinas de moer carne e outros.

Existem fatos e experiências vivenciadas por essas mulheres que são recorrentes nas trajetórias de todas elas. E o ponto relevante expresso por

todas as pessoas entrevistadas, homens e mulheres, foi a vontade de possuir um lote e melhorar as condições de vida. Quanto às mulheres, é comum ouvi-las dizerem que vieram com seus maridos e filhos para a Transamazônica, porque onde moravam tinham de se sujeitar ao trabalho em terras alheias ou ao subemprego nas zonas urbanas.

Sem terra própria ou com um pedaço de terra reduzido que não oferecia mais condições de produção e de crescimento econômico do grupo familiar, os pais viviam angustiados com o futuro incerto dos seus filhos. Assim, o desejo da terra própria e as expectativas de possuí-la moveram essas famílias para a Transamazônica e foi este intraduzível sentimento que alimentou a saga das famílias que ocuparam a região da Transamazônica.

Enfrentando o sol, a chuva, o calor intenso, o mosquito (de dia o pium, à noite, o

carapanã/muriçoca) e o isolamento, acrescido do medo, da saudade, da ausência de parentes e amigos, as pessoas sublimaram a difícil situação em que se encontravam, dedicando-se inteiramente ao trabalho e ao objetivo que as moveram até essa região. Toda a família participava do trabalho na agricultura: homens, crianças e as mulheres que se desdobravam para dar conta dos serviços de casa e ainda irem para a roça.

A história de Ana Bernardes da Silva⁸⁰, personagem anunciada no capítulo anterior se assemelha à de muitas colonizadoras da Transamazônica, com a diferença de alguns fatos que marcaram a sua trajetória familiar. Ela veio com o marido e cinco filhos, do Paraná para a Transamazônica em 1972, através do projeto de colonização dirigida. Seu marido já tinha experiência com o trabalho na terra, “mas em terras dos outros, ele era muito trabalhador”. Seu

⁸⁰ Ana Bernardes mora há quatro anos em Altamira depois que o marido se suicidou em decorrência de uma depressão. Diz que preferia estar no lote, mas aqui fica mais próxima das filhas que residem na cidade. O filho mais novo mora e trabalha no lote adquirido através do projeto oficial de colonização.

marido escolheu um lote de “terra roxa” no km 75 sul onde foram morar. Logo no início moraram na agrovila, enquanto faziam a primeira roça e construíam um barraco no lote. Todos trabalhavam na roçada, principalmente o filho mais velho, que tinha dezesseis anos, quando morreu intoxicado com agrotóxico.

Ele estava trabalhando na plantação de pimenta, pulverizando, daí ele passou mal e como não tinha assistência médica mais perto, trouxemos ele para Altamira, mas antes de chegar no km 46 ele morreu. Essa é uma dor que eu nunca esqueço. Todas as dificuldades que já passei na Transamazônica não chegam nem perto do sofrimento de perder meu filho. Naquela época era tudo difícil, não tinha estrada, muita chuva e lama, tudo distante. As crianças só estudaram até o primário porque o pai não deixava eles saírem para estudar fora. A mais velha foi que casou logo e veio morar em Altamira e estudou mais. Hoje está muito bom, tem quase tudo na Transamazônica, as estradas é que continuam do mesmo jeito, no inverno fica difícil trafegar. [...] Eu tive dois filhos no travessão, os dois com parteira, mas não teve problema. As vizinhas me ajudavam. Lá era assim. Quando uma precisava, todas davam uma ajudinha. Por isso, a gente não sentia tanto a falta dos parentes. Também trabalhei muito na roça. Fazia comida para os peões. Lavava roupa nos igarapés e carregava água para os serviços de casa. E era longe! Pois na agrovila que nós ficamos não tinha água perto. Hoje não faço mais nada disso, mas tenho saudade daquele tempo, parece que a gente tinha mais esperança, mais alegria para trabalhar e ver essa região se desenvolver. (Entrevista, 2006).

Esses assuntos estão contidos nas histórias de todas as mulheres migrantes, somando-se à trajetória individual de cada uma: número de filhos, gravidez na região, perda de filhos por

morte, doenças na família, casamento desfeito devido à separação ou viuvez. Algumas mulheres mudaram de vida: aprenderam novas profissões e passaram a participar de organizações, deixando de ser apenas donas-de-casa para assumir trabalhos nos movimentos sociais ou nos serviços públicos.

No relato de Lurdes Abreu⁸¹ pode-se perceber que as dificuldades eram superadas pela motivação de se ter uma terra própria, mas a saudade dos familiares, a solidão, o medo e os sofrimentos que tiveram que enfrentar com resignação e coragem jamais se apagarão das memórias dessas mulheres.

A gente tinha muita vontade de possuir uma terra, por isso enfrentamos tudo com paciência. Um ano depois que nós chegamos, eu engravidei, e até o último mês de gravidez ia a pé para o km 80 me consultar. Dava uns dez km, a gente ia na lama com muito pium, com muito sacrifício, né... Quando eu senti dor chamaram uma parteira, a dona Júlia que morava no mesmo travessão. Eu não tinha nenhum parente aqui, só meu marido, mas os vizinhos ajudavam uns aos outros. Eu deixei meus parentes todos lá no Goiás. Deixei todo mundo, senti muita falta, muita saudade. Senti muita solidão e sofria muito com isso. Lembrava do meu pai, da minha mãe que deixei pra trás. Mas na Transamazônica as pessoas se ajudavam, porque a gente não tinha nada, a gente socorria com os vizinhos. A gente fez amizades sinceras, como a amiga dona Caboquinha, a dona Ana do seu Chico Baudo, todo mundo ajudou. Agora é como se elas fossem minhas parentas. Porque, talvez as pessoas diferentes podem ser mais parentes do

⁸¹ Lurdes Abreu Arruda tem 55 anos, chegou à Transamazônica com 20 anos e dois filhos, teve mais três filhos na região. Sua família veio de Goiás, atual estado do Tocantins, por conta própria, mas ao chegar recebeu um lote do INCRA. Atualmente mora em Altamira com o esposo, um filho casado e alguns netos. Ela diz que preferia está no lote, mas a saúde do marido está debilitada e também não conseguem mais trabalhar, pois estão cansados.

que os parentes mesmo, né. Eu construí outra família nessa região.
(Entrevista, 2006).

Esta relação de parentesco foi sendo construída aos poucos, de acordo com as necessidades e interesses intra e extrafamiliares, visto que a estrutura familiar prevista pelo projeto governamental se caracterizava como família nuclear: marido, esposa e os filhos; embora, esta estrutura tenha se desdobrado em outras formas de organização doméstica, especificamente no desenrolar do processo de migração, de ocupação e de desenvolvimento social. Muitas famílias se organizavam em grupo doméstico⁸² para trabalhar em conjunto na terra, visando ao crescimento econômico e social do grupo. A constituição desses grupos domésticos foi mais freqüente junto às famílias que vieram com recursos próprios, as quais se organizavam com o intuito de fortalecer o percurso migratório e reforçar o trabalho e a produção.

⁸² Elementar, composta ou extensa, a família deve ser claramente distinguida do grupo doméstico, cuja característica essencial é ser uma unidade de residência e consumo. O grupo doméstico pode ser composto de pessoas entre as quais não existe nenhum laço de parentesco ou, pelo contrário, pode reunir várias unidades familiares. AUGÊ, Marc. *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa: Ed. 70,1975.

No contexto da Transamazônica, os laços de parentesco, as alianças matrimoniais e os valores culturais foram sendo reinventados de acordo com as situações e necessidades que surgiam. Vencendo as distâncias geográficas, considerando que o vizinho mais próximo morava a 500 metros, e ultrapassando as fronteiras do medo, do estranhamento e do apego ao regionalismo que marcam as diferenças culturais, as famílias migrantes reconstruíram suas histórias na região, conforme elas mesmas descrevem em seus relatos.

As mulheres estiveram à frente desse processo de desconstrução e reinvenção cultural. Por necessidade ou por contingências cotidianas elas se encontravam, seja no igarapé, na estrada, na casa de uma delas, nas filas dos postos de saúde, nas reuniões escolares e depois, nos clubes de mães, na Igreja e eventos comunitários. Assim, elas foram abrindo caminhos para a construção de novas redes de parentesco e de possíveis alianças matrimoniais.

5.1 ALIANÇAS MATRIMONIAIS E FORMAS DE “PARENTESCO PRATICÁVEL⁸³” NO CONTEXTO DA TRANSAMAZÔNICA

As alianças matrimoniais desempenham um papel importante na busca de mobilidade social ascendente, no estreitamento dos laços de parentesco e no alargamento de redes de produção e reprodução do capital econômico e social. Neste sentido, a família é considerada uma estrutura fundamental, sobretudo, no contexto de colonização da Transamazônica, no qual a família é vista como uma importante referência social e a força-motriz

⁸³. Para Pierre Bourdieu a negociação e a celebração do casamento fornecem uma boa ocasião de observar tudo o que separa o parentesco oficial definido pelas normas protocolares da genealogia e o parentesco praticável, cujas fronteiras e definições são também tão numerosas e variáveis, que os utilizadores e as ocasiões de o utilizar. BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: éditions de Minuit, 1980, p. 283.

para o desenvolvimento econômico. E a mulher se inscreve neste contexto de forma peculiar, por seu apego incondicional à família e por sua necessidade intrínseca de articular redes de parentesco.

No plano da política de colonização seus idealizadores acreditavam que o sucesso do projeto oficial seria maior se fosse limitada a entrada de imigrantes sem família, considerando que a exploração individual de um lote tornava-se praticamente impossível e que a produção da família camponesa se sustentava no trabalho comum. Em vista disso, uma das condições para se adquirir a posse de um lote era a de ser casado e ter vindo com a família. Apesar de alguns solteiros também terem conseguido terra, a regra era priorizar os homens casados e com família.

Esse motivo levou muitos rapazes a buscarem noivas em seus lugares de origem devido à escassez de moças na região, ou a apressarem o casamento com filhas de migrantes como eles. O desejo de

possuir um lote motivou a realização de muitos casamentos na Transamazônica. Esta racionalidade quanto à iniciativa do casamento remete aquilo que Bourdieu (1980) classifica como o sentido prático do parentesco. Para este autor é o parentesco prático que faz os casamentos; é o parentesco oficial que os celebra.

Logo no início da colonização os gaúchos preferiam manter os laços de conterraneidade e casar-se com gaúchas ou mulheres provenientes de famílias sulistas. Isto, como uma forma de manter suas identidades culturais e preservar a tradição de sua condição camponesa⁸⁴, valorizando o fato de saber trabalhar com a terra em oposição aos nortistas e nordestinos, considerados por eles sem iniciativa e aptidão agrícola. Woortmann (1995) explica que a descendência é fundamental para que se entenda a reprodução camponesa: a casa ou o sítio se perpetua através de princípios de sucessão.

⁸⁴ [...] O casamento é uma prática que assegura a sucessão. WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo-Brasília; Edunb, Hucitec, 1995, p.92.

Esta atitude preferencial funcionou, mas não se manteve por muito tempo. Aos poucos, a barreira cultural foi sendo quebrada pela necessidade de garantir o estabelecimento de laços sociais de vizinhança e de parentesco entre as famílias migrantes e, por conseguinte, facilitar a aquisição da terra. Bourdieu (1980) explica que tais enlaces matrimoniais são produtos de estratégias orientadas, tendo em vista a satisfação de interesses materiais e simbólicos e organizados em referência a um tipo de condições econômicas e sociais. Pierre Bourdieu (1980) mostra que essas estratégias são utilizadas por determinados grupos sociais que estimulam a endogamia entre os grupos como forma de conservação do patrimônio em uma linha de descendência.

No contexto da Transamazônica, essa prática que recorre às alianças matrimoniais para reforçar ou ampliar bens simbólicos e/ou econômicos, aponta para a exogamia, uma vez que o casamento

com uma mulher de fora da comunidade constitui um forte mecanismo de concentração e de fortalecimento da comunidade camponesa. Estas estratégias são reconhecidas como uma forma de angariar e garantir a permanência de mais uma família na área rural. Considerando que aí prevalece a linha de residência patrilocal - o homem é quem deve estar ligado ou próximo da terra da colônia-mãe. Por isso são eles que saem em busca de uma esposa em outra linha (travessão), mas esta investida causa certo constrangimento, pois seus pares entendem que será menos uma mulher apta ao casamento e à formação de mais uma família naquela comunidade da qual é retirada a moça.

O casamento na comunidade rural é um dos eventos mais dos comemorados e participáveis. Todos os moradores estão, a princípio, convidados a participar e a contribuir no que for possível, visto tratar-se de acontecimento estimado pelas famílias,

como mecanismo de reprodução social e de fortalecimento dos laços de parentesco.

Neste sentido, o casamento é valorizado como instrumento de ampliação das redes de sociabilidade, em uma área de grande extensão geográfica e com poucas famílias distribuídas ao longo dos travessões, nos quais a distância mínima de uma residência para outra é de 400 metros. Por isso, o enlace matrimonial é esperado e incentivado pelas famílias, pois significa o crescimento do número de pessoas naquela localidade, permitindo a ampliação das relações sociais, o enriquecimento da troca, o fortalecimento dos laços de solidariedade e das futuras relações matrimoniais.

Ao contrário de outras situações camponesas no Brasil, como a do Nordeste e do Sul estudadas por Woortmann (1995), o casamento na Transamazônica, até o presente não se configura como uma forte linha de transmissão patrimonial. Pelo fato da produção agrícola não ser valorizada

como deveria e ainda existir grande extensão de terra a ser explorada, a disputa pela sucessão da terra nos grupos domésticos, se estabelece de forma praticamente amigável e solidária. Geralmente, o novo casal, se não possui terra - por sucessão da mulher ou do homem - se aventura na conquista de uma terra nas 'novas colônias'. Em outros casos, prefere morar na cidade mais próxima, onde o rapaz procura um emprego nas serrarias, nas madeireiras, nas cerâmicas ou em outra atividade comercial do município. Por vezes, complementando a renda familiar com a colheita de uma área de cacau, que foi adquirida por um dos cônjuges antes do casamento, ou pela concessão dos pais que querem ajudar os filhos na formação de uma nova família.

Ocorrem também na Transamazônica, casos em que os pais compram lotes para as filhas solteiras, principalmente, de famílias mais abastadas e com poucos filhos. É o pai quem investe

e cuida da produção da terra. Mas quando as mulheres se casam, o marido passa a ser o chefe da unidade de produção.

Percebe-se que o agrupamento de várias famílias com laços de parentesco residindo em um mesmo lote de cem hectares, se constitui como meio de fortalecer os laços de vizinhança e de reprodução do grupo doméstico. Todos trabalham visando ao crescimento do grupo familiar e, por extensão, do grupo doméstico. Se em período de safra, determinada lavoura exigir mais atenção, os trabalhadores se voltam para aquela produção realizando uma tarefa conjunta e solidária. A união de duas famílias através dos laços matrimoniais dos filhos aproxima cada vez mais os vínculos de solidariedade e a obrigação mútua entre os membros do grupo familiar. Esta relação de troca se caracteriza pela ajuda, tanto moral quanto econômica, de acordo com a necessidade.

Esta ação coletiva também se manifesta em eventos festivos como casamentos, batizados e aniversários de um dos membros do grupo. Na foto abaixo, as mulheres se reúnem para a preparação do porco que será assado para a festa de casamento da filha de uma delas. A festa de casamento é um evento que agrega muitas pessoas para compartilhar dos trabalhos preparativos. Muitas vezes a comemoração começa uma semana antes do dia do casamento, geralmente, na casa do pai da noiva onde serão realizadas a festa, as tarefas domésticas e extradomésticas, que contam com a participação de vizinhos e de parentes dos noivos.



Foto 21: Trabalho feminino em grupo, preparação do porco para a festa comunitária. Km 80 - Agrovila Nova Fronteira, 1980. (Fonte: cedida pela família Trevisan, 2006).

As mulheres se ocupam dos trabalhos ditos femininos realizados no interior da unidade doméstica e os homens, das tarefas que se executam fora do espaço doméstico. Eles participam da matança do boi, do carneiro ou do porco, um trabalho realizado no terreiro da casa e regado a muitas piadas, tira-gosto e bebidas. As mulheres se concentram mais na cozinha, onde se ocupam da preparação dos alimentos (bolos, doces, galinhas

assadas e cozidas, farofas, saladas etc). Neste encontro de mulheres, num espaço culturalmente instituído como “lugar de mulher” – na cozinha, colocam em dia as conversas e se divertem como elas mesmas dizem.

As conversas giram em torno de brincadeiras relacionadas às experiências conjugais e sexuais, trocas de receitas e de informações, problemas familiares e pessoais, uma vez que se sentem em família e buscam umas nas outras, o apoio e a solidariedade. Motivadas por este ambiente de sociabilidade e de trocas, ouve-se com frequência a frase “nessa comunidade formamos uma família” no sentido de que fazem parte de uma mesma história de migração, de ocupação, de organização social da área em que moram e atuam ao longo desses anos.

As famílias migrantes que inicialmente se caracterizavam como uma unidade familiar tradicional, constituída por pais e filhos, com o passar do tempo, foram criando/ampliando laços de

afinidades, de vizinhança e de compadrio, assim constituindo outros vínculos familiares que não passam pela relação de consangüinidade. Também foram incorporando outros membros ao grupo familiar a partir do casamento dos filhos, constituindo assim uma família extensa⁸⁵ em que todos participam da mesma estrutura familiar. Observa-se também a existência de algumas famílias núcleos nas comunidades, as quais concentram determinadas funções societárias de âmbito religioso, sindical, político-partidário ou comunitário. Estas famílias ampliam os laços de parentesco e reforçam o território em que atuam e que de certa forma dominam, através da participação conjunta dos membros do grupo familiar em demandas e embates sociais públicos⁸⁶.

Os casamentos dos filhos dos colonizadores nem sempre aconteceram do jeito que os pais

⁸⁵ Uma família extensa resulta da extensão, no tempo e por intermédio de laços de casamento, das relações entre pais e filhos. AUGÉ, Marc. Op.cit. p. 51.

⁸⁶ COMEFORD, Jonh. **Famílias sindicais: a interdependência de redes de parentesco e espaços institucionais**. 31º Encontro Anual da ANPOCS 22 a 26 de outubro, Caxambu – Minas Gerais. 2007.

almejavam. “A gente queria que eles casassem direitinho, mas parece que é melhor fugir... Vou fazer o quê? Eles preferem casar na igreja verde”. Diz Dona Maria Olinta, 65 anos⁸⁷, comentando sobre o número de genros e noras que tem, ressaltando que nem todos se casaram conforme as normas legais (ou as expectativas morais dos pais): “Dos meus cinco filhos, só dois casaram direito, as outras só se arranjaram estão juntos, mas não faz diferença, são todos da família”. O termo “arranjaram” demonstra que a mãe não considera legítima essa união, apesar de dizer que “não faz diferença” e de, supostamente, considerar todos como pertencentes à família.

Esta atitude pode ser avaliada a partir da tradição dos rituais matrimoniais que a maioria das famílias migrantes vivenciou em seus casamentos. Pelas fotografias e, sobretudo, pelos relatos das mulheres, percebo que o ritual religioso é considerado fundamental para a legitimação do

⁸⁷ Atualmente dona Olinta está aposentada e vive em Altamira com os filhos mais novos, um adotivo e dois netos.

casamento pela comunidade. É um evento do qual praticamente toda comunidade participa, onde a comida e bebida são fartas e de boa qualidade. O bolo deve ter um tamanho significativo: quanto maior e mais enfeitado o bolo, maior é a quantidade de convidados esperada para festa. A qualidade e as características do bolo de casamento são motivos de comentários e elogios por parte dos convidados. A festa de casamento geralmente é realizada em um lugar amplo e fora da residência do anfitrião. O churrasco e as massas (macaxeira, macarrão, arroz, farofa) constituem os pratos principais.



Foto 22: Casamento realizado em Medicilândia, 1974. (Fonte: cedida pela informante Neiva Ribeiro, 2007).

O padre Alírio Bervian que trabalhou mais de vinte anos na região da Transamazônica diz que nos primeiros anos, os jovens não procuravam as instituições legais (Igreja, cartório) para oficializar o casamento. Eles ‘fugiam’ ou melhor, saíam de casa para ficarem juntos, mas dificilmente se afastavam da localidade onde residiam. Este ato da moça sair às escondidas da casa dos pais para ficar com o namorado, caracterizava uma transgressão com relação aos princípios morais das famílias. A transgressão obrigava as famílias do rapaz e da

moça a reconhecerem o casal como marido e mulher. Assim, a comunidade também os reconhecia casados e estes passavam a constituir uma nova família naquela comunidade.

Diante desta situação, a Igreja começou um trabalho de formação com as famílias realizando os encontros de casais nas comunidades, nos quais incentivava a legitimação do casamento e o respeito entre os cônjuges, chamando a atenção para a violência doméstica que mulheres e crianças sofriam com os desmandos do homem (bebida, agressões, exploração) dito chefe da família. Com os encontros de casais esta situação começou a mudar e os jovens procuravam constituir família de forma mais organizada a partir do casamento instituído pela Igreja e/ou registro em cartório, conforme relata o Pe. Alírio.

Eu me lembro de uma comunidade onde eu cheguei e perguntei quem é que es tava casado. Eles deram uma gaitada, porque quase ninguém era casado e depois de dois ou três anos de trabalho, eu cheguei lá e perguntei quem não era casado. Já ficava se representando meio que silenciosamente, acanhado. Então teve um trabalho muito grande sobre essa questão da

família, da consagração do casamento, da união e respeito entre os casais.
(Entrevista, 2007).

Nesta época, na Transamazônica, observa-se de modo geral, certa desordem e desacordos por parte das famílias migrantes nos arranjos das alianças matrimoniais. Este desarranjo e enfraquecimento das alianças e práticas matrimoniais ocorrem em decorrência do fluxo migratório e das diferenças culturais que se impunham no estágio inicial de ocupação e socialização. As famílias, a princípio partilhavam do mesmo objetivo, trabalhar na terra adquirida e fazê-la produzir para garantir a reprodução social e econômica do grupo familiar. Restava pouco tempo para discutir e planejar os futuros enlaces, que não demoraram acontecer, pois o tempo do namoro ao casamento era curto devido à necessidade física, sobretudo do homem, em possuir uma mulher, uma família e objetivamente, um lote.

Decorrente dessa situação, os jovens não se conheciam o suficiente para dissipar as diferenças culturais e também não podiam se apoiar na linha de descendência e de parentesco, visto que enfrentavam a diversidade cultural, a distância dos parentes consangüíneos e a migração contínua. Assim, pode-se dizer que a tese da linha de descendência como respaldo à continuidade patrimonial não tem sustentáculo no contexto da Transamazônica, pelo fato da herança da terra ainda não ter se tornado uma preocupação imperativa para as famílias camponesas, e também por serem as relações de parentesco restritas, não favorecendo arranjos e trocas pertinentes às alianças matrimoniais.

Das famílias migrantes precursoras do projeto de colonização da Transamazônica, os nordestinos apresentam maior número de casamentos com parentes consangüíneos (com primos em 2º e 3º graus), como por exemplo: filho (a) do primo (a) do

pai ou da mãe, caracterizando a endogamia. Enquanto que as famílias oriundas do sul também apresentam uma tradição endogâmica, mas com história de alianças matrimoniais entre pessoas do mesmo clã, priorizando o casamento entre descendentes de famílias alemãs e italianas.

O casal formado pelo Sr. Ozéias e Sra. Ozita, ambos falecido em 2002, veio de cidade de Zé Doca-MA, para a Transamazônica em 1972 e se instalou no km 75 Sul em um lote adquirido através do INCRA. No Maranhão, a família vivia do trabalho agrícola nas terras de outros, plantando lavoura de subsistência como meeira e complementando a renda com a quebra de coco babaçu, serviço executado prioritariamente pelas mulheres. O casal, ao vir para a Transamazônica, trouxe dez filhos: cinco homens e cinco mulheres. Sua residência era muito visitada pelos rapazes sulistas que procuravam namorar suas filhas por acharem que as maranhenses eram mulheres que permitiam

certa liberdade sexual, mas dificilmente as desejavam como esposa. O fato é que nenhuma delas se casou com um rapaz proveniente de família sulista, se arranjando nupcialmente com conterrâneos ou parentes consangüíneos. Maria, moça bonita, mais velha das filhas, desanimada com as relações amorosas com os rapazes gaúchos, encontra um rapaz maranhense que trabalha como peão naquele travessão e casa-se com ele, construindo uma família equilibrada e próspera. Gorete, a segunda filha também casa com um vizinho maranhense, viúvo que já possui lote e alguma estrutura econômica. Neizilene, depois de muitas desilusões e aventuras amorosas resolve voltar para o Maranhão. Dalva também se desequilibra afetivamente, tem um filho e vai para o Maranhão onde casa com um primo. Marinalva, a mais nova, casa com um primo do marido da irmã mais velha. Após algum tempo separa-se, casando-

se novamente com um filho de um colono daquele travessão.

Observa-se nesta descrição que as relações afetivas mais duradouras se deram em torno das uniões realizadas com parentes consangüíneos ou conterrâneos. Isto não quer dizer que as nordestinas, sobretudo as maranhenses, não conseguiram estabelecer relações conjugais duráveis com pessoas de outros estados, mas há maior incidência de casos de ligações entre pessoas que têm afinidades culturais, sobretudo, no período inicial de adaptação e construção de novos referentes.

No travessão do 75 Sul, havia duas famílias de maranhenses com grande número de filhos e filhas. As outras famílias, com exceção da minha que é cearense, vieram do Sul e Sudeste do País. “As filhas dos maranhenses” como eram chamadas, sofriam certo preconceito com relação ao estabelecimento de alianças matrimoniais com as

peças de outros estados. Preconceito que não se estendia radicalmente aos rapazes, pelo fato de que estes não eram discriminados do ponto de vista sexual, numa cultura predominantemente machista. No entanto, estes rapazes também acabaram casando-se com filhas de nordestinos, parentes consangüíneos ou conterrâneos, que moravam naquela localidade ou no travessão vizinho.

No estudo Herdeiros, Parentes e Compadres, Woortmann (1995), analisa como as famílias de colonos do Sul e sítiantes do Nordeste se organizam socialmente e estabelecem laços de parentesco visando à continuação da linha de propriedade. A terra é vista como um patrimônio familiar que deve ser preservado e herdado por membros descendentes do grupo. Assim, os casamentos são considerados alianças, sejam entre as famílias que colonizaram o sul do país - a maioria de origem alemã e italiana -, sejam entre as famílias tradicionais nordestinas, para quem o sítio é uma

comunidade de certa forma corporativa, conjugando a territorialidade com o parentesco e a endogamia.

No contexto da Transamazônica, onde a terra ainda não é um bem escasso, mas sim, as estruturas sociais que dão sustentabilidade às famílias agricultoras para permanecerem no campo, a linha de transmissão de propriedade não constitui um elemento referencial para o estabelecimento de alianças matrimoniais. Diante de uma realidade multicultural e do amplo espaço a ser preenchido por estruturas físicas e sociais, a concepção de endogamia se fragiliza, ao mesmo tempo em que as relações exogâmicas são praticamente estimuladas, sobretudo a busca de mulheres em outras comunidades. Por outro lado, há uma preocupação no sentido de que os filhos e filhas de colonos se casem com pessoas da mesma comunidade e as mulheres de preferência, com rapazes que possuam terras, para evitar a migração para outro lugar, e

assim aumentar o povoamento e conseqüentemente ampliar as relações sociais de trabalho e de produção.

Neste sentido, as famílias que têm muitos filhos, principalmente rapazes e moças, são mais visitadas e recebidas com alegria pela comunidade. Algumas mulheres com as quais conversei ao longo desta pesquisa comentam que “Quando tinha mais gente, as comunidades eram mais animadas! Nós realizávamos os encontros, e tinha muitos jovens, muita criança, e todos se encontravam num lugar escolhido pelas duas comunidades para confraternizar nossas lutas e alegrias”. (D. Neiva, 60 anos) ⁸⁸

Conforme se vê pela declaração acima, as comunidades vizinhas realizavam os chamados “encontros” onde os travessões se reuniam numa linha limite, correspondendo a uma divisão de cinco quilômetros mata adentro. Nestes encontros

⁸⁸ D. Neiva é professora aposentada, mas continua trabalhando em projetos educacionais. Vive em Altamira com o companheiro do segundo casamento e os dois filhos mais novos, uma moça e um rapaz.

compartilhavam-se os problemas, apontavam-se soluções e reforçavam-se as formas de organização. Dessa forma, potencializavam-se os momentos de confraternização, o que favorecia os namoros e possibilitava as alianças matrimoniais entre as linhas, ou melhor, entre os travessões vizinhos, conforme a foto abaixo.



Foto 23: Encontro das comunidades da gleba 23 e gleba 21 na mata, na divisa entre os dois travessões, 1978. Foto cedida pelo Sr. Robespeierre (ao centro), a época dirigente da comunidade do km 75 Sul.

A política de colonização valorizava a concessão de terras a famílias, como forma de garantir a permanência dos imigrantes na terra.

Esta concepção foi incorporada pelas famílias imigrantes que consideravam/consideram importante o crescimento do número de pessoas nas áreas ocupadas, como forma de ampliar as relações sociais de produção e de parentesco. Neste sentido, o casal que possuía/possuía um grande número de filhos ou filhas em idade de namorar ou casar, é visto pelas demais famílias com certa estima e interesse, no sentido de estabelecer possíveis alianças matrimoniais.

Percebe-se que o que está em jogo não é a garantia da linhagem de propriedade, mas o fortalecimento e ampliação do território social e da rede de parentesco. Assim, cada vez que se realiza um casamento na Transamazônica, seja de forma legal, através do ritual religioso ou civil, ou mesmo pelo simples ato de um homem e uma mulher passarem a viver juntos - casados na Igreja Verde - se cria a expectativa de que este novo núcleo

familiar contribuirá para o fortalecimento da rede de sociabilidade e de produção.

Esta concepção se configura como forma de resistência, de encorajamento e de união entre as pessoas para enfrentarem as dificuldades, minimizar o isolamento e a falta de perspectivas que levam as famílias a mudarem sua residência para a cidade, mesmo que continuem trabalhando no lote em períodos sazonais. Neste contexto as estratégias e políticas de organização doméstica da unidade de produção e da unidade de consumo são fundamentais para assegurar a permanência da família no campo e garantir a sua reprodução, física, social e econômica.

5.2 TRABALHO FEMININO E ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA: PODER E NEGOCIAÇÃO

A concepção de família camponesa está estreitamente ligada à idéia de produção e reprodução familiar, econômica e social. A unidade doméstica constitui o núcleo das unidades de produção e consumo⁸⁹, às quais a mulher se encontra estreitamente vinculada. Ela participa diretamente da produção agrícola e da economia doméstica, apesar de seu trabalho ser visto mais como um valor social vinculado à família, do que um valor econômico.

Mesmo não havendo um reconhecimento legítimo de sua atuação no espaço econômico e social, elas confessam que todos reconhecem, inclusive os maridos, sua importância na criação de redes de solidariedade e de parentesco, na manutenção do grupo familiar e na produção e reprodução da economia doméstica. O domínio que elas exercem não é performativo e expresso, se

⁸⁹ A unidade camponesa caracteriza-se pela especificidade de ao mesmo tempo ser unidade de produção e unidade de consumo, visto que os membros que a compõem estão relacionados *a priori* ao processo produtivo mediante laços de parentesco. HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

configura como 'jeito' de lidar com o poder masculino, imiscuindo sua força, por meio do diálogo e a habilidade em negociar os conflitos.

Na região da Transamazônica é notória a presença das mulheres em várias linhas de atuação tanto no espaço doméstico, quanto no extradoméstico. No entanto, essas trabalhadoras rurais ainda aceitam que seu trabalho na agricultura seja considerado apenas como uma colaboração, mesmo que enfrentem diariamente o roçado e defendam arduamente, ao lado dos homens, a produção e a posse da terra. Na comunidade rural o termo lote ou colônia designa as terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações e tudo o que está relacionado ao espaço agrícola e que forma uma unidade básica de produção e consumo na qual a mulher atua integralmente em ambos os espaços.

Considerando essa realidade, procuro demonstrar alguns aspectos gerais do processo de

organização das famílias, as estruturas familiares, as redes de solidariedade e vizinhança, e as diferentes formas de organização para o trabalho/produção que predominaram no decurso da colonização da Transamazônica. Neste contexto é importante analisar como se processam as negociações e as relações de poder exercidas no âmbito doméstico, que são concebidas como estratégias fundamentais para a manutenção e o crescimento da unidade familiar e de produção.

Na Transamazônica a participação das mulheres foi/é fundamental na organização do ambiente doméstico e extradoméstico, apesar de a maioria das pessoas (sobretudo, os maridos) se referirem ao trabalho feminino na agricultura como “ajuda”, como algo acessório e sem relevância para a economia familiar.

Eram as mulheres que ficavam a maior parte do tempo no lote. Os maridos saíam para ganhar dinheiro em outros trabalhos como tratoristas,

motoristas nas máquinas de limpar arroz, fazer derrubadas com moto-serra, ou outras empreitadas. Nestes casos as mulheres deviam dar conta do roçado e da criação (gado, porco, galinhas), visto que os homens ficavam fora de casa quinze dias a um mês. As mulheres tomavam conta da casa, dos filhos pequenos e, de alguns peões⁹⁰ que trabalhavam nos serviços mais pesados, da administração das despesas e ainda faziam alguns trabalhos para ajudar na economia doméstica (costura, crochês, pães, bolos e doces, hortas). Elas também criavam galinhas e porcos para o consumo e/ou para venda em caso de necessidades mais urgentes.

Delenir Oliveira Silva, 56 anos, veio do Espírito Santo em 1972 com o marido e um filho. Eles vieram por conta de um fazendeiro que trazia famílias para trabalharem em suas terras, e só após um ano de intenso trabalho, as despesas da viagem

⁹⁰ Trabalhadores braçais na agricultura que ganham por diária, geralmente não tendo nenhum vínculo legal de trabalho com o proprietário da terra.

eram tidas como pagas, e estas famílias poderiam adquirir suas próprias terras para nelas morar e trabalhar.

Foi assim que aconteceu com a família de Delenir. Após ter trabalhado durante um ano nas terras desse fazendeiro conseguiram juntar, com muito trabalho e sacrifício, poucos recursos para começar a trabalhar no próprio lote. Adquiriram terra, no travessão da gleba 15, próximo ao km 50 da rodovia Transamazônica, onde ainda moram e produzem.

Dona Delenir conta que viveu durante todo esse tempo no lote, praticamente sozinha. O marido passava mais de quinze dias fora de casa, trabalhando em outros serviços e só voltava para passar o final de semana e retornar novamente. Era com este trabalho que aumentava a renda, que possibilitava o pagamento de alguns trabalhadores para o lote e a compra de uma ou duas cabeças de boi ou vaca. Desse modo, aumentava a criação de

gado e com a venda de algumas vacas ajudava no pagamento do financiamento bancário.

As famílias que não dispunham desse respaldo financeiro, geralmente ficavam endividadas com o banco, visto que a lavoura de arroz, milho e feijão não produzia lucro suficiente para efetuar o pagamento e garantir a manutenção da família. Por isso, o trabalho feminino de esposa e filhas era indispensável para organização da produção.

Delenir explica que o arroz era a cultura principal e que, após sua colheita, formavam-se os pastos. A preparação do roçado, como derrubar a mata e capinar, era feita pelos homens em período de estiagem para facilitar a queimada, período este que correspondia aos meses de julho a novembro. As mulheres ajudavam a encoivarar - juntar os galhos e gravetos que não foram consumidos pela queimada. Elas também participavam da plantação da lavoura e principalmente da colheita. O período de colheita era curto: um mês, de abril a maio.

Devido à intensidade das chuvas, exigia o empenho de toda a família para evitar o desperdício da produção. Em cada safra se colhiam de trezentas a quatrocentas sacas de arroz que eram encaminhadas à Cibrazem para serem comercializadas a fim de pagar o financiamento do Banco do Brasil que era feito para este cultivo.

Dona Francisca Coutinho reforça essa informação dizendo que apesar de trabalharem muito, e produzirem em grandes quantidades, a produção muitas vezes, não era suficiente para pagar o financiamento bancário. Com isso, muitas famílias ficavam endividadas e desistiam de sua terra repassando-a para outra pessoa a preço baixo. Dona Francisca diz que seu marido nunca deixou de pagar os financiamentos, mas a safra só dava para cumprir esse compromisso. Eles retiravam algumas sacas para o consumo doméstico e o restante era comercializado, dificilmente sobrava algum dinheiro para fazer uma boa feira.

Observa-se que as famílias que recorreram aos mecanismos de divisão do trabalho doméstico e agrícola, contando com a participação efetiva da mulher, alcançaram uma ascensão econômica e social mais rápida e conseqüentemente adquiriram melhor qualidade de vida. Algumas famílias possuem carros - um ou dois, a casa está equipada com eletrodomésticos, telefone, água encanada e energia elétrica durante todo dia.

As mulheres não trabalham mais na roça e os homens trabalham temporariamente, principalmente em época de colheita. Elas reconhecem que todo trabalho e sacrifícios pelos quais passaram foram necessários para conseguir o objetivo a que se propuseram ao virem para a Transamazônica: melhorar as condições de vida. Mas, apesar de afirmarem que agora estão bem, não se esquecem do sofrimento, da solidão, do medo e das necessidades que passaram nessa região. Dona Delenir, por exemplo, diz que foi obrigada a

se acostumar com a solidão e a enfrentar o medo dos animais selvagens, senão não fazia nada na vida.

Esta senhora que já enfrentou muitos problemas e desafios na Transamazônica, superando-os com muito trabalho e persistência, desfruta atualmente de boas condições econômicas, mora em numa casa confortável e bem equipada com eletrodomésticos, água encanada e luz elétrica, afirma que só trabalha em casa e administra os trabalhos agrícolas e a produção do gado. O marido não fica mais muito tempo fora de casa, e caso esteja longe, liga diariamente para ver se ela está bem, pois já lhe aconteceu de desmaiar e se encontrar sozinha em casa. Por isso, o telefone celular está sempre com ela, sendo agora, um instrumento imprescindível no seu dia-a-dia.

Apesar de se mostrar uma mulher corajosa e trabalhadora, administrando o lote, ou seja, a fazenda, com altivez e segurança, sofre por conta da

depressão que lhe tira o sono e a tranquilidade. Delenir toma remédio controlado regularmente, mas me contou que no dia em que chega alguém para conversar bastante, como foi o caso da minha visita, não tem necessidade de ingerir medicamentos, pois se acalma e dorme durante toda a noite.

Delenir conversa sem parar, mesmo que não lhe faça perguntas vai contando sua história e sua vida cotidiana. Eu queria explicar o motivo da entrevista, mas não houve tempo, penso até que ela nem percebeu que nossa conversa estava sendo gravada. Quando a informei de que já ia embora, pois era tarde da noite, insistiu para que ficasse mais um pouco e ainda me acompanhou até o terreiro, sempre conversando.

Esta necessidade de encontrar pessoas para conversar, bem como a disponibilidade das pessoas para fazer amizade e ajudar uns aos outros é característica forte nesta região. Quando

perguntamos por que as pessoas na Transamazônica são tão prestativas e solidárias, todas as respostas são: talvez por conta das dificuldades e do sofrimento que passaram juntas. Essas pessoas viram que em coletividade ficava mais fácil viver na região.

As mulheres logo perceberam essa realidade e se juntaram para realizar trabalhos domésticos: lavar roupa no igarapé, buscar água para o consumo, fazer e trocar receitas culinárias e outros. Elas também se organizaram para conseguir melhorar as condições de vida na região. Algumas mulheres estavam à frente das organizações sociais que buscavam a melhoria dos setores sociais básicos, como escolas, posto de saúde, estradas e outros. Sem a participação efetiva dessas mulheres, muito provavelmente estes setores não teriam a história que têm.

Movidas pela necessidade e preocupadas com o bem-estar dos filhos, as mulheres migrantes

assumiram funções para as quais não estavam habilitadas profissionalmente. O que mais as incomodava era a falta de assistência médica e de escola para as crianças. Por conta disso, em muitas comunidades na Transamazônica elas começaram a dar aulas em suas próprias casas. Só mais tarde foram construídas as escolas. Muitas dessas mulheres haviam cursado apenas o Ensino Fundamental incompleto, mas, a necessidade fazia com que elas fossem além de educadoras, agentes de saúde, líderes comunitárias, catequistas e muitas vezes conselheiras, pois as pessoas recorriam a elas para discutir todos os assuntos referentes à comunidade.

Mesmo não havendo reconhecimento explícito a respeito da relevante contribuição das mulheres nas diferentes esferas sociais da Transamazônica, o trabalho de observação e a análise dessa conjuntura

revelam que na mentalidade transamazônica⁹¹, a presença e a contribuição femininas são concebidas como, de fundamental importância para a manutenção da vida, para a estruturação e o crescimento do grupo familiar e das instâncias sociais da região.

Esta realidade nos faz repensar a generalizada fragilidade feminina, discutida por folcloristas, romancistas e teorias etnocêntricas patriarcais, que até o século XIX, predominavam em todas as esferas da sociedade. O questionamento da suposta inferioridade e submissão feminina se impõe, sobretudo, quando se verifica que as mulheres na Transamazônica assumem cargos de liderança e trabalhos que exigem esforço físico e habilidades, que culturalmente não são reconhecidos como de competência feminina. Compartilharam junto aos homens de experiências consideradas do domínio masculino e participaram efetivamente da

⁹¹ Pessoas, instituições e organizações sociais que se instituíram, formaram ou reconstruíram as suas referências culturais e simbólicas no decorrer do processo de ocupação e organização social da região da Transamazônica.

conjuntura de organização e mobilização popular, como é o caso das mulheres que estiveram à frente das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos, movimento de mulheres e outros), sem deixar de assumir com integridade o estatuto social de mãe e de esposa.

As mulheres migrantes incorporaram essa postura, coagidas pelas necessidades e pelos desafios de enfrentar os inúmeros problemas que dificultavam suas vidas numa região, ainda em princípio de desenvolvimento. Dessa forma, essas mulheres superaram os limites impostos ideologicamente, demonstrando autonomia, capacidade de administração e de decisão diante das complexas situações que se impunham no seu cotidiano familiar e social.

Esta realidade favoreceu a inserção da mulher na vida social comunitária. É raro encontrar uma mulher precursora da Transamazônica que não tenha participado de nenhuma mobilização social,

seja ela de cunho religioso ou político. Quando dizem que não participaram de movimentos sociais, se referem às organizações de sindicatos, associações partidárias e outros, mas logo acrescentam que já participaram de trabalhos comunitários ligados à Igreja ou à Escola.

Mas reafirmam que sua principal atuação se concentrou na esfera doméstica e agrícola. Muitas mulheres dedicaram grande parte de suas vidas e de seu tempo aos trabalhos de organização e de produção na unidade doméstica, que compreende o espaço da casa e da roça. Estes dois setores fazem parte de um mesmo campo de ação. Ao interrogá-las a respeito das atividades que a mulher rural desempenha no dia-a-dia, a resposta comum é que trabalha nos serviços de casa. Isto significa que além das atividades desenvolvidas no interior da unidade doméstica, elas devem levar o almoço na roça, buscar comida para os animais, pegar água na fonte para a manutenção da casa, fazer ordenha

das vacas, cuidar da horta, além disso, em época da colheita do cacau, da pimenta e do arroz, também trabalham na roça.

Estes trabalhos são considerados do âmbito de produção e de organização doméstica, sendo, portanto, atribuídos ao domínio feminino. No entanto, a participação da mulher no universo doméstico, ainda não se configura como um lugar onde ela atua com autonomia e liberdade, visto que essas “donas de casa” geralmente estão sujeitas às decisões e limitações impostas por uma figura masculina (pai, irmão, marido), que se institui como chefe da casa.

É no espaço doméstico que muitas mulheres passam a maior parte do dia, desempenhando tarefas que nem sempre são consideradas importantes no conjunto da economia e dos valores sociais. Este ambiente, apesar de ser visto, culturalmente como um lugar prioritário de atuação feminina, não pode ser considerado como o

lugar em que a mulher exerce a sua criatividade e usufrui do status de dona da casa, o qual lhe foi atribuído secularmente com base em condicionamentos ideológicos e interesses patriarcais e capitalistas (SAFFIOTI, 1987).

A realidade doméstica revela que muitas mulheres não se sentem à vontade para desenvolver as suas competências e criatividade por medo de não agradar ao homem, o chefe da casa. Elas se sentem no dever de agradar e concordar com as decisões masculinas; mesmo que reclamem e tentem convencê-los a seu favor, acabam por vezes, aceitando as orientações e determinações do marido, do pai ou do irmão mais velho que delimitam a sua atuação neste espaço dito como seu.

Para o sistema econômico e social o homem ainda é considerado o principal agente provedor da família, mesmo que na realidade cotidiana seja a mulher quem assuma prioritariamente as tarefas

vinculadas à unidade de produção. São as atividades de autoprodução (costura, horta, artesanato, culinária) que, muitas vezes, garantem a maior parte da economia doméstica, embora estes trabalhos não recebam o status equivalente ao de trabalho produtivo, sendo relegados à condição suplementar, designados como uma ajuda para a economia e a organização da casa.

Na Transamazônica onde a maioria das famílias está situada no meio rural e trabalha com base na unidade familiar de produção, podem-se detectar algumas variantes quanto à posição da mulher no âmbito da economia e da organização doméstica. Ao mesmo tempo em que o homem é indiscutivelmente o chefe de família - a autoridade reconhecida no espaço familiar e social, a figura feminina se caracteriza como o esteio e o equilíbrio para o bom andamento do grupo familiar e para solidificação da unidade de produção. “Casa sem mulher é como carro sem direção”, assim dizem os

agricultores. Mediante esse poder simbólico e não-dito institucionalmente, as famílias camponesas organizam a vida doméstica de forma estratégica, estabelecendo uma relação de obrigação e contra-obrigação entre os cônjuges, onde o poder e a negociação são elementos fundamentais para seu bom funcionamento. Segundo Martine Segalen (1973), através dos provérbios pode-se fazer uma leitura do reconhecimento do poder que a mulher rural detém no universo camponês. Utilizando as metáforas e um discurso em consonância com os atributos físicos femininos e os elementos do cotidiano, a sociedade camponesa revela como sua mentalidade está afetada pelo reconhecimento do domínio feminino no meio rural.

Por outro lado, a autora mostra que este domínio não é aceito comodamente, visto que muitos provérbios e ditos populares trazem um discurso simbólico que muitas vezes denigre a imagem da mulher, transformando-a em elemento

perigoso à liberdade e felicidade masculina, conforme expressa este provérbio: “O homem tem dois belos dias sobre a terra: quando ele recebe uma mulher como esposa e quando ele a enterra”. (SEGALEN 1973, p. 51).

Na verdade este provérbio revela o reconhecimento do poder feminino, às avessas, na medida em que a sociedade penaliza a mulher, tolhendo suas expressões e seus espaços, é também uma forma de expressar o receio que a sociedade historicamente patriarcal tem de que a mulher potencialize as suas influências e seu domínio. Observa-se que esta forma discursiva se distancia das práticas e dos comportamentos que se desenrolam no interior do ambiente doméstico, sobretudo, na sociedade rural.

Na sociedade camponesa, a comentada dominação masculina, atribuída a quase todas as

*esferas da sociedade*⁹², fragiliza-se quando se depara com as experiências domésticas concretas e estilo de vida das famílias agricultoras. A cultura camponesa reconhece que o sucesso e o bom andamento da casa, centro de referência da unidade de produção, repousa sobre o marido e a mulher, de modo que as tarefas e os papéis são complementares, solidários e estreitamente imbricados. (SEGALEN, 1973).

Conforme observação anterior, o âmbito doméstico na região da Transamazônica compreende as unidades de localização e de produção casa/roça como parte de um mesmo espaço de atuação e organização doméstica. Assim, se a mulher diz que não trabalha fora, isto não significa que ela atue somente nas tarefas concernentes à casa, mas também naquelas que subsidiam a economia e a organização doméstica: hortas, criação de animais, colheitas de pimenta e

⁹² Heleieth Saffioti mostra em seu livro *O Poder do Macho*, que a cultura da dominação masculina é construída com base no sistema patriarcal e capitalista. Assim, este poder se estende por todas as esferas da vida social. São Paulo: Moderna, 1987.

cacau, ordenha das vacas, pequenas roças de arroz, feijão, milho e outros produtos de subsistência.

Pelo fato de assumirem tarefas diversificadas e darem conta do papel de esposa/mãe, além de participarem ativamente dos eventos comunitários e religiosos, essas mulheres vão silenciosamente ganhando o reconhecimento e o respeito daqueles que por muito tempo se acharam donos da verdade e do poder de decisão. É o que nos revelam as entrevistas realizadas com dirigentes de comunidades, professores, representantes de organizações sociais, presidente de sindicatos e algumas autoridades locais, conforme pode-se deduzir da conversa mantida com Geraldo Batestello, liderança sindical⁹³.

Pergunta: Na época dessas organizações para conseguir estradas, saúde tudo mais tinha participação das mulheres?
Resposta: Sempre teve participação das mulheres. Elas participavam sempre e tal. Não tinha essa. Mas agora esta aumentando, porque elas já são filiadas ao sindicato.
P. Dessas reuniões de setores já veio uma mulher representando como delegada?

⁹³ Entrevista com senhor Gerlado Batestello, 47 anos, agricultor. Ele veio do Rio Grande do Sul com os pais em 1972, com o projeto de colonização oficial. Sua família adquiriu um lote no km 168, onde ainda moram e trabalham. Geraldo é um dos delegados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruará.

R. Há tem! O nosso sindicato aqui na agrovila, tem cinco membros, dois são diretor, presidente, tesoureiro e as três são mulheres, fora os outros, como as mulheres do conselho fiscal e o resto que são ao todo dezesseis.

P. Tem algumas mulheres que se destacam com a luta sindical?

R. Mas isso que tem, prova disso é que a mulher hoje do sindicato é vereadora.

P. O que você acha da atuação da mulher na Transamazônica?

R. Importante né? Sem elas num tinha um colono no lote. Elas no começo faziam de tudo, até na roça e ajudava nas comunidades, em todos os setores daqui tem a participação da mulher. (Entrevista, 2007).

Mas mesmo sem a representação quantitativa de homens que se manifestaram sobre esta questão, a observação em campo me permitiu analisar esta situação de modo menos restrito e condicionado à fala masculina, uma vez que, os homens têm dificuldades de reconhecer o “poder de orquestração”⁹⁴ que as mulheres exercem nas relações sociais e na esfera econômica do grupo familiar.

Para Glaude e Singly (1986) a organização doméstica depende da maneira como o casal delimita o universo espacial e simbólico do território que dividem e os domínios reservados a cada um. As autoras distinguem duas dimensões do poder que se exerce no âmbito doméstico e que são decisivas para o bom funcionamento da economia e organização doméstica: o poder de orquestração e o poder de decisão. O primeiro é considerado hierarquicamente mais importante porque

⁹⁴ GLAUDE Michel e SINGLY François. L'organisation domestique: pouvoir e négociation. EXTRAIT D'ECONOMIE et STASTIQUE n° 187, avril 1986. Revue mensuelle de l'INSEE. Paris.

conduz e influencia os demais domínios, de modo que se encontra intimamente ligado ao poder de decisão.

Geralmente, estes dois poderes estão divididos entre o casal, enquanto um administra e decide, o outro conduz com persistência e perspicácia para não demonstrar explicitamente sua força e influência sobre o outro. Neste último caso, é a mulher quem mais se apropria do poder de orquestração, embora ela não expresse verbalmente seu domínio, visto que o discurso predominante é aquele do homem provedor e administrador da família.

Na Transamazônica, a autoridade masculina, considerada um valor social naturalizado, se manifesta mais no plano discursivo e representativo. São os homens que ainda decidem e dão a palavra final, sobretudo, quando se trata de realizar algo que interfira na economia doméstica: comprar algum objeto para casa ou para agricultura, pagamentos de dívidas, venda de produtos, a feira mensal, viagens e outros. Mas, permeando suas ações se percebe a mão da mulher que astuciosamente orquestra as decisões e a aparente dominação masculina.

Dona Geni Alves⁹⁵ conta que seu marido havia decidido vender o primeiro lote adquirido, visto que a família agora estava morando e trabalhando no outro lote que fora comprado após dez anos na Transamazônica. Mas, ela não concordava com a venda, pois nutria grande afeto por aquela terra, onde viveram momentos difíceis, que conseguiram superar e melhorar as condições de vida. Ela argumentava sempre, apesar do marido não se mostrar convencido tentando negociar o lote por duas vezes, sem, no entanto, ter coragem de fechar o negócio. Dona Geni acredita que ele ficou com medo de contrariá-la e por fim não aproveitar bem a venda do lote, e diz que conseguiu isso com jeito, por isso se sente vitoriosa.

No entanto, quando diz respeito à comercialização de produtos oriundos da unidade doméstica, ainda é o homem que esta à frente das negociações, mesmo que tenha sido a mulher quem trabalhou e adquiriu determinada produção. É relativamente comum

⁹⁵ Geni Alves Carlos, 53 anos, agricultora, veio de Paranavaí-Paraná para a Transamazônica em 1977. A família veio por conta própria numa caravana com outras famílias que saíram do Estado do Paraná a fim de adquirir terra própria na Transamazônica, pois, trabalhavam na agricultura, mas em terras de outros. Ela já tinha dois filhos quando migrou e teve mais dos filhos no km 75 Sul onde adquiriu um lote. Após dez anos a família comprou outro lote no qual planta cacau e cria gado, além de outras lavouras de subsistência. Atualmente eles moram neste lote a vinte dois quilômetros da margem da rodovia Transamazônica.

na região da Transamazônica, a mulher cultivar pequenas plantações, ou criar um animal para o complemento da economia doméstica, mas deixar a venda desse produto por conta do marido.

Como a mulher vai pouco à cidade, o marido se encarrega de fazer a negociação em seu lugar, embora nem sempre traga a quantia exata obtida com a venda, pois acaba gastando um pouco com alimentação e até mesmo com bebida. Mesmo correndo o risco de receber menos que o valor da venda do produto, ela prefere que o marido faça a transação comercial, justificando que é menos desgastante e não precisa ficar atrás de compradores, visto que o marido já tem os seus contatos comerciais.

Desse modo, repete-se a dependência interiorizada. As mulheres não se sentem inclinadas a sair de casa para vender seus produtos, aceitando a intervenção do marido como um percurso natural e estabelecido de que o homem está mais apto para o comércio. Esta divisão de tarefas segundo o sexo, é explicada por Durkheim⁹⁶, com base na concepção de que dois seres são incompletos e dependem um do outro para se realizar, sendo a divisão sexual do trabalho a fonte da solidariedade conjugal.

Partindo deste princípio, pode-se perguntar por que esta incompletude se configura mais do lado feminino, sobretudo quando se trata de ocupar espaços que proporcionam visibilidade e poder social? As análises apresentadas nos textos em discussão me possibilitaram pensar esta questão de forma internacional e analítica. Comparando as diversas realidades, tento compreender quais os mecanismos que operam interna/externamente nas relações sociais e na história de cada indivíduo, que propiciam a dominação de uns sobre outros e garantem a sua eficácia.

O desencantamento dessa alquimia que veicula a dominação simbólica nos possibilita pensar as “pessoas e as coisas” em interação ao lugar que ocupam e a função que desempenham em dado momento e contexto social. A história incorporada em cada pessoa, explica porque alguém domina ou se deixar dominar. É através dela que chegamos a determinado lugar e/ou nos sujeitamos às obrigações que se impõem sobre nós, tornando-nos cúmplices e colaboradores da nossa própria dominação. (BOURDIEU, 1980).

Esta leitura nos ajuda a compreender, por exemplo, o que levou/leva algumas mulheres a enfrentarem o medo e as ameaças dos maridos quando estas se propunham a

⁹⁶ DURKHEIM, Emile. **DE LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL**. Paris: Félix Alcan Editeur, 1902.

estudar e participar das organizações sociais. Nesta pesquisa, na região da Transamazônica, detectamos muitas histórias de mulheres que não aceitaram continuar sob os auspícios do marido e romperam com o casamento para assumirem cargos de lideranças, uma profissão e atuarem efetivamente na esfera social.

Por outro lado, como vimos, existem aquelas mulheres que continuam assumindo sua vida doméstica, de mãe e esposa sem se rebelar contra o discurso naturalizado do poder e da autoridade masculina, mesmo que utilizem estratégias peculiares para manobrar ou atenuar o absoluto domínio do marido. Como é o caso do poder de orquestração exercido por muitas mulheres, sobretudo, no universo rural onde existe a necessidade do casal partilhar as tarefas agrícolas e as decisões concernentes aos filhos e ao orçamento familiar.

Estas duas realidades estão presentes no contexto da Transamazônica, onde as mulheres continuam atuando, seja na produção doméstica, seja na esfera social. Suas ações e posicionamentos mostram que a inventada fragilidade e submissão atribuídas à condição feminina, se confundem com as suas práticas cotidianas, que exigem coragem, habilidade, resistência física e psicológica para suportar o peso do trabalho cotidiano e as pressões sociais que se impõem sobre essas mulheres.

Assim, mediante a força de trabalho e o poder de gerenciar a vida familiar e comunitária, elas exercem um domínio no espaço doméstico e extradoméstico que não lhes confere visibilidade nem representação social, mas que lhes permite influir na vida familiar e social na qual estão inseridas.

No contexto da Transamazônica, em linhas gerais, o poder de decisão é privativo do homem, enquanto que a mulher exerce o poder de orquestração. Mais ou menos poder, de um lado e de outro, depende, em grande medida, da posição e do lugar que ocupam, bem como da história incorporada, que norteou as suas trajetórias de vida. Desse modo, a organização doméstica característica dessa região mostra que neste território, homens e mulheres partilham de domínios e autoridades sob níveis diferentes, mas, de forma que os dois poderes estejam em sintonia, colaborando para o bom andamento da unidade doméstica.

Esta leitura pode ser ampliada através da configuração do feminino e do masculino nos espaços sociais promovidos pela Igreja Católica no contexto da Transamazônica. A igreja aparece aí, como um instrumento de articulação e fomentação de novas redes de relações sociais, cuja mediação foi fundamental tanto para a formação de lideranças, quanto para a estruturação de novos espaços físicos e simbólicos. O

capítulo que segue tenta dar conta dessas relações entre igreja e movimento social, especialmente no que concerne à formação de novos referentes de *desistorização*⁹⁷ das concepções e práticas que secularmente cala o trabalho feminino.

CAPÍTULO 6

6 A TRANSFORMAÇÃO DA IGREJA, AS ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Este capítulo, no conjunto desta pesquisa, justifica-se pela recorrência com que a Prelazia do Xingu aparece nos dados levantados em campo, os quais apontam a Igreja Católica, na identificação, a Igreja do Xingu, como um dos primeiros espaços que se abriu para a acolhida e organização das famílias migrantes que ocuparam a região da Transamazônica na década de setenta. Observa-se que os espaços abertos pela Igreja possibilitaram a recomposição dos laços de solidariedade entre as famílias migrantes, forjando uma nova concepção de estrutura e organização social nesta região.

Para compreender melhor o que significa a trajetória da Igreja Católica no Xingu, é relevante, com relação à pesquisa, apresentar um pouco os meandros históricos de sua atuação caracterizada pela presença marcante de alguns religiosos e clérigos, que se dedicaram intensamente ao trabalho missionário e à organização social das famílias migrantes que se instalaram na Transamazônica, nas décadas de setenta e oitenta.

⁹⁷ Bourdieu Pierre. **La domination masculine**. Paris: Edition Seuil, 1988 et septembre 2002, p. 90.

6.1 BREVE HISTÓRICO DA PRELAZIA DO XINGU: DA CRIAÇÃO AO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

Os documentos pesquisados nos arquivos da Prelazia do Xingu datam do período de criação da Prelazia até os dias atuais, sendo que a grande maioria está concentrada entre meados dos anos 70, período que coincide com a abertura da rodovia Transamazônica e o fluxo migratório para essa região. Denota-se que a ênfase maior atribuída aos documentos desse período ocorreu em função de ser esta a fase em que a Prelazia do Xingu, motivada pelas proposições de Medellín (1968) e Puebla (1979), passa a realizar um trabalho pautado pelos princípios da Teologia da Libertação, em que a evangelização, envolvendo preocupações concretas voltadas para o social, era direcionada para as Comunidades Eclesiais de Base.

A Prelazia do Xingu foi criada em 16 de agosto de 1934, por meio de uma bula do Papa Pio XI (“Animarum Bonum Postulat”=“O bem das almas exige”) e Dom Armando Bahlmann, bispo de Santarém nomeado administrador apostólico, sendo substituído em junho de 1935 pelo Pe. Clemente Geiger, que fixou residência em Porto de Moz, sede da nova Prelazia.⁹⁸

Em 10 de abril de 1948, juntamente com a nomeação de Dom Clemente Geiger para bispo da Prelazia do Xingu, a sede foi transferida para Altamira. E no dia 13 de abril do mesmo ano o papa mudou os limites da Prelazia, separando a paróquia de Gurupá da arquidiocese de Belém e incorporando-a a Prelazia do Xingu.

Esta Prelazia é a maior circunscrição eclesial em extensão geográfica no Pará, compreendendo uma área de 365.086,2 km². Atualmente reúne 15 municípios

⁹⁸ Com efeito, a presença da igreja no Xingu data do século XVII. Em abril de 1636 registra-se a visita do padre Luiz Figueira de Évora, jesuíta português, acompanhado do Ir. João de Avelar às terras de Porto de Moz, ainda chamada de Maturu⁹⁸. Esses religiosos vendo o trabalho missionário a ser feito nesta região voltaram a Portugal em busca de mais companheiros, mas não conseguiram chegar, pois sofreram um naufrágio sendo capturados e mortos por índios antropófagos da Ilha do Marajó. Após essa iniciativa, outros missionários como os Capuchos de São José em 1639 iniciaram um trabalho nessa região do Xingu, conforme descreve o seguinte quadro histórico: em 1656, depois de várias missões jesuítas haverem passado por essa região, foi construída a Igreja da Residência de nossa Senhora do Desterro na Aldeia de Tapará. Em 1663 foi erigida canonicamente a Paróquia de Santo Antonio de Gurupá constituindo-se a segunda paróquia do Estado do Pará⁹⁸. E em 1727 os missionários jesuítas fundaram a aldeia de Santo Inácio de Aricari, a qual se tornou Souzel em 1778, através do decreto do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. **História da Companhia de Jesus no Brasil** /Serafim Leite; (org.) César Augusto dos Santos ...[et. All]. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 565-568.

(Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix, Tucumã e Bannach). Os municípios de Bannach e Cumaru do Norte, embora pertencentes à Prelazia do Xingu são atendidos por outras dioceses. Atualmente a Prelazia do Xingu compreende 17 paróquias, que contam com o trabalho de 25 padres, 06 irmãos Lassalistas, 40 irmãs religiosas e aproximadamente 1600 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base⁹⁹.

Desde 1934 Altamira dispunha de um Vigário Residente, o Pe. Eurico Krautler, jovem missionário austríaco comprometido com a causa missionária, que se embrenhava na mata a fim de prestar assistência pastoral a índios e ribeirinhos, tentando minimizar os conflitos entre os primeiros e os seringueiros. Suas viagens pelos rios dessa região, marcadas por acontecimentos dramáticos e arriscados como naufrágios, encontros com tribos isoladas, febres violentas, desorientação geográfica na mata, constituíram uma verdadeira epopéia que ele transcreveria, posteriormente em seus livros, sobretudo em “Sangue nas Pedras” (1974), no qual se mesclam as histórias vividas e as alegorias inventadas pelo autor em suas viagens missionárias pelo rio Xingu.

Estes livros retratam um pouco das difíceis experiências que Pe. Eurico vivenciou em seu trabalho missionário na região do Xingu, de 1934 a 1965. Neles o autor mostra como aprendeu a conviver com os seringueiros e a se relacionar com os índios e seus Caciques, num clima de constante tensão e ameaça à sobrevivência de ambos.

Diante das crises econômicas e problemas sociais que atravessaram o município de Altamira após o apogeu da borracha, Pe. Eurico conseguiu, juntamente com o Bispo Dom Clemente Geiger, levar à frente o projeto de construção de um hospital e uma escola em Altamira. Para alcançar seus objetivos contou com recursos obtidos de organizações beneficentes da Europa, sobretudo da organização católica alemã “Misereor”¹⁰⁰.

Em 1970, Dom Eurico Krautler foi nomeado bispo da Prelazia do Xingu, após a renúncia de Dom Clemente Geiger, respondendo por esta Prelazia até 1980, vivendo os anos de construção e ocupação da Transamazônica e voltando a ação pastoral da Prelazia também para os migrantes que chegavam de todos os pontos do país.

⁹⁹ Dados confirmados pelo Bispo da Prelazia do Xingu, Dom Ervin Krautler em 10 de janeiro de 2008, Altamira- Pará. (informação verbal).

¹⁰⁰ A MISEREOR foi fundada em 1958 como uma organização contra "a fome e a doença no mundo, sobretudo na África e na América Latina". Na sua função de agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha.

O empenho de Dom Eurico junto ao Governo de Voralberg, na Áustria e o apoio financeiro de amigos de uma Paróquia do Sul da Alemanha, permitiram que a Prelazia do Xingu construísse a Casa Divina Providência, inaugurada em 08 de maio de 1984. Esta casa recebe mulheres grávidas de toda a região da Transamazônica e das localidades ribeirinhas da Prelazia Xingu. Este trabalho já vinha sendo realizado desde 1970, pela Irmã Serafina Cinque, religiosa da Congregação Adoradoras do Sangue de Cristo – ASC, que ao ver o sofrimento das mulheres grávidas que vinham da Transamazônica e não dispunham de um lugar para se abrigar até chegar o momento do parto, as acolhia em uma casa de madeira, oferecendo-lhes cuidados e assistência médica¹⁰¹.

E a partir de 1970, com a abertura dessa rodovia, acompanhou com preocupação o crescimento acelerado da população de Altamira que, após um ano da abertura da estrada, triplicou, modificando as antigas relações sociais de trabalho e de parentesco. Altamira deixou de ser o lugar onde todos se conheciam e identificavam suas ascendências familiares. Era gente chegando de todos os estados brasileiros, estabelecendo-se ao longo da Rodovia Transamazônica ou instalando-se em Altamira, abrindo casas comerciais, contando com o desenvolvimento econômico proporcionado pela abertura da estrada.

Diante desta nova realidade e do contingente de famílias migrantes que a cada dia iam chegando e ocupando a Transamazônica no sentido leste e oeste do Município de Altamira, a Igreja do Xingu se viu em dificuldades para atender à nova demanda de fiéis. Com o intuito de resolver a situação, o bispo dom Eurico Krautler dirigiu-se à arquidiocese de Porto Alegre, onde mantinha relações de amizade com o arcebispo Vicente Alfredo Scherer, e convidou algumas congregações religiosas para virem trabalhar na Prelazia do Xingu, sobretudo, na Região da Transamazônica onde surgiam novas áreas pastorais.

Essa interação com a arquidiocese de Porto Alegre foi estreitada por ocasião da Conferência dos Bispos de Brasil realizada em ITAICI-SP, em 1974, quando Dom Eurico expôs suas dificuldades, em decorrência do emergente crescimento populacional dessa Prelazia. Neste encontro os bispos e coordenadores de congregações religiosas na Amazônia se reuniram para discutir os problemas das igrejas missionárias situadas no

¹⁰¹ Irmã Serafina veio para Altamira em 1957 para ser superiora das Irmãs ASC e diretora da Escola Rural de Altamira, fundada em 1958 por sua congregação com apoio da Prelazia do Xingu. A história de Irmã Serafina Cinque se encontra no livro “O Anjo da Transamazônica” publicado em 1998, após sua morte em 21/10/1988.

norte do Brasil, a fim de propor algumas alternativas para melhor atuação da Igreja Católica nessa região.

Dentre outras propostas de trabalho missionário, destacou-se a necessidade de apoio às igrejas da Amazônia as quais deveriam ser auxiliadas pelas Igrejas-Irmãs, que possuíam melhor estrutura pastoral e financeira, assumindo o compromisso de ajudar uma Prelazia ou Diocese situada nesta região¹⁰². Foi então que o arcebispo cardeal Dom Vicente Scherer se comprometeu em colaborar com a Prelazia do Xingu enviando padres e outros religiosos, contribuindo também com recursos financeiros e equipamentos para ajudar nos trabalhos pastorais. Assim, a diocese de Porto-Alegre passou a ser reconhecida como a igreja-irmã da Prelazia do Xingu.

Em 1980 D. Eurico Krautler, aos 75 anos de idade, já com dificuldades para acompanhar o trabalho pastoral na extensão da Prelazia do Xingu, pediu ao Papa dispensa do cargo, ficando em seu lugar, o bispo Erwin Krautler, seu sobrinho, que foi nomeado pelo Papa João Paulo II em 07 de novembro de 1980. (INFORMATIVO *A VOZ DO XINGU*, N° 26, 1979).

Erwin Krautler, de origem austríaca, mas com nacionalidade brasileira, foi ordenado padre em 1965, vindo para o Brasil no mesmo ano, trabalhou em várias paróquias e comunidades ribeirinhas situadas na Bacia do rio Xingu.

A indicação do nome de Erwin Krautler para bispo do Xingu foi endossada pelo Conselho de Pastoral da Prelazia que reconhecia sua forte liderança nos trabalhos pastorais, e, sobretudo, sua expressiva motivação em trabalhar por uma igreja mais comprometida com a realidade social e com os empobrecidos, segundo os princípios da Teologia da Libertação.

6.2 A IGREJA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

¹⁰² Este projeto de Igrejas-Irmãs já estava em pauta desde 1972 após uma visita da então presidência da CNBB à região norte do país que viu a necessidade de despertar a solidariedade entre as Dioceses e Regionais. Dom Estêvão Cardoso Avelar, então Bispo-Prelado de Marabá, PA, em entrevista coletiva à Imprensa, comunicou que o episcopado brasileiro incentivaria um programa de ajuda mútua entre as dioceses brasileiras: "Aqueles que têm maiores recursos, colaboram com as menos favorecidas". (BOLETIM INFORMATIVO DA PRELAZIA DO XINGU, ALTAMIRA-PA, maio e junho de 1978, p. 4).

Em 1968, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, reunida em Medellín, contou com a participação expressiva dos bispos brasileiros. Diante do quadro de injustiça e pobreza em que se encontravam os povos latino-americanos, os bispos declaram sua “opção preferencial pelos pobres” e afirmam que a missão pastoral da Igreja “é essencialmente serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudá-los a perceberem as exigências e as responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social”¹⁰³.

Na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em 1979, realizada na cidade de Puebla no México, os bispos reafirmam a opção preferencial pelos pobres, proclamada em Medellín e ao mesmo tempo conclamam para uma mudança nas estruturas sociais, políticas e econômicas injustas. Para tanto declaram que, para se construir uma sociedade igualitária e livre é preciso, a princípio, que aconteça uma mudança de mentalidade pessoal e coletiva. Neste sentido, discutem e elaboram propostas de ações pastorais relacionadas a muitos aspectos da conscientização e promoção humana.

Desde a década de cinquenta a região amazônica passou a ser foco de preocupação e de debate nas reuniões episcopais. Em 1952, no primeiro encontro dos bispos da Amazônia, realizado em Manaus, os bispos dessa região, como profundos conhecedores de suas necessidades, sentiram-se interpelados a acompanhar e avaliar os projetos governamentais direcionados para a criação de programas, os quais fomentariam uma nova conjuntura social e econômica para a região amazônica. Principalmente, o Plano de Integração e Valorização da Amazônia, que apontava para a criação de outros projetos de desenvolvimento e integração nacional.

Mas, foi a partir das Conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1979) que a leitura sobre a realidade amazônica foi mudando aos poucos. Motivados pelas propostas e deliberações inovadoras, os Bispos do Regional Norte II¹⁰⁴, na sua assembléia anual, expressaram em seus documentos a preocupação com o povo sofrido e explorado da

¹⁰³ DOM ERWIN CONTA – A 3ª ASSEMBLÉIA DO POVO DE DEUS. CENTRO DE PASTORAL DA PRELAZIA DO XINGU, ALTAMIRA-PA, 1995.p. 5.

¹⁰⁴ Nos anos 60, para melhor atender as especificidades pastorais das regiões brasileiras, a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB dividiu-se em regionais, ficando a Amazônia como dois: Norte I (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e Norte II (Pará e Amapá).

região amazônica: posseiros, ribeirinhos, índios e as famílias dos subúrbios urbanos, os quais eram os mais atingidos com os grandes projetos implantados na Amazônia.

Em 1979 também aconteceu na cidade de Medellín um curso sobre Puebla. A Prelazia do Xingu esteve presente neste curso através da participação efetiva de D. Erwin Krautler, que na época ainda era padre, mas já assumia o “novo jeito de ser igreja” com apaixonante empenho e compromisso cristão.

A Prelazia do Xingu, inspirada pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências de Medellín e Puebla, afina-se com as propostas evangelizadoras defendidas pela Teologia da Libertação¹⁰⁵, as quais visavam à transformação social a partir da formação e organização das pessoas. Neste sentido, entendia que era necessário envolver-se objetivamente na conjuntura política que se delineava na região da Transamazônica.

6.3 A IGREJA CATÓLICA NA TRANSAMAZÔNICA: EVANGELIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Para se contar a história do processo de colonização da Transamazônica e da presença da Igreja Católica neste contexto, é preciso apontar para a ação de alguns agentes que se encontravam vinculados à chamada ala progressista da Igreja¹⁰⁶ e que exerceram papéis relevantes no processo de construção e organização social dessa região.

A chegada desses religiosos, - padres, freiras -, e dos religiosos da Congregação Lassalistas para a Transamazônica, mudou os rumos e as formas de evangelização dessa Prelazia. Estes religiosos, em grande parte, já tinham experiências com trabalhos

¹⁰⁵ O marco do nascedouro da Teologia da Libertação está na publicação da obra *Da Esperança*, de Rubem Alves, que tinha o título de *Teologia da Libertação*, criticando a teologia metafísica de uma forma geral e propondo o nascimento de novas comunidades de cristãos animados por uma visão de libertação humana. Em 1972, Leonardo Boff surge no cenário teológico com a publicação de *Jesus Cristo Libertador*. Como Rubem Alves estava asilado nos EUA neste período, Boff passou a ser o mais conhecido representante desta corrente teológica no Brasil.

¹⁰⁶ Assim eram chamados os religiosos, padres e freiras comprometidos com aos princípios da Teologia da Libertação e que interagiam os conceitos marxistas à doutrina católica. Estes serviam para justificar o engajamento político desses religiosos. Frei Leonardo Boff, foi um dos principais precursores dessa corrente dentro da Igreja Católica no país.

pastorais em consonância com os princípios da Teologia da Libertação, que defendiam uma Igreja mais atualizada e comprometida com os problemas sociais. Estas experiências e posicionamentos anteriores, e a precariedade em que viviam as famílias migrantes, motivaram a criação, na região da Transamazônica, de uma forma de evangelizar e de pensar a existência, de forma crítica e participativa.

Dessa forma, cabe mencionar alguns personagens (padres e irmãs religiosas) que se empenharam em desenvolver um trabalho pastoral voltado para a realidade do povo dessa região. Maria Odete Rios, coordenadora da Associação de Mulheres Trabalhadoras de Brasil Novo/AMTBRAN, descreve a participação de um desses religiosos:

[...] o padre Oscar era uma pessoa de um instinto muito forte. Ele era muito carismático e muito importante na minha vida, pois foi ele que me trouxe para ser professora e me incentivou a participar dos movimentos sociais. Quando ele ia celebrar a missa lá nas Malvinas, o nome de nossa comunidade, ou nas comunidades próximas, eu convencia a minha irmã e acabava indo para as missas. Ele se preocupava com a comunidade e depois de muita conversa deixaram escapar que existia lá na comunidade uma professorinha que tinha chegado do Maranhão. Na época tinha muita carência de profissionais de educação. Quando ele me viu a primeira vez, os piuns já tinham feito um estrago feio, já tinham roído as minhas pernas, eu estava cheia de ferimentos, Ele veio conversar comigo, isso foi muito marcante na minha vida, ele falou – “olha, você vai ter que trabalhar, nós estamos precisando de profissionais na área de educação”, e na época, a irmã Felícia,- ela já era diretora de escola, secretária.-. Ele me apresentou para Felícia, e levou-a para aquela comunidade, e me trouxeram para a sala de aula e depois para os movimentos sociais. (Entrevista, 2006).

Os reverendos Pe. Leo Pedro Schneider Pe, Oscar Albino Fuehr ¹⁰⁷, Pe. Alirio Bervian, Pe. François Jacques Emmanuel Glory (Pe. Chico) Pe. Conrado Falter e Pe. Sávio Corinaldesi são figuras emblemáticas, quando se colocam em pauta as primeiras organizações comunitárias que se formaram no cenário da Transamazônica. Estes dois últimos, Pe. Sávio e Pe. Conrado foram os primeiros a se dedicar às famílias migrantes que chegaram à Transamazônica, logo no início da década de setenta.

Estes religiosos construíram com as famílias migrantes os espaços sociais e simbólicos necessários para o estabelecimento de novos laços de solidariedade e de parentesco, tão importantes, numa conjuntura de ocupação. Os trabalhos pastorais

¹⁰⁷ O Pe. Leo Pedro Schneider faleceu em 03/09/2002 em Porto Alegre e o Pe. Oscar Albino Fuehr em 03/09/2005 em Altamira – Pará.

recorriam a uma metodologia que visava à formação de lideranças, à organização de grupos sociais e ao fortalecimento das formas de cooperação já existentes, para fomentar as necessárias transformações sociais¹⁰⁸.

Nesta perspectiva, foram promovidos os grandes encontros de jovens da Transamazônica, o primeiro congresso de educadores dessa região, os animados cursos de dirigentes de comunidades, os encontros de casais, de catequistas e de coordenadores de grupos de vizinhos, entre outros eventos.

Assim, foi por intermédio da ação pastoral dos padres Alírio e Oscar, que se criaram os núcleos de agricultores em diversas localidades da região como, por exemplo, o Grupo dos Amigos de Uruará – GAU. O objetivo desses núcleos era o de promover a *valorização e o reconhecimento do agricultor, bem como a união das classes (colonos, posseiros, peões) visando ao fortalecimento da organização e a defesa de seus interesses* (CPT, 1981, pág. 08).

Estes padres acreditavam que Igreja tinha a função de promover a solidariedade e a igualdade social através da Palavra (evangelho) e da Ação (organização social). Com esse propósito orientavam seus féis, quanto à cidadania e a defesa de seus direitos.

Nesta linha de atuação destacaram-se o Pe. Alirio Bervian, o Pe. Oscar Fuher e o francês Pe. Chico (Francisco Glory), os quais desenvolveram um trabalho de formação política e de cidadania que ainda hoje se reflete nas formas de agir e de pensar das pessoas que residem na Transamazônica. Os dois primeiros vieram do Rio Grande do Sul, da diocese de Porto Alegre, Igreja-irmã da Prelazia do Xingu.

Para esses religiosos, o trabalho evangelizador deveria partir da realidade e se integrar “junto ao povo e a partir do povo”, como explica a Ir. Ignez Wenzel, da congregação das irmãs franciscanas Penitência e Caridade Cristã¹⁰⁹, que relata como a igreja passou a redimensionar a sua atuação missionária na região da Transamazônica a partir de meados da década de setenta:

[...] a partir de 1974, todos os organismos do governo abandonaram o povo. A igreja católica foi uma dessas organizações que se fez presente no meio povo. No início, por exemplo, na comunidade, em Medicilândia, havia

¹⁰⁸ Aos poucos o povo se dá conta de que além da oração comunitária aos domingos cabe a ele também tomar iniciativas para resolver os problemas da comunidade. DOM ERWIN CONTA- 3ª ASSEMBLEIA DA PRELAZIA DO XINGU. Op. Cit, p. 23.

¹⁰⁹ **A irmã Ignez diz que a Congregação Franciscana - Penitência e Caridade Cristã veio trabalhar na Transamazônica a pedido do bispo dom Eurico Krautler. Em decorrência do aumento do fluxo migratório, o bispo procurou responder à nova conjuntura social da região.**

umas vinte e poucas comunidades. O padre passava junto com as irmãs todos os meses nessas comunidades tentando repassar a esperança ao povo, e a força da resistência diante de todas as situações de abandono. O padre vinha de casa em casa, conversando com as famílias para que não desanimassem, para que o povo tivesse força, que resistisse a todo este abandono. Foi, aí, que a igreja começa a falar de organização porque não tinha sindicato, não tinha organização de nenhum movimento, não tinha nenhum setor organizado, que pudesse trabalhar junto ao povo. Aí, a igreja tentou trabalhar com a formação de lideranças para atuarem nas comunidades e nas escolas. As congregações religiosas assumindo as escolas e atuando junto com as pastorais da Igreja foram formando uma consciência de cidadania e organização. Dessa base que foi despertando a vontade de criar organizações e movimentos de resistência. Foram organizando sindicato, movimento de mulheres, movimento de colonos, e assim, o movimento dos professores, para que eles também pudessem ser respeitados aqui na região. Isso foi um trabalho muito forte, principalmente porque toda a igreja, no mundo inteiro, estava trabalhando essa questão desde o Vaticano II, onde discutiram sobre a situação social da igreja na América Latina e como a Igreja ia atuar junto aos pobres. Essa discussão se aprofundou nos grandes encontros de bispos, principalmente as Conferência de Medellín e Puebla, e o nosso bispo, Dom Erwin, participou de um encontro, sobre é... Sobre, essa teologia nova que tava surgindo, mas que já estava presente no bojo do povo.

A partir daí, a gente viu que, que tinha que trabalhar, era junto com o povo e a partir do povo, iluminando principalmente com a parte bíblica, porque fazendo essa comparação, o povo conseguia captar isto perfeitamente, assim como o povo saiu do Egito e foi para a terra prometida. Também, o povo saiu de uma situação de conflito, de dificuldade, de lá dos seus estados, e tentaram criar aqui a sua pátria libertada. Então, assim como Moisés teve que enfrentar o faraó, o povo aqui também tem que enfrentar os faraós. [...]..O jeito de o governo de tratar o povo né. Os organismos governamentais... A maneira como eles descartavam, a... as ansias, as angústias, os gritos do povo. Então, através do estudo da palavra de Deus, aquilo criou uma força muito grande. Isto a gente trabalhava com a juventude, com as crianças, junto com as mulheres, nos cursos de casais da Transamazônica. Através desses cursos se tentou legalizar também a questão dos casamentos, principalmente, para fazer presente este novo, essa maneira nova de viver a fé, porque antes fazia assim uma fé muito imposta, onde o povo não tinha participação, e agora não, o povo vai começar a falar, O povo vai abrir a boca. O povo vai soltar a língua. O povo vai falar das suas angústias, de suas esperanças, dos seus sonhos, porque ele tem vista, e isso trouxe uma força muito grande para a comunidade. Isso, inclusive, despertou a organização das grandes assembleias do povo de Deus, e que nós estamos na véspera da quinta assembleia agora, que acontece de cinco e cinco anos".(Entrevista, 2005).

Este relato oferece os contornos do novo contexto social e teológico, tanto no âmbito nacional como mundial, em que se encontrava a Igreja católica desde os anos setenta. O depoimento da Irmã Ignez traz elementos concretos por meio dos quais é possível traçar o percurso da Igreja nesse período e delinear os discursos e ações que permearam a igreja do Xingu.

Também as eleições municipais passam a ser objeto de preocupação dessa Igreja. Em 1992, o padre Alírio Bervian conclamava para essa mudança em uma de suas várias cartas dirigidas às CEBs.

Vemos surgir uma nova política, graças as CEBs e movimentos populares tais como, associações, sindicatos, romarias e, em nosso meio destaca-se, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica. Muitos estão caminhando a pé levando esse novo espírito; sem promessas nem dinheiro (...) quem agora aceita bombons, depois vem o enjôo; quem aceita churras, depois vem o couro! Quem avisa amigo é! Se o povo quer mudar, pode, e se quer confirmar os aventos, os gananciosos, os que só se preocupam consigo mesmo com os seus celeiros, também pode (...) o exemplo está a vista. Estão aí os descamisados que votaram no salvador da pátria. Cuidado! Outros salvadores estão surgindo neste tempo de eleições. Não acreditem e nem votem neles!(JORNALZINHO PRELAZIA DO XINGU, 1992).

Esta mensagem traduz a ideologia e as prerrogativas de atuação defendidas pela Igreja do Xingu. O padre, na sua posição de evangelizador e de efetiva participação social dispunha de reconhecida autoridade para implementar um discurso de tamanha envergadura. Através de parábolas e metáforas suas palavras se constituíam em um eficaz instrumento de conscientização política. As advertências são feitas em nome da “Igreja Libertadora” comprometida com os empobrecidos, “os descamisados” como costumavam dizer os padres Alírio Bervian e Oscar Fuher.

Esta ação evangelizadora encontra um vasto campo de aceitação em meio a um povo descontente com o Estado e frustrado em suas expectativas de melhorias de vida na região, mas também se defronta com os poderes políticos e econômicos que são contrários às suas formas de evangelização e sentem-se ameaçados com a organização popular.

Segundo D. Erwin Krautler, a formação de comunidades eclesiais de base nessa prelazia, já era realidade antes mesmo das Conferências dos bispos Latino-Americanos de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Devido à grande extensão da Prelazia e à carência de padres para atender as diversas localidades do Alto e do Baixo Xingu, bem como as colônias do Município de Altamira, os leigos começaram a surgir e a conduzir as celebrações em suas comunidades. Eles eram escolhidos ou eleitos pelo povo de cada lugarejo para assumir a responsabilidade de dirigir as celebrações, que na época se restringia apenas à reza do terço e da novena.

Com o objetivo de melhorar o trabalho laico dessas pessoas, a Igreja começou a investir na formação de lideranças comunitárias que poderiam desenvolver os trabalhos pastorais em suas localidades, com maior conhecimento e compromisso cristão.

As comunidades começam a organizar-se na defesa de seus direitos e de sua dignidade humana. A partir das CEBs se dá mais um passo em direção a criação de associações, sindicatos, movimentos, cooperativas, roça, vendinhas e farmácias comunitárias. Ganha importância o 'mutirão' no plantio das roças ou na colheita, no conserto de uma ponte, na limpeza de um Igarapé, mas também na construção de capelas, escolas, salões comunitários, casa para famílias pobres. (D. ERWIN CONTA, 1995).

O relato de D. Erwin Krautler descreve a trajetória pastoral da Igreja Católica, no Xingu, seu compromisso com a evangelização enquanto projeto e prática cristã, através da qual se busca a melhoria de vida do povo e visa ao exercício de sua cidadania e de sua dignidade.

Em 1983, o bispo D. Erwin foi eleito presidente do CIMI¹¹⁰, cargo que ocupou durante oito anos, trazendo-lhe notoriedade nacional e internacional, em decorrência de sua atuação em defesa da terra e da causa indígena. Uma das suas atividades mais importantes foi o acompanhamento da Assembléia Nacional Constituinte em 1987 e o empenho para que os Direitos Indígenas fossem inscritos na nova Carta Magna do País, o que realmente aconteceu no Artigo 231 da Constituição Federal do Brasil. Em 09 de novembro de 2006, com a morte precoce de Dom Franco Masserdotti, presidente do CIMI, Dom Erwin assumiu novamente a presidência do CIMI com um mandato tampão, sendo reeleito para um período de mais quatro anos, em 01 de agosto de 2007.

Vale ressaltar que foi a partir de sua nomeação como Bispo, que começaram a acontecer as grandes assembleias da Prelazia do Xingu, reunindo representantes de todas as Comunidades Eclesiais de Base. A atuação da igreja passa a ser discutida com seus fiéis. Assim, em novembro de 1980 foi realizada a Assembléia Geral da Pastoral, tendo como tema “Conversão e opção preferencial pelos pobres”. Nesta assembleia Dom Erwin

¹¹⁰ Em 23 de abril de 1972 foi fundado o Conselho Indigenista Missionário - CIMI - concretizando o sonho de missionários e bispos da Amazônia de ter “um centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios. Um organismo que dê assistência jurídica aos missionários promova a formação teológica e antropológica e o relacionamento dos missionários com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e dos missionários entre si” (Dom Erwin, 2007).

Krautler já como bispo da Prelazia, demonstrou com clareza e determinação a proposta evangelizadora da Igreja do Xingu.

Foi nesta Assembléia, que a Prelazia do Xingu adotou o método VER JULGAR E AGIR¹¹¹, que a partir de Medellín passou a nortear as assembléias, os documentos e ações pastorais dos Bispos do Brasil. Esta metodologia chamada “análise da realidade” permitiu, então, se fazer um levantamento dos diferentes problemas que atingiam a Prelazia, consignados no documento chamado “Proposta de atuação pastoral para 1981”, que continha as diretrizes para os trabalhos pastorais da Prelazia do Xingu para aquele ano. A cada ano se realizava nova assembléia para avaliar as atividades pastorais e elaborar novas propostas de trabalho para o ano seguinte.

Em maio de 1983, um inesperado acontecimento marca a trajetória pastoral de Dom Erwin, assinalada pela expressiva presença em meio aos trabalhadores rurais da Transamazônica, que se organizavam na defesa de seus direitos trabalhistas e sociais. Os canavieiros do projeto canavieiro – PACAL, há vários meses sem receber pela safra de cana entregue à usina, decidiram fechar a Rodovia Transamazônica com tratores, caminhões e máquinas pesadas, no km 92, na ponte do igarapé Pacal, denominada posteriormente ao ato público como ‘ponte da união’.

Dom Erwin, assim que soube do acampamento, apoiou e participou ativamente da ação dos canavieiros, justificando: “como ficar no recinto fechado de uma igreja ou capela, enquanto o povo de Deus está acampado na estrada? O lugar do pastor é junto ao povo, no meio de seu rebanho”. Nessa ocasião, a polícia militar - chamada para desobstruir a estrada – prende-o e o mantém como álibi de negociação, juntamente com o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica – (ASFORT), Francisco Aguiar. Este acontecimento ganha grande proporção na imprensa de todo o país, dando visibilidade à atuação pastoral de Dom Erwin e aos problemas da região da Transamazônica.

Em entrevista à Folha de São Paulo e também em seu relatório apresentado a CNBB (1985), Dom Erwin comenta a sua presença naquela manifestação de trabalhadores rurais. ‘A Igreja é povo de Deus e tem seus ministros: o bispo, os padres as freiras. Então se o povo de Deus está na ponte, na estrada, o ministro do povo de Deus

¹¹¹ Nascido no seio da Ação Católica dos anos 50, na Bélgica, este modelo encontrou e encontra um campo fértil para seu desenvolvimento na Igreja da América Latina. Esta metodologia foi utilizada no Brasil na década de sessenta pela Juventude Operária Cristã – JOC nos trabalhos sociais em reação à ala conservadora da Igreja.

não pode estar em casa. Por isso, nós, bispo, padres e freiras fizemos uma reunião e deliberamos nossa ida para lá'. (Relatório a CNBB 1985: 03).

Relembra que no momento da investida militar contra os operários, colonos, canavieiros e comunidade ali presente, todos estavam sentados e de mãos dadas erguidas para cima, homens, mulheres e crianças, ressalta o bispo: *“Os PMs, gritaram: abaixem as mãos. Ninguém baixou, ficamos do mesmo jeito. Até que uma mulher gritou ‘queremos paz’ e as mulheres acompanharam, ‘queremos paz’... Foi naquela hora que detonaram a primeira granada de efeito moral, como eles chamam”*.

Dom Erwin ressalta o papel desempenhado pelas mulheres que estavam participando daquela histórica manifestação pública, na qual os trabalhadores reivindicavam os seus direitos de produção e de renda. Ele expressa textualmente a voz das mulheres e a coragem que elas demonstraram frente à repressão militar. Este registro pode ser visto como um importante reconhecimento da participação feminina nas organizações sociais da Transamazônica e, sobretudo, na luta por melhores condições de vida nessa região.

O carisma, a liderança e a sensibilidade para os problemas humanos e sociais levam Dom Erwin a comprometer-se expressivamente em defesa das causas sociais e contra as ações que podem prejudicar os menos favorecidos (barragens, grilagem de terras, injustiças) e fazem dele uma figura quase mitificada para o povo dessa região. Há aqueles que o amam e aqueles que o abominam, mas todos reconhecem sua força de representação religiosa e institucional.

Dom Erwin Krautler, sempre se destacou como expressiva liderança frente aos trabalhos pastorais da Prelazia do Xingu. Há mais de duas décadas tem se posicionado em diversos eventos e mobilizações sociais, em que se discutem os rumos do desenvolvimento da região. Sua atuação é destacada como exemplar pelo movimento sócio-ambiental e pelas organizações de direitos humanos.

A fotografia abaixo mostra Dom Erwin a mesa de abertura do evento de lançamento do livro Tenotã-Mõ, onde se discutiu, com a participação de pessoas ligadas a diferentes instituições (Igreja, Universidades, ONGs etc) as conseqüências e projeções dos complexos hidrelétricos no Brasil, dentre eles a hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu.



Foto 24: Lançamento do Livro TENOTÁ-MÔ, organizado por Oswaldo Sevá. Dom Erwin no centro. (Ivonete Coutinho, 2005).

Em 11 de abril de 1984 foi realizada a primeira Assembléia do Povo de Deus da Prelazia do Xingu quando foi elaborado o Objetivo Geral da Ação Pastoral da Prelazia do Xingu: “A igreja do Xingu, fiel ao projeto de Deus e atenta aos desafios da realidade se compromete na luta para construir uma sociedade justa e fraterna, a partir da força libertadora do povo¹¹²”. Este objetivo norteia todas as atividades pastorais desta Prelazia.

Em 1994, na 3ª Assembléia da Prelazia este objetivo foi reavaliado e ampliado segundo as reflexões dos agentes pastorais e das representações das comunidades eclesiais de bases. Ficando assim definido: “A Igreja, povo de Deus no Xingu, para ser fiel ao projeto e à prática libertadora de Jesus, enfrentando os desafios da realidade, pela força que vem de Deus, à luz da opção pelos excluídos, compromete-se a evangelizar, anunciando, celebrando e fazendo acontecer a justiça, sinal do Reino de Deus”

Nas Grandes Assembléias da Prelazia reúnem-se centenas de pessoas vindas de todos os municípios da região do Xingu e Transamazônica vinculados a esta Prelazia. Além dos rituais de natureza religiosa que são celebrados em consonância com a temática da assembléia, utiliza-se uma metodologia de estudo e reflexão que permite fazer uma análise da realidade social das diversas áreas pastorais. E após o levantamento dos problemas sociais, econômicos e políticos vivenciados pelo povo são destacados os encaminhamentos e as propostas de ação que, em princípio, deverão ser adotados por todas as pastorais, por meio de seus agentes e coordenadores de comunidades.

¹¹² DOM ERWIN CONTA – A 3ª ASSEMBLEIA DO POVO DE DEUS, 1995. p 12.

Outra instância de organização e atuação da Prelazia do Xingu é o Conselho de Pastoral¹¹³. Este Conselho é um instrumento para garantir o planejamento, a implantação e o constante acompanhamento da ação pastoral na vida da Prelazia em sintonia com as decisões da “Assembléia do Povo de Deus”. É também um órgão de consulta, ao qual o bispo recorre quando necessita examinar e avaliar as atividades pastorais da Prelazia, visando tomar uma decisão ou apontar algumas propostas que venham contribuir com o trabalho pastoral.

Assim, o Conselho de Pastoral é um órgão importante para a estruturação e orientação das atividades da Prelazia. Este conselho possui uma coordenação responsável por encaminhar as decisões tomadas nas reuniões que ocorrem em média duas vezes ao ano. Entretanto, pelo direito canônico, o bispo Dom Erwin Krautler é a autoridade máxima da Prelazia, embora faça questão de manter a estrutura existente e respeitar as decisões que obtenham unanimidade nesses fóruns.

Neste contexto faz-se necessário destacar a 3ª Assembléia do Povo de Deus realizada em 23 a 27 de novembro de 1994, na qual se comemoraram os 60 anos da Prelazia do Xingu. Esta assembléia teve como tema principal “Evangelização e Cidadania” e para iniciar esta discussão, fez-se uma lembrança da história da Igreja do Xingu desde 1936 até aquela data. Dom Erwin Krautler lembra em documento o desenrolar da assembléia:

Padre Frederico contou a história do período de 1936 a 1966. Irmã Glória Martins falou da chegada da primeira congregação feminina no Xingu. Padre Alirio Bervian apresentou a vida da Prelazia depois de 1973, após a abertura da Transamazônica. Mariene Gomes de Almeida da Pastoral de Altamira lembrou as Assembléias e os Encontros Pastorais realizados nos últimos anos. Benedito Monteiro de Oliveira de Gurupá, falou da organização pastoral da Prelazia, do ponto de vista de quem vive no interior.¹¹⁴

Estas personagens que foram escolhidas para lembrar a trajetória da Prelazia do Xingu, na comemoração dos seus 60 anos, se destacam junto a essa Igreja por terem construído um caminho memorável, marcado por muito trabalho e dedicação. Acredita-se

¹¹³. De acordo com seu estatuto, o CP é formado pelos membros natos: o bispo, os padres, as freiras e pelos leigos que são escolhidos nas assembléias da Prelazia.

¹¹⁴ DOM ERWIN CONTA – A 3ª ASSEMBLEIA DO POVO DE DEUS. CENTRO DE PASTORAL DA PRELAZIA DO XINGU, ALTAMIRA-PA, op. Cit. 1995. p. 5.

que as suas próprias trajetórias são parte expressiva do conjunto que forma a história dessa Prelazia.

O Pe. Frederico Tschol chegou a Altamira, quando esta cidade ainda era uma pequena vila. Veio da Áustria, pela Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue, no natal de 1957, para trabalhar nas missões do Xingu e assumiu o trabalho pastoral da Paróquia da Catedral. E como vigário geral desta Prelazia, vem acompanhando durante esse tempo as diversas transformações sociais deste município e da própria Igreja do Xingu. Sempre com muita prudência e apego ao trabalho missionário, Pe. Frederico ajudou muitas famílias altamirenses na sua formação cristã e social.

Irmã Glória Martins, da Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo - a primeira congregação feminina que se instalou em Altamira na década de 1950 - trabalhou por mais de 20 anos como educadora e participou ativamente das pastorais da Prelazia do Xingu. Sua alegria e entusiasmo em defesa dos mais necessitados foram interrompidos pela enfermidade que a acometeu, levando-a a morte em 1995.

A trajetória do Pe. Alirio se confunde com a história de organização das comunidades católicas ao longo da rodovia Transamazônica, desde a construção de capelas, escolas, melhorias de estradas e de pontes, até a formação de grupos de vizinhos e a realização de grandes encontros comunitários. Na maioria desses eventos se registra a presença e o incentivo entusiástico do Pe. Alirio Bervian, conforme já foi comentado neste texto.

Nessa assembléia, Dom Erwin falou sobre as mudanças culturais e econômicas ocorridas na região do Xingu em decorrência do intenso fluxo migratório, impulsionado pela abertura e ocupação da rodovia Transamazônica. Na época, esta Prelazia teve que se readaptar a essa nova realidade, dando maior apoio às lideranças leigas que já desenvolviam trabalhos pastorais nas localidades onde moravam e fortalecendo as comunidades através dos grupos de oração, mais tarde reconfigurados como comunidades eclesiais de base – as CEBs.

Ressalta-se que nas décadas de oitenta e noventa as grandes assembléias da Prelazia do Xingu foram de fundamental importância para fortalecer as mobilizações sociais existentes na região, pois ali também se discutia a organização político-partidária da população e a criação de organizações que representassem os trabalhadores rurais e urbanos.

Na Transamazônica, as CEBs encontraram um vasto terreno para a propagação de suas propostas evangelizadoras, através das quais as pessoas se organizavam em grupos para celebrar a “Fé e a Vida”. A “caminhada” como passou a ser chamada a atuação das lideranças e agentes de pastoral, priorizou a formação de leigos e leigas para assumirem cargos de liderança e ajudar as famílias a se organizarem na defesa de seus direitos e de sua dignidade¹¹⁵. Com esse incentivo, os grupos de vizinhos vão se formando em todos os cantos da Prelazia do Xingu. Esses grupos nasceram junto com as comunidades eclesiais de base – CEBs e são, o rosto dessa concepção de igreja que se propagou por todos os lugares do Brasil, a partir da II Conferência Latino-americana em Medellín, Colômbia, (1968).

6.4 GRUPOS DE VIZINHOS: ORAÇÃO E AÇÃO EM FAMÍLIA E LIDERANÇA FEMININA

As mulheres relatam como a Igreja foi importante no processo de organização social daquele povo migrante e como as famílias começaram a se encontrar para rezar, mas, também para resolver os problemas que dificultavam suas vidas. Contam, também, como passaram a integrar os espaços comunitários e pastorais, proporcionados pelas CEBs, uma vez que antes de sua criação todos os espaços representativos eram ocupados pelos homens.

As mulheres comumente se reuniam para rezar o terço, a novena e assumiam também a catequese das crianças. No entanto, eram os homens que estavam à frente, como líderes da comunidade, apesar de muitas vezes não terem conseguido levar adiante esta função. Segundo Dom. Erwin, nas celebrações eles se posicionavam sempre em frente ao vigário, as mãos nos bolsos ou para trás, numa atitude de prontidão e de autoridade de chefe de família. As mulheres, com seus filhos pequenos ficavam na maioria das vezes atrás dos maridos e dificilmente expressavam uma opinião ou

115

*Sobre comunidades eclesiais de bases na Transamazônica conferir a dissertação o de mestrado de Roberto Araújo. *Estude Sócio-anthropologique des communautés de base dans la region d'Altamira-PA: dissertação [Maitrise] França: 176 p.**

tomavam qualquer decisão. Eram os homens que falavam em nome da esposa ou da família. O bispo diz que se incomodava muito com esta visível dominação masculina e sempre apelava para que as mulheres participassem mais das celebrações.

Com o andamento das CEBs, em menos de um ano, grande parte das lideranças masculinas foi se ausentando das celebrações religiosas e deixando de lado as suas funções pastorais. Eles alegavam que o trabalho na roça os impedia de participar mais efetivamente e que as mulheres tinham mais tempo para freqüentar as reuniões e as celebrações. Esta argumentação não correspondia à realidade, pois as mulheres além de trabalhar na roça, assumiam também os trabalhos de casa, os cuidados dos filhos e do marido. Mas, um fator pode ser determinante para compreender o afastamento masculino dos cargos de liderança. Com efeito, muitos homens não eram escolarizados e apresentavam dificuldade com a leitura. Como as mulheres geralmente, possuíam maior grau maior de escolaridade, foram aos poucos assumindo as funções deixadas pelos homens e ocupando outros espaços que inicialmente eram destinados à figura masculina.

Ressalta-se que apesar da Igreja incentivar a participação feminina nos cursos e encontros de formação, raramente se verificou a existência de mulheres nos cargos de dirigente de comunidade ou coordenadora de área no início do processo de organização social dessa região. Os cargos de liderança e coordenações das comunidades eram concedidos com prioridade aos homens, somente quando estes abandonavam o cargo ou não o assumiam com dedicação e responsabilidade, é que as mulheres tinham a oportunidade de ocupar esses espaços; conforme nos revelam os “Informativos da Prelazia”, referentes ao período de 1970 a 1980 - época de maior atuação dos trabalhos pastorais das comunidades eclesiais e das organizações sociais na Transamazônica.

6.4.1 Os Grupos de Vizinhos

A referência aos grupos de vizinhos revela que essa forma de ação pastoral contribuiu para o processo de formação e organização das famílias que moravam na Transamazônica, sobretudo àquelas dos fundos dos travessões. As Comunidades Eclesiais de Base, produto mais visível da atuação da igreja católica sob o influxo da

teologia da libertação, foram *nicho* por excelência da gênese de lideranças femininas no cenário de ocupação da Transamazônica.

Em 1994 somavam-se 597 comunidades eclesiais de bases nesta prelazia, caracterizadas pelas pastorais da Igreja como lugar de oração e ação em família, como descreve este poema.

*1. Povo forte e destemido
Em vizinhos reunidos
Meditando em oração
Fortalecidos pela*

ação.

*2. A sagrada escritura
Com a vida já mistura
Colocando os problemas
Todo dia são os temas.*

*3. Há quem diga não dá certo
vamos ver quem é esperto
E a nova sociedade
Vem aí com a verdade.*

*4. Agarrados ao Pastor
Jesus Cristo Redentor
Que falou que somos um
Tendo coisas em comum.
(Vicente Torres – km 70 faixa)*

No poema acima o poeta/colono descreve o grupo de vizinhos de acordo com as concepções da igreja. Afirma que as famílias se reuniam como *um povo forte e destemido em oração e ação*, vislumbrando *uma nova sociedade*. Mas, vamos analisar a partir das mulheres que vivenciaram essa experiência em suas comunidades qual foi a importância dos grupos de vizinhos em suas vidas, como esta forma de agrupamento reforçou os laços de solidariedade entre as famílias e contribuiu para o processo de organização das comunidades e para a formação de lideranças femininas.

A professora Maria das Neves de Moraes, freira, que trabalhou na área de Medicilândia na década de oitenta, diz que os grupos de vizinhos ganharam importância na Transamazônica, com o incentivo dos padres e irmãs religiosas que na época estavam motivados pela Teologia da Libertação e pelas CEBs. Estimulavam as famílias a se

reunirem para rezar e colocar em comum os problemas e as dificuldades que enfrentavam. Dessa forma acreditavam que reunidos em comunidade poderiam resolver os problemas concretos que os cercavam. Com esta metodologia os grupos de vizinhos vão dando formas aos mutirões e aos poucos caminham em direção à criação de associações, sindicatos, cooperativas, movimentos reivindicatórios, hortas, vendinhas e farmácias comunitárias.

Na década de oitenta, na área de Medicilândia onde as mobilizações sociais ganharam maior expressão, os grupos de vizinhos eram vistos como prioridade da ação pastoral. A cada mês havia um encontro de coordenadores de grupos de vizinhos para planejar e avaliar a “caminhada”. Num desses encontros realizado nos dias 21 a 23 de agosto de 1981, estiveram presentes cinquenta e oito coordenadores de grupos de vizinhos, representando os setores dos km 70, 75, 80, 90, 92, 100, 105, 112, tendo faltado representantes dos km 80 sul, 95 norte, 105 norte, 110 sul, 120 sul e norte.

Neiva Ribeiro Luiz participou deste encontro e lembra que os coordenadores eram homens em sua maioria, apesar de serem as mulheres que participavam mais diretamente das reuniões nas casas das famílias. Elas não saíam para os encontros fora de sua comunidade, porque os maridos não deixavam, mas no dia a dia de suas comunidades eram elas que faziam os contatos, visitavam as famílias, tomavam conhecimento dos problemas, das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, das questões de saúde e de quem precisavam de ajuda da comunidade. Também eram as mulheres que “puxavam” as rezas: novenas, terços, ladainhas e procissões.



Foto 25: Encontro de CEBs, área de Medicilândia, 1981. (foto cedida por Neiva Ribeiro 2005).

Para dona Neiva, os grupos de vizinhos foram o primeiro passo para a organização social na Transamazônica. A partir das reuniões em família, discutiam-se os problemas que as pessoas estavam enfrentando e as dificuldades para resolvê-los. Geralmente, esses problemas eram comuns: a falta de atendimento médico, dificuldades de escoamento dos produtos, pontes quebradas, a falta de escola, etc. Nestas reuniões movidas pela oração, discutiam-se ações concretas em relação aos problemas, direcionando-as para organização das famílias em torno de uma ação coletiva: mutirão, ajuda para uma família com problemas de doença graves, criação de associação, cooperativas e de outras organizações em prol da comunidade.

Dona Francisca Coutinho (Km 75 Sul) lembra dos grupos de vizinhos como um espaço divertido. Às vezes as pessoas andavam de dois a três quilômetros para se reunirem à noite na casa de uma família. Conta que essa caminhada fazia parte da animação e que era bom porque dava tempo para contarem piadas, para conversar com alguém sobre um problema pessoal, também para atualizar os fatos ocorridos durante a semana e os jovens aproveitavam o percurso para namorar.

Ao chegarem a residência onde seria celebrada a oração, os donos da casa saíam à porta e gritavam para a pessoa do grupo mais conhecida deles, geralmente era a comadre tal: *Entra pra cá comadre! Diz para os outros entrarem também. Vamos entrando gente, a casa é nossa.* Nem sempre se acomodavam todos dentro de casa, alguns homens ficavam no terreiro conversando até começar a reza. As mulheres entravam e se acomodavam na sala ou na cozinha, acompanhado a dona da casa fazer o café - que às vezes era servido antes e depois da oração. *“Podia não ter suco, bolo, macaxeira, batata, mas o café era indispensável”*, lembra dona Neiva, coordenadora de grupo de vizinho no km 90.

Após algum tempo, todos eram chamados para a reza. As pessoas se reuniam no terreiro da casa e se sentavam em círculo, mas quando era dentro de casa, as mulheres ficavam mais próximas de quem estava coordenando, pois os cantos e ladainhas eram encaminhados por elas. A leitura do texto bíblico podia ser feita por alguém do grupo, mas, geralmente, era o dirigente ou a dirigente quem proferiam a leitura evangélica. A “Palavra”, ou seja, a leitura da Bíblia era escolhida de forma que permitisse a reflexão

sobre a convivência em comunidade e levasse a uma maior compreensão da realidade social em que estavam inseridos.

Logo após essa leitura, abria-se um espaço para comentários sobre a “Palavra de Deus” e como esta refletia na vida de cada um. A dirigente estimulava as pessoas a exporem os problemas que as incomodavam; às vezes eram colocados problemas de brigas ou necessidades econômicas enfrentadas por algumas famílias, mas, a maior parte dos problemas expostos era de ordem coletiva, e afetava toda a comunidade, como por exemplo, a falta de escola para os filhos e dificuldades de escoamento dos produtos.

Dona Ana Bloem¹¹⁶ lembra que as melhores idéias surgiam nos grupos de vizinhos, porque as pessoas se sentiam mais à vontade para falar sobre os problemas e propor soluções, - as mulheres principalmente - Parece que em casa se sentiam mais à vontade de participar do que os homens. Às vezes a idéia de resolver tal coisa na comunidade vinha de uma mulher, mas quando ia para as grandes reuniões ou assembléias era o homem quem a defendia. Havia mulheres que não aceitavam isso, como D. Ana: *“Eu, por exemplo, queria falar era lá na frente, dizer o que eu pensava, só assim a gente vencia essa opressão. Por isso que surgiu o movimento de mulheres”*.

Os grupos de vizinhos foram a base para a articulação e formação das organizações sociais como: mutirões, sindicatos, associações, cooperativas e outras formas de organização que visavam a melhoria das condições de vida das famílias que viviam na Transamazônica. Era uma oportunidade de melhor conhecer as famílias e de envolvê-las nas pastorais da igreja e nos trabalhos comunitários, como fala Ana Bloem: *“[...] a gente andava muitos quilômetros a pé e visitava também aquelas famílias que moravam como meeiros no lote de um colono e estavam ali totalmente desintegradas, sem referências, pois as pessoas conheciam o dono do lote e muito pouco os seus moradores”*.

Estas famílias aderiam com maior entusiasmo às mobilizações sociais, até porque estas se configuravam como a única alternativa para se sentirem parte de um conjunto, sobretudo, as mulheres que ficavam isoladas, sem nenhuma opção para saírem de casa, para conversar e trocar idéias com outras pessoas. Elas faziam do grupo de vizinhos um espaço de oração e, principalmente, de descontração: *“era gostoso demais, a gente sabia que tal dia era a visita na casa de fulana, isso animava a gente que vivia*

¹¹⁶ Ana Bloem, 60 anos, veio do Paraná com a família em 1978 e adquiriu terras na gleba 17, área de Brasil Novo, onde se estabeleceu e começou a participar dos trabalhos comunitários e das organizações sindicais. Em 1990 fundou junto com outras mulheres agricultoras o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Transamazônica.

isolada nos fundos dos lotes”. Diz Ana Bloem. Dessa forma os grupos de vizinhos tornavam-se uma motivação a mais para ampliar as relações de amizade e de solidariedade entre as famílias.

Assim, cumpriam a função religiosa e social. Integrando e organizando as famílias em comunidades; através da oração em grupo diminuía as distâncias, favorecendo a participação e a valorização das pessoas. Motivados por uma metodologia de trabalho norteadas por três princípios básicos: Ver, Julgar e Agir, os grupos de vizinhos proporcionavam um espaço para análise e reflexão dos problemas que afetavam as famílias, orientando-as para o engajamento e a ação, tendo em vista a transformação de suas realidades.

E, sob o binômio *fé e vida*, tão caro à igreja que se fez marcar pela *‘opção preferencial pelos pobres’*, se formou uma geração de mulheres que, comprometidas inicialmente com as necessidades imediatas e particulares de sua família, encontraram no espaço da igreja, condições para desenvolver-se tanto na esfera individual quanto social, passo estratégico para uma intensa participação política – objeto de discussão do próximo capítulo.

CAPITULO 7

7 FORMAS DE COOPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA: O PAPEL DAS MULHERES

Neste capítulo procuro entender as formas de cooperação que as famílias agricultoras da Transamazônica - mais especificamente no trecho estudado - implementaram em determinadas situações emergenciais, e como isso se processou independentemente de qualquer forma de institucionalização. A operação conjunta, visando determinado fim, impõe-se em virtude das enormes dificuldades enfrentadas por essas famílias para viver e sobreviver nos lotes que adquiriram ao longo da faixa e dos travessões dessa rodovia.

Essas formas de cooperação - na prática - flexíveis, instáveis, variáveis em volume, das quais homens e mulheres lançam mão nos momentos críticos da vida podem limitar-se ao círculo da parentela, estender-se à esfera da vizinhança, envolver homens e mulheres, apenas homens ou apenas mulheres, ou ainda, mobilizar colonos, professores, sindicalistas e, mais raramente, políticos de um ou mais municípios.

Tais formas de cooperação se originam de problemas agudos e concretos, mas o fortalecimento e a permanência desse modo de reunião plástica demandam outros contribuintes, como experiências em formas organizativas anteriores, que podem variar

desde a chefia e organização de uma família, até a experiência em organizações estruturadas com corpo de associados, diretorias, registros em cartório etc. A participação e intervenção em trabalhos comunitários motivados pelas pastorais da Igreja Católica também ajudaram a fixar essas formas de cooperação por meio da ideologia da solidariedade, da fraternidade, da organização, invocando-as para a transformação da realidade social.

Os efeitos dessas conformações cooperativas não se reduzem à simples consecução da tarefa programada de maneira colaborativa, mas produzem uma pedagogia específica, conforme será detalhado ao longo do capítulo. Esta pedagogia pode se consubstanciar na consciência de direitos, em uma relação particular com o Estado diante da ausência deste, e influir no desenvolvimento individual e na formação de lideranças.

Discutirei ainda de que maneira essas afluências cooperativas e organizativas estão imbricadas. Com isso, quero dizer que uma forma mais complexa não resulta diretamente de outra aparentemente mais espontânea, mas que elas se sobrepõem e combinam e que há correlações entre elas.

No contexto da Transamazônica as denominações ‘movimento e organização social’ são nomenclaturas com significados análogos e são utilizadas pela maioria das pessoas que reside nesta região para designar os agrupamentos de pessoas com interesses e objetivos afins. No processo de formação e organização das estruturas sociais na Transamazônica esses agrupamentos eram recorrentes uma vez que a construção de todos os espaços sociais – escola, capelas, centros comunitários e outros, contaram com a efetiva participação das famílias migrantes.

7.1 AS PRIMEIRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA

7.1.1 Adjuntos ou Mutirões

Francisca Coutinho - moradora do km 75 Sul - me chamou a atenção para o fato de existirem algumas formas de cooperação na Transamazônica anteriores à atuação da Igreja nesta região através dos trabalhos pastorais das CEBs. Refere que as pessoas se reuniam para resolver problemas concretos do cotidiano. Elas formavam grupos de

trabalho para consertar uma ponte, fazer derrubadas em matas densas, apressar as colheitas para não perdê-las com a intensidade do período de inverno e também para levar doentes até a margem da rodovia em uma rede carregada nos ombros. Esta prática, segundo dona Francisca, já era comumente usada no Nordeste em situações semelhantes.

E no contexto da Transamazônica, as mulheres de diferentes lugares – também reproduziam estas formas de agrupamento movidas pelo desafio de enfrentar as dificuldades e o forçoso isolamento em que se encontravam. Juntavam-se para resolver diferentes situações, desde aquelas mais cotidianas até às mais pontuais: lavar roupa nos igarapés, buscar água boa para consumo da casa, preparar comida à base de milho (pamonha, mingau, canjica) na época de sua colheita; enfrentar quilômetros a pé para chegar ao posto de saúde mais próximo (para vacinar as crianças, fazer consultas médicas ou buscar remédios) entre outras situações adversas, nas quais era mais apropriado agir de forma cooperativa. As mulheres também se juntavam à noite na casa de uma delas para dormir quando seus maridos iam para Altamira e demoravam até três dias para retornar.

Outras mulheres, que chegaram à Transamazônica nos primeiros anos de ocupação, como Lenira Birro (km 180), Neiva Ribeiro (km 90), Lurdes Abreu (km 75 Sul), Miriam Freitas (km 95 Sul), também reforçaram a existência desses agrupamentos femininos dizendo que muitas vezes elas se reuniam para ir ao igarapé, abastecer-se de água ou lavar a roupa, a fim de espantar eventuais animais selvagens que abundavam nas florestas, principalmente no período inicial de abertura da estrada e dos assentamentos.

Dessa maneira as pessoas iam superando o isolamento, enfrentando as dificuldades e o constante medo dos acidentes de trabalho que as atormentavam. Frequentemente ocorriam mortes por conta das derrubadas de árvores feitas com machados, sem nenhuma técnica ou experiência nesse tipo de trabalho. A derrubada sem apoio técnico causava o desordenamento das árvores, que ao serem cortadas caíam em várias direções deixando os trabalhadores sem defesa. Por conta disso, o *adjunto* se constituiu como meio eficaz para se fazer as derrubadas nos lotes dos colonos de determinada localidade. Em grupo, os trabalhadores se concentravam no lote de um colono até concluir a sua derrubada e seqüencialmente passavam para o lote de um outro com o mesmo propósito.

A nordestina Francisca Coutinho explica o adjunto como uma forma de cooperação praticável desde o Nordeste. Para ela essa denominação vem dos nordestinos que se juntavam em pequenos grupos com a finalidade de realizar um trabalho de

emergência ou resolver situações difíceis que exigiam a ação conjunta de homens e mulheres.

Na Transamazônica os *adjuntos* também eram compostos por homens e mulheres, como exemplo, aqueles feitos em época das colheitas. Mas, em alguns adjuntos as tarefas a serem executadas eram divididas entre os gêneros, de acordo com as necessidades e as experiências culturais dos seus membros: os adjuntos só de homens para os trabalhos mais pesados e os compostos por mulheres para trabalhos considerados do domínio feminino: limpeza da capela, organização e feitura dos almoços comunitários, colheita da pimenta, ou a prestação de serviços domésticos às mulheres em estado de gravidez difícil e durante o resguardo.

D. Francisca lembra que passaram a usar a categoria *mutirão*, só depois de alguns anos na Transamazônica por influência das pessoas do Sul. No entanto, segundo os dados de que disponho, a categoria *mutirão* começa a ser utilizada a partir do momento em que a igreja passa a atuar de forma mais intensa na Transamazônica, com os trabalhos das comunidades eclesiais de base.

Ela comenta que há uma diferença entre *adjunto* e *mutirão*. No adjunto as pessoas vêm prestar o seu serviço, mas esperam ser recompensadas não precisamente em moeda ou mercadoria e sim pelo vínculo da contra-obrigação de receber um outro benefício, freqüentemente com a prestação de serviços na sua propriedade. Geralmente esse sistema de trocas funcionava em forma de rodízio, ou seja, cada núcleo familiar se beneficiava do trabalho coletivo que era realizado em suas terras ou em outras obras (construção de casas, de açudes, de pontes, etc). Os adjuntos, na maioria das vezes, eram organizados por quatro a seis pessoas. Nota-se que há um sistema de obrigações e contra-obrigações cuja amplitude extrapola a simples troca de serviços, mas avança para o estabelecimento de alianças e a troca de valores e bens simbólicos.

Esta forma de cooperação na Transamazônica ainda se mantém vigente.

Apesar da nomenclatura ter caído em desuso, as pessoas continuam se juntando, geralmente entre grupos de parentesco ou de compadrio, para se ajudarem mutuamente. Estes agrupamentos ocorrem quase sempre numa colheita apressada, na preparação de uma festa de casamento, no auxílio em caso de doença ou em outra necessidade de apoio familiar. Dessa forma mantêm um sistema de troca e de bens simbólicos que alimenta a solidariedade e sociabilidade entre os participantes.

Já o mutirão - como forma mais organizada - começou a ser praticado uns cinco anos após a chegada das primeiras famílias migrantes na Transamazônica. Os dados revelam que este é fruto das experiências de organização advindas do Sul do País, sucedendo aos adjuntos, sem, no entanto, substituí-los. E de fato se propagou por intervenção da igreja, que via nesta forma de organização coletiva um mecanismo eficaz para a construção de obras sociais e religiosas.

O mutirão reúne um número maior de pessoas em torno de determinada obra que vai beneficiar a maioria das pessoas de uma localidade: construção de escola, de igreja, de centro comunitário, de pontes, limpeza do sindicato ou da associação, organização e preparação de roças comunitárias e também a realização de eventos religiosos como as festas de santos ou padroeiros. Esta forma de cooperação coletiva ainda é muito utilizada na maioria das localidades da Transamazônica, principalmente nos travessões, onde as dificuldades estruturais são maiores do que naquelas comunidades situadas na faixa da rodovia.

Outras formas de ações coletivas que se instituíram nos primeiros anos de ocupação ganharam contornos mais estruturados e funcionais no decorrer dos anos. Os clubes de mães, por exemplo, foram importantes espaços de integração e de socialização para as mulheres migrantes da Transamazônica. Estes clubes perduraram por alguns anos enquanto recebiam o apoio dos órgãos governamentais através de suporte técnico e estrutural. Mas, com a ausência destes órgãos a maioria dos clubes de mães se desestruturou. Alguns se transformaram em associações de mulheres ou cooperativas de caráter mais reivindicativo e político que visavam ao crescimento social e econômico das mulheres.

7.1.2 Os Clubes de Mães – Primeira Iniciativa de Agrupamento Feminino

Se, num primeiro momento, a nomenclatura clubes de mães se configura como um espaço de manutenção de padrões e comportamento ditados pela ideologia de gênero dominante em nossa sociedade (que atribui à mulher os papéis tradicionais de dona-de-casa, mãe e esposa), a participação conjunta em torno de um projeto de colaboração social pode vir a consubstanciar uma percepção crítica dos universos público e privado, emprestando outra feição às relações de gênero vivenciadas nestas instâncias.

Apesar desta categoria fazer referência à identidade de mãe, esposa e dona-de-casa, relacionando à percepção conjunta do caráter de exclusão social a que, regra geral, as mulheres estão sujeitas, os clubes de mães também foram recintos de discussão e de posicionamentos femininos, onde a questão de gênero se apresentava nos entremeios dos trabalhos e atividades grupais, bem como nas conversas interpessoais das mulheres que os integravam.

Na Transamazônica os Clubes de Mães surgiram por incentivo da Associação de Crédito e Assistência Rural¹¹⁷ (ACAR-PA) que atuava nesta área visando à capacitação técnica e à socialização das famílias agricultoras. Neste sentido o acompanhamento e a informação às mulheres grávidas sobre as noções básicas de higiene, nutrição e saúde faziam parte do programa desta entidade, através de palestras e oficinas ministradas por um grupo de técnicos formados, geralmente em outros estados brasileiros, nas áreas de saúde, de agronomia e serviço social.

Posteriormente, já sob a orientação Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), os clubes de mães ampliaram as suas funções sociais por meio da oferta de cursos de culinária, de nutrição, de corte e costura e de trabalhos artesanais. Esses cursos e oficinas incentivavam o intercâmbio cultural aproveitando os conhecimentos e experiências diversificadas das mulheres migrantes, através dos quais elas trocavam informações, se ajudavam mutuamente e estabeleciam laços de amizade e de sociabilidade.

¹¹⁷ A ACAR-PA, por força do decreto de nº 9958, de 29 de dezembro de 1976, tornou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER - Pa, empresa pública de direito privado.

Em quase todas as agrovilas da Transamazônica funcionava um clube de mães que proporcionava, além da capacitação profissional, um espaço para a troca de experiências e intercâmbios culturais entre as mulheres migrantes. Nestas localidades os clubes de mães serviram de espaços para a promoção social e individual àquelas mulheres que traziam algum conhecimento técnico e profissional.

Naquela época, na Transamazônica, não havia muitas pessoas portadoras de diplomas do nível superior ou médio e/ou com alguma qualificação técnica profissional. Em decorrência dessa realidade, as pessoas detentoras de maior nível de formação escolar e de conhecimentos técnicos eram bastante valorizadas quanto a sua aptidão profissional, sendo facilmente absorvidas nos espaços de trabalho que exigiam tais habilidades. Assim, muitas mulheres fizeram de alguns ofícios, antes de uso restrito ao espaço doméstico, uma forma de ajudar na economia familiar e de proporcionar alcance, ainda que temporário, ao espaço público.

D. Neiva¹¹⁸, que costurava para sua família na cidade de Teófilo Otoni, onde morava, passou a costurar para os vizinhos na agrovila de Medicilândia e com isso ganhar algum dinheiro que, segundo ela, muito contribuiu para a economia doméstica. Esta atividade propiciava também o encontro de várias mulheres em sua casa e aumentava os convites para visita a outras famílias. Neste ambiente, Dona Neiva ampliava sua rede de relações, iniciando um processo de troca de experiências, de aprendizado e de conquista de novos espaços sociais.

O diploma de corte e costura abriu para D. Neiva a possibilidade de ministrar cursos promovidos pela EMATER, que eram financiados com verbas destinadas à implementação dos projetos que sustentavam o programa governamental de colonização dessa região. As mulheres que participavam desses cursos eram incentivadas a se reunirem nos clubes de mães para viabilizar a aquisição de mais instrumentos técnicos, como máquinas de costura e equipamentos domésticos, que lhes proporcionariam outros meios de produção de renda.

D. Neiva foi a primeira presidente do clube de mães de Medicilândia. Estes clubes, conforme os relatos das mulheres que os integraram, além de seu objetivo inicial, desempenharam importante papel de agregação social e de manutenção de elos culturais

¹¹⁸ Neiva Ribeiro Luiz, 60 anos, migrou para a Transamazônica com a família em dezembro de 1971, vindo de Minas Gerais; a família adquiriu terras no km 90, na área de Medicilândia.

com o local de origem. Neles se promoveram as primeiras festas comunitárias, nas quais se vendiam comidas e bebidas, a fim de arrecadar dinheiro para a compra de outros equipamentos técnicos e dar maior suporte ao clube de mães. Estes equipamentos eram vistos como ponto de apoio para novos aprendizados e como forma de agregar pessoas com experiências diversificadas, que ajudariam a pensar e buscar melhores soluções para os problemas daquela comunidade.

Ressalta-se que os clubes de mães preencheram uma importante função de reavivamento de hábitos e tradições culturais. Neste espaço o chimarrão passava de mão em mão independentemente da região de origem de cada um, da mesma forma que também as comidas típicas nordestinas eram apreciadas por todas. D. Neiva lembra que nas festas promovidas pelo clube de mães de Medicilândia as mulheres gaúchas organizavam a dança da fita e outras preparavam comidas típicas de acordo com suas experiências culturais.

Durante esta pesquisa ainda encontrei um daqueles clubes de mães em ação. O da Agrovila Nova Fronteira, situada no km 80 da Transamazônica-oeste. Trata-se do clube de mães “As Pioneiras”, que tem sede própria, tendo sido criado em 1972 por incentivo da EMATER, conforme descreve dona Leonilda Tervisan, sua coordenadora atual. Ela foi a primeira coordenadora deste clube de mães e, nestes 35 anos de existência do clube, já assumiu a sua coordenação por três vezes.

Dona Leonilda argumenta que não consegue ficar longe das atividades comunitárias por muito tempo e tem uma preocupação constante para que este clube de mães não se acabe, pois foi através dele que realizaram muitas ações comunitárias importantes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Agrovila Nova Fronteira. Segundo dona Leonilda foram as mulheres do Clube de mães que tiveram a iniciativa de construir o salão comunitário, que é o principal ponto de referência das reuniões e festejos dessa comunidade.



Foto 26: Cartaz da sede do clube de mães da agrovila Nova Fronteira – km 80. (Ivone Coutinho, 2007).

O clube de mães, *as pioneiras*, tem como lema: “andar juntas é um começo, manter-se juntas é um progresso, trabalhar juntas é um sucesso”. Segundo dona Leonilda, este lema ajudou a manter a identidade e as ações coletivas desenvolvidas pelo clube, visto que seu objetivo principal era agregar as mulheres de diversos lugares e com culturas diferentes para trabalharem em conjunto, oportunizando a troca de experiências e a sociabilidade entre elas. Ainda norteado por esta ideologia, este clube de mães continua sendo um lugar de sociabilidade, de formação e de troca de experiências. É onde se realizam os cursos artesanais, de corte costura, aproveitamento de frutas regionais, entre outras atividades de autoprodução feminina.

Pode-se perceber que a concepção de clube de mães não se extinguiu por completo na Transamazônica. Continua presente nas pequenas associações ou grupos de mulheres que se reúnem para algum aprendizado do âmbito doméstico (pintura, artesanato, aproveitamento de polpas de frutas etc) e/ou para discutir e propor soluções para os problemas cotidianos, sobretudo, aqueles que envolvem a mulher rural. Estes grupos, geralmente se formam nos travessões e são espaços de encontros e de iniciativas que visam à socialização, à conquista de direitos e ao reconhecimento da participação feminina no processo de produção.

Neste percurso as mulheres da Transamazônica continuam perspectivando outras formas de organização e de conquistas individuais e coletivas. Ressalta-se, então, que foi a partir dessa reunião de mulheres, caracterizada como **espaços para as mães**, (grifo meu) que germinaram as primeiras organizações na Transamazônica, e que deram

forma posteriormente às associações de pais e mestres, aos conselhos comunitários, às cooperativas, aos movimentos e associações de mulheres. Esta discussão sobre a organização e atuação política feminina na Transamazônica será aprofundada nos dois últimos capítulos deste trabalho.

7.1.3 Educação na Transamazônica - Construção e Iniciativa Feminina

Outra forma de cooperação coletiva que ganhou contornos e estruturas plurais no decorrer do processo de organização social da Transamazônica foi a construção e implementação das escolas como espaço físico e institucional. A carência do sistema escolar na região foi a força-motriz das primeiras ações coletivas nos diversos lugarejos e vicinais situados ao longo dessa rodovia.

A educação escolar na Transamazônica nas décadas de setenta a oitenta constituía um sério desafio para as famílias migrantes, habitantes dos travessões e agrovilas que ali se instalaram acreditando no desenvolvimento sócio-econômico do grupo familiar. O INCRA construía, às margens da rodovia, de dez em dez quilômetros, escolas que deveriam oferecer o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e que eram consideradas escolas-sede, devendo dar apoio às demais escolas que estivessem dentro do perímetro de dez quilômetros, inclusive àquelas dos travessões situados nos lados sul e norte da rodovia.

No entanto, essas escolas não funcionaram a contento. Não havia professores capacitados a assumirem as séries mais adiantadas, (5ª a 8ª). E nos travessões, faltava tudo, além da estrutura para funcionamento das aulas, também carecia de material didático, quadros, giz, carteiras, merenda escolar e até mesmo, de professores.

Diante dessas dificuldades, as famílias se reuniam, construía escolas de palha ou madeira, improvisavam bancos, compravam quadro e giz e providenciavam uma professora do próprio travessão para assumir uma sala de aula – multisseriada¹¹⁹, enquanto reivindicavam junto à SEDUC a contratação de uma professora formada. As professoras improvisadas, na maioria das vezes, só haviam cursado até a 4ª série, algumas poucas até a 8ª. Raramente as escolas podiam contar com uma professora que

¹¹⁹ Numa mesma sala de aula se reuniam alunos de 1ª à 4ª, aos quais a professora ensinava distintamente.

houvesse cursado o magistério ou o segundo grau completo. A professora Zita Pifs mostra como enfrentaram os desafios para que crianças e jovens pudessem cursar a escola. O seu relato aponta para a centralidade da escola para os migrantes, como forma de garantir um bom futuro para os filhos: “*A escola foi construída pela comunidade, mas a primeira sala de aula foi dentro de um quarto da nossa casinha, na divisão da nossa casa, depois foi feito um tapiri coberto com palha, os bancos foram todos feitos de pau a pique, nós mesmos que fizemos. Neste espaço a gente se reunia, celebrava e dava aulas*”.

Assim como a professora Zita relata, outras mulheres que começaram a dar aulas impulsionadas pela carência de escolas e de professores, também afirmam que no processo de organização e de estruturação educacional na região da Transamazônica as mulheres quase sempre estavam à frente. Por conseguinte, ocuparam grande espaço de atuação no âmbito escolar. Elas possuíam maior nível de escolaridade, e já estavam dando aula em suas próprias casas ou realizando algum trabalho comunitário através das pastorais da Igreja. Estas experiências alargaram as oportunidades e aumentaram os incentivos para que elas viessem a ocupar os cargos de professora e de lideranças em suas comunidades.

A partir de sua inserção no espaço educacional a mulher se vê instigada a buscar maior formação profissional e a se integrar mais ativamente nas organizações sociais. Em geral, as pessoas esperavam que a professora estivesse à frente das discussões e decisões que envolviam a comunidade. Desse modo pode-se concluir que a educação escolar na Transamazônica se tornou o principal instrumento de formação e de inclusão

das mulheres migrantes nos espaços públicos dessa região.

A construção e funcionamento de uma escola em cada localidade se apresentavam como meta prioritária para a maioria das famílias migrantes, tornando-se assim um dos principais instrumentos de organização e integração social. Com a obtenção desse espaço, as pessoas acreditavam que era possível construir um ambiente mais humano, onde as disputas – acirradas e explícitas em outros contextos – subsumiam ao ensejo de proporcionar aos filhos o acesso a um bem simbólico imprescindível tanto do ponto de vista individual, quanto familiar e social.

Dessa forma, a construção da maioria das escolas nessa região partiu da iniciativa das próprias famílias. Esta ação coletiva permitiu a construção de um lugar, no sentido geográfico, social e simbólico. A escola se localizava e ainda se localiza no centro da comunidade ou do travessão.

Era única referência social comum às famílias migrantes, constituindo-se, assim, no lugar de unidade, de interação, de fluxo e refluxo de experiências e informações. Geralmente é na escola que as famílias se encontram para celebrar, para festejar e para discutir os problemas comuns à comunidade. Esta importância da vida escolar para o desenvolvimento de uma comunidade se explica quando as pessoas dizem que sem escola a comunidade acaba morrendo.

Em decorrência desse forte vínculo entre escola e comunidade as famílias têm uma preocupação constante em garantir a funcionalidade escolar. Para tanto se reúnem e implementam ações coletivas que tragam recursos legais e estruturais que assegurem o bom andamento da escola na comunidade. As ações implementadas se configuram em reuniões, assembleias, mutirões, movimentos populares reivindicatórios e outras organizações de caráter

mais político e institucional, como as associações de pais e mestres e sindicatos de classes, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Pará (SINTEPP).

Nesses espaços organizados de modo instintivo e emergencial, como as mobilizações populares, ou aqueles estruturados legitimamente, como as associações e sindicatos, as mulheres se integraram de maneira quase visceral. Elas se empenharam subjetivamente tanto do ponto de vista profissional quanto social, e lá encontraram um ambiente favorável para o seu crescimento pessoal e maior acesso ao espaço público.

Compreende-se que a tarefa de educar considerada por muito tempo de competência feminina, com base na ideologia instituída no século XIX¹²⁰, em que a educação e a formação humana passariam, prioritariamente, pelas mãos das mulheres – mães e professoras – se revifcou no

¹²⁰ O magistério era visto como uma extensão da maternidade e destino primordial da mulher, p.452. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula, in: HISTÓRIAS DAS MULHERES NO BRASIL. 6^a. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

contexto da Transamazônica. Considerando que aí esta “feminização do magistério” se desenvolveu devido a uma condição socioeconômica desfavorável - de muito trabalho e precárias estruturas - que contribuiu para que as mulheres ocupassem majoritariamente o espaço escolar. No entanto, elas transformaram esta situação adversa em um ambiente apropriado para o seu desenvolvimento e a ascensão social.

Esta análise nos mostra que as circunstâncias sociais e históricas da região conduziram para que a “feminização do magistério” se alargasse para outro campo de entendimento e de crescimento individual e social. Haja vista que no processo de estruturação e desenvolvimento da Transamazônica o grande desafio das famílias migrantes era tornar o lote produtivo e próspero. Esta empreitada se apresentava a priori como obrigação e responsabilidade masculina. Eram os homens que deveriam enfrentar os duros trabalhos na roça,

administrar o lote e garantir o seu desenvolvimento. Embora existam vários casos em que foram as mulheres que desempenharam boa parte dessas tarefas. Mas, no consenso geral os homens estavam interditados de se afastarem das atividades agrícolas para assumirem outra atividade.

Estes fatores foram determinantes para que as mulheres se projetassem nos espaços educacionais que estavam se instituindo e nos cargos de lideranças de suas comunidades. Elas podiam se afastar por algum tempo da unidade de produção para estudar ou participar de algum curso de formação das pastorais da Igreja, sem uma cobrança explícita de que deveriam estar na roça conforme acontecia aos homens. Assim, elas foram silenciosamente se posicionando e construindo outros referentes de participação social que lhes creditaram maior visibilidade e reconhecimento no âmbito individual e coletivo.

É o que podemos observar nas trajetórias das professoras Neiva Ribeiro (km 90), Miriam Freitas (km 95 Sul), Maria Luisa (km 95 Sul) Maria Odete (km 46), Maria das Neves (km 50), Zita Pifs (km 180), Clotilde da Rosa (km 140), Lenira Birro, (km 180) Helena Constância(km 240), Julinda Lazarine (km 170), Maria do Amparo Leite(km 46) Lindamir Hoinaski Ribeiro (km 150)¹²¹, entre outras mulheres que assumiram a função de professora e se integraram ativamente às organizações sociais da Transamazônica. A professora Neiva Ribeiro é enfática ao dizer que:

Tudo começou pela escola! A gente tinha pouca formação, mas via que a necessidade era grande, então não ficamos de braços cruzados. A gente participava de encontros de formação proporcionados pela secretaria de educação e também pela Igreja. Mais tarde, em 1983 veio o La Salle, os irmãos Lassalistas ofereceram um curso de magistério para os professores da Transamazônica. Este curso tinha uma pedagogia diferente - a educação evangelizadora - com base na teologia da Libertação e na pedagogia Paulo Freire, por isso as pessoas que faziam este curso deveriam ter um compromisso de transformação social. A maioria era de mulheres que já

¹²¹ As localidades atribuídas a cada mulher se referem às áreas onde elas trabalharam ou ainda trabalham como professoras na faixa rodoviária Transamazônica ou nos travessões. A maioria dessas mulheres está aposentada e reside nas sedes dos municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará ou em Altamira.

atuavam em suas comunidades, em diversos setores e que buscavam maior crescimento individual e social. *(Entrevista, 2006).*

Esta leitura nos mostra que a formação educacional na sua forma simplificada, a escola, pode ser vista como o principal instrumento de transformação na forma de pensar e agir das pessoas, e, sobretudo, das mulheres migrantes que passaram a atuar mais diretamente neste campo social. Através dos cursos de formação ministrados pelas pastorais da Igreja e, sobretudo, nos cursos pedagógicos administrados pelas congregações religiosas católicas, as professoras foram motivadas e orientadas a se integrarem socialmente e atuarem nos espaços sociais e políticos da região.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (CELAM) ao assinalar a Educação como um dos meios para a participação e a comunhão, constituiu uma nova dimensão para o conceito de educação, relacionando-o ao contexto sócio-cultural em função de um homem/mulher integral. Neste sentido a educação deveria ajudar a

peessoa a se libertar de todas as servidões: sociais, morais, culturais, econômicas e políticas. (CELAM, 1981. p, 34).

Assim, em comunhão com a Educação Evangelizadora propagada pela Prelazia do Xingu, através de seus religiosos e religiosas, em sintonia com a Teologia da Libertação, os educadores na Transamazônica seguiram uma linha de atuação que primava pela formação de cidadania e a transformação social. As mulheres em particular foram estimuladas à integração e participação nos movimentos sociais. Nutridas por uma formação educacional que transcendia o ambiente escolar, elas saíram do espaço doméstico ao qual estavam limitadas e despertaram para novas perspectivas de vida e de atuação social: o campo intelectual, profissional, sindical e político partidário.

A trajetória de atuação social de Maria do Amparo Leite, 48 anos¹²² é comparável à de outras mulheres que assumiram a função de professora, primeiramente pela carência de profissional em educação na Transamazônica. A maioria não tinha

¹²² Maria do Amparo Leite veio do Piauí com os pais em 1972. Sua família era numerosa e detinha algum nível de formação, pois moravam em Teresina-PI. Isso oportunizou para que ocupassem alguns cargos públicos na comunidade onde foram assentados na Transamazônica.

qualificação profissional, mas aproveitava o espaço proporcionado pelo setor educacional para estudar e também para se integrar em outros setores sociais que estavam se instituindo nessa região.

Nós fundamos a comunidade Nossa Senhora da Penha no km 50. Lá era escola e era igreja. Se faziam os cultos dominicais, dava catecismo, dava aula, fazia reuniões comunitárias fazia tudo... No começo meu pai era presidente, minha irmã era professora, minha mamãe era merendeira e eu era catequista, secretária e professora. A família toda trabalhava na comunidade e foi a partir da escola que comecei minha vida de militância e me formei, pois quando cheguei só tinha a 8ª. Série. Em 1985 fui eleita à presidência da Associação de Educadores de Uruara (ASSEDUR), a primeira organização de professores da Transamazônica. Depois veio o SINTEPP, o sindicato de professores, e também participei da diretoria. Agora me dedico mais à igreja como coordenadora pastoral, lá da paróquia, coordenadora da comunidade e do Fome Zero. Sou do comitê, integro a comissão administrativa. Também sou da associação das mulheres do campo e da cidade. Eu sou presidente da associação em Placas. Em agosto (2005) começa o congresso estadual no MPC, e eu fui eleita a coordenadora regional da Transamazônica de Rurópolis, a Tucurí. Então, agora, que eu vou começar a fazer esse outro trabalho. (Entrevista, 2004).

Neste caso, a família patriarcal constitui uma hierarquia de papéis e de posições sociais. O pai era o presidente, as mulheres assumiam tarefas e funções cooperadoras. Em muitas localidades na Transamazônica existem algumas famílias emblemáticas que concentram papéis e poderes na formatação de novos espaços institucionais. Portanto, ao examinar a construção de alguns espaços sociais na Transamazônica é importante observar as formas relacionais de parentesco e vizinhança que investiram e apostaram nesse processo de construção social. Este quadro também pode ser observado na trajetória da família de Zita, na qual a maioria de seus membros ocupou praticamente todos os espaços escolares da localidade onde moravam.

Conforme advertido no início do texto sobre os contornos e novas conformações estruturais que foram ocorrendo ao longo do processo educacional na região, observo que a participação e organização

coletiva em relação com a escola proporcionaram o desmembramento de novas configurações organizativas. E uma das primeiras formas concretas pelas quais essas configurações se efetivaram foi na experiência das associações de pais e mestres/APM, nas quais as mulheres, professoras e líderes comunitárias, estavam envolvidas em todo processo de discussão e de estruturação.

7.1.4 A Associação de Pais e Mestres na Área de Medicilândia

Na área de Medicilândia as associações de pais e mestres foram criadas a partir da década de oitenta, na esteira de um conjunto de mobilizações reivindicatórias que fluíam na região em decorrência de toda uma conjuntura sócio-econômica desfavorável. O objetivo dessas associações era fortalecer as reivindicações e ações por mais escolas, contratação de professores, aquisição de materiais didáticos e de cursos de formação visando ampliar e qualificar o quadro docente, entre outras mobilizações por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Diante dessa realidade, os pais começaram a perceber que não bastava construir escolas e contratar professores. Era preciso garantir um ensino de qualidade aos seus filhos; uma educação que também refletisse sobre os problemas sociais que enfrentavam na região. E para tanto, fazia-se necessário pensar de forma mais organizada e sistemática e construir um projeto educacional para a Transamazônica com a participação de todos,

uma vez que as famílias estavam sempre à frente das mobilizações para ajudar a escola e a comunidade na qual estavam inseridas.

A Associação de Pais Mestres de Medicilândia (APM), foi a primeira a ser criada nessa área, situada no km 90, cuja sede era na Escola Estadual Abraham Lincoln - escola pólo que atendia o trecho do km 70 ao km 120. Esta associação serviu de referência e incentivo para a criação de outras associações, tais como a do km 70, na Escola Jorge Bueno, e a do km 80, na Escola Estadual da Agrovila Nova Fronteira, a do km 95 Sul, na Escola Estadual Flores da Amazônia, a do km 105, na Escola Vitória Régia, e a do km 120, na Escola Nossa Senhora das Graças. A associação da Escola Abraham Lincoln era a única registrada com estatuto, por isso acoplava mais poderes de negociação com os setores públicos da região.



Foto 27: Dia de reunião da associação de pais e mestres na escola Abraham Lincoln agosto de 2006. (Ivone Coutinho, 2007).

A professora Neiva Ribeiro foi uma personagem importante na conformação do cenário educacional dessa região. Ela assumiu a direção da Escola Abraham Lincoln no período de 1975 a 1980. Naqueles anos, segundo informações da professora Neiva, foram formadas mais de cinquenta associações de pais e mestres na área de Medicilândia. A educadora ressalta que visitava praticamente todas as escolas da faixa da rodovia e as dos travessões a fim de ajudá-las no processo de organização e de discussão sobre a estruturação e a melhoria da qualidade do ensino na região, pois a escola Abraham

Lincoln era responsável pelo assessoramento e acompanhamento de todas essas associações. E acrescenta que muitas vezes viajou a Belém para encaminhar à Secretaria de Estado de Educação as reivindicações e propostas elaboradas pelos pais e educadores.

Dona Neiva informa ainda que todas as medidas tomadas em relação à escola passavam pela assembléia de pais e mestres. Houve inclusive épocas, em que, um pai ou uma mãe cumpria um horário na escola para acompanhar e contribuir com os trabalhos dos professores. E quando a escola necessitava de algum conserto ou de construção de algum compartimento, os pais se reuniam em mutirão e realizavam a obra.

As reuniões eram freqüentes e se discutiam todos os problemas que afetavam o bom andamento da escola, desde a falta de estrutura à retirada de uma diretora que não estava agradando a comunidade. Os pais participavam diretamente das decisões e das atividades relacionadas ao calendário escolar, de forma que a programação devia ser planejada de acordo com o calendário agrícola, assim também eram levadas em conta as faltas às aulas por causa das colheitas, o atraso dos alunos devido às condições das estradas, o uso do uniforme, a impossibilidade de usar livros e outros materiais didáticos devido à sua carência na região.

As mulheres eram as que mais participavam das reuniões na escola e da comunidade. Dona Neiva diz:

Os homens assumiam os cargos e as mulheres participavam efetivamente fazendo os trabalhos. Eram elas que estavam mais presentes na escola, que vinham mais para reunião dos filhos e nos ajudavam a resolver alguns problemas. Quando faltava servente para fazer a merenda, as mães assumiam esse trabalho e se revezavam entre elas. Também nos mutirões para limpar a escola, o maior número era de mulheres. (Entrevista, 2006).

Nessas reuniões, muitas vezes surgia um clima de tensões e conflitos que demorava a ser dissolvido. Cada um queria resolver a seu modo os problemas, conforme o conhecimento e a experiência que trazia de sua vivência em outros lugares. Este mosaico de experiências e costumes em algumas ocasiões dificultava as discussões, sobretudo nos momentos de levantamento de propostas e de tomadas de decisões. Algumas reuniões acabavam em desavenças, causando constrangimentos e emperrando, por algum tempo, o processo de organização.

Para a professora Neiva esses momentos também serviram para a construção de um espaço mais democrático, onde era possível problematizar as diferenças, aprendendo a conviver com elas sem transformá-las em barreiras, mas construindo-se outras formas de conhecimento e de experiência. Tal realidade se observava nos trabalhos coletivos, que se concretizavam na construção de novos espaços físicos, na promoção de eventos sociais e religiosos e nos encontros de confraternização envolvendo comunidade e escola.

A associação de pais e mestres se comprometia com os eventos realizados para manter a boa estrutura e funcionamento da escola. Em nome da associação eram promovidas festas para angariar recursos a fim de construir mais salas de aulas, banheiros, equipamentos pedagógicos e materiais permanentes, como carteiras, quadros, ventiladores e outras necessidades da escola. Além dessas ações mais pontuais, a associação também se reunia para discutir e formular propostas de políticas sociais para a região, que seriam reivindicadas junto aos poderes públicos.

Nessa conjuntura, em parceria com a APM, a escola Abraham Lincoln participava ativamente dos movimentos sociais em prol de melhorias para a região e servia de apoio para outras escolas no processo de organização de suas associações. Dona Neiva lembra que na greve dos canavieiros e funcionários da usina Pacal em 1982, as associações de pais e mestres dessa área estiveram presente e deram grande apoio logístico para a mobilização.

Os pais se mobilizaram na arrecadação de alimentos nas comunidades, trabalharam na estrutura do acampamento e participaram efetivamente da greve. As mães se fizeram mais presentes, devido ao fato de não estarem envolvidas diretamente com os trabalhos da roça. Assim marcaram presença colaborando com a organização do ambiente e a feitura do almoço. Elas também assumiam as equipes de animação e de secretaria.

Durante todo o protesto, os pais se revezavam em apoio à mobilização. Às vezes, contribuíam com a conscientização do movimento em suas próprias comunidades, sensibilizando as pessoas para a situação de injustiça e abandono em que todos se encontravam.

As associações de pais e mestres foram durante muito tempo, um expressivo espaço de discussão, de socialização e de formação de cidadania. A maioria das associações não era registrada, apenas a da Escola Abraham Lincoln e a associação da Escola Nova Fronteira. As demais tinham apenas o estatuto e funcionavam de acordo com as necessidades de cada comunidade. O enfraquecimento dessas associações se deu

com o surgimento dos Conselhos Escolares instituídos nos anos noventa pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 9393/96.

A partir de então, os conselhos escolares assumiram o papel funcional das associações, porém não contaram com a participação da comunidade e os pais ficaram fora das discussões e se afastaram da escola, afirma a professora Neiva. Ela avalia o papel associações de pais e mestres como um importante mecanismo de socialização de conhecimento, através das quais se proporcionava a formação de cidadania e a conscientização para a organização social.

Assim, como resultado do processo de organização e articulação social junto ao setor educacional, pode-se inferir que na área de Medicilândia se formou um expressivo número de lideranças que participaram ativamente da conjuntura sócio-política dessa região. Muitas dessas lideranças estão ocupando cargos políticos ou administrativos nos diversos setores sociais, nos âmbitos governamentais e não governamentais.

Neste contexto o espaço educacional se reafirma como um potencial instrumento de ação coletiva e de relevante atuação feminina. Ressaltando que a escola funcionou como um eficaz ponto de convergência entre as famílias migrantes, cujas diferenças de origem geográfica e cultural foram minimizadas perante as aspirações de garantir uma vida melhor para os filhos criados na Transamazônica.

A partir da escola e das formas organizativas implementadas para garantir a eficácia do ensino e a melhor qualidade de vida na região, se

constituíram outros espaços de discussão e de representação de caráter formal e institucionalizado. E as antigas formas de cooperação que foram fundamentais no processo inicial de adaptação e estruturação das famílias migrantes ganharam outras conformações, reformulando sua existência de acordo com a especificidade do contexto em que estavam inseridas. Esta leitura é aprofundada no capítulo que segue.

CAPÍTULO 8

8 O PAPEL DAS MULHERES NO REDIMENSIONAMENTO DE ANTIGAS FORMAS DE COOPERAÇÃO: MUTIRÕES, ALMOÇOS COMUNITÁRIOS E SEUS DESMEMBRAMENTOS

Neste capítulo, que pode ser considerado o cerne da pesquisa, pretendo dar conta das redes de interação que se formaram no processo de ocupação e organização social da Transamazônica, mostrando as estratégias e os desdobramentos que contribuíram para o redimensionamento de antigas formas de cooperação e para a

invenção de novos espaços de atuação social, onde as mulheres arrumaram diferentes estratégias para distinguir sua atuação nos espaços em que se inseriram.

No decorrer dos anos, as antigas formas de cooperação foram ganhando outras dimensões e significados de acordo com as experiências já vivenciadas e as exigências das novas situações que emergiam naquele contexto. Para evidenciar de forma prática o que estou analisando, irei deixar falar/ouvir a trajetória de uma mulher que é muito expressiva, tanto em termos do redimensionamento de práticas já conhecidas, quanto da construção de novos modos de se relacionar entre si, com os homens e com a sociedade.

A trajetória social de Ana Bloem não se restringiu só ao contexto da Transamazônica e à organização dos movimentos de mulheres de Brasil Novo. Ela integrou um campo de discussão amplo, participando de diversos encontros sindicais e de lideranças em nível estadual e nacional. Em 1987, participou do Congresso da Central Única dos Trabalhadores em Belo-Horizonte, Minas Gerais. Nesse Congresso se discutiu a formação de delegacias sindicais para que os trabalhadores rurais assumissem a direção dos STRs que estavam sob domínio patronal.

Freqüentemente dona Ana participava de congressos em Belém e em Santarém, representando o Movimento de Mulheres da Transamazônica, cuja formação tem nessa personagem uma de suas principais precursoras. Ela integrou diversos espaços de discussão que não se limitavam às questões femininas, mas diziam respeito à conjuntura social da região como um todo. Assim, estava inserida na discussão e reivindicação das principais políticas públicas, como saúde, educação, transportes, agricultura. Sempre atenta para não deixar minimizar o seu comprometimento com a causa feminina, em meio a esse contexto de atuação mais amplo. Pois é na discussão de gênero – que trazia a marca de um forte machismo, o qual limitava as mulheres ao espaço doméstico e as impedia de participar do espaço público – que se destaca a singularidade de Ana Bloem:

Foi pela necessidade que nós começamos a nos organizar. Pela necessidade das mulheres. A gente vivia muito jururu e desestimulada, porque nós viemos de um lugar que tinha mais estrutura. Tinha energia, estrada boa no asfalto e aqui a gente se deparou com as dificuldades e assim as mulheres reclamavam demais. As mulheres morriam de trabalhar e sofriam nas mãos dos maridos. A gente via essas mulheres com as mãos calejadas e quando elas queriam sair, elas não tinham um centavo. Elas não tinham nada que fosse delas. Não tinham direito a nada, e por isso começamos a lutar pelos direitos das mulheres. Primeiro era movimento de mulheres na época, depois se fez uma associação com estatuto. A AMBRAN (Associação de Mulheres de Brasil Novo), a gente fez estatuto, fez tudo, né? Ai foi indo... até a gente conseguir fazer isso demorou um bocado. A gente ia se organizando, e se reunia três vezes por ano em assembléia. Cada vez que nós nos reuníamos passávamos três dias planejando.

E naquele primeiro encontro o que nós fizemos? Nós ouvimos as histórias das mulheres, o motivo delas ter vindo para o Pará. Uma contou que era por necessidade porque lá não tinha terra e outros por que tinha muitos filhos e queriam arranjar terra para eles. Todas se depararam com as dificuldades. Outras disseram que sofreram muito e contaram a suas histórias. Então tem todas essas histórias, eu tenho até o relatório do primeiro encontro, tá por aí [...] Isso foi em 1987. Nós nos reunimos no dia 27, 28 e 29 de março lá no Barraco Queimado. Que tem este nome porque a gente sofreu muito naquela época e até botaram fogo lá no lugar onde a gente se reunia. Mas agora a associação tem outra estrutura, trabalha mais com projetos que ajudam as mulheres necessitadas. (Entrevista, 2006).

A primeira vez que conversei com dona Ana foi por indicação de outra senhora, precursora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Transamazônica, Maria Madergan, que juntamente com dona Ana e outras “companheiras” fundaram o primeiro movimento de mulheres da região. Até encontrar-me com Ana já havia conversado com diversas lideranças que estão atualmente à frente dos movimentos sociais dessa região, e ninguém havia mencionado o seu nome com o devido reconhecimento, diante de sua história de participação e liderança nos movimentos sociais da área de Brasil Novo.

Por meio de seu relato é possível perceber os diferentes campos de atuação em que dona Ana se fez presente, desde sua contribuição ainda restrita

ao espaço das pastorais da igreja, como catequista e coordenadora de grupos de vizinhos - que foram as formas embrionárias de cooperação e interação entre as famílias - até a ocupação de espaços na esfera propriamente política.

É fundamental mostrar como dona Ana vai delineando o percurso que foram tomando as formas de organização social. Ela descreve, por exemplo, que no início era movimento de mulheres, mas pela necessidade de maior estruturação e de representação legítima, elas formaram uma associação com estatuto legalizado. Assim outros movimentos também foram adquirindo contornos e estruturas diferentes de acordo com as demandas e os contextos sociais que surgiam.

Neste sentido, dona Ana explica que o mutirão e o almoço comunitário eram eventos marcados pela necessidade imediata das famílias ou da comunidade, diferentemente do que acontece atualmente, em que o almoço comunitário também

faz parte da programação de eventos institucionalizados e organizados por entidades sociais – sindicatos, associações, cooperativas etc.

Os primeiros almoços comunitários começaram por iniciativa da igreja, pois o dia de missa era pra gente celebrar e conversar sobre os problemas da comunidade. Então o padre dizia para cada família trazer o seu almoço para compartilhar. Cada um fazia um tipo de comida conforme o costume do lugar de onde veio. Aí dava aquele almoço bem farto e diferente. As mulheres acordavam de madrugada para fazer a comida e ajeitar as coisas para ter tempo de participar da discussão, porque se num fosse assim, a gente ia passar o dia cozinhando... os homens só levavam a boca. Hoje em dia é diferente, o almoço é feito por todo mundo junto, e muitas pessoas nem cooperam, quem paga é o sindicato. *(Entrevista, 2006).*

A diferença assinalada por dona Ana entre a lógica que antes regulava esses eventos e aquela que hoje motiva a continuidade dos mesmos se destaca na mudança de responsabilidades e de envolvimento de pessoas e de entidades na realização dos almoços comunitários. Ela enfatiza que antes cada família contribuía com o que podia e assim se sentia num ambiente familiar em virtude de seus hábitos e produtos alimentares. Atualmente os almoços comunitários são previamente calculados e muitas vezes financiados por alguma entidade. Não existe mais a cooperação individual

das famílias, tudo é pensado em conjunto, desde a sua estruturação: o custo, o tempo, a mão de obra e a fonte financiadora, bem como o tipo de refeição que será oferecida.

Durante a realização da pesquisa de campo, tive oportunidade de participar de alguns eventos sociais e religiosos em cujas programações constava o almoço comunitário. Assim, pude observar que essas formas de cooperação, como mutirão e almoço comunitário, continuam existindo, embora redimensionadas. Ao lado desses, coexistem outras formas de organização de caráter institucional e político. De fato, no mesmo espaço em que estava ocorrendo uma assembléia do sindicato de trabalhadores rurais, o almoço comunitário compunha o conjunto do evento, conforme será descrito neste texto.

Segundo Ana Bloem, quem incentivou a realização do almoço comunitário na Transamazônica foram os padres Oscar Fuer e Alírio Bervian, que tiveram a iniciativa de aproximar as comunidades ao reunir as famílias num ambiente descontraído que possibilitasse ao mesmo tempo um momento de confraternização e de reflexão sobre as necessidades e as perspectivas para a região. Esse artifício que visava reunir as pessoas de forma espontânea e prazerosa, surgiu a partir da metodologia dos trabalhos pastorais da Igreja Católica no período de maior efervescência da Teologia da Libertação.

Na Transamazônica, essa metodologia se ajustou adequadamente. Diante de tantas adversidades, do proeminente isolamento e individualismo, o almoço comunitário passou a ser um espaço de encontro, de partilha e de intercâmbio cultural. Era um momento em que cada família preparava algo de acordo com a cultura do lugar de origem e servia para que todo o grupo participasse de uma refeição farta e variada.

Atualmente, conforme descreveu dona Ana Bloem, o almoço comunitário é realizado em um lugar determinado, onde há uma cozinha adequada para se fazer a comida em grande quantidade (fogões a lenha de seis a oito bocas ou industriais, panelas e caldeirões grandes de alumínio, pratos, talheres, copos e outros utensílios necessários). Uma equipe composta, na maior parte, por mulheres, se responsabiliza por organizar todos os detalhes para que almoço aconteça com êxito.

Em quase todos os encontros das pastorais da Igreja Católica e nos eventos realizados pelas organizações sociais da Transamazônica, o almoço comunitário se tornou um elemento prioritário, pois é visto como uma motivação à participação e, sobretudo, como um mecanismo para reforçar os laços sociais e as relações de troca e de solidariedade.

Os três almoços comunitários de que participei na Transamazônica, especificamente nas áreas de Brasil Novo, de Medicilândia e de Uruará, mantinham características e feições semelhantes, mas se diversificavam por estarem ocorrendo em contextos sociais específicos. Observei que, em cada um desses almoços, havia uma rede de relações que considero importante descrever: interesses individuais e coletivos, jogos de posições e de poderes, que eram dissimulados pelo fato de estarem todos compartilhando de um ato simbólico que representava a unidade do grupo.

É interessante ressaltar que os almoços comunitários de que participei ocorreram em três áreas diferentes da rodovia Transamazônica: o primeiro na gleba 12, o segundo no km 95 Sul, e o terceiro no km 195 Sul. Todas essas localidades estão situadas nas travessões ao longo dessa rodovia no trecho entre Brasil Novo e Uruará.

8.1 O ALMOÇO COMUNITÁRIO E SEUS DESMEMBRAMENTOS

8.1.1 Assembléia do STR de Brasil Novo e Almoço Comunitário: espaço de comunicação, socialização e relações de poder

No dia 05 de novembro de 2005 fui ao município de Brasil Novo, para conversar com algumas mulheres que integravam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais/STR e que tinham relevante história de participação e de formação político-social no interior dessa entidade. Eu procurava por Marilza Spirotto, Ana Bloem, Maria Madergan, Giovanna Lunelli, Maria Ribas, Diolinda Martins e outras mulheres que haviam sido mencionadas em conversas anteriores com alguns representantes dos movimentos sociais nesse município.

Geralmente eu não determinava o dia da minha visita de campo, porque nem sempre a rodovia Transamazônica oferecia condições de viagem que permitissem o cumprimento de um calendário previsto. Então viajei neste dia, como de costume, sem

fazer um contato prévio com nenhuma liderança local para saber se estava acontecendo alguma mobilização popular na área a ser visitada.

Assim, ao chegar em Brasil Novo, não encontrei nenhuma das mulheres que procurava e também não havia quase ninguém na sede do sindicato - nem lideranças e nem alguns de seus membros. Logo soube que estavam todos na assembléia do STR a dois quilômetros dali, num local chamado “barraco queimado”¹²³. Então, na expectativa de encontrar as pessoas que procurava, dirigi-me ao local da assembléia acompanhada por um rapaz que se encontrava na sede do STR, que se dispôs a me levar até lá, dizendo que já havia escutado falar da minha pesquisa na região.

No local da assembléia procurei o então presidente do STR, Anilson Madergan, para explicar-lhe o motivo da minha presença naquele evento¹²⁴. Ele me recebeu cordialmente e não se opôs à minha participação na assembléia, inclusive me apresentou à plenária e concedeu-me a palavra para eu expor o objetivo da pesquisa. Após uma breve exposição fui interrogada por duas mulheres que se interessaram em saber mais sobre a pesquisa. Como o tempo que me foi concedido não era suficiente para respostas e questionamentos, sugeri que conversássemos depois, o que realmente ocorreu no intervalo da reunião.

Anilson Madergan me informou que aquela assembléia destinava-se a apresentar a prestação de contas de sua administração e a eleger a nova diretoria, que coordenaria o STR por mais dois anos. Ao tomar conhecimento dessa pauta procurei saber quais eram as chapas que estavam concorrendo e fui informada de que havia sido montada uma chapa única. Isto era dito por algumas pessoas de forma meio irônica, demonstrando descontentamento com tal processo político. Percebi que ali existia um conflito não declarado, mas que se revelava através de meias-palavras, de gestos de resignação e de certo nervosismo presente nas locuções dos representantes da diretoria vigente e da chapa que disputava a coordenação do sindicato. Apesar das mensagens discursivas seguirem uma mesma linha ideológica, em consonância com os anseios e as lutas dos

¹²³ Em 1987 os fazendeiros da região, em provocação à organização dos trabalhadores rurais queimaram o barracão no qual, as organizações sociais se reuniam. Este barracão estava numa área que pertencia à paróquia de Brasil Novo. Depois desse acontecimento os trabalhadores rurais reconstruíram o “barraco queimado” recebendo apoio da Prelazia do Xingu e de outras organizações, construindo, assim, uma estrutura maior e mais organizada: cozinha, dispensa, banheiros, salão para as assembléias e uma extensa área para eventos mais festivos.

¹²⁴ Devo assinalar que a proposta desta pesquisa foi bem recebida por praticamente todas as instituições da região da Transamazônica, governamentais e não governamentais. Isso facilitou o meu trabalho e os contatos com minhas interlocutoras na pesquisa.

trabalhadores, notava-se que os interesses individuais, mesmos disfarçados pela área de representação coletiva, se confrontavam com outros que também almejavam o mesmo campo de disputa: a direção do STR.

Giovanna Lunelli¹²⁵, que ocupava o cargo de secretária na equipe de coordenação vigente, disse que havia tentado encabeçar outra chapa em oposição a essa coordenação, no entanto, foi barrada pelas fofocas e calúnias levantadas contra a sua candidatura. Depois de alguns conflitos, foi convencida “pelos companheiros” a compor a chapa única apresentada por aqueles que a estavam acusando de abuso do cargo que ocupava. Nesta ocasião tentei falar com Giovanna Lunelli, mas ela não me deu atenção. Estava muito atarefada com o andamento da assembléia e mostrava-se contrariada com aquela situação. Isto eu pude constatar só algum tempo depois, quando conversei com Giovanna na sede do STR em Brasil Novo, onde ela me explicou o que ora estou comentando.

Nessa assembléia estava presente uma integrante da Fundação Viver Produzir e Preservar¹²⁶, que fez uma exposição sobre os trabalhos desta fundação dizendo que estava ali para apoiá-los e que era a organização dos agricultores que dava sentido aos projetos daquela entidade. Marta Sueli, coordenadora da FETAGRI¹²⁷ na região da Transamazônica, estava naquele evento como representante da fundação e se posicionava com autoridade reconhecida para discutir e questionar em nome da FVPP, inclusive com certo poder de convencimento e de negociação visivelmente expresso em suas falas. Marta Sueli fez uma breve exposição da conjuntura nacional e dos projetos do Governo Federal para a área rural, contando com as intervenções da plenária. Suas intermediações nas discussões da assembléia demonstravam a força da instituição que representava, um domínio que não agia com violência ou imposição, mas de forma sutil e determinada, que se impunha como representante das razões e dos interesses das pessoas que ali estavam. Um domínio manifestado por substratos ideológicos e por uma linguagem e signos (camiseta, slogan) que simbolizavam os anseios e expectativas daquela assembléia.

A coordenação da assembléia apresentou os trabalhos desenvolvidos pelo STR naquela administração e propôs que a plenária se dividisse em grupos para discutir,

¹²⁵ Em julho de 2007 Giovanna assume a presidência do STR em decorrência da morte, por acidente de carro, do então presidente que vinha de Brasília onde participara de uma mobilização em prol da região.

¹²⁶ Em 1994 criou-se a Fundação Viver produzir e Preservar – FVPP, com a finalidade de ser a representação jurídica dos movimentos sociais, captar os recursos e gerenciar projetos. A FVPP cresceu, ficou conhecida e atualmente é a organização que fala em nome de praticamente todos os movimentos sociais da região.

¹²⁷ Federação dos Trabalhadores em Agricultura.

avaliar e apresentar propostas que deveriam compor o programa de atuação STR para os próximos dois anos. Estas propostas seriam apresentadas e votadas na assembléia na parte da tarde, pois o restante do tempo até o almoço ficaria aberto para articulação e convencimento das propostas apresentadas pela única chapa concorrente.

Percebi que aquele momento era muito importante para se estabelecer diálogos e para atenuar alguns desentendimentos que poderiam atrapalhar o processo de eleição em andamento. Observei que naquela assembléia, aproximadamente 50% dos participantes eram mulheres, então procurei conversar com algumas delas para saber o que pensavam a respeito dessa situação e como se sentiam participando das discussões e das decisões políticas e sociais daquele sindicato de trabalhadores rurais - *e de trabalhadoras*, como elas fazem questão de ressaltar, no entanto, não tive sucesso em meu propósito e entendi que aquele não era momento para colher depoimentos. A conversa não fluía, pois o ambiente estava tenso e acirrado por constrangimentos anteriores à formação da chapa que pleiteava a direção do sindicato. Inclusive algumas lideranças estavam divididas em grupos de opiniões e interesses, conforme me explicou Giovanna. Ela estava compondo a chapa que pleiteava a direção do STR, por persuasão do seu grupo que achava que não deveriam ficar fora desse processo político sindical.

A partir de então, procurei somente captar o que estava ocorrendo visivelmente e o que se passava nos bastidores. O fato de ser conhecida pela maioria das lideranças facilitou o meu trânsito entre elas. Dessa forma não tive dificuldades em ficar circulando nos espaços em que se davam diferentes diálogos. Fui conversar com as cozinheiras, com algumas mulheres que estavam fora da plenária, com outras que estavam na fila de inscrição para votação e com algumas que já haviam votado e que participavam há mais tempo do sindicato. As conversas eram breves, mas suficientes para eu sentir a o clima que reinava naquele ambiente; um misto de embevecimento por estar ali presente e de preocupação, próprios de um momento de decisão, de conflito e de disputas veladas.

Na hora do almoço, parece que toda a tensão esmaecia. Os participantes da assembléia circulavam entre os que estavam assumindo a direção e aqueles que estavam aspirando aos cargos da diretoria, sem aparente interesse. Afinal, o almoço comunitário era o símbolo da unidade do grupo, da ação coletiva. Era um almoço farto, com verduras, carnes, arroz, feijão e macaxeira, que foram providenciados pelo sindicato com a colaboração de dois vereadores do Partido dos Trabalhadores (PT), que também fazem parte do sindicato e foram eleitos por suas bases. A saber: Alexandre Lunelli, irmão da

secretária do sindicato, já mencionada a respeito do conflito que quase culminou na apresentação de outra chapa, e Marinete Madergan, irmã do presidente do sindicato da diretoria em vigor naquela assembléia.

Estes vereadores pertencem ao tipo de família extensa e de grande representação política nas organizações sociais do município; vários membros das duas famílias já tinham ocupado ou ainda ocupavam cargos eletivos nessas organizações: movimento de mulheres, conselhos municipais, conselho de pastoral, sindicato de agricultores, sindicato de professores, associação comunitária entre outros.

Estas duas representações políticas, apesar de pertencerem ao mesmo partido político e comungarem de substratos ideológicos afins, desempenham um importante papel nas relações de poder que permeiam as organizações sociais dessa região. O que está em jogo é a manutenção da representatividade local e da rede de trocas que permite estabelecer um sistema de negociações e interesses com os poderes públicos e com outras instituições não governamentais que atuam na região.

Neste contexto pode-se perceber que no momento do almoço comunitário, estas tensões são camufladas por uma aura de socialização e fraternidade. Central para o entendimento do processo é o momento da partilha, o sentimento de que todos fazem parte de uma mesma família, conforme me revelou Antônia Martins - que já foi integrante dos movimentos sociais dessa área e atualmente atua na Fundação Viver Produzir e Preservar, como representante do Grupo de Trabalho (GT) voltado para assessoria dos movimentos sociais.

Para quem está observando, o almoço comunitário é realmente um rico momento para análise dos laços de afinidades e redes de poder que perpassam este tipo de evento. É um espaço onde as pessoas transitam “desarmadas”, movidas pela necessidade imediata de se alimentar. Assim, não há muito tempo para negociar, para manter a sedução e o convencimento, para defender propostas. Mas, é um importante momento para mostrar-se, para ser visto, para conhecer e ser conhecido/reconhecido, para dissimular intrigas e aparecer como se não houvesse conflitos em torno das iniciativas e propostas assumidas pelo STR no curso das administrações anteriores.

Foi justamente o momento desse almoço que me proporcionou as condições de observação mais favoráveis a esta pesquisa, uma vez que se tratava de um evento envolvendo homens e mulheres, no qual se notava a posição dos papéis e as relações de gênero serem dissimuladas pela estampa de democracia e igualdade de direitos que se forjam numa assembléia onde, *a priori*, todos têm direito a voz e voto.

A plenária estava bem representada por mulheres agricultoras que acompanhavam as discussões com interesse e atenção, mas raramente se posicionavam expressando suas idéias ou defendendo alguma proposta. Participavam das votações de propostas levantando a mão, quando concordavam, ou deixando de levantar a mão, quando discordavam. Entre essas mulheres conferi que a metade participava do sindicato por interesse da aposentadoria da Previdência Social. Enquanto as outras mulheres acreditavam na organização sindical e viam sua presença ali, como um posicionamento político de trabalhadoras rurais que deveriam participar ativamente das discussões e das decisões do sindicato. Este reconhecimento do status de agricultora é um processo lento, que muitas vezes é travado pelas instituições jurídicas, políticas e, sobretudo por aquelas que atuam na esfera da agricultura. As mulheres costumam a se identificar como agricultoras com direitos adquiridos por sua árdua jornada no campo, e geralmente, entendem que esses direitos lhe são concedidos, como uma dádiva dos poderes constituídos. Esta realidade é comparável àquela tratada em um estudo de Rose-Marie Lagrave sobre a trajetória das mulheres agricultoras francesas¹²⁸.

Na hora do almoço observei com atenção a maneira de servir os alimentos. As pessoas se organizavam em uma extensa fila para se servirem. Enquanto um grupo de mulheres se encarregava da tarefa de dispor as panelas sobre a mesa de madeira, de arranjar os pratos e talheres e de distribuir a alimentação de modo que todos fossem bem servidos. Depois cada um procurava o local mais adequado para comer, geralmente junto a pessoas próximas e/ou das quais tivessem interesse em obter alguma informação ou opinião sobre o assunto em pauta. Homens e mulheres se encarregavam de lavar o prato e a colher que haviam utilizado. Em seguida, se dirigiam à fila de votação que se estendia por mais de vinte metros.

¹²⁸ LAGRAVE, Rose-Marie. **Celles de la terre**: agricultrice: invention politique d'un métier. Paris: édition de l'École des Hautes Études en Science Sociale, 1987.



Foto 28: Almoço comunitário da Assembléia do STR de Brasil Novo (Ivone Coutinho, 2005).

As mulheres mostravam-se envolvidas com a votação, ainda que comentassem de vez em quando que tinham muitas tarefas a fazer em casa. Mas, insistiam em dizer que não se sentiam incomodadas por estarem ali e sentiam-se orgulhosas em participar daquele ato político. Esse interesse se justificava, uma vez que foi somente a partir de 1990 que as mulheres puderam se filiar ao STR sendo reconhecidas, pelo menos em lei, como trabalhadoras rurais com os mesmos direitos concedidos ao homem do campo. Assim, conquistaram também o direito de votar e de serem votadas nas assembleias do sindicato.

Apesar de ter sido um grupo de mulheres que preparou e organizou o almoço, esta tarefa não reduziu a participação das mulheres na assembleia, pois durante as votações a presença feminina era expressiva. No intervalo do almoço fiz este comentário entre algumas mulheres e a sindicalista Maria Ribas¹²⁹, disse-me: “*o sindicato sem a participação das mulheres fica capenga*”.

Até o momento do resultado da votação as pessoas circulavam e conversavam em tom confidencial. Não havia muita animação. Notava-se que apesar de os dois grupos

¹²⁹ Maria Ribas é agricultora, vive no lote com os filhos, participa do Sindicato dos Trabalhadores de Brasil Novo desde a sua fundação e ajudou a fundar o Movimento de mulheres dessa área.

terem se juntado para formar a chapa única, ainda não se haviam dissipado as diferenças entre eles. Após um breve comentário, a diretoria eleita foi apresentada à plenária. Anilson Madergan, que era presidente, ficou no conselho fiscal, Giovanna Lunelli, que era secretária, ficou na vice-presidência e os outros membros eleitos que não participavam da diretoria anterior. O presidente eleito foi Marco Zalém Firmino¹³⁰. E assim, em nome de uma política hegemônica da classe trabalhadora foi constituída e eleita a chapa única, mesmo contrariando interesses e opiniões de alguns membros deste sindicato. Mas, conforme me disse Giovanna: “*isso passa, o que importa é a luta!*”.

8.1.2 Mutirão e Almoço Comunitário no Travessão do Km 95 Sul/Agrovila Verdes Florestas: homens e mulheres - cooperação e redistribuição de papéis

No km 95 Sul, a dez quilômetros da margem da rodovia Transamazônica, onde fica situada a agrovila Verdes Florestas, assisti a outro evento que me chamou atenção no que diz respeito à pesquisa. A minha ida a esse ponto da Transamazônica foi motivado pelo apoio e incentivo da professora Miriam Freitas, conforme já descrevi anteriormente neste trabalho.

Nesse ponto, acompanhei um mutirão realizado para ampliação da Igreja Nossa Senhora das Dores e para a construção de um centro de formação ao lado desta. O encontro com as pessoas do mutirão ocorreu enquanto caminhava pela agrovila em companhia de dona Miriam, quando nos deparamos com um grupo que trabalhava na área da Igreja.

Eram no total 11 pessoas: cinco homens e seis mulheres. Os homens estavam logo na frente do local de trabalho conversando animadamente. Três deles cuidavam de umas colunas de madeira e outros dois davam opiniões sobre a obra. Eram nove horas da manhã e fazia pouco tempo que haviam começado o trabalho, por isso, a obra mal tinha começado. Nos fundos, enxerguei as mulheres; uma delas tratava uma galinha para o almoço e logo me reconheceu, vez que havíamos morado no mesmo travessão. Outras duas estavam lavando louças, mais duas limpando o arroz para cozinhar e ao lado observei uma mulher amarrando ferro para a construção. Era a senhora Domingas da

¹³⁰ Marcos Zalém, conhecido por todos como Marquinho, morreu em maio de 2007 quando voltava de uma viagem a Brasília, composta por uma caravana de agricultores que reivindicavam junto ao Governo Federal maior investimento na Região da Transamazônica.

Silva Souza, 50 anos, paraense de Castanhal, que veio para a Transamazônica com o marido para trabalhar na usina de cana do projeto PACAL¹³¹, em 1976.

Seu marido é mestre-de-obras e ela aprendeu o ofício com ele. Perguntei por que seu marido não estava trabalhando no mutirão e ela respondeu que haviam dividido as obrigações. Enquanto ela vinha prestar um trabalho voluntário, ele precisava ganhar dinheiro para o sustento da família, pois o que o marido sabia fazer na construção ela também fazia. Domingas acrescentou que já havia trabalhado em muitas construções juntamente com o marido e que em outro momento revezariam os papéis, sendo ele quem viria trabalhar no mutirão.

Domingas desempenhava uma função que é vista como *trabalho de homem*, talvez por isso estava sozinha: ao seu lado não havia nem homem, nem mulher. Durante o tempo em que lá estive, observei que ela fazia seu trabalho à parte, cumpria uma tarefa que não era habitual às mulheres, e que alguns homens ali também não sabiam fazer. Ela se encontrava num plano diferente dos demais membros do grupo, ocupando um espaço e desempenhando um papel não instituído pelo sistema de relações no qual estava inserida. Pode-se dizer que ela ocupava o *não-lugar*¹³², onde se sentia parte importante do contexto, sem, no entanto, exigir tal reconhecimento.

¹³¹ Projeto agro-canavieiro Abraham Lincoln.

¹³² O não-lugar é um espaço ocupado que não é o seu, nem do outro, é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, no qual o indivíduo estabelece um sentido de relação consigo e com os outros. AUGÈ, Marc. NÃO LUGARES: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2ª. Edição São Paulo: Papyrus, 2001.



Foto 29: Km 95 Sul - local onde estava sendo realizado o mutirão – dona Domingas amarrando ferro para a construção. (Ivonete Coutinho, 2005).

Até o horário do almoço fiquei naquele local, onde passaram várias pessoas para conversar e/ou observar o trabalho. Mas, para trabalhar mesmo, somente aquele grupo que já estava previsto. No momento do almoço todos se juntaram no barracão. As mulheres colocaram as panelas, os pratos e os talheres em cima de uma mesa improvisada com duas tábuas. Elas haviam trazido pratos e colheres de suas casas, apanhado alguns copos na escola que é bem próxima do local da igreja, onde estavam trabalhando.

Este é um momento em que sempre aparece mais gente para almoçar do que o previsto: curiosos, algumas crianças das mães que estão trabalhando no mutirão, além de visitas inesperadas como a minha. As pessoas iam se servindo individualmente. Primeiro, os homens tomaram a iniciativa; seguidos pelas mulheres que colocavam a comida para as crianças e depois se serviam. Elas sentavam próximas ao local da cozinha, enquanto os homens ficavam um pouco adiante do barracão.

Eu me juntei às mulheres. Elas me informaram que a cada final de semana o mutirão é formado por um grupo de pessoas diferentes. Mas, aqueles que estão mais à frente dos trabalhos quase sempre comparecem. De acordo com essas mulheres, a maioria das pessoas da comunidade gosta de participar e também contribui com a

alimentação de quem está trabalhando. Elas consideram o dia de mutirão como um momento de confraternização e de trabalho comunitário muito agradável.

Pode-se aferir que num mutirão como este quem mais trabalha são as mulheres. Elas se encarregam da preparação da comida, da limpeza do ambiente e contribuem no trabalho específico do mutirão. São elas também que preparam o cafezinho que é servido logo depois do almoço. Esse é um momento de maior descontração. As pessoas se sentam no chão ou em bancos improvisados com tijolos ou madeiras, e aproveitam para brincar, contar piadas de bom tom e também para colocar em dia as novidades: acidentes, mortes, intrigas, política, casamento ou fuga de rapazes e moças que saem da casa dos pais às escondidas para viverem juntos.

Devido à minha vivência na Transamazônica eu acompanhava esses momentos com muita familiaridade. Após o momento do cafezinho, considerado de grande valia para o descanso e descontração, os trabalhadores e trabalhadoras retornaram às atividades que se encerrariam às 17:00. Mas antes disso, por volta das 15:00 horas, foi servida a merenda (lanche da tarde), que também fora providenciada pelas mulheres.

Mais tarde, estive na casa da diretora da escola, Maria Luísa, enquanto esta preparava o lanche (café com pão), para levar às pessoas que estavam no mutirão. Contou-me que era sempre assim. A maioria das pessoas fazia questão de participar e contribuir com essa atividade coletiva, pois acreditam que o mutirão é também um espaço que proporciona a união da comunidade e reforça os laços de solidariedade e atualiza as hierarquias sociais.

No transcorrer dessa visita também visitei a Escola Flores da Amazônia, onde conversei com a professora Maria Luísa e com duas serventes que estavam “aproveitando” o sábado para fazer uma limpeza e organização geral na escola. Disseram que o mutirão já faz parte da história da comunidade, uma vez que a maioria das instalações da escola fora construída de forma coletiva.

Ao comentar sobre o mutirão com dona Miriam, ela enfatizou que as mulheres sempre participam efetivamente dos mutirões, contribuindo de diversas formas: capinando, lavando, cozinhando, carregando água e até material de construção, lembra que já participou de muitos trabalhos comunitários, nos quais estavam presentes homens e mulheres. Mas, ressalta que em alguns trabalhos só as mulheres colaboram, como no almoço comunitário, onde dificilmente se vê um homem ajudando. São as mulheres que mais desempenham essa tarefa, mesmo que seja necessário maior esforço físico como carregar água, lenha, além da limpeza do ambiente onde será servida a refeição. A

maioria dos homens aparece só na hora do almoço, ou quando se trata de reuniões ‘mais sérias’, segundo eles: reunião do sindicato, da associação e quando o padre está presente.

Nas comunidades mais distantes, sobretudo nos travessões, essa divisão de papéis entre homens e mulheres é mais visível, como também é mais intensa a dominação masculina sobre as mulheres. Elas “*podem*” participar dos trabalhos comunitários, desde que sejam cumpridas as obrigações com a casa, os filhos e o marido. Este compromisso não é explicitado, mas é expresso nas exigências do cotidiano doméstico. Se a mulher sai para realizar uma atividade extradoméstica, ao voltar, os serviços da casa estão por fazer e às vezes, multiplicados. Assim, elas subentendem que devem se desdobrar para que sua atuação não fique limitada somente ao espaço doméstico. Esta questão será aprofundada mais adiante ao analisar a trajetória das lideranças femininas nas organizações sociais da Transamazônica.

8.1.3 Missa e Almoço Comunitário no km 195 Sul: ritual religioso e espaço de sociabilidade

No travessão do km 195 Sul participei de uma missa cuja programação incluía o almoço comunitário. Nesta ocasião a visita era na comunidade São Raimundo, localizada a 12 km adentro desse travessão. O padre Jeová, acompanhado pela Ir. Terezinha e por um seminarista do Rio Grande do Sul que estava visitando a Prelazia do Xingu, fazia a visita mensal àquela comunidade conforme o calendário de sua Paróquia.

O padre Jeová me convidou a acompanhá-los por saber do objetivo do meu trabalho e da minha intenção de entrar num travessão nessa área de Uruará. Já havia visitado outros travessões, mas nenhum tão longe da sede do município e, sobretudo de Altamira. Por isso, tinha vontade de conversar com as mulheres que ali moravam, ouvi-las e tentar compreender como era o seu cotidiano num lugar tão distante da maioria das estruturas públicas.

O travessão do km 195 sul tem uma extensão de aproximadamente 40 quilômetros. Este trecho está dividido em três segmentos setoriais, os quais têm como referência uma capela, uma escola ou um campo de futebol. Em torno dessas estruturas caracterizadas como espaços de sociabilidade, por reunir pessoas com interesses e

objetivos comuns, formam-se as chamadas comunidades. No travessão do km 195 Sul, encontram-se as comunidades São Raimundo Nonato, Cristo Redentor e a dos Fundos.

Uma vez por mês, o padre visita uma dessas comunidades para celebrar a missa e realizar alguns rituais religiosos, como batismo, casamento e primeira comunhão. Este dia é praticamente todo dedicado a essa comunidade, pois além da missa, o padre e a freira transmitem as informações sobre as atividades da paróquia, orientam as pessoas e participam do almoço comunitário oferecido pelas famílias que ali residem.

Apesar de a missa começar mesmo somente às onze horas, desde cedo um grupo já estava envolvido com a limpeza da capela e do recinto onde seria realizado o almoço comunitário. Outro grupo de mulheres se empenha em preparar a comida, providenciar os pratos, colheres e copos e colocar água no filtro, que fica dentro da igreja para evitar que as pessoas saiam durante a missa para beber água.

Nesses eventos comunitários as atividades que, normalmente, não dão visibilidade ficam a cargo das mulheres: são elas que varrem, limpam, carregam água, fazem o almoço e organizam a sua distribuição e na celebração “puxam os cânticos”. Estas atividades são realizadas pelas mulheres, enquanto outras de maior destaque, como o uso da palavra, geralmente, são desenvolvidas pelos homens que, mais frequentemente, opinam e decidem sobre ações a serem realizadas na comunidade, assumem cargos de coordenação dos festejos e outras funções diretivas.

A comunidade São Raimundo Nonato há sete anos é coordenada pela cearense Maria Zilda Teixeira de Oliveira, 48 anos, que veio para a Transamazônica em 1972. Além desse cargo ela assume a função de catequista e de dirigente dos cultos dominicais. Antes quem assumia a função de dirigente era um homem, mas ele consumia bebida alcoólica e às vezes não tinha condições de conduzir o culto porque estava embriagado. Então dona Zilda achou que podia contribuir, assumindo a coordenação da celebração dominical, uma vez que já ministrava a catequese para as crianças.

Nessa ocasião, tomei conhecimento da existência de outra comunidade liderada por uma mulher, a comunidade Cristo Redentor, a 24 km adentro desse mesmo travessão, que é dirigida por Maria de Fátima Menezes Arruda, 50 anos. Maria Zilda e Maria de Fátima, dirigentes dessas duas comunidades, comentam que as mulheres, apesar de trabalharem em casa e na roça se dispõem mais a participar das atividades pastorais da Igreja e dos trabalhos comunitários. Os homens, geralmente, se restringem às atividades na unidade de produção e participam dos trabalhos comunitários em eventos mais pontuais como: missa, festejos, mutirões entre outros.

Num contexto mais amplo, são as mulheres que assumem as funções de: catequista, dirigente dominical, coordenação de associação comunitária, de grupos de vizinhos, de movimento de mulheres e de algumas pastorais da Igreja. Além de outras atividades tidas como de competência feminina: limpeza da escola, do posto de saúde, da Igreja, bem como a organização e o andamento dos eventos comunitários.

Nos dias de missa nessas comunidades, as pessoas que moram mais longe da igreja sabem que após a celebração poderão compartilhar do almoço ofertado pela comunidade. Mas, para que isso aconteça, é preciso que todos colaborem com os ingredientes: arroz, feijão, macaxeira, carne de gado ou de galinha. Esta contribuição em alimentos faz parte de um código não dito, mas que é importante para a pessoa que deseja participar do almoço comunitário, pois é através deste que ocorrem as doações e trocas, que representam simbolicamente os laços de solidariedade que unem uns aos outros.

Naquele almoço comunitário na comunidade São Raimundo Nonato quem estava à frente da organização era um grupo de mulheres coordenado por Maria Zilda. Logo que após missa, elas foram buscar os alimentos e utensílios para servir a refeição, embaixo de umas mangueiras ao lado da capela. Era um espaço improvisado, com uma grande mesa de madeira rústica, onde ficavam as grandes panelas, os pratos, as colheres e os copos emprestados pelas famílias que moram próximas a área da capela. Outros utensílios como o filtro d'água, toalhas, vassouras, são da própria comunidade.



Foto 30: Almoço comunitário após a missa-195 Sul. (Ivone Coutinho, 2006).

Dona Zilda e Maria de Fátima assumem a distribuição dos alimentos. Primeiro para as pessoas “de fora”: padre, freira e visitantes; depois as crianças e as pessoas que haviam participado da missa, de preferência aqueles que contribuíram com ingredientes para o almoço.

As pessoas se aproximam da mesa espontaneamente e vão se servindo da comida e procurando um lugar para sentar-se, geralmente, se “abancam” próximo à capela ou embaixo de árvores. As mulheres comem sempre por último, pois se preocupam em servir primeiro às crianças e, às vezes, aos maridos, só depois que estão todos servidos é que elas fazem seus pratos e se acomodam próximo à cozinha ou em grupos embaixo das árvores. E quem está coordenando, assim como dona Zilda, é a última a fazer sua refeição. Ela ficava atenta para ver se tudo estava correndo bem e só deixou o espaço da cozinha quando tudo estava organizado.

Após o almoço Dona Zilda, Fátima, Maria das Dores e Maria do Socorro, que segundo elas, estavam mais à frente da comunidade, se juntaram aos homens que conversavam com o padre, para falar dos trabalhos na comunidade, comentar sobre as dificuldades da região, a crise na agricultura e, sobretudo, as péssimas condições da estrada na época do inverno. Para essas famílias, *se tivesse estrada tinha tudo!*

O padre ou a freira atendem as pessoas dando orientações sobre sacramentos religiosos e informam sobre algum problema ou fato relevante que esteja ocorrendo na região. Também procuram obter informações sobre as famílias e fortalecer as relações de troca e de sociabilidade entre as pessoas da comunidade. Assim, se mantêm informados e contribuem com as discussões sobre os problemas e as perspectivas daquelas famílias.

Desse modo, o almoço comunitário se constitui em espaço de comunicação, de confraternização e de socialização. É um ambiente propício para se estabelecerem posicionamentos e atitudes consideradas importantes para a comunidade e as lideranças presentes. Neste sentido pode ser também um espaço de disputas e de conquistas: quando se busca atrair maior atenção do padre, da freira, do visitante e de rapazes ou moças considerados interessantes do ponto de vista afetivo. E, sobretudo, quando se requer sutilmente o reconhecimento de quem colaborou para realização do almoço. Enfim, a confraternização que deveria ser o ponto alto do encontro, resvala mais para uma concepção utópica do que real. No entanto, a comunicação e a sociabilidade acontecem com bastante visibilidade.

Quanto às mulheres, tema central dessa discussão, aferimos que, animadas pelo desejo de participação e de contribuição social, mas, coagidas para dar conta de mais

uma responsabilidade, tendem a se inserir no campo do pensável politicamente para uma mulher. Esta é a realidade de muitas mulheres que participaram ou participam das organizações sociais nessa região. Para elas, a aquisição de status profissional ou de cargo de liderança obriga a que se organizem a fim de dar conta de dois imperativos inseparáveis: a família e as atividades da unidade domésticas (casa e roçado). Nem um, nem outro deve sofrer as conseqüências de seu engajamento. Dessa forma, o campo político social funciona como sistema de exclusão e de integração, que requer da mulher a dissimulação de suas aspirações.

Mesmo que tenham conseguido ultrapassar os obstáculos domésticos e as interdições sociais, sentem que, de alguma forma, ainda foram penalizadas. É o que nos revelam as mulheres que tiveram uma trajetória de participação efetiva nos espaços públicos quando dizem que não conseguiram conciliar o casamento com a atuação social.

Ao falarem desse assunto, elas lamentam por se encontrarem sozinhas ou em um segundo casamento e, sobretudo, por terem deixado para trás os sonhos construídos com o marido ao virem para Transamazônica. “*Parece que algo na história se perdeu*”, comentam as precursoras Neiva, Zita, Lindamir, Miriam e outras protagonistas dessa história de colonização. A questão que aí se impõe não é mais a desigualdade de posição ou de voz, mas, à sua vez, repensar e desconstruir o pensar internalizado, reconstituindo sua própria trajetória e reavaliando os meios e as formas, que a conduziram ao lugar que ora ocupa, sem sentimentos de culpa e ou de vitimização.

Apesar de achar importante a análise desta problemática, que mostraria o expressivo quadro de mulheres que estão separadas ou divorciadas dos maridos com quem migraram para a Transamazônica, esta não foi aprofundada como mereceria. O foco da pesquisa priorizou mostrar a preeminência das mulheres nos diversos espaços públicos instituídos no contexto da Transamazônica. Nesta perspectiva direcionei a análise para as trajetórias femininas, nas organizações sociais e na esfera sócio-política, conforme será apresentada no próximo capítulo.

CAPITULO 9

9 RECONFIGURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ESFERA SOCIOPOLÍTICA: MOVIMENTOS DE MULHERES E LIDERANÇA NOS ESPAÇOS POLITICO E SOCIAL

Nas comunidades ao longo da Transamazônica é expressivo o número de mulheres que assumem cargos de liderança em associações, grupos de vendas, movimentos de mulheres, sindicatos de professores, coordenações pastorais e em outros setores. Este quadro demonstra que as mulheres dessa região não se encontram segregadas ao seio do grupo familiar e que elas participam ativamente de outros espaços do âmbito societário. E sua atuação se qualifica pela defesa da vida e construção do meio em que vivem.

Nesses espaços de contradição, de antagonismos, de perdas, de disputas por poder e reconhecimento, mas também de unidade, de avanços e, sobretudo, de perspectivação de outras maneiras de conceber o mundo, as pessoas, as relações sociais e afetivas, as mulheres da Transamazônica reconstroem possibilidades a partir de elementos já conhecidos e engendram práticas políticas alternativas que vêm ao encontro de suas necessidades específicas. Apoiando-se em sentimentos subjetivos descobrem novas formas e mecanismos para atuar em espaços da esfera pública. Surgem, assim, os movimentos de mulheres, que passo a tratar nesta seção.

Essa consciência foi sendo construída através da participação nos encontros de CEBs, de lideranças, de formação sindical, nas assembléias de agricultores, movimentos de mulheres, nos quais discutiam a problemática da região e mostravam como poderiam enfrentar as dificuldades que emperravam o crescimento social e as expectativas das famílias agricultoras da Transamazônica.

A maioria desses encontros era promovida pela Igreja que, através da Comissão Pastoral da Terra/CPT, dava-lhes apoio logístico, oferecendo cursos de preparação e assessorando as lideranças para formação de delegacias sindicais. As

primeiras iniciativas de organização dos trabalhadores rurais da Transamazônica tiveram o apoio da ação pastoral da ala progressista da igreja católica, a partir dos trabalhos desenvolvidos na prelazia do Xingu e dioceses de Santarém e Itaituba.

A organização dos movimentos sociais seguiu e estimulou essa dinâmica. Animadores de comunidades do Oeste da Transamazônica tornaram-se então as primeiras lideranças da Corrente Sindical Lavradores Unidos e compuseram a primeira diretoria de trabalhadores rurais do STR de Santarém, desenvolvendo, a partir daí, o trabalho de criação de centenas de delegacias sindicais nas comunidades rurais. Em Rurópolis, foi criada a Delegacia Regional do STR de Santarém, em Medicilândia e Uruará criaram-se delegacias regionais ligadas ao STR de Prainha e, em Brasil Novo, foi criada uma delegacia ligada ao STR de Altamira.¹³³

Nessa época, Brasil Novo era distrito de Altamira e os trabalhadores rurais dessa área estavam vinculados ao STR daquele município, que era coordenado por pessoas que não vivenciavam a problemática dos trabalhadores rurais e desenvolviam um trabalho de cunho mais assistencialista. Com o incentivo da corrente sindical de Santarém-Pa e da CPT, os trabalhadores rurais de Brasil Novo começaram a se organizar para assumir a direção do STR de Altamira.

Em 1987, uma mobilização de colonos de Brasil Novo ocupou o INCRA em busca da regularização fundiária de suas terras e de solução para os problemas de infra-estrutura nas áreas de colonização. Naquele época discutiam como participar mais efetivamente do STR de Altamira ao qual estavam vinculados por questões político-administrativas, mas que não os representava nas suas dificuldades e perspectivas agrícolas. Brasil Novo foi então o nascedouro da organização sindical dos colonos da Transamazônica. Em 1988, após várias mobilizações e articulações políticas, um grupo de trabalhadores rurais desse município assumiu o STR de Altamira, que fora criado durante a ditadura militar com a finalidade de monitorar a ação política dos pequenos agricultores num pólo estratégico da colonização, conforme opinião dos sindicalistas integrantes dos movimentos sociais.

Dona Ana Bloem lembra o dia da “tomada do sindicato” como eles denominam, com muito entusiasmo. “Para os trabalhadores e trabalhadoras rurais foi uma grande conquista. Nós cantamos e dançamos na frente do sindicato. Depois

¹³³ LEROY, Jean-Pierre. Uma chama na AMAZONIA. Rio de Janeiro: FASE, 1991

nós fomos para o almoço comunitário, ali na escola Deodoro da Fonseca. Nós que trouxemos tudo, arroz, feijão, abóbora, macaxeira, carne e fizemos uma comemoração bem bonita”. Ela diz que as mulheres da área de Brasil Novo participaram intensamente dessa discussão e mobilização.

Na época as mulheres não podiam se sindicalizar. Elas participavam das discussões, mas não tinham direito de votar nem de serem votadas. Essa realidade se estendia à conjuntura política e sindical de todo o Brasil. As mulheres do campo só foram reconhecidas como trabalhadoras rurais no Censo de 1991. E só em março de 1994 o Congresso aprovou o Projeto de Lei que estende o direito à licença maternidade a essas trabalhadoras.

Esta dívida social para com a trabalhadora rural ainda perdura em algumas esferas da sociedade, principalmente quando se refere ao reconhecimento da mulher do campo como proprietária da terra. Este status só lhe é atribuído quando se constata a ausência do chefe da unidade de produção (por morte ou abandono) ou por algum impedimento de ordem jurídica. Um censo da reforma agrária, realizado em 1996, indicava que apenas 12% das mulheres eram titulares da terra. Índice considerado baixo na comparação com outros países da América Latina. Outra pesquisa feita em 2002 revelou a manutenção da mesma situação¹³⁴.

Essa discussão também é abordada por Rose-Marie Lagrave (2000), que faz uma leitura histórica e social da trajetória da mulher agricultora na França, mostrando as dificuldades que ela enfrentou/enfrenta para ser reconhecida como trabalhadora rural. A autora mostra como diversos organismos políticos, jurídicos e religiosos contribuíram na construção de um perfil de mulher rural, representando-a conforme os interesses e o contexto sócio-econômico em que estava inserida. As estatísticas e o direito tratavam a mulher sempre em relação à família, como mãe/esposa, mascarando a sua atuação na agricultura e negava-lhe o status de agricultora. Assim, ela não tinha os mesmos direitos concedidos ao homem do campo: crédito agrícola, previdência social, como também, não participava das decisões sócio-políticas.

A abordagem de R-M. Lagrave (LAGRAVE 2000) percorre diversas esferas sociais, que estão imbricadas em um mesmo sistema de produção e reprodução social, simbólica e cultural. Considerando-se a esfera da agricultura, é

¹³⁴ Direitos da Mulher no Campo. In: TERRA DA GENTE. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2003-2004 - 2005

visível que homens e mulheres ocupam posições diferentes. Ambos empenham-se na atividade agrícola, mas somente o homem é identificado como agricultor. Para a mulher, a agricultora, o reconhecimento de sua identidade profissional teve que ser concedido por meios legais, que a institui como “tendo direito”.

Na Transamazônica esta desvalorização da mulher agricultora também se configura em diversas instâncias sociais. Porém, mesmo não sendo reconhecida como trabalhadora rural, condição que lhe usurpava o direito de se sindicalizar, foram as mulheres as que mais participaram dos processos de articulação e conscientização sindical, conforme nos relatou dona Ana. Visitavam as famílias de agricultores e explicavam a importância de se filiarem ao STR, participavam das reuniões e encontros dos agricultores e, embora, muitas vezes assumindo as atividades na cozinha, não deixaram de opinar e contribuir com as discussões. As mulheres se integravam à conjuntura de organização social, impelidas pelas necessidades que afetavam suas realidades cotidianas. Dessa forma, elas reelaboravam as situações cotidianas e sociais que obstaculizavam o direito de cidadania e reduziam suas possibilidades de participação no espaço público.

Um grupo de mulheres de Brasil Novo esteve mais engajado neste processo de mobilização sindical: Ana Bloem, Maria Madergan, Maria Barbosa (falecida), Maria Ribas, Maria das Graças, Deolinda, Antonia Martins e outras que, por lapso de memória não foram citadas nos relatos. Essas mulheres não podiam atuar diretamente nas reuniões ou assembléias sindicais, mas agiam sutilmente, recorrendo à astúcia e habilidade feminina, desempenhavam o papel de captadoras de informações para transmitir aos “companheiros”, ou seja, os homens que faziam parte da mobilização sindical. Elas vinham em grupo até a sede do sindicato de Altamira com o pretexto de se filiar ao STR, pois eram agricultoras (algumas viúvas ou separadas) e queriam se integrar ao sindicato. E, conforme já sabiam, a resposta era de que as mulheres ainda não podiam se filiar, uma vez que o responsável pela terra era o homem. Então, aproveitavam a ocasião para obter outras informações de importância estratégica para o seu grupo como: quando iria haver assembléia do sindicato, onde seria realizada, quem viria de fora, se havia alguma proposta de pauta para assembléia, ou algum assunto polêmico a ser tratado.

Essas estratégias utilizadas pelas mulheres revelam a singularidade feminina ao recorrerem à sutileza e à argúcia para driblar os obstáculos e as interdições que lhes eram impostas. A captação de informações que eram interditas

até mesmo aos seus companheiros lhes conferia certo reconhecimento no âmbito sindical e mostrava a importância da participação feminina nesse processo de organização social. Esse reconhecimento abriria espaço para que reivindicassem o direito legal de integração ao STR e a outras esferas públicas.

Dessa forma ou de outra, as mulheres sempre estiveram presentes nas organizações sociais que encampavam os anseios e os objetivos das famílias que moravam e trabalhavam nessa região. Elas contribuía com as discussões e articulações sindicais e políticas, embora sua práxis social, geralmente, estivesse condicionada às funções consideradas como papel da mulher: organizar o almoço comunitário, cozinhar e distribuir a alimentação, limpar o ambiente das reuniões, preparar as celebrações. Quando chegavam a compor equipes de trabalhos administrativos assumiam, invariavelmente, a função de secretária.

Nesse percurso, as mulheres começam a perceber que as suas reivindicações e aspirações não tinham eco nas discussões e articulações políticas mais amplas. Então se fazia necessário organizar um movimento feminino que oportunizasse a reflexão e o questionamento sobre a construção social do gênero e a participação da mulher na esfera social.

Essa proposta coincidiu com a Campanha da Fraternidade liderada pela Igreja Católica que tinha com lema: Mulher e Homem imagem de Deus, através da qual a Igreja abria espaço para a discussão de gênero, dos direitos da mulher e, sobretudo, incentivava a participação da mulher no espaço público, através da sua organização e formação profissional, daí os movimentos de mulheres que eclodiram nas duas últimas décadas, se destacaram como construtores de novos paradigmas sociais sobre a questão do gênero e em conjunto com outras organizações sociais configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Em consonância com essas organizações os movimentos de mulheres buscavam melhorias na vida cotidiana, colocando em pauta as mais diversas problemáticas, desde a discriminação por orientação sexual e as questões de gênero até aos problemas de saneamento básico, educação, saúde, estradas desequilíbrio ecológico, poluição ambiental entre outros.

9.1 LIDERANÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: OCUPANDO OS ESPAÇOS EM CONSTRUÇÃO

Na região da Transamazônica, foco deste estudo, os movimentos de mulheres nasceram do seio de outras organizações coletivas que se constituíram em torno de uma ação política pautada na transformação da dura realidade em que as famílias migrantes vivenciavam nesta região. As mulheres que já se encontravam inseridas nessas organizações foram aos poucos construindo um outro espaço social e simbólico no qual se permitia a singularização de suas subjetividades, a discussão e valorização das políticas voltadas para a condição individual e social da mulher, assim, surgiram as primeiras iniciativas de organizar um movimento no qual as mulheres estivessem representadas em sua configuração política e ideológica, esse movimento incorporava as demandas femininas enfrentando as relações de poder de forma articulada com outros movimentos caracterizados como grupos de minorias: negros, índios, homossexuais, ecologistas etc, que também emergiam num contexto de correlação de forças. A concepção de movimento, entre tantas definições teóricas, está relacionada como expressão do poder da sociedade civil, e sua existência, independentemente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social¹³⁵.

Em 1987 surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Transamazônica. A idéia de organizar o movimento de mulheres nasceu numa assembléia da Paróquia de Brasil Novo. Na assembléia, o que estava em pauta eram os trabalhos pastorais, os quais deveriam estar em consonância com o processo de organização e transformação social, assim como rezavam os princípios evangelizadores da Teologia da Libertação.

Ana Bloem, primeira coordenadora do movimento de mulheres, conta como foi esse começo:

Estava se discutindo que a gente devia se organizar para fortalecer as nossas reivindicações. Nós encontramos 19 mulheres que estavam lá na assembléia e que também sentiam a necessidade da existência de uma

¹³⁵ [...] muitas vezes um movimento social strictu sensu deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG, por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo enquanto organização de apoio daquele movimento. GOHN, Maria da Glória. **TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 4ª. Edição, 2004, p. 247.

organização que nos representasse. Então decidimos apresentar a proposta do movimento de mulheres para Assembléia. A Ir. Marta estava muito entusiasmada e deu pulos de alegria quando soube que nós tínhamos despertado. (Entrevista, 2006)

Dona Ana afirma que foram poucos os homens que incentivaram a organização das mulheres. Inclusive o seu marido disse que nunca daria apoio a esse tipo de movimento. Elas enfrentaram muitas dificuldades para se estruturar, principalmente por falta de dinheiro para fazer as pequenas viagens e participar dos encontros, que se realizavam em Brasil Novo e a maioria das mulheres morava nos travessões. Tudo era distante e dos travessões só saía a cavalo, em carro de boi ou a pé. As mulheres andavam até 20 km para virem para as reuniões. Elas traziam na mochila além dos objetos pessoais, arroz, feijão, abóbora, macaxeira e outros alimentos para colaborar com o almoço comunitário.

Naquela época não havia recursos suficientes para a manutenção desses eventos e para conseguir algum dinheiro faziam rifas ou bingos de toalhas bordadas, de galinhas, de bolos, e com esses poucos recursos ajudavam na estruturação do movimento e nas viagens para os cursos e encontros de formação.

Dona Ana insiste em dizer que as mulheres na Transamazônica viviam sob forte machismo e opressão. Esta declaração encontra eco nas palavras de outras mulheres que integraram essa conjuntura de ocupação e organização social, sobretudo, nas vozes das coordenadoras dos movimentos femininos que se instituíram no processo de construção social da Transamazônica. Neide Henrique - coordenadora da Associação de Mulheres Dom Oscar Romero - e Maria do Amparo Leite - coordenadora regional do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Campo e Cidade - MMTC/C, são emblemáticas quando falam da forte dominação masculina que ainda impera no contexto da Transamazônica. Afirmam que este machismo abrange as esferas da vida pessoal e social.

A realidade se configura na narrativa de dona Ana, quando explica que, embora as mulheres estivessem presentes em todas as mobilizações e trabalhos da comunidade, participassem dos movimentos de trabalhadores rurais e reuniões sindicais, suas contribuições e propostas eram sempre tidas como ajuda. Até as idéias sugeridas pelas mulheres nos grupos de discussão eram apresentadas na plenária pelos homens. Muitas opiniões interessantes por elas levantadas eram apropriadas pelos homens. As mulheres não tinham a oportunidade de se posicionar

enquanto sujeitos pensantes e ativos. Ao transferirem o seu pensamento para ser apresentado e defendido em público pela voz masculina, elas perdiam a autoria de suas idéias e ficavam reduzidas ao papel de colaboradoras.

Diante desta situação, segundo dona Ana, as mulheres tinham o dever e a necessidade de se organizar. Além da falta de reconhecimento de sua contribuição social, elas sofriam muito nessa região, tanto pelo isolamento que as deixavam fragilizadas, por estarem longe de suas raízes culturais e laços afetivos, quanto pela falta de assistência e pelas constantes dificuldades próprias de uma região em processo de ocupação e desenvolvimento.

Dona Ana lembra com entusiasmo do primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas, realizado em Santarém no mês de julho de 1990, no qual um grupo de mulheres de Brasil Novo e de Altamira participou. Ela foi convidada especialmente, por Eunice Sena, assessora dos movimentos sociais de Santarém, e Graça Gama, presidente do movimento de mulheres do Baixo Amazonas, para juntas organizarem o primeiro congresso de mulheres trabalhadoras, que tinha como tema: “Nossa luta não cansa, precisa haver mudança!”.

Tal temática, conforme já foi comentado, estimulava as mulheres à participação social e ao comprometimento com ações coletivas que visassem à transformação das estruturas e hierarquias sociais fundamentadas na primazia masculina. Dona Ana diz que não se conformava com a condição de segregação política imposta à mulher e lembra o momento em que se posicionou publicamente contra o machismo que imperava nos movimentos sociais.

Ela recorda que em maio de 1991 o MPST realizou um grande acampamento em Altamira, que tinha como reivindicação principal a construção do Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT), com a participação de um grande número de organizações da área rural e urbana¹³⁶. Desta vez, cerca de duas mil pessoas passaram uma semana em Altamira debatendo a proposta de desenvolvimento regional apresentada pelo MPST e negociando com as autoridades enviadas pelos governos estadual e federal.

¹³⁶ O evento objetivava desencadear também um ciclo de denúncias para formar opinião fora da região, em relação ao abandono da Transamazônica, produzindo repercussão na imprensa nacional e estadual. FONTE: arquivos da FVPP.

Nessa ocasião, foi realizada uma assembléia no colégio Instituto Maria de Mattias para discutir as estratégias de organização e atuação no evento. Para tanto se formaram equipes de trabalho responsáveis por determinadas atividades, de modo que fosse garantido o bom andamento do acampamento, e, como de costume, os coordenadores (homens) escolheram as mulheres para tomarem conta da cozinha.

Esse ato, somado aos outros que indiretamente excluía as mulheres do espaço público, levou dona Ana a se posicionar mais firmemente contra tal situação gritando em alto e bom tom que as mulheres iam atuar em outras atividades e não obrigatoriamente na cozinha. Disse que esta atitude foi marcante na assembléia, pois fez todos repensarem que as mulheres não estavam ali apenas para cozinhar, mas para participar das discussões e decisões em pé de igualdade com os homens. Assim, elas compuseram as diversas equipes de trabalho juntamente com os homens, inclusive alguns deles assumiram os trabalhos na cozinha.

De acordo com o dossiê histórico encontrado nos arquivos da FVPP, em Altamira, o MPST surgiu oficialmente em um encontro regional ocorrido nos dias 23 a 25 de junho de 1989, na Linha Gaúcha¹³⁷, cidade de Rurópolis. No encontro estavam presentes sindicalistas, professores, movimentos populares, religiosos da Igreja Católica e associações de toda região. Durante o evento, os participantes discutiram a situação social, política e econômica da região e decidiram que uma das iniciativas para mudar esse cenário seria a criação de uma organização regional que representasse a opinião dessa parcela da sociedade sobre a situação do projeto de colonização, conforme descrito no relatório do evento:

Descobrimos que era preciso sobreviver na Transamazônica, unificar a luta e partir para uma mobilização geral para forçar as autoridades a retomar o projeto de colonização. Na avaliação das lideranças, esse nome (MPST) carregava um apelo autêntico e identificado com os anseios da população e potencializava a mobilização das amplas camadas insatisfeitas com o abandono”. (Depoimento de Francisco Monteiro membro do MPST, 1994, p. 29).

A participação feminina era expressiva. As mulheres, grande parte professoras, lideranças de comunidades, integravam todas as equipes de trabalhos:

¹³⁷ A linha Gaúcha ficou assim conhecida por ser um travessão onde a comunidade, conhecida como Flor da Selva, no km. 240 no sentido Altamira-Itaituba foi basicamente formada de migrantes gaúchos.

de planejamento, de articulação, de orçamento, de arrecadação, de divulgação e comunicação, de animação, de celebração e também aquelas condicionalmente consideradas não funcionais sem a presença das mulheres, como a feitura da alimentação e a limpeza do ambiente.

Em algumas equipes de trabalho elas se destacavam como lideranças, sobretudo naquelas que exigiam habilidades e conhecimento de escrita e leitura, uma vez que a maioria dos homens detinham pouco nível de escolaridade. Geralmente, essas atividades ficavam a cargo das professoras, que garantiam uma expressiva representatividade nessas mobilizações sociais. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), que se fazia presente na região desde a década de oitenta, garantiu uma participação social de fundamental importância nas discussões e propostas de políticas públicas para o município de Altamira e região da Transamazônica.

Essas mulheres/professoras, em sua maioria, não integravam os Movimentos de Mulheres, que eram organizados em torno de uma política mais centrada na condição social da mulher agricultora. Participavam de discussões mais amplas, que abrangiam as políticas públicas, como: saúde, educação, incentivos agrícolas e outras reivindicações voltadas para as melhores condições de vida das famílias das áreas rural e urbana. Daí a diferença entre as demandas do movimento de mulheres, composto em grande parte, por mulheres agricultoras, e aquelas encampadas pelas mulheres que detinham maior nível de escolaridade e que já desenvolviam alguma atividade na esfera pública. Estas conseguiam mais espaços nas organizações sociais, e geralmente assumiam cargos de lideranças nas grandes mobilizações populares.

No entanto, a expressiva participação feminina nas mobilizações sociais não garantia o reconhecimento do papel das mulheres nos espaços das discussões e ações coletivas de caráter decisório e visível. O repertório e as articulações¹³⁸ centravam o foco das análises nas demandas do movimento em si, sem preocupação alguma com a problemática de gênero. Por exemplo, não analisavam os conflitos que essas

¹³⁸ Os repertórios são construídos a partir da agregação das demandas. São um produto elaborado pela ação coletiva, através da demanda em reivindicação, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento. GOHN, Maria da Glória. **TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Op. Cit. p. 256.

mulheres vivenciam em seu cotidiano, tanto no universo doméstico e agrícola, quanto na esfera pública que envolvia o próprio exercício do ato de participar. Também não levavam em conta as redes de contatos e relacionamentos no interior da própria família e dos movimentos, frente a uma sociedade em que os valores e os discursos do masculino imperavam. Então, com o apoio do movimento de mulheres de Brasil Novo surgem outros movimentos de mulheres que encampam demandas articuladas com a realidade social em estas encontravam-se inseridas.

9.1.1 Breve Histórico do Movimento de Mulheres de Altamira: embate contra a violência e em defesa da vida

Em Altamira, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade – MMTC/C, tem uma trajetória de participação efetiva nas lutas por cidadania e justiça, que transcendem a esfera das questões de gênero. As histórias das mulheres que participam desse Movimento, em sua grande maioria, têm um componente de violação dos direitos de sua cidadania. Partindo de realidades de exploração e privação de direitos e de espaço de atuação, as trajetórias dessas mulheres foram sendo reconstruídas e repensadas a partir do diálogo, nem sempre possível, entre a participação social (espaço público) e o cumprimento dos afazeres domésticos, historicamente impostos como papel da mulher (espaço privado).

A maior contribuição do Movimento de Mulheres do Município de Altamira está ligada ao combate à violência e à injustiça contra mulheres, crianças e adolescentes. Essas ações foram realizadas através de passeatas, denúncias, acompanhamento dos processos no fórum e delegacia, atos públicos exigindo punição dos criminosos, como também assembleias discutindo políticas públicas e palestras incentivando a conscientização das mulheres para denunciar a violência e reivindicar os seus direitos por dignidade e cidadania.

O MMTC/C também participa dos conselhos municipais de saúde, educação, do conselho da criança e do adolescente, do comitê em defesa da vida das crianças altamirenses, do mutirão pela cidadania e de outros grupos sociais que refletem sobre os direitos humanos e discutem políticas públicas para melhores condições de vida da população.

O movimento é formado, em grande parte, por mulheres casadas ou solteiras, a maioria da classe trabalhadora da cidade e do campo. Essas mulheres vieram das bases da Igreja Católica e participavam de trabalhos pastorais, de clubes de mães, ou eram líderes comunitárias, afirma Antonia Melo (50 anos), fundadora do movimento em Altamira, na década de noventa.

Sou fundadora do movimento, ele foi fundado em 08 de março de 1991, mas, antes da fundação do movimento já existia uma luta das mulheres, não uma luta organizada, é assim... articulada, existiam lutas das organizações, das chamadas comunidades eclesiais de base ligadas à igreja católica, que incentivavam a gente pra lutar pelos direitos, para discutir os direitos e buscar formas de se organizar para conquistar esses direitos. Então nessa época, nos anos de 1989, 90, 91, aqui em Altamira é eu já tinha assim uma militância pública dentro da comunidade de base, eu assistia a questão muita alta de violência contra as mulheres, muitos assassinatos, e eu percebi que esses assassinatos, essas violências ficavam por isso mesmo. Não tinha iniciativa. As mulheres pouco denunciavam, por que tinham muito medo. A polícia não fazia nenhum trabalho de coibição à violência, então era como se fosse natural a violência contra as mulheres. Então, por causa disso, e como eu era dirigente da comunidade, liderança de base na minha comunidade, fui uma das escolhidas para participar de um encontro em Belém para refletir sobre a campanha da fraternidade lançada pela igreja católica, e que tinha como tema mulher e homem imagem de Deus. Foi no ano de 1991 mesmo. Era para estudar um pouco sobre a temática da campanha, para quando a gente chegasse aqui na comunidade, passasse para as pessoas o que era a campanha da fraternidade. O encontro em Belém foi muito bom, porque o curso era bastante concreto. A dinâmica foi mostrando a realidade em que vivíamos, e além de mostrar a realidade, a iniciativa de como as mulheres podiam se organizar para lutar pelos seus direitos, uma forma de combater essa violência, de lutar por justiça e sensibilizar a comunidade da situação de violência contra a mulher na sociedade. (Entrevista, 2005).

Observa-se nesse relato que a narradora, que se institui fundadora do MMTC/C de Altamira, aponta como principal motivação para essa organização a onda de violência contra as mulheres e a ausência de punição dos criminosos. Em Altamira, a situação de violência contra as mulheres, como na maioria das cidades brasileiras era, ou é marcada por grande índice de espancamento e assassinatos, quase sempre impunes. Nestes casos, o MMTC/C se faz presente exigindo justiça e punição para os praticantes de tais crimes, mobilizando grande número de pessoas, principalmente quando se trata da morte de uma mulher pelo seu “companheiro”.

Segundo informações de Antonia Melo, foi através dessas mobilizações que alguns criminosos foram colocados na cadeia. Infelizmente, diz ela, não foram todos, mas o movimento tem contribuído muito no combate à violência contra a mulher e a criança, como também para a conscientização da sociedade altamirense sobre os direitos humanos como um todo.

As mulheres que integram o núcleo do MMTCC/C em Altamira, a princípio, foram movidas por situações particulares de injustiça, privação, violência e indignidade sofridas no domínio privado, mas que não poderiam ser resolvidas de forma individual, por conseguinte, deveriam transcender os limites do espaço privado e adentrar as esferas jurídica, política, ideológica e sócio-cultural. Assim, apoiando-se nos sentimentos subjetivos, descobriram forças e mecanismos para mobilizarem uma ação conjunta e pública.

Então, mulheres passam a ser concebidas como sujeitos históricos, no sentido de que elas foram capazes de resistir e enfrentar o sistema social e suas instituições públicas de forma consciente e organizada¹³⁹. A sensação de dor e injustiça transforma uma sofredora passiva em um sujeito ativo. Beatriz Sarlo (1997) comenta que essas práticas não têm por base modelos abstratos ou teóricos, mas é a experiência concreta e os sentimentos emergentes que dão consistência à prática e ao discurso.

Novos valores emergem como um processo de tornar público o privado enquanto vivido por mulheres, que foram tidas como personagens secundários e começam a atuar como protagonistas. Novos sujeitos, essas mulheres freqüentemente falam uma língua muito diferente da linguagem dos políticos. Situando valores como vida, dignidade, segurança e direitos humanos básicos, como o eixo de sua ação e de seu discurso.

Desse modo, as organizações de mulheres enfatizam temas concretos que respondem às necessidades imediatas como moradia, saúde, trabalho ou direitos humanos básicos e ampliam essas discussões articulando-se politicamente com outros grupos considerados “minorias” (negros, desempregados, camponeses, índios etc.), pois discutem temas que dizem respeito à busca de cidadania de grande parte da população.

No curso da história as organizações de mulheres geralmente partem de uma vivência marcada pela privação tanto cultural quanto econômica. E, com base na experiência vivida, transformam essa realidade limitada em desejo de mudança e participação social, que fornece mecanismo para a organização e a ação política conjunta.

¹³⁹ TOURRAINE, Alan. *SOCIOLOGIE DE L'ACTION*: Essai sur la société industrielle. Paris: Édition de Seuil, 1965, p. 110.

Nessas organizações, elas não seguem nenhum modelo sistematizado, pedagógico ou profissional, mas agem movidas pela necessidade de transformação das suas realidades e do meio em que vivem. Na verdade, elas contribuem para o desenho de um modelo completamente diverso, no qual o sentimento de injustiça fornece uma base para a ação política e simbólica mais forte do que as certezas procedentes das concepções tradicionais ou intelectuais de política e sociedade. (SARLO 1987, 182).

As mulheres assumem práticas e discursos muitas vezes irreduzíveis e fechados, quando são questionadas sobre seus papéis sociais e suas estratégias de reivindicações. Esta leitura se ajusta à representação do MMTC/C de Altamira. Resistindo e respondendo às necessidades imediatas, essas mulheres se relacionam com a política por meio de suas experiências e, geralmente, não aceitam que contrariem suas convicções e seu senso de justiça, quando negociam suas propostas e reivindicações.

Fundamentadas nestes princípios, fazem do movimento um espaço de construção de identidades pelo reconhecimento de sua atuação como sujeitos constituintes do processo social. E assim, através da participação e inserção nas discussões, que dizem respeito aos setores públicos, as mulheres descobrem que toda conjuntura sócio-política, econômica, cultural, e até mesmo suas identidades são construídas historicamente por valores culturais e instituídas por estratégias de representação e estigmatização¹⁴⁰ de um sobre outros, as quais podem ser questionadas e transformadas.

Sendo a identidade pessoal como a identidade social¹⁴¹ consideradas como um mesmo fenômeno situado em diversos níveis de realização, segundo as contingências do contexto no qual o indivíduo está inserido, pode-se considerar que as identidades das mulheres integrantes das organizações sociais são constituídas e representadas a partir das categorias estigmatizantes, que constroem delas mesmas, e, sobretudo, daquelas construídas com base nos valores e interesses do contexto sócio-cultural em que vivem.

¹⁴⁰Goffman explica como o termo estigma é utilizado na sua discussão sobre a identidade, fazendo referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade é uma linguagem de relações, não de atributos. Goffman, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. 4ª. edição. Rio de Janeiro, editora Guanabara. 1988. p. 11.

¹⁴¹ O conceito de identidade social permitiu-me considerar a estigmatização. O de identidade pessoal, o papel do controle de informação na manipulação do estigma. Goffman, op. cit. p. 177.

Assim, a identidade das mulheres integrantes do MMTC/C é estigmatizada pela sua maneira de vestir e pelo comportamento combativo em determinadas situações sociais. Estas são caracterizadas por grupos não simpáticos ao movimento como mulheres “raivosas e/ou mal amadas”, estereótipos referidos principalmente àquelas que estão à frente da coordenação do movimento. Dessa forma, vai se consolidando uma imagem pública que as diferencia – negativamente – de outras mulheres.

Porém, se, por um lado, essa percepção estigmatizada se impõe como motivo de descaso e depreciação, por outro, existe a percepção, por aqueles que vêem essas mulheres com estima e admiração, de que elas representam a áurea da liberdade, da autonomia e do reconhecimento de se assumirem sujeitos de sua história e da sociedade em que vivem.

9.1.2 Duas Configurações do Movimento de Mulheres em Uruará: concepções distintas e percursos similares

Em Uruará, coexistem duas configurações do movimento de mulheres que se orientam por lumes díspares. A primeira iniciativa de organização feminina tem sua gênese no espaço religioso, onde se destacam duas freiras: Ir. Felícia e Ir. Érica¹⁴². A segunda conformação do movimento de mulheres em Uruará se instituiu já no final dos anos noventa, sob orientação do MMTC/C regional. Este movimento de mulheres aponta para a participação social e política, diferindo, em suas práticas e modos de conceber a organização, da Associação de Mulheres Dom Oscar Romero - AMDOR.

Por causa de sua origem “igrejeira”, esta organização, associada às religiosas e pastorais da Igreja Católica, atuava, segundo a coordenadora do MMTC/C de Uruará, de forma assistencialista, sem avançar nas discussões sobre cidadania e de cunho político. Afirma que esta associação mantém as lideranças e as participantes circunscritas à realização de ações de caráter humanitário, no sentido de que não se compromete com a problemática de gênero e as demandas sociais.

¹⁴² Irmãs Franciscanas de Ingolstadt, que se situaram na área de Uruará em 1976, para trabalhar nos trabalhos pastorais da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Uruará.

Sua atuação restringe-se a ações relacionadas à saúde da mulher, desnutrição infantil, hortas comunitárias e outras atividades femininas de auto-produção. Este quadro é descrito no relato de Maria Piloneto:

Tem outras organizações de mulheres aqui no município. Tem uma associação aqui na cidade e na zona rural tem outra. Aqui é coordenada pela Neide Henrique. A gente tem trabalhado para essas mulheres participarem junto com a gente do MMTCC, mas cada uma tem uma cabeça, o MMTCC de Uruará está abrangendo o campo e a cidade. Ele é mais amplo e a associação é mais ampla, mas está difícil. A gente chama a coordenadora pra conversar, mas ela prefere se isolar, a luta dela é totalmente diferente da gente, da associação aqui da cidade. É mais a multi-mistura. Elas não se reúnem e não vão para reuniões em Altamira e Belém. É muito restrito e local: um grupo de 60 mulheres. No nosso movimento nós temos mais de 100 mulheres filiadas, mas que participam, depende da capacidade de mobilização e condições de ir buscar no travessão, às vezes chega a uma média de 300 mulheres, e é esse recurso que nós não temos. As mulheres são muito omissas aqui na região. Eu cobro isso delas. Elas se aquietam contra a violência. Às vezes querem abafar as coisas que acontecem. São submissas ao marido. Eu tenho trabalhado para que elas venham para esse encontro e deixem os filhos com os esposos. Eu tenho ouvido que muitas não vêm porque não podem levar crianças. Não é isso. Pelo menos nesse dia elas devem participar de forma tranqüila. É difícil o marido que dá apoio para as mulheres, Muitos criticam a nossa organização.

As mulheres desta associação são representadas pela coordenadora do MMTC/C como pessoas alienadas, restritas às atividades proporcionadas pela Igreja e aos trabalhos de auto-produção. Segundo Maria Pilonetto, elas não participam das discussões políticas e sociais e nem se manifestam publicamente contra a violência e a dominação masculina, que ainda é muito forte, sobretudo entre as mulheres que não detém nenhum capital econômico, intelectual ou social.

Conversei com Maria Neide Sousa Henrique¹⁴³, coordenadora da AMDOR, sobre os objetivos e propostas de trabalho dessa associação. Ela explicou que a associação foi criada a partir de uma organização de um bairro periférico de

¹⁴³ Maria Neide Sousa Henrique, 55 anos, veio do Ceará com os pais em 1972. Sua família era composta por 14 pessoas, a maioria mulheres. Até 18 anos Neide era analfabeta porque o pai não deixava as filhas estudarem. Em 1984, ela começou a participar ativamente dos movimentos sociais, assumindo cargos de liderança comunitária, presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Educação entre outros. Neide Henrique concluiu o ensino médio e se prepara para prestar vestibular.

Uruará, onde havia muita pobreza e exploração feminina. Com o apoio da Igreja Católica, fundou-se essa associação com o objetivo de apoiar as mulheres na luta contra a violência e de promover ações concretas que as ajudassem a sair da situação de dependência e de exploração em que viviam. A maioria dessas mulheres era/é analfabeta, chefe de família e não possuía fonte de renda fixa. Em vista dessa situação, foram oferecidos cursos de escolarização, de artesanato, organização e manutenção de hortas comunitárias. Atualmente, através do apoio de projeto subsidiado pelo fundo de Desenvolvimento e Meio Ambiente (DEMA), desde 2006 elas estão trabalhando com a industrialização de polpa de frutas. Este projeto continua em parceria com o SEBRAI – Serviço Brasileiro de Industrialização.

Para Neide Henrique, a AMDOR também se preocupa com a problemática de exploração e de violência que envolve as mulheres. Diante destas situações, mobiliza-se em conjunto com o MMTC/C e assim fazem dessa bandeira uma ação unificada. Ela explica que essa associação de mulheres está mais restrita à área urbana, ao contrário do MMTC/C, que diz abranger o campo e a cidade. Não se percebe em seu depoimento disputa declarada por espaço na política de organização feminina em Uruará, até porque reconhece o limite de atuação da associação que coordena. Embora declare que sempre há ciúmeira, quando se está desenvolvendo um bom trabalho. No entanto, não reconhece o MMTC/C como um entrave ao desenvolvimento da Associação.

Diante do antagonismo explícito entre as organizações de mulheres de Uruará, é possível perceber a correlação de forças entre esses ‘dois’ movimentos, verificando o que de fato se confirma na realidade das mulheres desse município. Há indícios, no relato da coordenadora do MMTC/C, a respeito de uma suposta omissão da coordenadora da AMDOR, que teria se ‘acomodado’ diante de situações de violência e desrespeito à mulher, quanto de acusação: *“As mulheres são muito omissas aqui na região, eu cobro isso dela, elas se aquietam contra a violência, às vezes elas querem abafar as coisas que acontecem, são submissas ao marido”*.

Nesta análise deve-se levar em conta o fato de que a autora deste relato ocupa um cargo parlamentar, que sua base política vem do STR e que o MMTC/C de Uruará surgiu recentemente e, coincidentemente, logo depois de Maria Piloneto assumir o cargo de vereadora. Assim, o Movimento de Mulheres passou a ser a base de referência política desta vereadora, que insiste em defender políticas públicas voltadas para o atendimento e promoção social da mulher. Através de projetos com

ONGs e parcerias com alguns setores municipais foi construída a casa de apoio à mulher de Uruará, voltada para a realização de eventos e reuniões e, também, como ponto de referência das mulheres que vem dos travessões resolver algum problema em Uruará.

No entanto, percebe-se que este espaço instituído legalmente, com sede e estruturas apropriadas visando o melhor desempenho da organização feminina neste município, ainda não foi incorporado subjetivamente pelas mulheres. Elas não demonstram apego e sentimentos de pertencimento para com este espaço. A construção dessa estrutura se consolidou através de projetos financiados por ONGs, como o Fundo DEMA e a FVPP¹⁴⁴, mas não contou com a participação das mulheres no processo de discussão de sua proposta e de sua construção.

A realidade é diferente do processo de construção da casa de apoio à mulher de Brasil Novo, na qual as mulheres ajudaram a construir o Projeto, contribuíram com as discussões e participaram ativamente dos trabalhos para a construção do prédio. Elas compunham os mutirões e contribuíam de acordo com as suas possibilidades. Por isso, quando se referem a esta casa dizem: essa é a nossa casa, foi com muita luta que conseguimos este espaço. Mesmo que atualmente se encontrem ressentidas com o andamento da casa de apoio e com a organização do Movimento de Mulheres, continuam acreditando na organização feminina e declaram que sentem falta da motivação anterior, quando as mulheres participavam com entusiasmo e empenho, apesar das dificuldades estruturais e financeiras serem maiores.

Esta desaceleração das ações podem ser analisadas retomando-se a conjuntura sócio-histórica histórica dos anos oitenta na qual os movimentos sociais tiveram expressiva participação, ganhando força e representatividade em diversos setores da sociedade brasileira. Comparada ao contexto atual, denota-se que os movimentos populares perdem sua força mobilizadora, pois as políticas estatais exigem a interlocução com organizações institucionalizadas como as ONGs que ganham importância por atuarem através de políticas estruturadas com o poder

¹⁴⁴ O Fundo DEMA criado em 2005 em homenagem a Ademir Alfeu Fredericci, chamado carinhosamente de DEMA. Ele era membro da coordenação do Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX e que foi assassinado em agosto de 2001. O Fundo DEMA é organizado e administrado pela FASE em Parceria com a FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar e a Prelazia do Xingu.

público¹⁴⁵. O campo de trabalho mais preocupado com a eficiência das ações e com o êxito dos projetos do que com as questões ideológicas ou políticas/partidárias as ONGs recorrem a profissionais qualificados. Esses técnicos/líderes atuam como profissionais assalariados e não como militantes que desenvolviam trabalhos voluntários tendo como motivação a contribuição com a causa social. Dessa forma, as antigas lideranças que não detêm nenhum nível de formação técnica foram/são excluídas do processo de construção social e as organizações perdem um pouco o brilho de sua trajetória histórica de expressivos embates reivindicatórios e de mobilizações sociais.

Com base nessa leitura, observo que os movimentos sociais na Transamazônica, de um modo geral, também se institucionalizaram e ganharam autonomia financeira e de gerenciamento de suas políticas. Neste novo contexto, alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população.

Os Movimentos de Mulheres da Transamazônica não passaram ilesos a esse fluxo e refluxo de representação e construção de novos paradigmas. Nesse processo, as organizações femininas da Transamazônica (associações, movimentos de mulheres legalmente constituídos) se fragmentam e enfraquecem seu projeto político e cultural, o qual fora construído ao longo da trajetória de participação social nessa região. Mesmo as ações direcionadas a partir de uma consciência política social de gênero se encontram estagnadas, alimentando-se dos discursos e conquistas anteriores, sem nenhuma proposta nova eficaz que realmente incorpore as demandas atuais. Esta lassidão e ineficácia para empreender novas demandas são concretamente perceptíveis em determinados eventos, sobretudo naqueles em que a questão de gênero e a organização feminina estão em pauta: Assembléia do MMTCC, mobilizações em combate à violência feminina, eventos comemorativos (dia Internacional da Mulher) e trabalhos comunitários que dependem do empenho das organizações femininas.

¹⁴⁵ O poder público se transforma em agente repassador de recursos e as ONGs passaram a desempenhar um papel mais institucionalizados, pois são elas que estruturam os projetos, cuidam da organização de tarefas e redistribuição dos recursos. GOHN, Maria da Glória. **TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Op. Cit. p. 315

No município de Medicilândia, por exemplo, o movimento de mulheres é praticamente inexistente. Sua atuação está atrelada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, às ações sociais da prefeitura e ao populismo da rádio comunitária na qual a coordenadora do Movimento apresenta um programa diário. Esta situação se explica, segundo a coordenadora Iracema Limeu, porque a prefeitura do PT trabalha em conjunto com o movimento e não há necessidade de um enfrentamento mais ostensivo e reivindicatório de políticas de assistência à mulher. A prefeita também participa do Movimento de Mulheres, inclusive algumas comemorações relativas à causa feminina, - por exemplo, o dia internacional da mulher-, são promovidas pela prefeitura com o apoio incondicional do movimento de Mulheres daquele município.

O MMTC/C de Medicilândia foi formado legalmente em 1998. Esta legalização oficial permite que o Movimento receba apoio financeiro e logístico por meio de projetos em parceria com ONGs que se interessem em contribuir com a ação política social e cultural do Movimento. Durante algum tempo o MMTC/C de Medicilândia trabalhou mais efetivamente na promoção social e organização das mulheres desse município, conforme relatou Rosalina Brighenti Vronski¹⁴⁶, que coordenou este movimento por quatro anos, período em que concentrou as atividades na estruturação e legalização da entidade.

Durante quatro anos eu assumi a coordenação do movimento de mulheres. Nós começamos com a irmã Maria, porque na época estava meio desativado o movimento e nós trabalhamos a organização que não tinha o registro, nenhum projeto formulado. Eu fui a primeira presidente do movimento de mulheres com o Movimento registrado, com CNPJ e todos os documentos legais, e nós já fizemos eventos com mais e 1000 mulheres aqui em Medicilândia foi muito interessante, trabalhamos a multi-mistura e seminários resgatando a identificação da mulher e o seu trabalho na sociedade e em casa. Hoje o movimento de mulheres não tem muita atividade, até porque a conjuntura mudou, a gente enfrenta outras demandas.

Apesar dessa crise conjuntural que permeia as organizações sociais da Transamazônica, revelando que as suas demandas não apontam para embates e

¹⁴⁶ Rosalina migrou do Paraná com os pais e chegou em Medicilândia em 14 de agosto de 1979. A família com dez filhos possuía apenas 26 alqueires de terra e sua mãe dizia que não tinha terra para todos e o sonho dela era que todos tivessem terra, por isso vieram para a Transamazônica. Rosalina tem 46 anos, casada, 4 filhos, moradora no km 100 – faixa, onde possui lote e coordena uma das unidades da CFR-Casa Familiar Rural da Transamazônica.

atuações mais expressivas do ponto de vista da categoria ou de reivindicação social, a maioria das mulheres dessa região, se encontra ligada a algum tipo de organização institucionalizada: STTR - Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais, Sindicato de Professores, associações de bairros, conselhos comunitários, associações/movimento de mulheres ou grupos pastorais com atuação nas áreas sociais. Nestas organizações elas participam ativamente, e muitas estão à frente desses espaços públicos, coordenando, assessorando, fiscalizando, legislando e até administrando, efetivamente alguns setores públicos ou prefeituras.

Este quadro revela, que as mulheres foram sutilmente ocupando os espaços antes ocupados pelos homens, pois é importante esclarecer que no início do processo de organização social dessa região, os cargos de lideranças e coordenações das comunidades eram concedidos com prioridades aos homens, somente quando estes abandonavam o cargo ou não o assumiam com dedicação e responsabilidade, as mulheres tinham a oportunidade de ocupar esses espaços.

E apesar da Igreja incentivar a participação feminina nos cursos e encontros de formação, raramente se encontrava uma mulher ocupando cargo de dirigente de comunidade ou coordenadora de área. É o que nos revelam os “Informativos da Prelazia”, concernentes ao período de 1970 a 1980 - época de maior atuação dos trabalhos pastorais e das comunidades eclesiais e das organizações sociais na Transamazônica.

Neste contexto, estas mulheres superando a primazia da autoridade concedida aos homens, buscaram mecanismos para enfrentar não somente as interdições impostas pela tradicional divisão sexual do trabalho, mas, sobretudo aquelas que se impunham ao crescimento e reprodução de todo grupo familiar. Pois para a mulher a vida familiar consiste num processo constante de interação com outras dimensões da vida social.

Assim, elas se assumiram enquanto protagonistas de uma história em que as dificuldades e os problemas desafiavam suas potencialidades, colocando-as em confronto com as estruturas sociais e com suas próprias limitações. Movidas pelas necessidades e com um jeito peculiar elas reivindicaram e/ou negociaram a condição de sujeitos ativos na construção de uma história social, cultural e econômica nutrida pelos sonhos de milhares de migrantes que vieram para essa região em busca de uma vida melhor. Embora, sem maior clareza do que estavam fazendo, se lançaram ao desafio da construção da democracia na diversidade, do desenvolvimento na

precariedade estrutural, da organização social no conflito de interesses ambíguos e multifacetados.

Enfim, o que é importante reter da análise das trajetórias das mulheres migrantes da Transamazônica, nessas três décadas que seguiram ao processo de ocupação, de povoamento e de construção das instituições básicas para o desenvolvimento da região, é que essas mulheres, ligadas ou não a uma organização social institucionalizada, sempre estiveram atuando de forma autônoma e imperativa, seja nos espaço público ou privado. Dessa forma re-construíram suas próprias identidades e uma história de organização social - que nem sempre é a mesma para todas elas, mas que compõe o pano de fundo de suas relações sociais e de suas trajetórias na Transamazônica.

10 HISTÓRIA VISUAL DA OCUPAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA TRANSAMAZÔNICA-OESTE, (1970-1990)

10.1 CONFIGURAÇÕES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA NA DÉCADA DE SETENTA



Foto 31: Placas indicativas da Rodovia Transamazônica no sentido Altamira-Itaituba. (Fonte: cedida pela SEMAT de Altamira, 2007).



Foto 32B: Placa utilizada pelo INCRA para demarcação de lotes dos assentamentos na Transamazônica. (Ivonete Coutinho, 2007).



Foto 33: Título simbólico dos cem mil títulos de terras entregues pelo INCRA na Transamazônica, 1972. (Ivone Coutinho, 2006).



Foto 34: Prédio da CONAB no Brasil Novo. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 35: recepção da população de Altamira ao Presidente Médice, 1970 (Fonte cedida pela SEMAT, 2007).



Foto 36: Presidente Médice faz descerramento da placa de inauguração da rodovia Transamazônica, out-1970. (Fone: cedida pela SEMAT de Altamira, 2007).



Foto 37: Placa de inauguração da Rodovia Transamazônica- Out. 1970. (Fonte: cedida pela SEMAT de Altamira, 2007).



Foto 38: Placa situada próximo ao prédio da antiga prefeitura de Altamira demarcando a Integração entre o Sul e o Norte do país-1971 (Ivonete Coutinho, 2008).



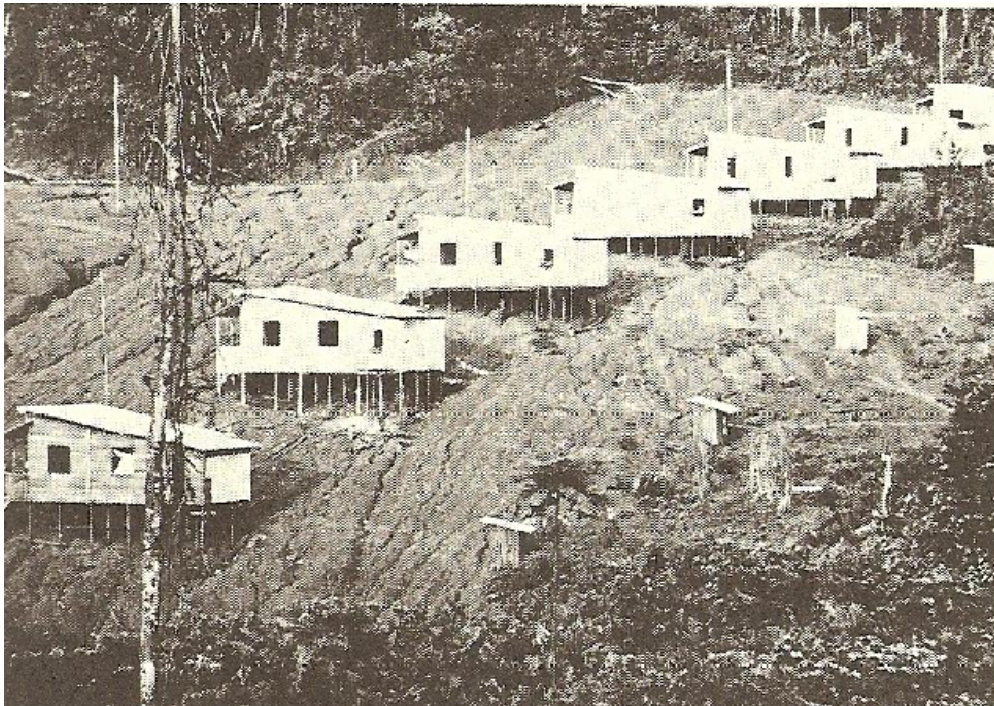
Foto 39: Placa situada na entrada do DNER de Altamira como marco de abertura da Rodovia Transamazônica (Ivone Coutinho, 2008).



Foto 40: Primeira agrovila construída na Transamazônica. Foto reproduzida do almoxarifado do INCRA de Altamira. (Ivone Coutinho, 2006).



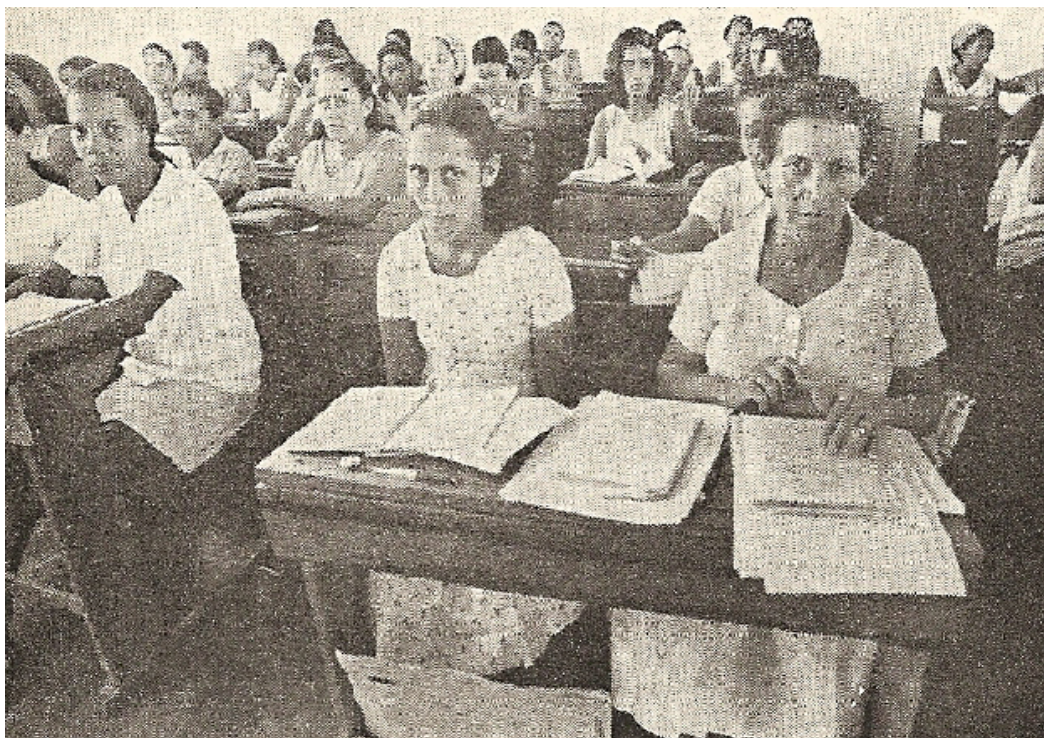
Foto 41: Capela de Brasil Novo construída em 1971 a pedido do Presidente Médici para celebração do primeiro casamento nesta agrovila. (Fonte: cedida, 2007, por D. Lindalva, informante desta pesquisa).



Gravura 1: Agrovila Abraham Lincoln, km 90, Altamira-Itaituba trecho da Transamazônica-1972. (Fonte: Digitalizada do livro *RAINFOREST CORRIDORS* (1982), 2008).



Foto 42: Foto histórica da primeira missa celebrada na Transamazônica em 1971, situada na sede do INCRA de Altamira. (Ivone Coutinho, 2006).



Gravura 2: Alunas de um curso primário, em Altamira Pará. Com o diploma, deixarão os bancos escolares e passarão para o quadro negro, como professoras. Idade média: 25 anos. (Fonte: Digitalizada do livro *Transamazônica*, (1970) em 2008).



Foto 43: Filhas do notável João Pezinho em um dos poucos veículos na Transamazônica, 1971. (Fonte: cedida pela família, 2005).



Foto 44: Irmã de João Pezinho, agricultor migrante do estado do Piauí, que se instalou no km 23 da então Transamazônica, na década de 50. (Eduardo Modesto, auxiliar de pesquisa, 2005).

10.2 AS ESTRUTURAS INICIAIS DE OCUPAÇÃO, DE PRODUÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA TRANSAMAZÔNICA.



Foto 45: Típica casa de colonos construída pelo INCRA-1972. Ainda existem muitas delas na Transamazônica. (Ivone Coutinho, 2006).



Foto 46: Transamazônica no inverno de 1975. (Fonte: cedida pelo agricultor Robespierre Arruda, 2005).



Foto 47: Cemitérios improvisados pelas famílias nas áreas em que estavam assentados, 1972-1980. (Ivone Coutinho, 2006).



Foto 48: Km 80, foto da máquina beneficiadora de arroz da família Trevisan, 1974. (Fonte: Cedida pela informante Leonilda Trevisan, 2007).



Foto 49: Francisco Batista da Silva, meu pai, na lavoura de pimenta, 1974. (Fonte: Álbum da família, 2007).



Foto 50: Dona Neiva e família na colheita de pimenta-do-reino em Medicilândia, 1975. (Fonte: cedida pela informante Neiva Ribeiro, 2006).



Foto 51: Primeira feira comercial em Brasil Novo, 1974. (Fonte: cedida pela informante Lindalva, 2007).



Foto 52: Sr. José Curioso colono pioneiro de Brasil Novo, mostra a marca da COBAL nos produtos. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 53: Família de migrantes cearenses, assentados na gleba 15, Brasil Novo, 1975. (Fonte: cedida pelo Pe. Alirio Bervian, 2007).



Foto 54: Agrupamentos de famílias migrantes de origens culturais diferentes, 1976. (Fonte: cedida por Robespierre Arruda, 2006).



Foto 55: casal de colonos mostra registro de casamento realizado na Transamazônica, 1974. Ele cearense, viúvo, casa com moça de meia idade filha de alemães. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 56: Discurso de Leonilda Trevisan na inauguração do centro comunitário da Agrovila Nova Fronteira no km 80, 1972. (Fonte: cedida por Leonilda Trevisan, 2007).



Foto 57: Escola construída pelas famílias migrantes no período inicial de ocupação - 1970-1980. (Fonte: cedida por Neiva Ribeiro, 2006).



Foto 58: Escola pólo de Medicilândia referência histórica da conjuntura educacional e social dessa área. (Ivone Coutinho, 2006).



Foto 59: grupo de mulheres do curso de magistério em Medicilândia, 1990 (Fonte: cedida por Neiva Ribeiro, 2006).



Foto 60: Salão comunitário construído pelas famílias migrantes do km 70, 1980 (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 61: Encontro de CEBS em Medicilândia, 1978 (Fonte: cedida por Neiva Ribeiro, 2006).

10.3. AS CONFORMAÇÕES ORGANIZATIVAS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E DE TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL DA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA, 1980-1990.



Foto 62: Movimento contra a proposta de construção da Barragem no rio Xingu, 1989. (Ivone Coutinho, 1989).



Foto 63: Passeata em prol de melhorias para a região da Transamazônica, 1984.(Fonte: Álbum da família, 2008).



Foto 64: Caravana organizada para ir a Brasília reivindicar melhorias sociais e investimentos agrícolas para a Transamazônica, 1990. (Fonte: cedida pela FVPP, 2005).



Foto 65: Maria da Paz e Mario, agricultores da área de Medicilândia em dia de encontro sindical (Ivone Coutinho, junho-2005).



Foto 66: Jiovanna – STR de Brasil Novo. Primeira mulher presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais em toda a região da Transamazônica, 2007. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 67: Assembléia de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Brasil Novo, junho-2005.(Ivone Coutinho, 2005).



Foto 68: comemoração ao dia Internacional da Mulher em Medicilândia com a participação da prefeita Lenir Trevisan. (Ivone Coutinho, março- 2006).



Foto 69: Escola construída pela comunidade do km 75 Sul em parceria com a prefeitura de Medicilândia (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 70: Travessão do km 195 Sul, a 12 quilômetros da margem da rodovia Transamazônica. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 71: Unidade de produção no km 75 Sul: casa, depósito e colheita do milho. (Ivone Coutinho, 2007).



Foto 72: Raimundo Viana, nordestino-RN. Colono do km 75 Sul, mostra carteira de agricultor que recebeu após adquirir o título da terra. (Ivone Coutinho, 2008).



Foto 73: Km 75 Barcaça para secagem do cacau, conquista de algumas famílias agricultoras mais providas economicamente. (Ivonete Coutinho, 2008).



Foto 74: Dona Julia km 75 Sul, amostragem do interior da cozinha das residências rurais na Transamazônica. (Ivonete Coutinho, 2007).



Foto 75: Trabalho artesanal em equipe no clube de mães “As Pioneiras”, Agrovila Nova Fronteira. (Ivone Coutinho, 2006).



Foto 76: I Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica, realizado em julho de 2006 em função da pesquisa. (Foto: Kaline Figueiredo, auxiliar de pesquisa).



**Foto 77: Participação do I Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica, 2006.
(Foto: Kaline Figueiredo, auxiliar de pesquisa).**



**Foto 78: II Encontro de Mulheres Migrantes realizado em Brasil Novo, março-2008.
(Foto: Ivonete Coutinho).**



Foto 79: Participação no II Encontro de Mulheres Migrantes da Transamazônica, março-2008. (Foto: Ana Moraes , auxiliar de pesquisa).

A GUIA DE CONCLUSÃO

A tarefa de concluir um trabalho como este não pode ser considerada a mais estimulante no conjunto da pesquisa. A sensação de que ainda há muito por fazer incomoda a ponto de que ouse dizer que este não é um texto conclusivo, mas uma discussão complementar às muitas que fundamentam esta pesquisa. Ressalto que as conclusões a respeito de cada temática em estudo, foram demonstradas no decorrer dos respectivos capítulos. Resta agora fazer algumas observações adicionais.

Nesta direção, faz-se necessário aventar algumas contribuições significativas que esta pesquisa trouxe para a memória histórica e social da Transamazônica, no sentido de que toda história depende de sua finalidade social, conforme analisa Thompson P. (2002, p.20). Assim, confesso que tentei construir uma história com significados para a ciência e, sobretudo, para quem fez e vivenciou esta conjuntura de ocupação e organização social da região da Transamazônica.

O fato deste trabalho está centrado nas histórias de vida das mulheres migrantes, por si já constitui uma forte contribuição social, haja vista que é muito raro se encontrar na história oficial, uma narrativa de colonização na qual as personagens femininas tomam a palavra e definem as posições que ocupam/ocuparam no processo de ocupação e recriação da vida familiar e social. Aqui elas são ouvidas e referendadas a partir de suas falas e do espaço social em que estão inseridas e atuando.

Outro fator importante que deve ser destacado neste processo de migração, de ocupação e, por conseguinte de organização social da região da Transamazônica, é que, ao contrário do que foi apregoado e repetido por muitos atores que compuseram esse cenário (Igreja, Estado, famílias e movimentos sociais), as pessoas que permaneceram na Transamazônica e que construíram certo capital social e/ou econômico não foram aquelas que chegaram desprovidas de qualquer patrimônio, seja cultural, econômico, ou social.

Esta análise revela que a maioria das famílias que se fixaram na Transamazônica trouxe consigo alguns recursos e bens culturais, os quais contribuíram significativamente no processo de adaptação e de construção dos novos espaços sociais. Alguns relatos mostram que essa prerrogativa do necessitado ou absolutamente carente, atribuída, geralmente aos nordestinos, considerados desprovidos de qualquer capital social ao migrarem para a Transamazônica, não é condizente com a realidade da maioria das famílias nordestinas, integrantes do projeto de colonização governamental, que encontrei nessa região. Elas mostraram que portavam algo a mais do que a premente necessidade

de sobrevivência. Além de um capital cultural, enriquecido por outras experiências de migrações, muitas dessas famílias detinham algum recurso financeiro e, sobretudo, certo conhecimento e bens simbólicos que as singularizavam mediante o forte estigma pré-concebido face aos nordestinos. Estes elementos foram determinantes e contrariaram a tese de que “só ficou quem foi corajoso e tinha vontade de trabalhar”, repetida pelos agentes governamentais e pelas próprias famílias que se estabeleceram nessa região.

Considero importante ainda, enfatizar o papel que a escola, ou melhor, a educação, concebida como meio de acesso e progressão social, representou para as famílias migrantes da Transamazônica. Num contexto em que a informação e o conhecimento eram raros e privilégios de poucos, esse bem cultural passou a ser um alvo prioritário de conquista e de alcance para essas famílias. Assim, a insuficiência de escolas e de professores capacitados não se configurou um obstáculo intransponível para quem acreditava que através da educação era possível fortalecer a estrutura familiar e conseqüentemente, desenvolver essa região no âmbito social e econômico. Esta concepção foi fundamental para que as diferenças culturais se minimizassem frente a um campo de luta comum: a construção de um espaço educacional de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda da região.

Neste espaço construído a custa de muitas mobilizações coletivas e embates políticos as mulheres se destacaram. Inicialmente, movidas pela aflição materna em verem seus filhos sem acesso à escola. Este sentimento levou muitas mulheres a assumirem uma sala de aula, em suas próprias casas, ajudando seus filhos e outras crianças da vizinhança. Posteriormente, com a construção da escola, elas saíram do âmbito privado, para atuar de forma incisiva no espaço público, uma vez que a escola era o ponto de referência das reuniões e discussões da comunidade.

A entrada das mulheres nos espaços de discussões e de decisões públicas, seja por meio da escola, dos movimentos sociais, das associações e mais adiante dos sindicatos, proporcionou a aquisição de novos referentes individuais e coletivos para aquelas que até então estavam segregadas ao espaço doméstico e ‘assujeitadas’ aos condicionamentos construídos secularmente pela cultura masculina. Munidas desses novos referentes e articuladas com outras redes de atuação social, não concebiam mais a idéia de ficarem restritas ao espaço doméstico, sem perspectiva de projeção social e/ou profissional. Esta proposição levou-as a romper enfaticamente com certos valores e fronteiras impostas pela condição de mulher, sem status profissional, sem título

acadêmico, sem capital econômico e cultural que lhes conferia a invisibilidade, o desconhecimento, o apagamento de sua trajetória.

Muitas mulheres romperam com essas fronteiras, “se dedicando de corpo e alma”, como elas próprias declaram, aos movimentos sociais, aos cursos de formação profissional e aos trabalhos da escola ou comunitários. Nestes casos, a grande maioria dos maridos não entendeu esse processo de mudança e declarou o fim do casamento. Nem mesmo esse impacto afetivo fez com que essas mulheres desistissem do propósito de reconstruírem suas identidades a partir dos espaços que estavam se instituindo na região.

Este quadro de expressiva atuação feminina nos diversos setores sociais da região da Transamazônica se visualiza facilmente em um processo de observação. Portanto, este trabalho vem para dar voz, lugar e foco a atuação feminina, assim como normalmente se faz com os homens: referindo-se a elas no comércio, na agricultura, na escola, na associação, no sindicato, na unidade doméstica e de produção. Mas não posso deixar de lembrar que algumas instituições, em particular a igreja, que naquele contexto histórico específico, desempenhou um papel central, apoiando as mulheres, atraindo-as para o espaço público e fornecendo-lhe formação visando sua atuação enquanto lideranças. Parafraseando Bourdieu (1998), a igreja foi a instituição que fez diferente quanto ao seu peso e funções no processo de ocupação da Transamazônica.

Eis então, o que gostaria ainda de enfatizar e acrescentar a esta discussão, embora tenha consciência de que outras dimensões das trajetórias dessas mulheres mereceriam uma análise mais aprofundada. Não digo isso para me furtar da responsabilidade do trabalho que ora apresento como concluído. Ao contrário, esta sensação de inconcluso me estimula a continuar neste campo de pesquisa e por outro lado, abre espaço para que outras discussões sejam aventadas a partir da substância desse trabalho.

REFERÊNCIAS

1 FONTE ESCRITA

1.1 LIVROS

ALMEIDA, A. W. Berno. **MOVIMENTO MIGRATÓRIOS NOS VALES DO TAPAJÓS E DO XINGU**. Relatório de Pesquisa, UFRJ. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Terra, conflito e cidadania**. Campina: ABRA, v. 22 n. 1. 1992. p. 61-86.

ALVAREZ, Maria Luzia Miranda; SANTOS Eunice Ferreira dos (Org.). **Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher**. Belém: CEJUP; GPEM; REDOR, 1977. 487 p.

ANDRIGHETTI, Yná. **NORDESTE: Mito e Realidade**. São Paulo: Moderna, 1998. 176p.

ARAGON, Luis E. & MOUGEOT, Luc J. A. (Org.) **Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. Belém: UFPA/ NAEA, 1986.

AUGÉ, Marc. **Os Domínios do Parentesco** (filiação, aliança matrimonial, residência.), Lisboa: Edições 70, 1978. p.13-20.

BEAUD, Michel. **L'art de La Thèse : comme préparer et rédiger une thèse de doctorat, un mémoire de DEA ou de maîtrise, ou fait autre travail universitaire**. Paris: nouvel éditions. La Découverte, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1954.

BERTAUX, Daniel . **Les Récites de Vie: perspective ethnosociologique**. Nathan,1996.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre et SAYAD, Abdelmalek. **La déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle**. Paris, Les Editions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d' une théorie de la pratique: Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. **La domination masculine**. Paris: Edition Seuil, 1988 et septembre 2002 pour le préface.

_____. **Le sens pratique**. Paris: éditions de Minuit, 1980.

_____. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: éditions du Seuil, 2000.

_____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Preface de Pierre Bourdieu: à L'immigration ou les paradoxes de l'altérité**. Bruxelles: De Boeck Université, 1991.

_____. **RAZÕES PRÁTICAS: sobre a teoria da ação**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2001. 224 p.

_____. **“SI LE MONDE SOCIAL M’EST SUPPORTABLE, C’EST PARCE QUE JE PEUX M’INDIGNER”** : Entretien avec Antoine Spire. Paris: éditions de l'aube, 2001.

_____. **UN ART MOYEN-** Essai sur les usages de la photographie. Paris: les éditions de Minuit, 1965.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas SP: Editora UNICAMP, 1998.

CALVACANTI, Arivaneide da Marta. **Memórias da Transamazônica**. Altamira-Pa, 2005.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido, história**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
CAVALCANTI, José Francisco de Moura. In: **Projeto Integrado de Colonização Altamira I**. Brasília: 1972.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS - CEM. **Migrações no Brasil: O peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986.

COELHO, Maria Célia Nunes. Et al (org.). **Estado e política pública na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP: UFPA-NAEF, 2001.

COLLIN Armand; MASSON. **CURSUS: Dictionnaire de Sociologie**. Paris, 1991; 1995.

COMEFORD, Jonh. **Famílias sindicais: a interdependência de redes de parentesco e espaços institucionais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003. p. 25-141.

CORRÊA, Mariza. **Cadernos de Pagu – Situando Diferenças**. São Paulo: Unicamp, 1995.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. (org.) **Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas**. Belém: UFPA; NAEA, 1987.

DESSAUT, Ivette. Carnets de socioanalyse – I. **L'inforjetable**. ARRSS n. 74. s/d.

DUMONT, Louis. **Introducción las teorías de la antropología social**. Barcelona: Anagrama, 1975.

DURKHEIM, Emile. **LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL**. Paris: Félix Alcan Editeur, 1902.

_____. **As regras do método sociológico**. (tradução) Maria Isaura Pereira Queiroz. 10. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, p.23.

DUSSUET, Annie. **LOGIQUES DOMESTIQUES: Essai Sur Les Représentations du Travail Domestique Chez Les Femmes Actives de Milieu Populaire.** Paris: éditions l'harmattan, 1997.

EVANS-PRITCHARD. **La femme dans les sociétés primitives et autres essais d'anthropologie sociales.** Paris: presse universitaires de France, 1971.

FAMILLES, TERRE, MARCHÉS: logiques économiques et stratégies dans les milieux ruraux (XVII- XX siècles). Sous la direction de Gérard BEAUR, Christian DESSUREAULT et Joseph GOY . Actes du colloque France-Québec-Suisse. Paris: PUR- PRESSES UNIVERSITAIRES DE RENNES, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História Oral: Desafios Para o Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **PISANDO FORA DA PRÓPRIA SOMBRA: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 445p.

FIGUEIREDO, V. **Altamira: latitude esperança.** Belém: Gráfica Editora Falangola, 1976.

FILHO, de Sousa Alípio. **MÉTODOS, MITOS E CASTIGO: notas a pena de morte.** São Paulo: Cortez, 1995.

FILLOUX, Jean-Claude (Coordination). Analyse d'un récit de vie. In : **L'histoire de D'Annabelle.** Paris, Presses Universitaires de France, 2005.

GARCIA, Jr. Afrânio Raul. **Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste.** Paris: Collection Brasília - ÉDITIONS DE LA MAISON DES SCIENCES DE L'HOMME, 1989.166 p.

_____. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1989.

_____. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Tradução. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 12. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, Flávio Alcaez. **TRANSAMAZÔNICA: A Redescoberta do Brasil**. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1972.

GUERIN, Isabelle. **Femmes et économie solidaire**. Paris: La Découvert /M.A.U.S.S./SED, 2003.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: Campesinato no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. P. 170; 22 cm.

HALBAWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: éditions Albin Michel, 1994.

HEBETTE, Jean ; ACEVEDO, Rosa. “Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais”. In: **Colonização Para Quem?** Belém, UFPA/NAEA, pp. 113-150, 1978.

HEBETTE, Jean ; MAGALHÃES, Sônia Barbosa ; MANESCHY, Maria Crisitina Alves. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: Jean Hébette; Sônia Barbosa Magalhães; Maria Cristina Alves Maneschy. (Org.). **No mar nos rios e na fronteira: Faces do Campesinato no Pará**. Belém - PA: UFPA, 2002. p. 205-231.

HEBETTE, Jean. A REFORMA AGRARIA DOS POSSEIROS. In: **CRUZANDO A FRONTEIRA: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004. p. 262- 264.

_____. A REFORMA AGRARIA É A GENTE QUEM FAZ. In: **CRUZANDO A FRONTEIRA: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004. p. 265- 273.

_____. DO IMPACTO DA MOBILIZAÇÃO CAPITALISTA DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA. In: **CRUZANDO A FRONTEIRA: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. III. p. 149-163.

HEREDIA, Maria Alasia Beatriz. **A MORADA DA VIDA:** Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOWARD, S. Becher. **Ecrire les sciences Sociales:** commencer e terminer ses articles, sa thèse ou son livre. Paris: Édition Economie, 2004.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis Rj: Ed. Vozes, 1979.

JAMESON, Fredric. **O Inconsciente Político: a narrativa como um ato social e simbólico.** São Paulo: editora Ática, 2000.

KLAUTLER, Erwin. **A CONTRA -REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO XINGU.** Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I) sobre Problemas Fundiários- Assembléia Legislativa do Estado do Pará- 30-08-84.

_____. **Dom Erwin conta.** A 3ª Assembléia do povo de Deus-1994. Altamira- PA, 1995.

_____. A Voz dos Pastores da Amazônia. In: **Discípulos Missionarios na Amazônia.** Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia. Manaus : CNBB, 2007.

KOFES, Sueli. **Uma trajetória em narrativas.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

KRAUTLER, Dom Eurico, **Sangue nas Pedras.** São Paulo: edições Paulinas, 1979.

LAGRAVE, Rose-Marie. **Celles de la terre:** agricultrice: invention politique d'un métier. Paris: édition de l'École des Hautes Études En Science Sociale, 1987.

LARANJEIRA, Raimundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LE TRAVAIL DU GENRE: Les sciences sociales du travail a l'épreuve des différences des sexes . Sous la direction de Jaqueline Laufer. Catherine Marri. Margaret Mauruani. La Colletion RECHERCHES. Paris : ED. La Decouvert , 2003.

LÈNA Philippe et MELO Neli Aparecida de (Org.). Amazonie - Developpement Durable Et Dynamiques Sociales. In: **CAHIERS DU BRESIL CONTEMPORAIN**. Paris, 2007.

LÈNA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engracia de. **Amazônia – a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LEPOUTRE, David avec CANANODT, Isabelle. **Souvenir de familles immigrées**. Paris: Odile Jacob, 2005.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na AMAZONIA**. Rio de Janeiro: FASE, 1991.

Les Nouvelles Migrations: un enjeu Nord-Sud de la mondialisation. Dirigé par EL MOUHOU B MOUHOU B. Paris: Universalis, 2005.

LEVI-STRAUSS, Claude. **“A noção de estrutura em etnologia” Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA. Monteiro Delcio. **Os Demônios Descem do Norte**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1991.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **ESTADO, BANDIDOS E HERÓIS**. Utopias e Luta na Amazônia. 2. ed. Belém: Ed. Cejup, 2001.

MARICOUT, Thierry. **Nous, sommes femmes sans frontière**. Paris: Edition Licorne et L'Harmattam, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis-RJ: vozes, 1995, P. 31.

MARUANI, Margaret. **Travail et emploi de femmes**. Paris: éditions de la découverte, 2003.

MATA, João Santos da. A romanização da igreja na Amazônia (1840-1880). In: HOORMAERT, Eduardo. (coord.). **Comissão de Estudos da história da Igreja na América Latina**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

MAUSS, Marcel. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELUCCI, Albert. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MENEZES, Irmã Maríla. ASC. **Irmã Serafina Cinque, ASC – O anjo da Transamazônica**. Roma: CIS asc – Centro Internacional de Estudos de Espiritualidade. 1998.

MORAES, Fernando; CONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **TRANASAMAZÔNICA**. São Paulo: editora brasiliense, 1970.

MUEL-DREYFUS, Francine. **Vichy et l'éternel féminin**. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps. Paris: éditions du seuil, 1996. p. 388.

NANCY, L. Green e François WEIL. **CITONNETÉ ET ÉMIGRATION: les politiques du départ**. Paris: éditions de l'École des Hautes Études En Sciences Sociales, 2006.

NUNES, André Costa. **A Batalha do Riozinho do Anfrísio : uma história de índios seringueiros e outros brasileiros**. Belém, SECULT/FUMBEL, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

_____. **AMAZÔNIA: monopólio, expropriação e conflitos**. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: Ocupação desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PEREIRA, Nady Margarida. **Bodas de Prata – 25 anos.** Belém-Pa: Catalogação na publicação, 2002.

PEREIRA, Osny Duarte. **A TRANSAMAZÔNICA: PROS E CONTRAS.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1971.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história:** tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 520 p.

PRADO, Júnior Caio. **1907 - Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia/ Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRIORE, Mary Del. **MULHERES NO BRASIL COLONIAL.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. (Org.). **HISTÓRIAS DAS MULHERES NO BRASIL.** Carla Bassanezi (coord. de textos). 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

REBELO, Castro Darino. **Transamazônica Integração em Marcha.** Centro de Documentação e Publicações do Ministério dos Transportes. DF, 1973.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. (Coord.) **Transamazônica: a integração Brasileira.** Rio de Janeiro: ed. Conquista, 1975.

RESENDE, Eliseu. **O PAPEL DA RODOVIA NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA** – Publicado pelo DNER. Rio do Janeiro. 1969. 11 p.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém:** representação sindical rural no Brasil / Rudá Ricci. – Campina, SP: Editora de Unicamp, 1999.

RUA, Maria das Graças; ABRANMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: Unesco, 2000. p.347.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, César Augusto dos, et al (Org). **História da Companhia de Jesus no Brasil/Serafin Leite**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 565-568.

SANTOS, Daniel Francisco dos. **Experiências de Migração de Trabalhadores Nordestinos**. Rondônia 1970-1995. Salvador: EGBA, 2003.

SARDAN Jean-Pierre Olivier de. **Anthropologie et développement**: Essai en socio-anthropologie du changement social. Editions Apad Karthala, 1995.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte, e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **LA DOUBLE ABSENCE**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: éditions Seuil, 1999.

_____. **L'immigration ou les paradoxes de l'altérité**. Paris: Editions Universitaires, 1991.

SCHWEITZER, Sylvie. **Les Femmes Ont Toujours Travaillé**: une histoire de leurs métiers, XIXe. e XXe siècle. Paris: édition Odile Jacob, 2002.

SEGALEN, Martine. **Mari Et Femme Dans La Société Paysanne**. Paris: Flammarion, 1973.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. In: **boletim do museu nacional**. Antropologia. N° 52. Rio de Janeiro, 1985.

SIGAUD, Lygia; L'ESTOILE, Benoit de (Org.). **Operações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIMÕES, Aquiles, et al (org.). **Agricultura Familiar**: Métodos e Experiências de Pesquisa – Desenvolvimento. Belém: NEAF; CAP; UFPA; GRET, 2001. 357p.

SINGLY; François. **Sociologie de la famille Contemporaine**. Paris: Armand Colin, 1993.

_____ . (Direction). **La famille l'état des savoirs**. Paris: Editions La Decouvert, 1991.

SMITH, Nigel J. H. **RAINFOREST CORRIDORS** . The Trasamazon colonization scheme. Bekeley. Los Angeles, London : University of California Press, 1982.

STÉPHANE Beaud, Florence WEBER. **Guide de l'enquête de terrain - Produire et analyser des données ethnographiques**. Paris : éditions La Découverte, 2003.

SWEDBERG, Richard. **Une histoire de la sociologie économique**. Traduit de l'anglais par Isabelle This. Paris: éditions française, Desclée de Brouwer, 1994.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado _ História Oral**. 3ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOURAINÉ, Alan. **Sociologie de l' action** : Essai sur la société industrielle. Paris : Editions du Seuil, 1965. 453 p.

_____ . **Le Monde des Femmes**. Paris, Librairie Arthème Fayad, 2006.

TRAORÉ Saratta & FOURGEUA. **Les petites jachères des femmes: condition féminine e travail agricole au Burkina_Faso (Sud-Oeste)**. Paris: L'Harmattan, 2006.

TREVISAN, Inês; TREVISAN, Maria Lenir & Solange HENCHEN (Org.). **Vidas Vividas: 50 anos de casamento e 29 de Transamazônica**. Altamira-PA: Editoração: Charlynton da S. e Silva, 2001.

UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua História**. 2. ed. Altamira-PA: Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

_____ . **Économie et société/2: L'organisation et les puissances de la société dans leur rapport avec l'économie**. Texte integral. Paris: presses de BUSSIERE, 2005.

VALVERDE, Orlando (Coord). **Organização do espaço na faixa da Transamazônica.** Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

VALVERDE, Orlando e FREITAS, Tácito. **O problema florestal da Amazônia Brasileira.** 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1982, 1 v.

VALVERDE, Orlando; VERGOLINO, Dias. **A Rodovia Belém-Brasília.** Rio de Janeiro: Editora Fundação IBGE, 1967. 350 p.

VELHO, Otavio G. **FRENTES DE EXPANSÃO ESTRUTURA AGRARIA:** Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. 2. Ed. Rio do Janeiro: editora Zahar, 1972.

_____. **CAPITALISMO AUTORITARIO E CAMPESINATO:** um estudo comparativo da fronteira em movimento 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: editora DIFEL, 1979.

_____. **Rodovia Belém-Brasília:** estudo de geografia regional, IBGE, 1967.

WEBER, Florence. **LE TRAVAIL À – CÔTÉ:** Étude d'ethnographie ouvrière. Paris: Institut nacional de la recherche agronomique. de l'École des haltes études en sciences sociales, 1989. 212p.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: editora Martin Claret: Edição revisada, 2004.

WOLLMANN, Waldemar, **URUARÁ- Memórias do Povo.** Uruará-PA: Gráfica São Gaspar-Prelazia do Xingu, 1994.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros parentes e compadres:** colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo; Brasília: Edunb; Hucitec, 1995.

_____. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: **Significados da Terra**. WOORTMANN, Ellen F (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília-UNB, 2004.

1.2 MONOGRAFIA, DISSERTAÇÃO E TESES

ARAUJO, Roberto. **Etude Sócio-anthropologique des communautés de base dans la region d'Altamira-PA**. 1974. 176 p. Dissertação [Maitrise]. l'École des Hautes Études En Sciences Sociales.

NASCIMENTO, T.T. **O caminho percorrido: lotes colonos e trajetórias**, 2005. 65 p. Monografia (Conclusão de Curso de Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas- Campinas - São Paulo.

RIDLEY-LEIGH, Dominique. **Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência**. 1979. pp. 209-230. Dissertação de Mestrado. Brasília - DF: UNB.

SOUZA, Ana Paula Santos. **Desenvolvimento social e ambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes**. 2006. 180 p. Dissertação de Mestrado. Belém-PA: UFPA, NEAF/EMBRAPA.

STABENOV, Zenária Barbosa. **As Mulheres Migrantes em Uruará**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Campus Universitário de Altamira – UFPA. Altamira-PA.

1.3 PERIÓDICOS

ALLEMAND, Sylvain. et al. Voyages migration, mobilité. **Sciences Humaines**, Paris, nº. 145, p. 19-35, Janvier 2004.

BOURDIEU, Pierre. **L' illusion biographique**. Actes de la Recherche en Science Sociales, (62, 63) 69, 72, juin 1986.

_____. **NOTES CONCERNANT LA POLITIQUE FAMILIALE ET LA FECONDITÉ.** Maison de Science de L'home – Bureau des Recherches Appliquees. Avril de 1964.

BULLETIN DE METHODOLOGIE SOCIOLOGIQUE -BMS. N° 93, January, 2007.

FEIJO, Ateneia. A MULHER NA TRANSAMAZÔNICA. **Revista Manchete.** Julho de 1972.

GLAUDE, Michel e SINGLY, François. **L'organisation domestique: pouvoir e négociation.** Extrait d'économie et statistique Revue mensuelle de l'INSEE. n° 187, avril 1986.

HADDAB, Zoubida. Transmission et rupture dans l'univers féminin d'une famille (1890-1980) **Informations sur les sciences sociales.** 30 (2), 1997.

MANAUDOU, Laure. Les philosophes et les femmes. **Le Nouvel OBSERVATEUR.** Paris, 2007.

MENDRAS, Henri. Des paysans à l'Europe. **Sciences Humaines.** n° 145 Janvier, 2004.

MINTZ, W. Sidney. **LA UTILIZACION DEL CAPITAL POR LAS VENDEDORAS DE MERCADO EN HAITI.** INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. AMÉRICA INDIGENA. Ano XLII, num. 3. v. XLII, julho-setembro, 1982.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste:** Padrões Etários, por Sexo e Origem/Destino. São Paulo, out./dez. 2005.

POLLAK, Michael. L'Expérience Concentrationnaire: **Essai sur le maintien des identités sociale**. Vingtième Siècle. Revue d'histoire, No. 30 (Apr. - Jun., 1991), p. 119-120.

2 DOCUMENTOS CONSULTADOS (LEIS, DECRETOS, PORTARIA, PROJETOS, ATAS, PANFLETOS)

A VOZ DO XINGU: BOLETIM INFORMATIVO DA PRELAZIA DO XINGU.
Altamira – PA: 1976 / 1986.

BELÉM. Governo do Estado do Pará. **Novos Municípios Paraenses: BRASIL NOVO**.
Belém: SEPLAN, 1993.

BELÉM. Governo do Estado do Pará. **Novos Municípios Paraenses: MEDICILÂNDIA/**, Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará (IDESP), 1998.

BELÉM. Governo do Estado do Pará. **Novos Municípios Paraenses: URUARÁ**. Belém: SEPLAN, 1993.

BOLETIM INFORMATIVO A VOZ DO XINGU, Nº 26, 1979).

BOLETIM INFORMATIVO DA PRELAZIA DO XINGU, ALTAMIRA-PA, maio e junho de 1978, p. 4.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Altamira-PA, 1971.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO ALTAMIRA – I**. Brasília – DF, 1971.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962. Institui a Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM, Brasília, 1972.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
TRABALHODORAS RURAIS. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia/MDA. Brasília- DF, 2007 (?).

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR, SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (1972 – 1974).** Brasília, 1971.

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (1972 – 1974),** Superintendência do desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Brasília, 1971.

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO (1967–1971).** SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA/SUDAM. 1, Serviço de Documentação e Divulgação. Belém-PA, 1967.

BRASIL, MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PA:** Dezembro de 2003. Graffite Editora, 2004.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL. **Ter Documento é um Direito.** Toda Mulher quer Respeito. Brasília, MDA, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA PRELAZIA DO XINGU – ANO DE 1982.

DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DA TRANSAMAZÔNICA. RURÓPOLIS-PA: 23/25 de Junho de 1989.

FUNDO DEMA. Manual de Operações. Altamira-PA: Edição Revisada, Dezembro 2006.

FVPP: FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR – PDA: Projetos Demonstrativos. **A Historia do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/PDA/PPG** Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. **Reforma Agrária - uma questão social e moral/** Angélica Monteiro e Guaraciara Barros Leal. . (coleção Brasil, 4), Brasília: 1998. 48p

JORNALZINHO DA PRELAZIA DO XINGU. Altamira – PA, 1986 / 1992.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DE ALTAMIRA CAMPO E CIDADE. ALTAMIRA – PA. **Ata da reunião de Fundação realizada no dia 08 de março de 1991.**

PROGRAMA COLABORATIVO DE INVESTIGACIÓN MOVIMIENTOS SOCIALES: GOBERNANZA AMBIENTAL Y DESARROLLO TERRITORIAL RURAL. Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial Rural na Fronteira Agrícola: o papel das redes de movimentos sociais na Região da Transamazônica. Relatório. Altamira – PA, 2006 24p.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. ALTAMIRA – PA: 1981 / 1983 / 1990, pp.08 / 03 / 01.

RELATÓRIO DO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA. REGIONAL XINGU. 2, ALTAMIRA-PA, 11/14 DE OUTUBRO DE 1987.

RELATÓRIO DO ENCONTRO DAS MULHERES DA ÁREA DE BRASIL NOVO Prelazia do Xingu. Barraco Queimado. Brasil Novo-PA, Abril-Maio. 1990. (Panfleto)

RELATÓRIO DO ENCONTRO DE COLONIZADORES DA TRANSAMAZÔNICA: Construindo essa História. 1, Altamira- PA: 16/17 de Junho de 2006.

RELATÓRIO DO **I Seminário da Mulher Trabalhadora Rural** : A mulher e o Sindicalismo. Centro de Formação Bethânia. Altamira-PA: 1995.

ROTEIRO DE ENCONTROS EM PREPARAÇÃO A 3ª ASSEMBLEIA DO POVO DE DEUS, 60 ANOS CAMINHANDO COM OS EMPOBRECIDOS - PRELAZIA DO XINGU. 3, Altamira – PA, 1994.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTAMIRA. ALTAMIRA – PA. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de Agosto de 1988.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTAMIRA. ALTAMIRA – PA. Ata da Assembléia de Fundação do Sindicato, realizada no dia 09 de junho de 1958.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTAMIRA. **Ata de Eleição, Apuração e Posse da Nova Direção do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Altamira, realizada no dia 17 de novembro de 1991.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PRAINHA – PARÁ. Documento a ser Apresentado ao Governo Federal Quanto da passeata a Brasília. Medicilândia: 1985.

3 FONTES ELETRÔNICAS

3.1 INTERNET

ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR. In: **Movimentos de mulheres agricultoras:** terra e matrimônio; Mulheres e atividade leiteira; a dupla face da exclusão e Relação de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina-Brasil: caderno de pesquisa, nº. 21, Junho 2000.

<<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em 25/08/2007

CARNEIRO, Maria José. **Herança e Gênero entre Agricultores Familiares.** Revista Estudos Feministas. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100003>. Acesso em 13/02/2008.

_____. **PLURIATIVIDADE NO CAMPO: O CASO FRANCÊS.**

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 11, p. 89-104, 1996.

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm>. Acesso em 05/10/2007.

COMEFORD, Jonh. **Famílias sindicais: a interdependência de redes de parentesco e espaços institucionais.** 31º Encontro Anual da ANPOCS 22 a 26 de outubro de 2007 Caxambu – Minas Gerais. <http://www.anpocs.org.br/encontro_2002/02_gt_20.htm>. Acesso em 26/07/2007.

BRASIL VISTO DO espaço – Para – consulta por município.
<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br> Acesso em 26/06/2008

GARCIA, Marie-France. **O segundo sexo do comércio:** Camponesas e negócio no nordeste do Brasil.

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm>. Acesso em 25/06/2007.

GENRO FILHO, Adelmo. **Sobre o conceito de camponês na ciência social brasileira**. Florianópolis, UFSC, mimeo., 1984, 12 pp. <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t081.htm>>. Acesso em 14/09/2007.

GRANDI, Alexandra Bueno de. **Relações de Gênero em Famílias Agricultoras em Santa Catarina**. UFSC, Cadernos de Pesquisa, n° 21, Junho 2000. <www.sociologia.ufsc.br/cadernos%20>. Acesso em 23/08/2007. PPGSP.

INDICADORES SOCIODEMOGRAFICOS. Tabela de índice de desenvolvimento humano, 2000-2005. <http://www.pnud.org.br/pdf/tabela%206.2.21%20IDH20RA%291_0015_12_xls>. Acesso em 20/05/2008.

SAYAD, Abdelmalek. **Uma Pobreza “Exótica”**: A Imigração Argelina na França. <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_07.htm>. Acesso em 10/11/2007.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração no Brasil**: Os Preceitos de Exclusão. <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>> 5 Jun 2005.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_Liberta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 20/06/2007.

3.2 ARQUIVOS DE IMAGENS CD-ROOM.

BELÉM, SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SEPOF. **Estatísticas Municipais**. Governo do Estado do Pará. CD - ROOM. Versão atualizada Jan/2006.

3.3 FILME

IRACEMA: uma transa amazônica. Produzido no pólo industrial de Manaus. Jorge Bodanziky/ Orlando Senna. Musica de Jorge Bodanziky. Direção de produção Wolf Gauer. produção executiva Malu Alencar et al. 1 DVD (90 min), color. 1974.

